

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

SANDRA PROCÓPIO DA SILVA

**REZA- CANTO- DANÇA (*NHEMBO' E*), RETOMADA E ROÇA (*KOKWÊ*):
GEOGRAFIAS DAS INSURGÊNCIAS KAIOWÁ E GUARANI**

Dourados-MS
2022

SANDRA PROCÓPIO DA SILVA

**REZA - CANTO-DANÇA (*NHEMBO'E*), RETOMADA E ROÇA (*KOKWÊ*):
GEOGRAFIAS DAS INSURGÊNCIAS KAIOWÁ E GUARANI**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados como requisito para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Márcia Yukari Mizusaki

Dourados-MS
2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

S586r Silva, Sandra Procópio Da
Reza-Canto-Dança (nhembo'e), retomada e roça (kokuê): Geografias das Insurgências Kaiowá e Guaraní [recurso eletrônico] / Sandra Procópio Da Silva. -- 2022.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Márcia Yukari Mizusaki.
Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2022.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Kaiowá Guaraní. 2. Retomada. 3. Roça (kokuê). 4. Reza (nhembo'e). 5. Território. I. Mizusaki, Márcia Yukari. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

**Reza - canto-dança (*nhembo'e*), Retomada e Roça (*kokwê*):
Geografias das Insurgências Kaiowá e Guarani**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Márcia Yukari Mizusaki
Programa de Pós Graduação em Geografia/ UFGD
Orientadora

Prof. Dr. Marcos Leandro Mondardo
Programa de Pós Graduação em Geografia/UFGD
Membro Titular Interno

Profa. Dra. Aline Castilho Crespe Lutti
Programa de Pós Graduação em História/UFGD

Prof. Dr. Eliel Benites
Programa de Pós Graduação Educação e Territorialidade/FAIND/UFGD

Prof. Dr. José Gilberto de Souza
Programa de Pós Graduação em Geografia /UNESP
Membro Titular Externo

Lento mas vem
Mario Benedetti

Lento mas vem
O futuro se aproxima
Devagar
Mas vem

Hoje está mais além
Das nuvens que escolhe
E mais além do trovão
E da terra firme

Demorando-se vem
Qual flor desconfiada
Que vigila ao sol
Sem perguntar-lhe nada

Iluminando vem
As últimas janelas

Lento mas vem
O futuro se aproxima
Devagar
Mas vem

Já se vai aproximando
Nunca tem pressa
Vem com projetos
E sacos de semente

Com anjos maltratados
E fiéis andorinhas.

AGRADECIMENTO

Agradeço à Fonte Divina, conhecida por vários nomes, e, entretanto, não cabe em nenhuma religião, está para além da nossa compreensão e filosofia!

Não cabem aqui todos os agradecimentos que eu gostaria de fazer! Contudo, estes aqui representam muitas, muitos, muitxs que caminham comigo!

Agradeço a força de nossos ancestrais que nos trouxeram aqui. Ao meu pai, João Nunes da Silva (*em memória*), que, mesmo sem oportunidade de estudar, sempre me fez ver o valor do estudo; à minha mãe, Nair Procópio, que sempre me apoiou em tudo na vida, é minha inspiração! Aos meus irmãos, Reginaldo e Áureo (*em memória*), Darci Procópio e João Roberto, por estarem sempre ao redor! Agradeço por nossos ancestrais, que vieram antes de nós, e abriram trincheiras em meio à guerra pela sobrevivência. E nós, aqui hoje, somos sobreviventes nesta Terra!

Aos meus filhos, Maíra, Dandara e Emanuel: passaram comigo as dores e as delícias da pesquisa e da escrita, a emoção da trajetória! Que encontrem a sabedoria da vida *porã*!

Agradeço aos povos Guarani e Kaiowá, principalmente aos de Mato Grosso do Sul, porque são meus mestres, e me ensinam a cada novo encontro, e me animam a viver todas as vezes que chego nas barracas de lona, e eles acolhem com sorrisos e brincadeiras, mostrando que o mundo é mais belo do que a maldade que mora nos humanos! E nos ensinam que a vida precisa ser *-agarrada com as duas mãos*||, como disse o sábio!

Agradeço muito a parentela de Dona Adelina, de modo especial, Lucini, Marisol e Liléia, pela acolhida e apoio em todos os momentos. Agradeço ao cacique Faride, pela confiança e apoio. Agradeço a todos, pela partilha da vida divertida!

Agradeço à Universidade Federal da Grande Dourados, que é também minha casa, pois me deu o Mestrado em Sociologia (por meio do apoio das queridas Marisa de Fátima Lomba de Farias e Alzira Menegat), e me dá o pão através do meu trabalho como professora na Faculdade Intercultural Indígena, e, agora, está me oportunizando o doutorado através do Programa de Pós Graduação em Geografia! Faço parte da geração que passou fome para estudar, rompeu cercas da academia, e hoje luta pela continuidade da educação pública e de qualidade! Estendo essa gratidão com muito carinho ao Programa de Pós Graduação em Geografia, em especial à Érika, e aos demais trabalhadores imprescindíveis dos bastidores, e também aos professores Edivaldo Moreti e Charlei Aparecido da Silva, que inúmeras vezes aceitaram meus pedidos de prorrogação por causa da pandemia, da saúde, das dificuldades!

Agradeço, de maneira muito especial, e com admiração, à Professora Márcia Yukari

Mizusaki, por acreditar no meu trabalho em primeiro lugar, pela paciência com as minhas dificuldades, pela valorosa contribuição como cientista séria e competente, pela parceria a cada novo desafio!

Agradeço à banca examinadora, que se disponibilizou a ampliar meu olhar, analisando com cuidado e comprometimento esta pesquisa, aos quais sou profundamente grata. Aos da UFGD: Márcia Mizusaki, Aline Crespe, Eliel Benites e Marcos Leandro Mondardo. E ao professor José Gilberto de Souza, da UNESP de Rio Claro, que se disponibilizou a caminhar conosco pela geografia dos povos Kaiowá e Guarani.

Agradeço aos vários amigos e amigas, e confesso que não foi uma pesquisa solitária. Foi rodeada de gente, apoio, sugestões, e sobretudo de muito carinho. De maneira especial agradeço à Lídia Farias de Oliveira e ao Flávio Machado, que me ajudaram com articulações, caronas, diálogos, documentos e apoio indispensável para chegar aqui. Através deles, agradeço à Equipe do CIMI/MS, que me convidou para colaborar com a pesquisa sobre segurança alimentar e nutricional em 2013/2014, trabalho que me sensibilizou a desvelar o tema!

Agradeço ao meu colegiado da FAIND, que suportou minhas tarefas em função da tese, de modo especial às amigas que me apoiam incondicionalmente: Raquel, Edir, Judite, Laura, Gaby, Heira!

Agradeço às amigas: Denise Silva, pelas sugestões e pelos contatos que muito me ajudaram; Rosa, pelo apoio, carinho, material. Aos amigos, Antonio Dari, Levi Pereira e Felipe, pelo carinho e apoio!

Agradeço a Anastácio e a Maristela, educadores e mestres que me ensinam nas práticas, e cujo projeto, desenvolvido em coletivo com o professor Felipe Varusa, faz-nos admirar as árvores crescidas e acreditar na educação indígena comprometida!

Agradeço à Juliana Motta e a Ítalo, pela amizade e pelo apoio, com as conversas e com os mapas. Agradeço a Alex Torres Domingues, pelo apoio com os mapas!

Agradeço imensamente a Marcos Homero Ferreira Lima, analista pericial do MPF, pela confiança em mim depositada, ao me fornecer importantes informações para a pesquisa.

Agradeço à minha família extensa, que inclui as crianças, os jovens e os adultos, que transitam ou passam temporadas pela minha casa e minha vida: são estudantes, militantes, amigos, pesquisadores, apoiadores, trazendo novos olhares, comidas, músicas, alegrias. A casa sempre me ensina: Ionara, Alessandra, Eduardo, Fábio, Patrícia, Manoel, Bruno, Anana, Meg, Miranda, Márcia, Cleiton, Bruna, Manoel, Paulo, Davi... cada ciclo com seus presentes!

Agradeço às amigas e aos amigos que moram longe, só na geografia, porque estão presentes e são presentes que a vida me deu: Carla, Lurdes, Ana, Cácia. À Veronika, Boran, Oni, Daniel, Wagner, Marinalva, Patrícia, Modesto, Gorete e Guilherme... não cabe aqui a lista dos que estão emanando sua torcida para que tudo ocorra bem!

Agradeço à Dandara Procópio e a Flávio Machado, pela contribuição com as correções, e ao Fábio Turibo e Valdineia Jorge Aquino, pela ajuda com a tradução do resumo na língua kaiowá (‘do tempo antigo’, como falamos)! À Áurea Rita pelas correções na língua portuguesa.

E agradeço às minhas curandeiras e curandeiros: desde os da medicina do povo até os da medicina dos laboratórios, passando pela medicina da alimentação, da música, da poesia e dos inúmeros novos conhecimentos que tenho acesso para me ajudar a continuar firme, morando com alma e corpo nesse planeta: Sara, Mariana, Anana, Angélica, Fatinha, minha mãe, e tantos amigos que me curam com seus alimentos sem venenos, seus chás, suas rezas! Há mais de dez anos faço tratamento oncológico, e a terceira vez que precisei fazer o tratamento foi durante o primeiro semestre da pandemia da COVID19, em 2020, ao mesmo tempo dos estudos do doutorado!

Agradeço às Escolas que a vida me deu: Pastoral da Juventude, que me deu afeto, sentido de pertença, me ensinou metodologia de educação popular e me formou com valores humanistas e socialistas! Ao Movimento Sem Terra, por tantos barracos onde vivi, por tantas escolas que construímos; Movimento que me ensinou o legado da tradição marxista, e que sistemas são construídos e são destruídos, na vida e na prática! Agradeço de maneira muito especial às Mulheres Sem Terra, pois nelas me reconheço forte, corajosa, rompedora de cercas. Faço uma homenagem a todas as guerreiras mulheres, e especialmente à memória de Valdirene de Oliveira, minha amiga Sem Terra, que se foi ainda jovem, e que nos deixou seu legado em forma dos meninos para a humanidade: Lucas, Guilherme e Lênin.

Agradeço ao período de trabalho nos governos democráticos e populares, grande escola! E, finalmente, pela delícia de ser professora, desde as escolas públicas, Escola Família Agrícola Rosalvo Rodrigues da Rocha, até a FAIND, onde estudo para ensinar, tanto nos livros quanto nas escutas dos dilemas dos estudantes!

Enfim, reconheço imensamente o valor desta Vida!

RESUMO

Este estudo geográfico e histórico, construído por meio da metodologia de pesquisa-ação, do registro das histórias orais, das pesquisas etnográfica e bibliográfica, aborda os povos Kaiowá Guarani e sua relação entre o tripé: rezas-cantos-danças (*nhembo'e*), roças tradicionais (*kokuê*) e retomadas às suas terras ancestrais(*tekohá*). A análise da conexão entre os contextos geográfico, social, cultural, econômico, histórico, político e ambiental nos permite apontar pistas no sentido avaliar que os Kaiowá Guarani eram povos com alimentação abundante, assim como no de analisar o como se deu o avanço do processo de produção capitalista sobre os territórios, onde espoliação e colonização marcharam sob a égide do Estado brasileiro, que acreditava na assimilação e no posterior desaparecimento desses povos. Nosso trabalho dialoga também com o impacto da colonização e seu modelo predatório sobre a soberania alimentar e territorial dos povos Kaiowá e Guarani, o que fez com que, em poucas décadas, a violência e a espoliação de seus territórios os levasse ao confinamento e a graves problemas como perda de sua alimentação tradicional, escassez e fome. Insurgindo contra o sistema, as rezas e os levantes, em forma de retomadas, têm nas roças o combate a diversos modos de fome. Nesse contexto, estudamos a retomada Laranjeira Nãnderu 2, localizada em Rio Brilhante, no estado de Mato Grosso do Sul, uma das retomadas expulsa violentamente de seu *tekohá*, no século passado, retornando a suas terras ancestrais em 2007, enfrentando o intenso avanço das monoculturas de cana de açúcar sobre a região, e sendo considerada empecilho ao desenvolvimento. Ainda assim, rezar, cantar, dançar e plantar suas pequenas roças constituem parte intrínseca de seu modo de ser, viver e re-existir, e de superar a fome estrutural como parte da guerra contínua. Discutimos também quais seus desafios atuais diante do contexto ecológico em que retomam seus territórios ancestrais; quais suas principais dificuldades e o como estão sendo reorganizados seus *tekohá*.

PALAVRAS-CHAVE: Kaiowá Guarani, retomada, roça (*kokuê*), reza (*nhembo'e*), território.

ABSTRACT

This geographical and historical study, built through the methodology of Research-Action, Oral Histories, ethnographic and bibliographic research, addresses the Kaiowá Guarani peoples and their relationship between the tripod: prayers-songs-dances (nhembo'e), traditional fields (kokuê) and the return to their ancestral lands (tekohá). The analysis of the connection between the geographic, social, cultural, economic, historical, political and environmental contexts, identified evidence that they were peoples with abundant food. Furthermore, it also showed how the process of capitalist production advanced over the territories, where dispossession and colonisation marched under the aegis of the Brazilian State, which believed in the assimilation and subsequent disappearance of these peoples. Our work also dialogues with the impact of colonization and its predatory model on the food and territorial sovereignty of the Kaiowá and Guarani people, where, in a few decades, violence and the spoliation of their territories, led them to confinement and serious problems such as loss of their traditional food, scarcity and hunger. Insurgency against the system, prayers and uprisings in the form of retakes, it has in the fields the fight against various forms of hunger. In this context, this is a case study of the Laranjeira Ñanderu 2 Retomada, located in Rio Brilhante, in the state of Mato Grosso do Sul, one of the retomadas which was violently evicted from its tekohá in the last century, and retook its ancestral lands in 2007, facing the intense advance of sugar cane monocultures over the region, while being considered obstacles to development. Even so, praying, singing and dancing, and planting their small plots, constitute an intrinsic part of their 'way of being', living and re-existing, and of overcoming structural hunger, as part of the ongoing war. Therefore, we also argue what the current trials are in the face of the ecological context in which they are taking back their ancestral territories, their main challenges, and how their tekohá are being reorganized.

KEYWORDS: Kaiowá Guarani, retaking, roça (kokuê), reza (nhembo'e), territory.

NHE' ÊGWE

Kova jehaiapy Aranduha há myamyrîmkwe. Nhemompuãva upe jehaiapy rupi, jeporakakatuha, jeheja va'ekwe myamyrîm nhe'êypy, jeporakakatu há nhande rekoha, Jeporakakatu nhemombe'u guarani há kaiowa nde reko ypyha nhehan'ã nhengary jeropapahaty jeroatyhaty Nheman'ê hasa vyrekoha rehe, enterovea kwery, nhande rekoha, nhepongana akwe, myamyrîm, joatyha há ka'agwy jary, moangapyhy nhemoî tape myamyrîmkwe upe karujaporã Ary, onhempyru ramo jejagara mbairy rekoha nhande rekoharehe. kokwe gueroajuma uguî tekohappy rekohappy tekoha'aty myamyrîmkwe. Onhemohakate'y, oipea, ombohasy, upe karaiypy kwery uguataharupi mbairy mbaekwaa harupi, omoi hei omonganhymba Hara nhande rekove kwery, nhande ava kwery. Upagui jehai tekoha rehegua laranjeira nhanderu mokõi réhegua upea opyta tekoha kwery mbairy rekваты (rio brilhante MS) upe tekoha araka'e oimeava upepyguare onhundiapa há ojererahapa itekohagui ymã eterei, há omonhepyrû jevy myamyrîm oiko haguê teiova rire ro'y, jehasa jepyapyppy, omonhepyrû mbairy reko mba'e nhemity takware'êty Ko ore rekoharupi, upagui omoî joapyapyha mbairy arandu. Nhande reko há nhengara há jeroky ndive, upe rupi nhemoî há oî joty kokwe rupi heko oimejoty, nhande rekove oime joty, jeikojoty ka'aruey reheve, nhanhoponhave joty jahavy onhoponhavê ohovy. Omonhepyrû, nhomboaty nhomongueta nhemoî Porã nhande temity rekwarã nhande yvy réhegua, myamyrîmkwe rekwahague, Nhemoî haguã nhande arandu rupi nhande tekoha há rekoha rupi.

Nhe'êtee: kaiowa e guarani, Tekoha, hekoha, kokwe, temity, nhengara, yvy tekoha guasu.

LISTA DAS FOTOS:

Foto 1: Entrada da retomada Laranjeira Ñanderu 2

Foto 2: Oga Psy – Casa de Reza parte externa

Foto 3: Oga Psy – Casa de Reza – parte interna com dizeres —Não ao Marco Temporal

Foto 4: Primeiros dias da retomada Laranjeira Ñanderu 2 na sede da fazenda Santo Antônio da Boa Esperança

Foto 5: Faixa de indicação de acampamento

Foto 6: Moradias com lonas e plásticos

Foto 7: Poço comunitário

Foto 8: Corredor entre os barracos

Foto 9: Inundação dos barracos do acampamento nas margens da BR163

Foto 10: Grupo caminhando entre monocultura de soja

Foto 11: Ônibus escolar entrando na fazenda até a Retomada

Foto 12: Vista das moradias no interior das matas

Foto 13: Mulheres com vestimentas típicas

Foto 14: Vista da fazenda de dentro da mata

Foto 15: Fazendeiro mostrando documentos fundiários

Foto 16: Comunidade fazendo fila para ser atendida dentro do carro

Foto 17: Protesto da comunidade pedindo respostas à presidenta Dilma

Foto 18: Faride Mariano com sua mãe Dona Maria Joana

Foto 19: Dona Maria Joana com suas vestimentas típicas, mbaraká e kurusu

Foto 20: Caravana de apoio às retomadas

Foto 21: Reunião dos Movimentos Sociais da Via Campesina - parte 1

Foto 22: Reunião dos Movimentos Sociais da Via Campesina - parte 2

Foto 23: Preparação do tatu

Foto 24: Preparação do peixe

Foto 25: Ritual de recepção

Foto 26: Ritual de início da reza

Foto 27: Rezadores dentro da *oga psy*

Foto 28: Encontro de homens e mulheres

Foto 29: Roça da Adelina

Foto 30: Roça da Mari e do Gilmar

Foto 31: Roça do cacique Faride

Foto 32: Roça do Uemer

Foto 33: Entrada do Encontro de Roça na Retomada Guyra Kambi'y

Foto 34: Abertura do Encontro de Roça na retomada Guyra Kambi'y

Foto 35: Ritual do batismo das sementes crioulas

Foto 36: Ritual de benção e plantio das sementes crioulas

Foto 37: Roda de conversa retomada Guyra Kambi'y

Foto 38: Milho crioulo amarelo e vermelho

Foto 39: Mutirão Escola Lacuí Roque Snard - parte 1

Foto 40: Mutirão Escola Lacuí Roque Snard - parte 2

Foto 41: Aula de práticas pedagógicas

Foto 42: Colheita de milho pipoca crioulo

Foto 43: Crianças cuidando árvores

Foto 44: Árvores crescidas

LISTA DE FIGURAS:

Figura 1: Trabalhadores nos ervais de Amambai

Figura 2: Trabalhadores das etnias Kaiowá, Guarani e Terena

Figura 3: Localização da CAND

Figura 4: Ka'aguyrusu

Figura 5: Desenho do Tekohá originário pela comunidade

Figura 6: Primeira visita do MPF à retomada comunidade na mata

Figura 7: Panambi-Lagoa Rica e Laranjeira Ñanderu

Figura 8: Porteira da estrada de acesso fechada

Figura 9: Visita do MPF em março de 2008.

Figura 10: Carta de Laranjeira Ñanderu - parte 1 (06/04/2008)

Figura 11: Carta de Laranjeira Ñanderu - parte 2 (06/04/2008).

Figura 12: Matéria do jornal -Correio do Estado (11/03/2008).

Figura 13: Carta de Laranjeira Ñanderu (11/09/2008)

Figura 14: Carta de Laranjeira Ñanderu (17/09/2009)

Figura 15: Ofício da PRF (13/10/2009)

Figura 16: Documento sobre negligência contra crianças

Figura 17: Cacique Faride com Bartolomeu Meliá

Figura 18: Crianças chorando por falta de alimentos

Figura 19: Retomada Tajaçu Iguá

Figura 20: Campanha –Não ao genocídio - em inglês

Figura 21: Campanha –Não ao genocídio - em português

Figura 22: Reportagem de capa jornal —O Progresso

Figura 23: Manifestação na Assembléia Legislativa do MS

Figura 24: Jornada Sangue Indígena

Figura 25: Encontro de Roça de 2018

LISTA DE TABELAS:

Tabela 1: Reservas criadas entre 1913 e 1928

Tabela 2: Estados com maiores números de população indígena do Brasil

LISTA DE MAPAS:

Mapa 1: Localização das reservas Kaiowá e Guarani no MS

Mapa 2: Localização do município de Douradina e Rio Brilhante

Mapa 3: Expansão da Cana-de-açúcar em Douradina e Rio Brilhante (MS) - 2009

Mapa 4: Expansão da Cana-de-açúcar em Douradina e Rio Brilhante (MS) - 2013

Mapa 5: Expansão da Soja em Douradina e Rio Brilhante (MS) - 2010

Mapa 6: Expansão da Soja em Douradina e Rio Brilhante (MS) - 2015

Mapa 7: Áreas de retomada Indígena entre Douradina e Rio Brilhante

QUADRO:

Quadro 1: Quadro-síntese das lutas/conflitos entre 2005 e 2022

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES:

AGRAER: Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural

AP: Antes do Presente

ABAG: Associação Brasileira do Agronegócio

ASSOMASUL: Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BIOSUL: Associação dos Produtores de Energia do MS

APIB: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil

CACI: Cartografia dos Ataques Contra Indígenas

CAND: Colônia Agrícola Nacional de Dourados
CCNAGUA: Conselho Continental da Nação Guarani
CF: Constituição Federal de 1988
CEBs: Comunidade Eclesial de Base
CIMI: Conselho Indigenista Missionário
CNA: Confederação Nacional da Agricultura
CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNI: Comissão Nacional das Indústrias
CNPI: Conselho Nacional de Políticas Indigenistas
COIAB: Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento
COPRAMIL: Comércio e Transporte de Produtos Agrícolas
CPI: Comissão Parlamentar de Inquérito
CPT: Comissão Pastoral da Terra
CUT: Central Única dos Trabalhadores
DNIT: Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes
DSEI/MS: Distrito Sanitário Especial Indígena/MS
DOU: Diário Oficial da União
FAIND: Faculdade Intercultural Indígena
FAMASUL: Federação da Agricultura e Pecuária de MS
FAO: Food and Agriculture Organization of the United Nations
FIAN/BRASIL: Organização pelo Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas
FIOCRUZ: Fundação Oswaldo Cruz
FNS: Fórum Nacional Sucroalcooleiro
FUNAI: Fundação Nacional de Índio
FPA: Frente Parlamentar Agropecuária
GT: Grupo de Trabalho
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA: Instituto de Colonização e Reforma Agrária
IRPAMAT: Instituto Regional de Pastoral de Mato Grosso
LDC: Louis Dreyfus Commodities
MAM: Movimento pela Soberania na Mineração
MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MMC: Movimento de Mulheres Camponesas
MME: Ministério de Minas e Energia
MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MPA: Movimento dos Pequenos Agricultores
MPF: Ministério Público Federal
NEPPI/UCDB: Núcleo de Estudos e Pesquisas Indígenas da UCDB
OMPI: Organização Mundial de Propriedade Intelectual
ONGs: Organizações Não Governamentais
ONU: Organização das Nações Unidas
OIT: Organização Internacional do Trabalho
OPAN: Operação Padre Anchieta
PEC: Proposta de Emenda Constitucional
PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNCF: Programa Nacional de Crédito Fundiário
PRF: Polícia Rodoviária Federal
PT: Partido dos Trabalhadores
PSB: Partido Socialista Brasileiro
RAJ: Retomada Ação Jovem
RID: Reserva Indígena de Dourados
SANESUL: Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul
SESAI: Secretaria Especial de Saúde Indígena
SINDALCOOL: Sindicato das Indústrias de Bioenergia do Estado de MT
SIFAEG: Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do Estado de GO
SOMECO: Sociedade de Melhoramentos e Colonização
SPI: Serviço de Proteção ao Índio
SPILTN: Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais
SUDAM: Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TAC: Termo de Ajuste de Conduta
TI: Terra Indígena
TRF: Tribunal Regional Federal
UCDB: Universidade Católica Dom Bosco
UEMS: Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul
UFGD: Universidade Federal da Grande Dourados

UFMS: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

UNDRIP: Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos

UNI: União das Nações Indígenas

UNICA: União da Indústria da Cana de Açúcar

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 – OS GUARANI KAIOWÁ: A DEFESA DE SEUS MANEJOS FLORESTAIS FRENTE ÀS POLÍTICAS DE ESPOLIAÇÃO	38
1.1 Da origem à dispersão agroflorestal e a cosmovisão Guarani	
1.2 A sociobiodiversidade e a abundância da alimentação tradicional indígena	
CAPÍTULO 2 - AS POLÍTICAS INDIGENISTAS NO BRASIL DO SÉCULO XX E AS RESISTÊNCIAS GUARANI	61
2.1 Da Guerra contra o Paraguai à Companhia Matte Laranjeira	62
2.2 O Marechal Cândido Mariano Rondon e a criação do Serviço de Proteção Indígena e Localização de Trabalhadores Nacionais	66
2.3 O avanço da colonização e a CAND	76
2.4 O Golpe Militar em 1964 e o longo período da Ditadura no Brasil	81
2.5 O movimento indígena de resistência	89
2.6 A presença do CIMI junto aos povos indígenas	96
CAPÍTULO 3 – LARANJEIRA ÑANDERU 2, PARA ALÉM DAS CERCAS: GEOGRAFIA DAS INSURGÊNCIAS (R)EXISTÊNCIAS E A SAGA DO PROCESSO DE AUTO-DEMARCAÇÃO	106
3.1 Origem histórica da retomada Laranjeira Ñanderu 2	109
3.2 A “Guerra do Getúlio” e outras guerras	116
3.3 A retomada como processo de autodemarcação	124
3.4 Retomada Laranjeira Ñanderu 2: resistências contra o cerco e as cercas	130
3.5 “Novos” meandros e estratégias de poder: a renda fundiária	194
CAPÍTULO 4: A RETOMADA LARANJEIRA ÑANDERU 2: REFLORESTANDO A MENTE E O TEKOHÁ	204
4.1 Elementos entre a roça tradicional Guarani Kaiowá e o tempo presente	208

4.1.1 –Igual a bandeira do Brasil representa os brasileiros, a roça representa o Guarani Kaiowá - Daniela Jorge João k - retomada Guyra Kambi’y	210
4.1.2 –Os não indígena, por mais que não usa veneno, é agroecológico, ele não tem a tecnologia espiritua - Anastácio Peralta	214
4.1.3 –O ato de nutrir-se é um ato de relação com as divindades - Eliel Benites, aldeia Tey Kuê, pesquisador, Movimento dos Professores Guarani e Kaiowá.	219
4.1.4 –Recebemos de volta uma terra cuspidada pelo agronegócio, ainda assim, ela é sagrada - Lucini Barbosa, Laranjeira Ñanderu 2	222
4.1.5 - –Quando a gente recupera a terra, recupera nosso modo de ser - Mari Barbosa da Laranjeira Ñanderu 2	225
4.1.6 –Colocaram a gente num chiqueiro e dão cesta básica - Erileide, retomada Guyraroká, Município de Caarapó, janeiro de 2022	229
4.1.7 –A comunidade sempre vai dividir a comida - Daniela Jorge, retomada Guira Kambi’y	234
4.1.8 –O suicídio da juventude está relacionado à falta de espaço territorial - Fabio Turibo, da Tey Kuê	235
4.1.9 –(...) Nós perdemos a manha de como é a plantação da roça - Liléia, Laranjeira Ñanderu 2	240
4.1.10 –(...) Eu não vou arrendar não. Se meus filhos e netos quiserem arrendar, depois que eu morrer eles arrendam. Mas eu não, eu sei o que eu passei - Papito - Guyraroká	242
4.1.11 –Eu sempre via eles passarem veneno de avião. Eu acho que eles fazem de maldade - Germano, Guyra Kambi’y	246
4.1.12 –Na mata tinha tudo que a gente precisava... - Ricardo Jorge, retomada Guyra Kambi’y	249
4.1.13 –Quem mais planta roça são as mulheres... - Liléia, Laranjeira Ñanderu 2	255
4.1.14 –(...) mas meu pai sabe roçar e sabe fazer roça sem trator - Urbano, Pirakuá	258
4.1.15 –A alimentação é insuficiente, por isso tem que trabalhar fora - Liléia Barbosa. –Não somos preguiçosos... - Otoniel, Aty Guasu	260
4.1.16 –Segundo os mais velhos, Ñanderu Guasu olha a terra e vê como um grande lixo, um aterro sanitário aberto e fica triste - Eliel Benites	262
4.1.17 –Kokuê é uma vida sobre a terra - Rezador Julio Barbosa, retomada Guyraroká	264
4.1.18 –(...) será que o nelore vale mais que o índio? - Papito, 104 anos. –Nós que vamos ter que demarcar? - Ricardo Jorge, 85 anos	265
4.2 Experiência de roças em andamento	268
4.2.1 Encontro das Roças organizados pelo CIMI, Aty Guasu e FAIND/UFGD	269
4.2.2 Projeto de Agroecologia na Escola Indígena Lacuí Roque Isnard	273
4.2.3 Faculdade Intercultural Indígena FAIND: espaço da filosofia da resistência	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	279
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	284
ANEXOS	295
Anexo 1: Carta da Comunidade sobre perda de bebê de 8 meses (03/05/2008)	296
Anexo 2: Carta da Comunidade sobre perda de crianças de 7 anos (sem data)	297
Anexo 3: Carta da Comunidade cobrando criação de GT (24/09/2009)	298
Anexo 4: Carta da comunidade denunciando a situação de violência	299
Anexo 5: Carta da Comunidade denunciando a violência e cobrando agilidade (18/03/2010)	300

Anexo 6: Carta da Comunidade cobrando solução (21/03/2011)_____301

Anexo 7: Carta da Comunidade contestando a propriedade privada das terras, contando a história e reivindicando o direito ao cuidado e recuperação do território (25/03/2011)_____302

Anexo 8 - Termo de Ação de Ajuste de Conduta (TAC das Demarcações)_____305

|

|

INTRODUÇÃO

Mas os brancos são gente diferente de nós. Devem se achar muito espertos porque sabem **fabricar multidões de coisas sem parar**. Cansaram de andar e, para ir mais depressa, inventaram a bicicleta. Depois acharam que ainda era lento demais. Então inventaram as motos e depois os carros. Aí acharam que ainda não estava rápido o bastante e inventaram o avião. Agora eles têm muitas e muitas máquinas e fábricas. Mas **nem isso é o bastante** para eles. Seu pensamento está concentrado em seus objetos o tempo todo. Não param de fabricar e sempre querem coisas novas. E assim, não devem ser tão inteligentes quanto pensam que são. Temo que sua **excitação pela mercadoria não tenha fim** e eles acabem enredados nela até o caos. Já começaram há tempos a **matar uns aos outros por dinheiro**, em suas cidades, e a brigar por minérios ou petróleo que arrancam do chão. Também não parecem preocupados por nos matar a todos com as fumaças de **epidemia que saem de tudo isso**. Não pensam que assim estão estragando a terra e o céu e que nunca vão poder recriar outros (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 418, grifos nossos).

O livro de Kopenawa e Albert é o resultado de mais de 30 anos de convivência, em que o xamã faz uma autobiografia retratando como foi sua vida, marcada pelos rituais desde o nascimento; e em que, ao mesmo tempo, analisa o contato com os não indígenas, a chegada, em suas terras tradicionais, de madeireiros, mineradores e posseiros, alavancados pelo avanço do capital e pelas opções políticas do Estado brasileiro. Os autores descrevem as consequências dessa bestialidade como, por exemplo, epidemias, violências, mortes, destruição, contaminação e desagregação dos modos de vida tradicionais. A obra questiona profundamente a noção de –desenvolvimento e –progresso de um povo que Kopenawa chama – com sabedoria – de **–povo da mercadoria**.

Outro brado forte vem de Ailton Krenak, 68 anos, indígena do povo krenak, Minas Gerais, ativista ambiental e filósofo; é outra voz que tem se levantado contra o modelo capitalista vigente. Historicamente, Krenak tornou-se conhecido mundialmente (na época era um dos coordenadores nacionais da União das Nações Indígenas - UNI), ao protagonizar cena inesquecível, quando defendeu o direito dos povos indígenas na Constituição Federal¹.

O que aprendi ao longo dessas décadas é que **todos precisam despertar**, porque, se durante um tempo éramos nós, os povos indígenas que estávamos ameaçados de ruptura ou extinção dos sentidos das nossas vidas, hoje **estamos todos diante da iminência de a Terra não suportar a nossa demanda** (KRENAK, 2019, p. 23, grifos nossos).

As filosofias dos povos originários colocam em evidência a falácia do modelo de desenvolvimento capitaneado pelo sistema capitalista. Nestes tempos em que as empresas se

¹ Proibido de adentrar no Congresso Nacional com suas vestimentas e pinturas típicas, foi obrigado a usar terno e gravata; durante sua fala tingiu o rosto de preto, chamando a atenção dos políticos para – num contexto de final de ditadura – a necessidade de um pacto em torno da garantia dos direitos dos povos indígenas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RVtVVJNF0mk> Acesso: 12 out. 2022. Onfuso!

convertem em entes poderosos, desterritorializando comunidades, assumindo tarefas que competem aos Estados, esse modelo se consolida como mais um ciclo de expropriação territorial. Forma de desenvolvimento baseada no padrão de aumento interminável de consumo encobre também mais uma estratégia de colonização, impondo um padrão ocidental de mundo. Estamos assentados sobre imensas contradições, pois é em meio à suposta riqueza do agronegócio que estão os piores índices de violência e pobreza.

O presente trabalho busca compor parte de um conjunto de estudos que vêm sendo desenvolvidos, a partir da ciência geográfica, sobre os Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Objetivamos compreender como, no contexto do modo de produção capitalista, na dinâmica das lutas entre as classes sociais e as lutas políticas, r-existem os Guarani e Kaiowá, inseridos num contínuo movimento geográfico de desenvolvimento desigual (HARVEY, 2004).

Os Kaiowá Guarani no Brasil, atualmente, alcançam mais de 85 mil habitantes, e, destes, estima-se entre 50 a 60 mil vivendo no Mato Grosso do Sul. Estudos do movimento indígena em 2020² apontaram para um número de 51 mil³.

No estado de Mato Grosso do Sul, a fome incide sobre os territórios onde há maior presença da população indígena⁴, segundo Atlas da Exclusão Social (LEMONS, 2008). O município de Japorã, na fronteira com Paraguai, por exemplo, é um dos municípios mais pobres do estado. A população indígena passou, em dez anos, de 40% para 55% dos atuais 9 mil habitantes.

A fome que incide sobre o território Guarani Kaiowá é resultante da espoliação desse território e pode ser considerada uma ponta, apenas, do modelo do agronegócio. Em meio à região considerada uma das mais ricas do Brasil, quando se fala em exportação de

² Somos aproximadamente 51 mil Guarani e Kaiowá, a segunda maior população indígena do Brasil, localizados no estado de Mato Grosso do Sul, e nos encontramos em Estado de Emergência. São 520 anos de massacres, doenças que a violenta experiência de colonização nos trouxe no Brasil. Nos restam poucos anciões que guardam o conhecimento tradicional, a vida deles e da comunidade estão em risco, e junto a perda da história de um povo. Quem será responsabilizado pela morte do nosso povo? (Trecho da Carta das entidades indígenas Guarani Kaiowá, em março de 2020, sobre a pandemia publicado pelo site Jornalistas livres).

³ Estudos da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, durante a pandemia, apontam que são 61.500 mil vivendo no território de Mato Grosso do Sul (SANTOS; AMADO; PASCA, 2021). Segundo censo do IBGE/1991, a população era considerada a 2ª maior população indígena do Brasil. O aumento da população, comparando o Censo do IBGE de 1991 e de 2010, foi de 205%. Em 2008 um diagnóstico para levantamento da população Guarani e Kaiowá, conduzido por vários pesquisadores dos quatros países (Brasil, Bolívia, Paraguai e Argentina), resultou na publicação do Mapa Guarani Retã, que levantou um número aproximado de 100 mil pessoas das etnias Guarani Kaiowá, Guarani Nhandeva e Guarani Mbyá vivendo em mais de 500 aldeias e/ou comunidades indígenas. No Brasil, essas etnias estão presentes nos estados de MS, RJ, ES, SP, PR, SC, RS.

⁴ Cidade mais pobre tem rico, gente querendo ir embora e sonhadores.

commodities no mercado internacional, vivem encurraladas, entre o pasto e a soja, centenas de famílias indígenas, morando nos barracos de lona e sofrendo com a fome crônica.

O agronegócio, a fome, as disputas por terras, por água e minérios, o império das grandes corporações transnacionais no ramo da alimentação, a padronização da alimentação humana e animal em detrimento das biodiversidades, a perda das sementes e variedades, o aumento de problemas de saúde causados pela qualidade da atual alimentação, entre outros, fazem parte do mesmo debate. –Atualmente, dos 1,2 bilhão de seres humanos que vivem na extrema pobreza (ou seja, com renda inferior a 1,25 dólar), 75% vivem nos campos (ZIEGLER, 2013, p. 39).

A lógica do desenvolvimento centrado no potencial de consumo está na contramão do que almejam as comunidades indígenas. Porém, a fome dentro das comunidades está sobreposta aos processos de espoliação de seus territórios tradicionais e às condições de dignidade para a sua reprodução. Assim, para além das lutas por direitos, as comunidades traçam estratégias para prosseguirem suas vidas, seja plantando seus pequenos roçados, muitas vezes escondidos entre os venenos do agronegócio, seja guardando suas sementes tradicionais em seus *tekohá*, realizando trocas, se entreajudando. Tradicionalmente, os Kaiowá Guarani se relacionam com a natureza harmoniosamente, manejando os recursos de forma a respeitar a vitalidade do solo (SILVEIRA, 2011).

Portanto, o cenário atual da situação do Kaiowá Guarani do Mato Grosso do Sul deve ser analisado considerando suas múltiplas dimensões assim como as violências e as resistências que atingem todos os ciclos de vida dessa população. O Relatório Anual sobre violência contra os povos indígenas no Brasil⁵, por exemplo, vem apontando, segundo estatísticas, que o Mato Grosso do Sul segue com os mais altos índices de violência do país. O relatório 2017 ilustra o caso do ataque à comunidade de Caarapó, que resultou no assassinato da liderança indígena, Clodiodi Guarani Kaiowá, em junho de 2016 (BUZATTO, 2016, p. 13).

A antropóloga Lucia Rangel, uma das integrantes da equipe que anualmente produz o Relatório de Violência contra os Povos Indígenas, considera que a forma de tratamento do Estado brasileiro para com as comunidades indígenas do Mato Grosso do Sul, seja por omissão seja por morosidade, pode ser considerado crime de genocídio⁶. De acordo com a Lei do Genocídio (Lei 2.889, de 1º de outubro de 1956), configura-se como crime de genocídio a

⁵ Disponível em: <http://www.cimi.org.br/pub/Relatorio2016/relatorio2016.pdf> . Acesso: 12 out. 2022.

⁶ Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2010/07/mato-grosso-do-sul-concentra-assassinatos-de-indigenas/> . Acesso: 12 out. 2022.

-intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso. Sublinhamos que as comunidades Guarani Kaiowá possuem uma expectativa de vida inferior à taxa de países africanos em guerra, e as taxas de assassinatos são semelhantes à dos bairros mais violentos do Brasil (MONCAU; PIMENTEL, 2010).

Contraditoriamente, ainda que a violência seja uma forma de genocídio, pois são múltiplas as violações sobrepostas, o Estado brasileiro não conseguiu dominar essas imensas organizações de parentelas, que continuam resistindo com seus cantos, rituais religiosos, modo de fazer a roça, cultivo dos valores geracionais, especialmente através dos velhos e velhas rezadoras, guardiãs dos segredos desse povo. Considerados -preguiçosos por alguns e -incapazes por outros, a cada período avançam sobre suas terras tradicionais, fazendo com suas mãos o que o Estado brasileiro não faz: a autodemarcação de seus territórios. Nesse contexto, junto com a reza, a retomada produz também a roça, afinal, as sociedades do tronco tupi marcam-se por características agrícolas, são exímias conhecedoras dos solos – as comunidades se sentem pobres realmente, quando não podem plantar e colher (MELIÁ, 2016, p. 109). Além do prestígio social, -ter roças em um *tekohá* significa pertencimento ao lugar (SILVEIRA, 2011, p. 134).

Desse modo, nosso objetivo inicial com esta pesquisa foi compreender o como se relaciona o tripé roça, reza e retomada. Partimos da hipótese de que, para o povo Guarani Kaiowá, há um tripé inseparável no qual a retomada, a reza (*ñembo* " é) e a roça (*kokuê*) são componentes articulados para o avanço em direção à autodemarcação; componentes que, aos poucos, possibilitam a esse povo reconfigurar seus lugares ancestrais em novos territórios, na medida em que podem realizar ações de enfrentamento direto ao modelo de Estado, capitaneado, por exemplo, pelo agronegócio no Mato Grosso do Sul⁷.

Estudar a dinâmica territorial das retomadas indígenas e o como se processam os impactos do modo de produção capitalista em seus modos de ser, bem como o modo de organização Guarani Kaiowá no enfrentamento aos desafios, será uma das formas para compreender o **como se interrelacionam a retomada, a reza e a roça** na geografia (re)produzida pela comunidade indígena.

⁷ Por trás dos propalados índices de sucesso do agronegócio, escondem-se assassinatos de mais de 39% das 1.367 lideranças indígenas assassinadas brutalmente entre 2003 a 2019 (CIMI, 2021), relações de trabalho semi escravocratas, ataques violentos aos territórios indígenas, chuvas de venenos sobre as comunidades, imensas desigualdades sociais como a propriedade privada de 92% das terras nas mãos de grandes latifúndios, contrastando com apenas 2,5% de posse dos povos indígenas, 1% de áreas de assentamentos da reforma agrária, e 0,02% como territórios quilombolas no estado (SANTOS, AMADO, PASCA, 2021). Somente a área de soja, na safra 2019/2020, ultrapassou mais de três milhões de hectares (Aprosoja/MS).

Em que pesem as contradições, como a da devastação ambiental que provocou profundas alterações no modo ancestral de manejo agroflorestral, ainda assim, a roça é, para essas comunidades, um sinal de resistência ao modelo imposto pelo Estado. Na medida em que foram confinados em lugares minúsculos, chamados de -reservas, parte significativa não consegue produzir seu próprio alimento. Retomar e plantar roças é a luta por autonomia diante de parte da dependência dos programas assistenciais.

O tema da roça caminha ao lado do tema da superação da fome e do da mística da abundância, permeado com as condições atuais da falta de espaço e de condições objetivas de produção da roça, e, conseqüentemente, da produção da fome estrutural. A FIAN e o CIMI (2016) publicaram pesquisa por amostragem relativa a retomadas indígenas Guarani Kaiowá; o resultado indicou insegurança alimentar e nutricional em 100% da população pesquisada. A pesquisa apontou 42% de desnutrição crônica entre crianças menores de cinco anos (o índice entre as crianças não indígenas é de 6,8%). Apontou ainda que, além da falta de alimentos, o tipo de alimentação a que os Guarani Kaiowá têm acesso, por meio das cestas básicas predominantemente, vem colaborando para conseqüentes doenças, como obesidade, diabetes e pressão alta, o que afeta diretamente seu direito à reprodução social, conforme preconiza os tratados internacionais.

Nosso estudo encontrou referências sobre o modo tradicional de roça em Brand (1993), Pereira (2016), Melià (2016), apontando para o modelo agroflorestral e suas técnicas. No entanto, nosso objetivo é **diagnosticar o ponto de partida do modo de fazer roças ancestrais, os desafios históricos, as ações realizadas, as pressões sobre o território que impactam na roça da atualidade.**

Nesse sentido, nosso trabalho procurou pesquisar a retomada Indígena Guarani Kaiowá Laranjeira 2, localizada no município de Rio Brillhante, Mato Grosso do Sul, à margem esquerda da BR 163, sentido Dourados-Campo Grande, próximo ao pedágio.

Nossa busca por uma pesquisa engajada na realidade visa a colaborar no aporte de subsídios para que a comunidade se aproprie dos conhecimentos construídos coletivamente. Dessa forma, torna-se importante contribuir para desvelar os empreendimentos que atuam na dinâmica do território, as conexões com a economia globalizada e os impactos disso na produção de roça no local estudado. Compreender os processos atuais de reprodução do capital, assim como os mecanismos ideológicos de cooptação e dominação podem auxiliar a ampliação do conhecimento.

Partimos do pressuposto de que a categoria luta de classes é fundamental, na medida em que colabora para explicitar imensas contradições existentes na sociedade: os donos dos meios de produção e os donos de sua força de trabalho. É nesse sentido, o dos despossuídos dos meios de produção, que compreendemos um metabolismo social entre vários aspectos dos sujeitos que compõem uma classe trabalhadora (inclusive a de desempregados) estratificada. Pois, conforme José de Souza Martins (1994) “minha hipótese é a de que o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não-capitalistas, igual e contraditoriamente, necessárias a essa reprodução (p. 35)”.

Contudo, com a preocupação de não –enquadrar|| a priori nenhum grupo ou povo numa categoria de análise, esse diálogo se faz articulado às vozes dos sujeitos.

Os povos originários, povos indígenas, embora resistam em seu modelo de sociedade autóctone, com padrões e valores que ultrapassaram séculos, necessitam, contudo, vender sua força de trabalho quando precisam. Na comunidade pesquisada, preliminarmente, observamos que compete aos homens a saída para vender sua mão de obra nas fazendas do agronegócio, na colheita da maçã, por exemplo, em Santa Catarina; nas diárias em serviços variados na cidade mais próxima. Na maioria das vezes, as etnias indígenas são despossuídas de qualquer meio de produção, como o caso da etnia Guarani Kaiowá, até mesmo porque suas lógicas não comportam as estruturas empresariais demandadas por tal modo de produção capitalista. Paralelamente, possuem, na sua organização social, relação de incorporação da mercadoria produzida pelo capitalismo nos seus processos cotidianos, o que não os torna –menos|| ou –mais índios||, mas inseridos em uma sociedade mediada pela mercadoria como centro do todo da vida.

Para alcançarmos os objetivos propostos tornou-se, então, necessário o estudo sobre o processo histórico-geográfico que resultou na formação social e econômica do Brasil, colocando-o na condição de país capitalista dependente, com grau de desenvolvimento desigual e combinado, subordinado aos interesses dos países ricos, onde as lutas entre as classes sociais se impuseram desde a sua gênese.

Quando falamos em interpretação do mundo, a ciência geográfica tem nos dado contribuições fundamentais. Por meio da obra de Milton Santos, é possível encontrarmos pistas para nos ajudar a compreender nosso local em relação ao mundial. Santos (1996) aponta que o espaço deve ser entendido como uma categoria de análise da totalidade, expressão de acontecimentos históricos, eventos econômicos, atividades sociais, posicionamentos políticos, marcos jurídicos, entre outros. Na ciência geográfica habita um

sistema complexo, amplo, em que predominam hegemonicamente as relações de produção capitalista, com seus arranjos de produção, circulação e distribuição, ritmos, infraestrutura, de acordo com os interesses da lógica do capital. Entretanto, se a forma na qual o espaço se apresenta é resultado das ações humanas e históricas, é na análise da dinâmica do território que vamos encontrar as contradições, os conflitos, os movimentos de lutas entre as classes sociais distintas, pois —o espaço contém o território em movimento‖ (SANTOS, 1996, p.51).

Para Santos (2008), ao analisarmos as condições materiais do território em si, devemos extrair todos os elementos que formam uma interdependência, em que natureza, trabalho, ação humana e lutas territoriais estão em constante movimento.

A geografia é uma ciência que contribui para desvelar as contradições da sociedade contemporânea, uma vez que —é nossa opinião que por detrás de todo arranjo espacial estão relações sociais, que nas condições históricas do presente são relações de classe‖ (MOREIRA, 2008, p. 2).

Carlos Walter Porto Gonçalves acentua que —uma das questões centrais que se apresenta nos dias de hoje diz respeito, exatamente, às novas grafias da terra, aos novos limites territoriais e, como a definição de limites é a própria essência da política, é toda a questão dos protagonistas que está em jogo (2019).

Partindo dessa opção metodológica, constitui-se desafio analisar as características e os movimentos históricos de transformação dos espaços, territórios e paisagens, como resultados dos impactos do modelo capitalista no seu atual estágio de caráter corporativo, imperialista e neoliberal. Portanto, compreendemos o espaço como resultado do processo que o produziu, caracterizado, ao mesmo tempo, pelas contradições das lutas de classe. Para nossa pesquisa, o território tende a ser uma categoria geográfica, a partir da qual buscaremos analisar as forças sociais que predominam no local e suas interfaces com o global, especialmente na conjuntura atual, de predomínio de capitalismo imperialista globalizado.

Para Claude Raffestin, a geografia ajuda a explicitar o como os seres humanos exploram o espaço e constroem relações sociais de poder dentro do território, a partir da correlação de forças em disputa permanente na sociedade, —[...] os limites estão em estreitas relações com o trabalho, portanto com o poder‖. Nesse sentido, para o pesquisador, os limites podem se sobrepor ou se recortarem, mas de maneira que são utilizados para manifestar os modos de produção, sendo que —o limite cristalizado se torna então ideológico, pois justifica territorialmente as relações de poder (1993, p.18).

Os estudos de Raffestin (1993) contribuem para desnaturalizar as relações de poder, desiguais e combinadas no território, expressões de disputa de poder por excelência. O modelo de Estado (território, população, soberania) predominante se consolida em meados do século XVIII (possui em torno de trezentos anos) e se organiza como uma grande empresa que educa, canaliza, bloqueia e domestica as forças sociais; assim, –o poder visa o controle e a dominação sobre os homens e as coisas (p. 59). Entretanto, o poder não está apenas no Estado, mas nas diferentes formas de organização, e se manifesta

[...] por ocasião da relação. É um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois pólos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças de que dispõem os dois parceiros (casos mais simples) criam um campo: o campo do poder (RAFFESTIN, 1993, p. 53).

Neste início do século XXI, impõe-se de modo marcante, no território brasileiro, a –apropriação de riquezas em que a terra e a água ocupam lugar central, quando põe em questão a sobrevivência do planeta (THOMAZ JÚNIOR, 2010, p. 12). Enfim, enquanto a questão da terra não for resolvida, continuarão a fome e a desigualdade social, afinal –a questão fundamental é a de que é necessário mexer no direito de propriedade para mexer na existência das oligarquias, pois a terra é a fonte do poder econômico e do poder político que elas ainda possuem até hoje (MARTINS, 1994, p.91).

Para David Harvey (2003), a atual fase neoliberal do capitalismo criou mecanismos novos, que se constituem como práticas canibais, predadoras e fraudulentas, parte do novo ciclo de acumulação. O Estado, desde sua origem, foi fundamental para regular a espoliação territorial em detrimento da propriedade privada e das relações sociais de exploração do trabalho entre burguesia e trabalhadores, a partir da despossessão da capacidade do trabalho autônomo. O Estado moderno detém o poder político e o monopólio legítimo do uso da força para alterar o marco jurídico e, inclusive, as frágeis Constituições nacionais no sentido de realocar condições para seu processo de acumulação, o que evidencia o quanto a democracia é incompatível com o capitalismo. Entre os novos mecanismos de acumulação por despossessão estão as privatizações da habitação social, do transporte, da comunicação, da propriedade intelectual; a escalada destrutiva dos bens comuns da natureza; a transformação das formas culturais em mercadoria; a privatização das universidades; a privatização das águas; a desregulamentação das legislações de proteção aos trabalhadores e assistência social; a expulsão das populações dos territórios ancestrais; as formas de escravidão; o avanço do agronegócio sobre a agricultura familiar, entre outros.

As crises podem ser orquestradas, administradas e controladas para racionalizar o sistema. A isso com frequência se resumem os programas de austeridade

administrados pelo Estado, que recorrem às alavancas vitais das taxas de juros e do sistema de crédito. Pode-se impor pela força externa crises limitadas a um setor, a um território ou a todo um complexo territorial de atividade capitalista. É nisso que é grande especialista o sistema financeiro internacional (sob a liderança do FMI), com apoio do poder estatal superior (como o dos Estados Unidos) (HARVEY, 2005, p.125).

Jean Ziegler (2013) demonstra o modo como o novo imperialismo está por toda parte⁸, pondera que a fome é resultado dos interesses privados, na medida em que os alimentos são colocados como passivo de lucros nas bolsas de valores que têm como melhores parceiros os governos corruptos.

Essa pressão sobre nossos territórios expressa-se de maneira violenta de modo que, a cada ano, aumenta o número de violações territoriais, como se evidencia na pesquisa da Comissão Pastoral da Terra (2021), a qual aponta que no Brasil –Em 2020, as comunidades indígenas foram as maiores vítimas da violência territorial⁹.

Desde nosso nascer tendemos a pensar que o mundo sempre foi organizado da forma em que vivemos atualmente e que não há outro horizonte ontológico que não seja este. Contudo, as históricas lutas de classe, à medida que emergem situadas em cada contexto da realidade, podem ser luzes para forjar processos de desobediência civil e fomentar rebeliões que explicitem as contradições dessas lutas. Vale lembrarmos que o modo de produção capitalista é, por sua vez, relativamente novo na história da humanidade e merece ser investigado à luz do tempo presente, no sentido de se procurar compreender aspectos que ilustrem o como acontecem as lutas entre as classes sociais na atualidade. Nesse sentido, desafia-nos a compreensão das diversas formas de dominação, emoldurada pela ideologia da naturalização das diversas formas de desigualdade, que ocorrem em todos os âmbitos da vida prática, e desemboca nas relações de racismo, machismo, homofobia e inúmeras formas de preconceitos que afetam desde as nossas subjetividades individuais até as vivências coletivas.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão

⁸ A Somália, localizada na porção oriental do Continente africano, foi autossuficiente na produção de alimentos até meados de 1970. Entretanto, a partir de 1980, as políticas do Banco Mundial e do FMI forçaram –ajustes fiscais, liberando entrada de alimentos de empresas estrangeiras, induzindo concorrência desleal com os agricultores locais, expropriando territórios ao forçar o abandono dos campos e a alta dos alimentos, provocando sucessivos ciclos de fome (ZIEGLER, 2013, p. 24)

⁹ A CPT identificou 178 ocorrências contra 55.821 famílias, um aumento de 1.880% em relação a 2019. Das famílias 54,5% eram indígenas, 11,8% quilombolas e 11,2% de posseiros. Houve três vezes mais ação da pistolagem no Brasil. Os conflitos pela água também aumentaram, somando 189 ocorrências, atingindo 34.525 famílias. Na região Centro Oeste os conflitos quadruplicaram. Conflitos provocados por mineradoras internacionais estão na ordem de 43,4%.

submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como idéias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação (ENGELS, F; MARX, K, 2007, p. 72).

A classe social dominante, monopolizadora da base material de produção, organiza o mundo sob a égide do capitalismo e apresenta seus interesses como se fossem interesses comuns a todos e verdades universais, escamoteando as relações de exploração entre classe dominante e classe dominada, burguesia e proletariado, patrão e empregado, através do trabalho alienado. Desse modo, a classe dominante estrutura todo o aparato da sociedade para manter sua ideologia, por meio de seus instrumentos de dominação, como Estado, Igrejas, Meios de Comunicação de Massa, Política e Ideologia.

Nesse contexto, a teoria científica da história contribui para desnaturalizar a percepção superficial da realidade e a aplicação de seus princípios depende das condições históricas existentes. Além disso, a categoria classe social serve aos diversos grupos de trabalhadores e intelectuais como instrumento para analisar a sociedade contemporânea. Grande é, então, o desafio de estudar a história de nossos países, de conhecer as características específicas de nossas formações sociais, e de compreender como as relações sociais de produção se estabelecem no modo de produção capitalista.

A perspectiva materialista histórica dialética supera a visão linear da história, que ora caminha em espiral, ora em ziguezague, ora avança e ora retrocede, intermediada pelas lutas entre as classes sociais. Segundo Ianni (1980), ao analisar o capitalismo, Karl Marx apanhou os fenômenos na sua totalidade, de forma que seus estudos revelaram a combinação entre as estruturas de apropriação econômica e de dominação política. Da mesma forma, Marx identificou que o modo de produção capitalista tende a transformar em mercadoria todas as coisas e relações sociais existentes na sociedade.

Registramos que o processo de expropriação territorial também é preocupação desta pesquisa na medida em que parcelas de trabalhadores, camponeses, quilombolas, indígenas são novamente expulsos de seus territórios e passam a viver nas periferias das cidades ou nas beiras das estradas dependentes da compra de seus alimentos.

Para Martins, em *O Poder do Atraso* (1994), no Brasil, uma das causas dos problemas da atualidade encontra-se nas raízes históricas, na dominação política de cunho clientelista e patrimonial, que se impõe através de um falso revestimento moderno. Nesse sentido, os camponeses e os indígenas não vivem apenas uma mera situação de pobreza e de exclusão

social, mas dos efeitos sociais dramáticos da expropriação territorial. –A estrutura do Estado brasileiro está calcada nos amplos interesses dos latifundiários. Os levantes, as desobediências são contidas por força desproporcionais. As defesas dos indígenas têm sido rotuladas de subversão contra os interesses nacionais (MARTINS, 1994, p. 100).

O avanço do capital sobre os territórios tradicionais dá-se em um contexto em que, segundo Oliveira (2012), a agricultura, sob a égide do capitalismo monopolista mundializado, passa a estruturar-se na produção de *commodities*, bolsas de mercadorias e nos monopólios mundiais, por meio dos quais a alimentação é transformada em negócio para alimentar os oligopólios mundiais que concentram cada vez mais renda. Portanto, no capitalismo, a produção de alimentos deixou de ser questão estratégica de soberania nacional, passando a ser apenas mercadoria, passivo de lucro, a ser negociada nas bolsas de valores do mercado mundial (onde quer que ela seja produzida), como parte dos acordos internacionais para um modelo de desenvolvimento desigual e combinado. As principais *commodities* brasileiras são as seguintes: soja, milho, trigo, arroz, algodão, cacau, café, açúcar, suco de laranja, farelo e óleo de soja. Acrescente-se, também, etanol e boi gordo (OLIVEIRA, 2012).

Mészáros (2002) coloca em evidência que o sistema, no qual menos de 5% da população consome 25% do total dos recursos energéticos disponíveis no planeta, está fadado a uma crise crônica e estrutural que pode levar à autodestruição global da humanidade. Desse modo, o sistema capitalista caracteriza-se por ser um modelo econômico de caráter altamente depredatório, não encontrando limite, –qualquer que seja este: obstáculos naturais ou fronteiras culturais e nacionais (MÉSZÁROS, 2002, p. 252); modelo que vem buscando novas modalidades de re- colonização dos territórios.

Quanto a isso, –o século XX foi para os Guarani do Paraguai um período de marginalização, no Brasil a época do confinamento, na Argentina uma fase de intensa assimilação (MELIÁ, 2016, p. 199).

Ao analisarmos as profundas desigualdades existentes na sociedade brasileira, a partir da categoria –classes sociais, encontramos algumas pistas para entendermos o abismo entre pobres e ricos, agravado pela pandemia. Assim, nosso método de análise da realidade pretende contribuir para explicitar as contradições entre as classes sociais. A luta dos povos indígenas no Brasil e no mundo, bem como a luta de todos os povos que se insurgem contra o sistema, conformam, no seu conjunto, a luta contra o monopólio de classe dos meios de produção, expropriando territórios dos trabalhadores, camponeses, indígenas, quilombolas,

alienando-os do processo de produção da riqueza, e assim, dicotomizando trabalho e consciência.

Desde nosso nascimento, tendemos a pensar que a realidade sempre foi tal como se apresenta superficialmente aos nossos olhos e que sempre será desta maneira. No entanto, compreender uma realidade não é tarefa fácil, e compreender a base material sob a qual nascemos e suas complexas relações que sustentam o modo de produção capitalista, pelo qual somos completamente envolvidos, numa simbiose entre nossa cultura familiar, perpassando pela nossa socialização dentro de modelos já instituídos, pelos instrumentos como escola, igreja e o conjunto da sociedade..., tendemos a cristalizar os modos aprendidos, perdendo de vista o movimento dialético da história, e a capacidade de intervir e promover transformações profundas.

É a partir de uma sociedade regida pelo domínio do capital e que tem nele o seu fundamento essencial, que podemos explicar – ou tentar – o como se organiza a luta entre as classes sociais. A esse respeito lembremos o observado por Engels:

A concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e pelo modo de trocar os seus produtos. De conformidade com isso, **as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na idéia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na filosofia, mas na economia da época de que se trata** (ENGELS, 1880, p. 49, grifos nossos).

No que se refere aos pressupostos metodológicos, seguimos os da Pesquisa Participativa, representada por autores como Brandão (s/d), Freire (1981), Gajardo (1983), Fals-Borba (1981), pertencentes à tradição de pesquisadores latino-americanos, para quem a produção científica deve envolver pesquisadores e pesquisados numa relação ética, comprometida com o projeto de emancipação humana. Orlando Fals-Borba, por exemplo, chama a atenção para o paradigma relativo ao conceito de ciência, em que a –comunidade ocidental de cientistas especializados tende a monopolizar a definição de ciência e a decidir o que é e o que não é científico (1981, p. 44), orientando as pesquisas para a manutenção do sistema dominante, desprezando a ética do compromisso com o presente e o futuro da humanidade. Carlos Rodrigues Brandão aponta, por sua vez, que o conhecimento está em todas as pessoas e que, em algum grau, colabora para a produção do conhecimento coletivo. Nesse sentido, cabe aos pesquisadores atentarem-se para a metodologia de campo na prática

da pesquisa, porque –todas as pessoas e todas as culturas são fontes originais de saber e que é da interação entre os diferentes conhecimentos que uma forma partilhável de compreensão da realidade social pode ser construída através do exercício da pesquisa (BRANDÃO, s/d, p. 19). Marcela Gajardo, por seu turno, analisa o contexto do surgimento da Pesquisa Participante no cenário latino-americano, os passos metodológicos, retoma autores, além de reafirmar seu compromisso com –a vinculação à luta pela democratização das estruturas sociais, ou alteração profunda nas bases da sociedade para superar as desigualdades sociais e econômicas (GAJARDO, 1983, p. 80).

Para compreendermos o conjunto, baseamo-nos, também, na Pesquisa Qualitativa, utilizando técnicas de entrevistas como as da História Oral. A metodologia de História Oral, diferentemente do individualismo e de seu utilitarismo pela matriz ideológica capitalista, de viés neoliberal, compreende que, –através do estudo da vida dos indivíduos, é possível conhecer as características, valores, estruturas da sociedade na qual está inserido (PEREIRA DE QUEIROZ, 1986, p. 28). A História Oral é um método de pesquisa cujo procedimento costuma recolher entrevista com pessoas, individualmente ou coletivamente, com o objetivo de entender determinado grupo social nos seus distintos contextos (social, econômico, político, cultural, étnico, ambiental, entre outros), a partir das narrativas dos sujeitos que nela vivem. As histórias orais, em suas diferentes narrativas, têm como eixo o relato de acontecimentos, do ponto de vista do entrevistado, e possibilitam ao pesquisador desvendar e alinhar as conexões entre o particular e o geral, com vistas a tecer uma possível visão do conjunto. –O relato oral está em base da obtenção de toda sorte de informações e antecede a outras técnicas de obtenção e conservação do saber; a palavra parece ter sido senão a primeira, pelo menos uma das mais antigas técnicas utilizadas para tal. Desenho e escrita lhe sucederam (PEREIRA DE QUEIROZ, 1988, p. 16).

Compreendemos que a metodologia da História Oral compõe um conjunto de técnicas que podem ser utilizadas ao lado de outras, se for o caso, por exemplo, coleta de dados com questionário semiestruturado, apresentação de temas nas rodas de conversa, observação a partir de visitas em campo, organização de mapas e croquis da área (cartografia coletiva) e do entorno – no caso desta pesquisa, o município de Rio Brilhante.

A escolha metodológica foi definida fundamentalmente pela ciência da Geografia Crítica, na qual nosso projeto de pesquisa está inserido. Antes do início dos trabalhos de campo, iniciamos os estudos bibliográficos sobre a etnia Guarani Kaiowá e sobre a metodologia para subsidiar os trabalhos de campo.

Optamos pela pesquisa na retomada Indígena Laranjeira Ñanderu 2 por ela ser uma das retomadas mais recentes do período atual – tem origem em meados de dezembro de 2018 e vem enfrentando todo o período de acirramento das lutas no contexto do atual governo federal. Inicialmente, nossa pesquisa foi projetada para ser realizada na retomada Ypoí, município de Paranhos, no entanto, a pandemia nos levou a atrasar nossos trabalhos de campo, bem como a mudar nosso local de pesquisa. Outros fatores, como contatos anteriormente estabelecidos com a comunidade, consentimento e apoio para a pesquisa, também colaboram para a escolha da retomada Laranjeira Ñanderu.

As parentelas da retomada Laranjeira Ñanderu 2 são oriundas da Reserva Indígena Panambi-Lagoa Rica, localizada no município de Douradina. O Relatório de Identificação e Delimitação foi publicado em 12/12/2011, embora esteja paralisado devido aos atos de contestação.

A retomada Laranjeira Ñanderu 2 localiza-se no município de Rio Brilhante, município vizinho ao de Douradina; compõe outro agrupamento de retomadas, com estudos em andamento para compor o Relatório de Identificação e Delimitação, –Laranjeira Nhanderu e Boqueirão, o –Brilhante Peguál.

Os contatos iniciais com a comunidade, no tempo da pesquisa, foram feitos somente a partir de sua anuência; além disso, foram observados rigorosamente os protocolos de biossegurança impostos pela nova realidade da pandemia (uso de máscara, álcool em gel, distanciamento social). Nesses momentos explicamos os objetivos fundamentais da pesquisa, informamos sobre o que seria feito com os relatos orais (caso houvesse permissão antes e após as entrevistas); argumentamos sobre a relevância da contribuição de cada entrevista; dialogamos em torno da ética da pesquisa, inclusive explicitando o fato de não se publicarem questões que o sujeito ou a comunidade considerassem indevidas.

Organizamos caderno de campo, importante aliado, bem como equipamento para gravação e/ou filmagem. Normalmente, os encontros eram agendados com antecedência, observando-se os costumes locais quanto a horários de trabalho e dias de maior ou menor quantidade de atividades de roça, assim como os dias relacionados aos ciclos de chuvas. Em relação ao local das entrevistas, consideramos a opção que fosse melhor para os entrevistados – na própria moradia ou na casa de reza. Quanto ao tempo da entrevista, normalmente duravam em torno de duas horas, tempo que podia ser ampliado, dependendo da situação (a comoção causada pelo depoimento de um jovem da comunidade, por exemplo, fez com que a

entrevista com ele ultrapassasse as duas horas previstas). Nas entrevistas, atentamos para o ambiente e o tempo, de forma a não cansar, especialmente, os mais velhos.

As visitas à comunidade ocorreram, com maior frequência, desde meados de setembro de 2021. Foram realizadas entrevistas formais e informais, estruturadas e semiestruturadas; assim como anotações das observações realizadas a partir da convivência, sobretudo nas participações em atividades ou em visitas de campo para analisar e conversar sobre os elementos do cotidiano. Destacamos a entrevista com a Dona Alda¹⁰, considerada a historiadora da comunidade, assim como as rodas de conversa onde longos depoimentos sobre eventos acontecidos que marcaram a comunidade. Registramos que a participação no processo de preparação do *Jerosy Puku*, até a –Festa do batismo do Milho Branco, no dia 28 de janeiro de 2022, aponaram elementos de forte coesão grupal. Ainda no mês de janeiro, destacamos os processos de plantio das pequenas roças, os cuidados, as colheitas.

Entre os meses de janeiro e fevereiro de 2022, acompanhamos os debates das comunidades Laranjeira Ñanderu e Laranjeira Ñanderu 2 sobre o tema do assédio sobre seus territórios por programas governamentais, cujas estratégias mobilizam indígenas e –sem terras para disputarem entre si.

Nos trabalhos de campo, houve situações em que marcamos entrevista, mas aconteceram reuniões com debate sobre outras demandas da comunidade. Observamos que a maioria dos mais jovens é bilíngue, domina a língua originária e a língua portuguesa. Os mais velhos, especialmente as mulheres, têm mais dificuldade em se expressar na língua portuguesa. Por isso, as entrevistas ocorrem de duas formas: em português ou em espanhol, para futura tradução com ajuda dos jovens da comunidade. Consideramos fundamental, durante as entrevistas, a observação quanto à ética e ao respeito à língua, às experiências, às diferenças de idade, à permissão da presença ou não de terceiros ou de convidados.

Em relação às fontes da pesquisa, buscamos articular várias modalidades, como entrevistas e depoimentos, levantamento de dados em sites de notícias, relatórios técnicos do Ministério Público Federal - MPF e de Grupos de Estudos, cartas escritas pela comunidade, vídeos documentários, entrevistas com lideranças de várias retomadas do Sul do Estado, entrevistas com atores indigenistas, além de participação do pesquisador em atividades organizadas pelos indígenas ou por entidades de apoio – Conselho Indigenista Missionário (CIMI) –, em reuniões, seminários, rodas de conversas e eventos.

¹⁰Dona Alda é uma das rezadeiras da comunidade, além de ser uma das crianças sobreviventes e testemunhas do massacre que quase extinguiu a população da região de Rio Brillante.

Aqui cabe sublinharmos que a temática indígena, tal como as vivências e as experiências com os povos do campo, com a pesquisa interdisciplinar sobre o tema da alimentação, por exemplo, sempre estiveram presentes na vida e nas relações desta pesquisadora. A seguir, um pouco dessa caminhada.

Meu pai, descendente de africanos, ainda criança migrou com sua numerosa família, num caminhão –pau de ararall, de Alagoas para São Paulo, em busca de trabalho nas zonas de café. Minha mãe migrou do Paraná com sua mãe mineira e seu pai europeu, também em busca de trabalhos nos cafezais de São Paulo.

Nasci no tempo em que meu país era conduzido pela ditadura dos militares; em Fátima do Sul, onde hoje sei que foi o antigo *Ka'guirusu*, lugar ancestral do Povo Guarani e Kaiowá. Aos meus dois anos viemos morar nas zonas rurais do entorno de Dourados, e, desde então, deu-se minha educação política com a inserção de minha família nas Comunidades Eclesiais de Base – CEBs; depois nos grupos de jovens da Pastoral da Juventude - PJ. Lembro-me das grandes passeatas pelas –Diretas Já!, das manifestações contra a corrupção (–contra o aumento do salário dos vereadores!), da luta na escola através do Grêmio Estudantil e do assédio dos políticos locais, das marchas da juventude por direitos na Constituição de 1988, entre outras questões. Com a PJ aprendemos que existiam lutas entre as classes sociais; com amigos, também da PJ, aconteceram as primeiras idas na aldeia de Dourados, onde me comovi com a fome, com a falta de terra e com as doenças; ainda assim, vivi o valor da generosidade e do afeto.

Depois de atuar como liderança na região de Dourados, mudei, com a família, para Campo Grande e assumi o trabalho mais amplo na PJ do estado do MS. Na mesma época, com muitos sacrifícios e solidariedade de classe, estudei faculdade de filosofia – comprometi-me em devolver o conhecimento adquirido ao longo da vida para o lugar de onde vim, do meio do povo. Em seguida fui morar em Brasília e atuar ligada ao Setor Juventude da CNBB, como secretária nacional da PJ do Brasil, entre 1993-1996, ali o tema das demandas indígenas sempre esteve presente. Em 1997 aceitei o convite para incorporar as fileiras de militantes do MST, por meio do trabalho no Setor de Educação, em que coordenamos o projeto de formação de professores na região de carvoarias com o professor Bernardo Mançano. Além disso, participei de campanhas de alfabetização, da articulação de professores de acampamentos e assentamentos, e da organização do Setor de Educação.

Em 2000 o MST indicou um grupo para colaborar com a construção da proposta de formulação da política pública para as Escolas da Educação do Campo no Estado, sob

condução do professor Pedro Kemp. Em 2003 colaborei com a equipe estadual do Conselho de Gestão das Políticas Sociais – COGEPS, no governo Zeca do PT. Em 2005 fui convidada a compor a Equipe do Talher Nacional, iniciada pelo Frei Betto, em que se organizavam processos de educação popular ensinando que –não basta dar o peixe, mas ensinar a pescar|. Em 2009 fui morar no Assentamento Santa Mônica, grupo do MST, em Terenos-MS, onde fui co-fundadora e presidenta da associação local, com objetivo de organizar a produção e a comercialização de alimentos. Na época especializei-me em Educação do Campo e Agroecologia, pela UFMS.

Em 2013 ingressei no Mestrado em Sociologia da UFGD, onde estudei sobre as mulheres e a produção de alimentos no assentamento; no mesmo período, a convite do CIMI, pude compor equipe de pesquisadores sobre o tema da fome entre os Guarani e Kaiowá. Em 2015 fui aprovada em concurso público como professora da Faculdade Intercultural Indígena/FAIND, da UFGD. E, em 2018, ingressei no Doutorado em Geografia com a pesquisa sobre a etnia Guarani Kaiowá.

Dessa forma, minha formação humana e política, ao longo da vida, estiveram associada aos movimentos sociais populares, os quais me educaram e me levaram à defesa dos valores humanistas e socialistas que pertencem à nossa classe.

Quanto ao presente trabalho, ele está estruturado em quatro capítulos. O primeiro capítulo, intitulado –Os Kaiowá e Guarani: a defesa de seus manejos florestais frente às políticas de espoliação| trata-se de um panorama sobre o modelo ancestral de os povos Guarani e Kaiowá manejar as florestas, modelo baseado na sua cosmovisão de mundo, articulada em plenitude com sua dimensão espiritual. Neste capítulo destacamos a região amazônica como importante polo irradiador da domesticação de alimentos e de recursos medicinais pelas mãos dos povos originários do tronco tupi, de onde se originam os Povos Guarani. Os povos originários espalharam-se buscando três elementos fundamentais, intrínsecos à sua cosmovisão: recursos hídricos, florestas e terras férteis. Povos que, no seu conjunto, detinham conhecimentos refinados sobre manejo dos solos, sobre água, ar, fogo, plantas medicinais, astronomia, pesca, reflorestamento, vida selvagem, biodiversidade. Manejavam seus diversos tipos de florestas e possuíam abundância em alimentos, por exemplo, os derivados de tubérculos (mandioca, inhame, cará, amendoim, batata, entre outros), e também mel, cana, milho, feijão, frutas silvestres, ovos, palmeiras, variações de cocos. Tinham ainda fartura em medicamentos derivados de raízes, flores, folhas, cascas. Também das florestas retiravam as matérias primas para confecção de roupas, redes,

cobertores, móveis, utensílios domésticos, moradias, objetos para rituais religiosos e para outras necessidades.

O segundo capítulo, –As políticas indigenistas do Brasil do século XX e as resistências Guaranil, trata de compreender o processo histórico e social que conformou o estado de Mato Grosso do Sul, pós-guerra contra o Paraguai (1864-1870); procura avaliar também empreendimentos empresariais políticos, estatais ou privados que impactaram na configuração territorial da região, como a delimitação de fronteiras, a implantação da Companhia Matte Larangeira, a criação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais – SPILTN, o sistema de reservamento, a implantação da Colônia Agrícola de Dourados - CAND (1943). Apontamos também o processo da história da devastação do bioma Mata Atlântica, a abertura de fazendas de criação de bovino, os impactos da colonização sobre os territórios, a resistência indígena à ditadura militar, documentados por vários autores, entre eles, Brand (1993, 1997), Vietta (2012), Chamorro (2015), Cavalcante (2021), Pedro (2021).

O terceiro capítulo, intitulado –Laranjeira Ñanderu 2, para além das cercas: Geografia das Insurgências, r-existências e o processo de autodemarcação, objetiva identificar aspectos da memória e da história da comunidade, priorizando acontecimentos por ela (a comunidade) destacados. Laranjeira Ñanderu 2 é uma retomada indígena da etnia Kaiowá Guarani, espoliada violentamente de seu território tradicional pelo processo de colonização. A retomada é herdeira de um pequeno agrupamento que, após ser espoliado de seu território tradicional, se recusou a submeter-se ao sistema de reservas imposto pelo Governo Federal, através do SPILTN, entre 1910 e 1928, com o objetivo de integração e assimilação, onde atualmente localiza-se a reserva indígena Panambi-Lagoa Rica. A resistência indígena enfrentou acordos enganosos, processos engavetado pelo governo, confrontos com várias formas de violência (física, étnica, emocional, entre outras), até as três retomadas simultâneas em agosto de 2005, violentamente reprimidas, assim como a retomada na mata da fazenda Santo Antônio da Boa Esperança, em Rio Brillhante, em 2007. Cabe ressaltarmos que as terras reivindicadas compõem parte da fronteira de expansão do agronegócio, tendo Rio Brillhante como segundo maior produtor de cana-de-açúcar do estado de Mato Grosso do Sul. Tal fato faz com que os povos originários sejam considerados empecilho ao modelo de –desenvolvimento do capitalismo na sua atual fase de neoextrativismo, que tem, na produção de *commodities*, seu lugar de destinação classificado pelo mercado globalizado. A memória da comunidade nos permitiu registrar parte de sua luta e resistência, chamada por seus

componentes de guerra permanente: estado de sítio, fome aguda, morte de crianças e jovens, suicídio, discriminação, ataques armados, racismo institucional, expulsão, queima de seus pertences, envenenamento de suas águas e seus corpos, atropelamento, falta de atendimento à saúde, morosidade do Estado, acordos não cumpridos, entre outros fatos que compõem um processo de verdadeiro genocídio contra os povos originários. Nesse contexto, abordamos também os conflitos do tempo atual, a nova retomada e os novos tipos de espoliação, resultantes do longo enfrentamento à guerra promovida pelas classes dominantes da região, em que se articulam agronegócio, política, empresas, mídias.

O quarto capítulo, denominado –Retomada Laranjeira Ñanderu 2: reflorestando a mente e o *tekohá*ll, visa a dialogar com as falas dos sujeitos da comunidade ampliada, das parentelas da região, das famílias extensas e de algumas lideranças, por onde suas histórias se entrelaçam. São parentelas de famílias que se cruzam, que se conhecem, que são os –parentesll, pois, até há cerca de cem anos, as grandes parentelas trocavam entre si os alimentos, as grandes cerimônias religiosas e festivas, e praticavam relações de reciprocidade. Os depoimentos selecionados referem-se ao processo entre o tripé –*kokuê*ll (roça), –*ñembo é*ll (reza, canto e dança) e a retomada, em que ambos convergem como uma unidade indissociável no processo de avanço, demarcando com o sangue de seus corpos seus territórios ancestrais. As retomadas são, então, a expressão de uma nova etapa da luta: encontrar uma terra devastada, –*cuspidá pelo agronegóci*ll, e, ainda assim, recuperar o *tekohá*, seja do ponto vista do espírito da pertença, seja ponto de vista dos solos empobrecidos pelo modelo de produção (venenos nas águas, nos solos, no ar, nos alimentos), pela terra nua, sem matas, sem animais, remédios, biodiversidade, mas, –*ainda assim, é sagrada*ll. A contradição entre o enfrentamento à brutalidade do sistema e a produção das festas de resistência, como o *Jeroky Puku*, a festa do milho branco, caminham juntos, como a festa e a guerra.

E, finalmente, nas Considerações Finais, buscamos relembrar o percurso da pesquisa, analisamos os resultados, os limites, bem como seus possíveis desdobramentos. Nesse sentido, percebemos que a pesquisa nunca termina, apenas aponta caminhos para os que virão!

CAPÍTULO 1 – OS GUARANI KAIOWÁ: A DEFESA DE SEUS MANEJOS FLORESTAIS FRENTE ÀS POLÍTICAS DE ESPOLIAÇÃO

-Vieram.
Eles tinham a Bíblia e nós a terra.
E nos disseram: -fechem os olhos e rezem!
E quando abrimos os olhos, eles tinham a terra e nós tínhamos a Bíblia!
Eduardo Galeano

1.1 Da origem à dispersão agroflorestal e a cosmovisão Guarani

A origem do ser humano nas Américas persiste em assunto ainda largamente pesquisado principalmente por historiadores, arqueólogos, antropólogos, entre outros. Embora haja limites nos estudos até então realizados quanto à origem, à precisão de números, a acontecimentos exatos, uma das correntes sugere que levas de seres humanos que povoaram o continente americano o fizeram em diversos momentos. Para Manuela Carneiro da Cunha,

De 12 mil anos para cá, uma temperatura mais amena teria interposto o mar entre dois continentes. Em vista disso, é tradicionalmente aceita a hipótese de uma migração terrestre vinda do Nordeste da Ásia e se espalhando de norte a sul pelo continente americano, que poderiam ter ocorrido entre 14 mil e 12 mil anos atrás! (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 10).

Uma das outras hipóteses sugere a travessia terrestre pelo Estreito de Bering, uma faixa de mar que teria congelado durante uma glaciação, o que permitiu a travessia de grupos humanos pelo gelo. Hipótese largamente difundida no Brasil, defendida por alguns e refutada por outros, a partir de análises mais recentes das camadas de gelo da região, que demonstraram ausência de plantas ou animais capazes de prover alimentação na travessia. Entretanto, nenhuma das pesquisas realizadas são definitivas, e estão sujeitas a discussões.

Para nossa pesquisa, no sentido de conhecer melhor a sociedade Guarani no tempo presente, interessa entender a possível gênese cultural dos povos indígenas – de modo especial a dos Povos Guarani – com o objetivo de aprofundarmos nossas percepções sobre sua cosmovisão de mundo, a partir da compreensão de seu território material de origem como matriz de seu modo de ser e de viver. Partindo desse pressuposto, suas explicações para o mundo, suas filosofias de vida, seus costumes, suas tradições milenares são parte de um modo de vida próprios, uma sociedade não ocidental! O modo como organizaram a vida (espiritual, cultural, material, social, socioambiental), ao longo de milênios, inspira e orienta cada etapa, cada ciclo de seu modo de vida: parto, nascimento, envelhecimento, morte, relacionamentos, mudança, produção de alimentos, consumo, moradia, saúde, educação, casamentos, festas, religião, repartição, completamente tudo.

A hipótese mais difundida considera que a gênese cultural dos Guarani está situada em algum lugar da região Amazônica, na bacia dos rios Madeira-Guaporé, no sudoeste da Bacia Amazônica (NOELLI, 1983; MELIÁ, 2016). Os Guarani fazem parte do tronco tupi (sua gênese está estimada ao redor de 5000 anos), do qual se derivou, ao longo de 3000 anos, uma multiplicidade que abarca em torno de 40 subgrupos (MELIÁ, 2016, p. 13). Em busca de conhecer o tempo presente, por meio de histórias que foram apagadas, um grupo de pesquisadores de várias universidades do Brasil encontrou indícios os quais comprovam que a Amazônia é um patrimônio biocultural criado pela intervenção indígena na paisagem, no mínimo nos últimos 6 mil anos. O trabalho resultou na série –Amazônia, Arqueologia da Floresta, disponível no Canal Cultural do Sesc TV¹¹.

Segundo Ennio Candott, diretor do Museu¹², –o subsolo, o leito onde repousa a Amazônia, tem dois bilhões e meio de anos¹³. A região da Amazônia destaca-se mundialmente como importante centro de domesticação de alimentos, assim como de medicina. Sua biodiversidade ofertou, ao longo de milênios, incontáveis frutas, tubérculos, raízes, rica biodiversidade em alimentos, além de uma vastidão de peixes, animais, mel. Achados arqueológicos permitiram que registros cerâmicos de 8 mil anos AP¹⁴ pudessem demonstrar possíveis estilos artísticos sofisticados. Abundantes comprovações de recursos, tanto aquáticos quanto florísticos, permitem sugerir que a região tenha sido importante polo de invenção e irradiação cultural. Os sítios arqueológicos encontrados comprovam a existência de vilas com populações entre 1 mil a 5 mil, chegando até 10 mil pessoas. Essas vilas entraram em colapso antes ainda de 1500.

Calcula-se que, da Amazônia, os povos do tronco Tupi se espalharam por diferentes itinerários, chegando ao oceano Atlântico; e, de modo especial, os Guarani seguiram o litoral sul, sempre em busca de três elementos fundamentais: as bacias hidrográficas, as terras férteis e a vastidão das matas com sua biodiversidade (NOELLI, 2000). Porém, independentemente de como chegaram, o fato é que o litoral era dos Tupinambá e dos Guarani quando ao Brasil aportaram as primeiras embarcações portuguesas¹⁵ (FAUSTO, 2000, p. 74).

Para Bessa Freire, os povos indígenas do Brasil, juntos, detinham conhecimentos sobre plantas medicinais, agricultura, ar, água, animais, astronomia, pesca, inseticidas naturais,

¹¹ Ver: Série de vídeos acompanha arqueólogos e retrata a presença indígena na Amazônia – Jornal da USP.

¹² Museu da Amazônia.

¹³ Exposição em Manaus reúne animais que viveram na Amazônia há milhões de anos | Amazonas | G1.

¹⁴ A sigla AP refere-se à: Antes do Tempo Presente.

¹⁵ A palavra –descoberto tem sido contestada de modo mais contundente a partir dos anos 2000.

reflorestamento, vida selvagem, biodiversidade, a exemplo da etnia tukanos, que dominava 137 variedades de mandioca (2003).

Considera-se que os povos Guarani, em processo de contínua expansão demográfica e de busca por mais territórios para sua reprodução, expandiram-se lentamente, ao longo de milênios, da Bacia do Amazonas em direção à Bacia dos rios Paraguai e Paraná, subindo por seus afluentes, ocupando paulatinamente uma vasta área composta por partes do litoral e do interior do Brasil (PR, SC, RS, SP, MS, ES, RJ), e frações territoriais dos países Paraguai, Argentina, Uruguai e Bolívia (NOELLI, 2000).

A partir de uma revisão exaustiva, Francisco Noelli (2000), analisando a arqueologia dos povos do Sul, considera a hipótese de que os Guarani sejam os primeiros a trazerem várias espécies de plantas da Amazônia para o sul do Brasil, através da capacidade de manejar seus complexos sistemas florestais. Para o autor, no interior de cada *tekohá* (*lugar onde se é, verdadeiramente*), se exercia um amplo sistema de troca de mudas e sementes então domesticadas, o que garantia a disseminação das diversas espécies de um lugar para outro, e, conseqüentemente, a alimentação e a medicina. Ao longo de centenas ou milhares de anos, a partir de cuidadosa observação, de experimentos, e compartilhamento de suas pesquisas e trocas de conhecimento sobre a biodiversidade, tanto os Guarani quanto os demais povos indígenas foram capazes de promover a autossustentação plena dos seus territórios.

Em regiões do sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e da Argentina e Uruguai), foram encontrados indícios de ocupação há cerca de 10 mil a 12 mil anos AP, locais onde se destacam em torno de 3.500 sítios arqueológicos da tradição Umbu (grupos que manejavam ferramentas de pedra) e Humaitá (grupos de 6.600 anos AP, que manejavam facas, machados, pontas de lança; viviam no máximo até 30 anos e mediam cerca de 1,60 cm). Segundo Francisco Noelli (2000), as pesquisas arqueológicas permitem apontar que, a partir de 10 mil anos AP, é possível que tais grupos¹⁶ tenham manejado as araucárias, os palmitais, os butiazais e os ervais, de modo que a chegada dos colonizadores europeus foi antecedida por uma complexa rede de produção de alimentos baseada no manejo florestal.

Os estudos ainda apontam que os Guarani ocupavam áreas de assentamento de longa duração, onde as roças se completavam com mais dois espaços essenciais, aldeia e vegetação ao redor. Essas roças localizavam-se em diferentes distâncias, e, depois delas, vinham as matas com suas área de coleta, caça, pesca, argila e materiais disponíveis para satisfazer as

¹⁶ Esses sítios pesquisados, em locais florestados ao longo de rios, lagos e banhados, apontam para uma associação às áreas tradicionalmente ocupadas por horticultores relacionados à tradição Guarani, -podendo ser integrados aos sistemas de assentamentos destes grupos ceramistas (DIAS, 2007, p. 8).

necessidades, –levando a crer que o raio de ação do ambiente humanizado pelos Guarani estendia-se por muitos quilômetros a partir da sede do tekohál (DIAS, 2007, p. 71).

Normalmente, nos territórios dos Guarani, as aldeias eram entrecortadas por trilhas, que, por sua vez, eram interligadas por roças, áreas de coleta, pesqueiros, áreas de caça, unidas por laços de parentesco e alianças regionais. Os Guarani eram exímios conhecedores da mata, do clima, dos tipos de solos, do manejo refinado de roça. Isso sugere que utilizavam a técnica do pousio, com espaços de até 15 anos, para novas rotações de cultura.

A dieta era centrada em plantas tanto de agricultura quanto de coleta, boa parte herdada da cultura amazônica. Ainda não há provas definitivas, mas já é possível dizer que os Guarani estão entre os primeiros a trazer para o Sul do Brasil várias espécies de plantas. Seu sistema de manejo florestal certamente contribuiu para a ampliação da biodiversidade nas regiões onde se instalavam, uma vez que em vários pontos do Sul do Brasil há espécies nativas de outras regiões, como a própria Amazônia, Centro Oeste do Brasil, Chaco, Andes e Pampa (NOELLI, 2000, p. 249).

Cumpramos mencionarmos que os trabalhos de levantamento arqueológico no Mato Grosso do Sul, conduzidos pelos arqueólogos Gilson Martins e Emília Kashimoto (2009), há mais de vinte anos, produziram o registro oficial de mais de mil sítios arqueológicos, de um total estimado em dez mil sítios. Os referidos estudos atestam a possibilidade de que, –no período paleoambiental denominado Pleistoceno, conhecido popularmente como –a era do gelol, o homem pré-histórico já estivesse caçando e coletando frutos e raízes nas distintas paisagens estaduais (2009, p. 11). –A maioria dessas ocupações foram acampamentos de caça, pesca e coleta estabelecidos nos diques naturais, cuja elevação topográfica favorecia o desenvolvimento de vegetação arbórea, provedora de alimentos tais como frutos, raízes e mell (MARTINS; KASHIMOTO, 2009, p. 36).

Quando falamos em Povo Guarani, observamos que as diversas etnias tinham em comum língua, cultura material, tecnologia, subsistência, padrões adaptativos, organização sociopolítica, religião, mitos. Havia, evidentemente, variações em níveis dialetal, de adaptabilidade e de etnicidade. Em que pese a necessidade de mais estudos, verifica-se, entre os Guarani, que as diferenças não aparecem como cisões, mas como ampla capacidade de abertura ao novo, de incorporação de outras alteridades, como veremos. Melià (2016) costuma refletir que os Guarani *guaranizavam* as terras onde pisavam, e, em suas migrações circulares, gostavam de caminhar em busca da Terra Sem Males, sem, no entanto, abandonar seus territórios.

Esses diferentes grupos étnicos poderiam ser resultantes de alianças, em tempos de guerra, por dominação do território, ou qual seria outro motivo? Enfim, aos Guarani pertenciam vários grupos étnicos. Para Lehner:

Os Guarani eram guerreiros (guarini) orgulhosos que conquistaram territórios e povos que viviam neles e que integraram a estes povos a sua própria cultura guarani, os guaranitizaram, lhes impuseram sua língua e sua cultura. Porém, com esta integração, também incluíram muitos elementos e conceitos das culturas conquistadas, transformando-se eles durante o processo e surgindo, desta maneira, a diversidade dos povos guarani histórico e atuais (LEHNER, 2014, p. 142).

O ramo Guarani pertence à família linguística do tronco tupi guarani. A sociedade colonial chamou os povos Guarani do Brasil e do Paraguai, historicamente, de monteses e caaygua (*ka „aygua*: -os do montell, ou -morador do matoll). No Brasil, os descendentes são hoje os Subgrupos Kaiowá, Ñandéva e Mbyá. Segundo Grunberg, os **Mbya (que significa “gente”)** estão presentes no Paraguai, na região oriental; no Brasil estão na região Sul, nos estados de Santa Catarina e Paraná; no litoral paulista até o norte do Rio de Janeiro; na Argentina, têm presença no departamento de Misiones. Os **Kaiowá no Brasil ou Paí Tavyterã no Paraguai (távy – yvy – ete – rã: habitantes do povo de uma verdadeira futura terra)**, estão presentes no sul de Mato Grosso do Sul e no Paraguai oriental, também são chamados pelos Ñandeva de tembekuara (—los de agujero labialll, pelo costume antigo de furar o lábio inferior dos meninos nos rituais de iniciação). Os Ñandéva, ou Avá Guarani, ou, ainda, Ava Katuete estão no Paraguai oriental e nos estados de Mato Grosso do Sul, Paraná e São Paulo, no Brasil. Em São Paulo, presentificam-se, por meio de famílias extensas nos subúrbios da capital. Na Bolívia estão os povos Guarani dos subgrupos Guarayos, Chiriguanos, Tapieté, Izozeños. Os Ñandeva/Tapieté estão no Chaco Paraguaio, na Bolívia oriental, no noroeste da Argentina. No Paraguai ainda estão os ache.

Pontuamos que as diferenças entre línguas e dialetos são pequenas de maneira que todos se compreendem; de modo especial as mulheres possuem mais resistência a aprender a segunda língua, ato interpretado por alguns como uma forma de resistência passiva frente à invasão de seus territórios. Tradicionalmente, as moradias dos Guarani contavam com um casal de avô e avó, seus descendentes casados, e outros familiares. Às vezes podiam chegar até a 200 pessoas vivendo em grupos, mas o mais comum era entre 50 a 100 pessoas. Atualmente, cada núcleo familiar geralmente tem sua casa, e procura morar próximo aos parentes. (GRUNBERG, 2014, p. 13-16).

A pesquisa histórica aponta que o território dos Guarani coincide com as áreas de expansão das florestas, o que nos faz refletir sobre a tamanha importância das matas e florestas para esse povo: Guarani e floresta são profundamente interligados, e interdependentes. Achados arqueológicos demonstram que os seus territórios de morada eram cuidadosamente selecionados, partindo das inúmeras variáveis que favoreciam sua

reprodução: matas, rios, caças, cenários belos, solos férteis, de acordo com a necessidade da vida bonita *-teko porã*”, coerente com a cosmovisão do mundo Guarani. Entre os critérios principais, algumas características sobressaíam, como a preferência pelas margens dos rios que

não eram inundadas nas cheias anuais; favoreciam uma ampla visibilidade do entorno do sítio e, conseqüentemente, subsidiavam a **defesa**, a observação da aproximação da **fauna**, o **cenário paisagístico**, etc.; facilitavam a **pesca, a caça e a coleta**, pois esses locais, piscosos e abundantes em **frutos e outros vegetais**, também eram frequentados por outros animais terrestres, potenciais alvos de caça; constituíam-se em „**ancoradouros**” naturais para as canoas; possuíam, em sua maioria, **cascalho e argila**, fontes potenciais de matéria-prima para a confecção de ferramentas líticas e recipientes cerâmicos (MARTINS; KASHIMOTO, 2009, p. 48, *grifos nossos*).

O modo de produção é o elemento mais importante para diferenciar os caçadores-coletores dos grupos indígenas atuais. Os primeiros se apropriavam do que a natureza ofertava, espontânea e sazonalmente, por isso deslocavam-se com regularidade, assentando-se em acampamentos provisórios; os segundos, independente do grupo étnico, eram predominantemente produtores de parte de seu sustento, especialmente por meio da horticultura e agricultura. Esse fenômeno de transição do modo de vida caçador-coletor deve ter ocorrido entre 2500 a 1500 AP, no espaço do atual estado de Mato Grosso do Sul. Segundo pesquisas arqueológicas, há cerca de três mil anos AP, os bandos de caçadores-coletores viviam de modo típico de uma economia social (MARTINS; KASHIMOTO, 2009).

A opção dos Povos Guarani pela reprodução da vida nas áreas onde ocorrem a expansão das florestas se dá tanto pela ampla oferta de alimentos, quanto pela sua cosmovisão de mundo, que abarca uma crença profunda de que tudo está plenamente interligado, desde as divindades, passando pelo corpo, ciclos da vida, saúde, festa, fartura, animais, florestas.

O pesquisador Carlos Fausto destaca que os grupos da floresta tropical utilizavam agricultura de queima e coivara, dispunham de amplos recursos aquáticos, organizavam-se em torno de um forte sistema de parentesco (entre eles não havia poder político ou religioso destacado), e tinham um notável senso de igualitarismo (FAUSTO, 2000, p. 13); –os cronistas também chamam a atenção para a riqueza dos recursos naturais, roças, milho, mandioca (p. 44).

No espaço geográfico local, os compartilhamentos Rio Baía e Ilha Grande constituíam ambientes que foram preferencialmente ocupados por aldeamentos guarani, isso porque as condições locais eram florestadas, com abundante pluviosidade, características de uma zona de transição entre massas de ar tropical e polares. –Um grande aldeamento arqueológico,

característico dessa ocupação indígena, ocorreu entre o terraço elevado da margem direita da foz do rio Ivinhemal (MARTINS; KASHIMOTO, 2009, p. 33). A região citada pelos arqueólogos, onde se encontram evidências da ocupação Guarani, está situada na divisa entre o Paraná e Mato Grosso do Sul (atualmente Eldorado, Itaquiraí, Mundo Novo e Naviraí); era repleta de várzeas, planícies, margens, lagos, lagoas, perfazendo cerca de 180 ilhas e ilhotas, onde havia a antiga Sete Quedas, perfazendo um cenário deslumbrante.

O modo de organização social Guarani conduziu a uma significativa capacidade de adaptação às novas necessidades, mudanças e novidades. Reconhece-se que essa abertura à alteridade do Outro tendia a incorporar novos conhecimentos. O fator agregador dava-se em especial em torno da figura de uma liderança religiosa com prestígio e boa capacidade de oratória, capaz de aglutinar guerreiros a orientar seus grupos. As mudanças para novos locais implicavam estudar os recursos florísticos regionais, descobrir e incorporar novos itens na sua medicina natural, agregar mais opções na sua abundante alimentação. As dietas alimentares variavam de acordo com os ciclos de vida da pessoa (período de gestação, infância, velhice) ou de acordo com suas opções pessoais. Plantavam suas roças nas clareiras dentro das matas; perto das casas formavam pomares, hortos medicinais, plantios para matéria prima e artesanato. Manejavam de modo excepcional variedades de mel de abelha, insetos, ervais, palmitais, fungos. Estocavam alguns alimentos, como pinhão, em silos subterrâneos. Cada aldeia tinha várias pequenas roças com idades diferentes, que, após pousio de até 15 anos, voltavam a ser reativadas. Diversas aldeias no Paraguai sugerem que alguns grupos ocuparam o mesmo *tekohá* por até entre 150 a 200 anos. (NOELLI, 2000, p. 256).

1.2 A sociobiodiversidade e abundância da alimentação indígena

A pesquisa de Noelli (2000) sinaliza que os Guarani dominavam, no mínimo, -39 gêneros vegetais subdivididos em pelo menos 159 cultivares. Além disso, dominavam -mamíferos, aves, peixes, répteis, anfíbios, moluscos e insetos, caçados e pescados. A caça era farta e fazia parte do cotidiano, era praticada para lazer, para presentear, abastecer dias de festas, rituais religiosos. Os rios tinham abundante oferta de peixes, alimento extremamente apreciado pelos Guarani que detinham o conhecimento de, no mínimo, onze técnicas de pesca. Trabalhavam com vários tipos de abelhas e tinham vários tipos de mel. Outra prática alimentar era o consumo de insetos, como determinadas formigas e cupins, abelhas e vespas, e também algumas larvas resultantes da decomposição de árvores apodrecidas (NOELLI, 2000,

p. 249-252). Em estudo de caso no Rio Grande do Sul, Noelli levantou mais de 300 itens apenas de vegetais, além de plantas da roça, de domínio dos Guarani da região.

Bartomeu Melià destaca que, nas terras quentes, plantavam mandioca brava e amarga, a qual, após a extração do ácido venenoso, era utilizada para a produção de farinha para a torta de *-mbejull*, conhecido como *-pão da terrall*. Nas terras temperadas e mais frias, produziam milho, mandioca doce, batata, diversos feijões e porotos. Gostavam de caminhar, mas não abandonavam os territórios que fizeram seus (MELIÀ, 2016, p.13 a 15).

Tradicionalmente os distintos povos Guarani (subgrupo Kaiowá/Pai tavyterã, Ñandeva, Mbya, Aché e outros) tinham uma estrutura social baseada na *-família extensall*; para abrigá-la construía uma casa grande, denominada *-ogusull*, onde poderiam acolher em torno de 150 pessoas, ou dez a sessenta famílias nucleares. A espiritualidade ancestral também sempre foi um elemento muito forte, agregador das famílias e, portanto, os rituais espirituais e festivos constituíram-se como elementos centrais do seu modo de vida. O povo Kaiowá Guarani pode ser considerado um povo caminhante, que migrava em busca de novos territórios, pois, *-segundo pesquisas mais recentes, a expansão Guarani em direção a estas bacias estava ligada ao aumento demográfico e conseqüente necessidade de novos espaços ao manejo agro-florestal que adquiriam e permitia dominar e incorporar novas áreas* (BRAND, 1993, p. 17). A alimentação era garantida pelas terras disponíveis, onde utilizavam o manejo agroflorestal e diversas técnicas, como o uso racional do fogo, o que permitia sua reprodução social e cultural no território. O território ocupado pelos povos Guarani não conhecia limites entre fronteiras; abrangia uma porção que compreende parte do que, atualmente, denominamos Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

Para Monteiro, os primeiros colonizadores que pisaram nas terras dos Guarani da região foram os jesuítas, que adentraram o território do Paraguai, em 1610, para as missões. No século XVII há registro de Bandeirantes para o sul do Mato Grosso, como Antônio Raposo Tavares, em 1648, e Luis de Almeida, em 1661, em busca de minérios e da captura de indígenas para a escravização. Cada vez que ocorriam ondas de colonização como essas, que se constituía verdadeiras operações contra os Guarani, os sobreviventes se organizavam e rumavam para o sul ou para os esconderijos de florestas mais densas, longe dos olhos colonizadores, o que provocava novas correntes migratórias em busca de viver melhor (MONTEIRO, 2003, p. 18-19).

Para Benedito Preziosi (2017), no século XVII, na região do Itatim (em Guarani: *-pedras pontudas*), que ia do rio Miranda até a serra de Maracaju, atualmente no estado do

Mato Grosso do Sul, já ocorria a escravidão forçada, disfarçada de –encomenda, a partir de 1621, em que o –encomendero espanhol prometia batizar e catequisar os indígenas em troca de seus trabalhos gratuitos. Ainda havia os constantes ataques dos bandeirantes paulistas, famosos por seus requintes de crueldade. Mesmo com resistência, os indígenas Guarani, da região do atual Mato Grosso do Sul, aceitaram reagrupar-se nas missões jesuíticas em 1639. Desse período em diante, os paulistas também passam a atacar as missões, organizadas pelos padres jesuítas, por serem mais vulneráveis aos ataques. Os Guarani eram muito cobiçados por serem considerados de temperamento dócil e por terem mais facilidade de comunicação na língua portuguesa. Lembramos que as primeiras missões são de 1610, no oeste do Paraná, na região da atual Guaíra, que pertencia ao Paraguai na época. Havia mais ou menos 15 reduções, com cerca de 70 mil indígenas reduzidos. Para fugir dos ataques dos bandeirantes, os indígenas resolveram fugir para a região de Tape, centro do atual estado do Rio Grande do Sul. De 70 mil, apenas 10 mil conseguiram chegar a Tape. Em 1639, a missão de Jesus Maria, na Serra do Tape, foi atacada por uma expedição, sob o comando de Antônio Raposo Tavares, famoso assassino e traficante de indígenas, por um grupo de 140 paulistas e 150 indígenas (PREZIA, 2017, p. 99-101).

Com o Tratado da Paz, em 1872, criou-se uma comissão para demarcar a área e fixar fronteiras entre o Brasil, o Paraguai e demais países membros da Guerra. Essa comissão foi chefiada pelo Coronel Rufino Enéas Galvão (Visconde de Maracaju), que tinha como condutor de víveres, Hernesto de Paiva e Thomaz Larangeira (OLIVEIRA, 1988).

Brand (2005) descreve que, ao final da Guerra, quando é realizada a demarcação das fronteiras entre Brasil e Paraguai, ignora-se ser a região ocupada por indígenas das etnias Guarani Kaiowá e Nhandeva. As novas fronteiras demarcadas estendem-se da área que ia do rio Apa (Mato Grosso) até Sete Quedas (Paraná). Vale lembrarmos, contudo, que Thomaz Larangeira percebe que havia grande quantidade de ervais e de indígenas presentes na região; assim, após a demarcação das áreas, em 1874, Thomaz Larangeira fixa-se no sul de Mato Grosso para exploração dos ervais nativos e cria a Companhia Matte Larangeira.

Para Melià, nos séculos XIX e XX, nos anos em que Tomaz Larangeira esteve explorando as terras concedidas pelo Estado brasileiro, como contrapartida por sua participação na Guerra do Paraguai (1864-1870), o fato de a extração da erva mate obedecer a ciclos com intervalos regulares possibilitou que os Guarani ainda pudessem, de certa forma, manterem-se sem muita intromissão dentro de seus *tekohá* (2016, p. 183). Pontuamos que a erva mate, produto de interesse comercial dos exploradores, era abundantemente produzida

em terras Guarani, o que era compatível com a preservação em geral dos modos tradicionais desse povo, especialmente porque os ervais eram numerosos na região e a associação com outras espécies de árvores no entorno compunham o ambiente ideal para a reprodução de espécies e de extração do produto erva mate, embora a carga de trabalho em torno da produção e da comercialização ficasse a cargo dos indígenas, que, muitas vezes, tralhavam em regime de escravidão.

No Paraguai, na região do Salto do Guairá, a concessão foi de 800.000 hectares; no antigo Mato Grosso, Brasil, chegou a 5 milhões de hectares (MELIÁ, 2016). Assim, a empresa Matte Laranjeira tinha direito de concessão dos ervais, no entanto, para burlar a lei, plantava erva mate para ampliar a área de controle. Segundo Jorge Eremites (2018), a empresa chegou a obter para seu domínio uma área de 5 milhões de hectares abrangendo Brasil e Paraguai.

O poder da Matte Laranjeira era tão significativo porque atingia **rendimentos seis vezes maior que a receita do Estado**. Em 1924 o orçamento do Mato Grosso foi de 5 mil contos de réis e o da Companhia atingiu 30 mil contos de réis, permitindo inclusive fazer empréstimos ao Estado. As obras de infraestrutura eram realizadas pela Mate Laranjeira, como abertura de trechos da ferrovia, construção da cidade de Campanário, por exemplo, sede da Companhia que possuía instalações urbanas adequadas aos grandes centros. Disponha de serrarias, carpinteiros, oficinas mecânicas. Era servida de luz elétrica, água e esgoto. Na área social oferecia hospital, escola, cinema, quadras de esportes, além de um campo de equitação, pista de corrida de cavalos e um cassino para a elite (BATISTA, 1995, p. 8).

A empresa praticava regime de trabalho escravo utilizando o método de escravidão por dívida, além disso, contratava pessoas para provocar conflitos e despedir trabalhadores sem efetuar os pagamentos devidos. Batista (1995) explica que o terrorismo, a delação, os castigos físicos, fuzilamentos, abusos sexuais, prostituição de menores eram práticas da empresa. Em 1932, a Companhia foi responsável pelo massacre de um grupo de posseiros que se rebelou, o que originou um conflito armado, sob o argumento de que os posseiros eram –comunistas|. Além do mais, o excesso de trabalho fazia com que os trabalhadores chamassem a erva de –erva do diabol| – os indígenas carregavam até 300 quilos de erva nas costas. Por isso, os trabalhadores dos campos de erva tinham uma vida mais curta (SCHADEN, 1974, p. 34).

Imagem 1 – Trabalhadores nos ervais de Amambai¹⁷

¹⁷ Cia. Erva Mate Laranjeira: a história de Amambai passa por seus ervais



Fonte: Jornal Amambai Notícias: -Cia. Erva Mate Laranjeira: a história de Amambai passa por seus ervais, 2015.

Cumpramos observar que a ciência geográfica tem trazido importantes contribuições para análises acerca de transformações territoriais ocorridas ao longo do processo colonial e de como o modelo de desenvolvimento, baseado nos moldes capitalistas, impacta diretamente sobre a vida das classes trabalhadoras e dos mais variados grupos étnicos, incluindo populações indígenas, quilombolas, assentados, pescadores, entre outros. Sendo assim, para compreendermos as problemáticas atuais, precisamos recorrer à história e à geografia, por exemplo, para analisarmos as opções e os efeitos do modo de produção sob a ótica do capitalismo.

Observamos que os solos, sob os quais repousam parte sul da Região da Grande Dourados até às margens do Paraná (território onde atualmente é o sul do Mato Grosso do Sul), coincidem com parte importante da ocupação territorial Guarani e eram cobertos pelo bioma Mata Atlântica. O bioma Mata Atlântica caracteriza-se por ser fundamentalmente influenciado pelas variáveis do Oceano Atlântico; envolve diversos ambientes, com variados ecossistemas locais, e seus remanescentes estão presentes em dezessete estados (SE, PE, PB, AL, PI, BA, CE, RN, ES, RJ, SP, MG, GO, MS, PR, SC, RS). Estudos organizados pelas pesquisadoras Maura Campanili e Miriam Prochnow, no livro *Mata Atlântica - Uma rede pela Floresta* (2006), trazem detalhada avaliação sobre o bioma Mata Atlântica, que é resultante de largo processo de evolução de 50 milhões de anos (2006, p. 17), e que, na

ocasião da invasão territorial europeia, cobria 15% do território (1.306.421 km²) hoje chamado Brasil; estendia-se por grande parte da costa atlântica, adentrando o Paraguai e a Argentina, na região Sul e Sudeste. Atualmente restam desse bioma apenas 7,8% de sua área original; além disso ele tem sido objeto de acirradas disputas pelas megacorporações de empresas capitalistas, especialmente na área de construção de condomínios luxuosos, em faixas litorâneas ou em reservas. Embora esse seja o 2º bioma mais ameaçado do mundo, ficando atrás apenas das florestas da Ilha de Madagascar (África)¹⁸, quase extintas, ainda preserva 20 mil espécies de plantas, das quais 8 mil são endêmicas, ou seja, só ocorrem nesse bioma, possui árvores de até 40 metros e representa 33% a 36% da diversidade de plantas do Brasil, que possui entre 55.000 a 60.000. É ainda o mais biodiverso em árvores no planeta, em apenas um hectare ao sul da Bahia, por exemplo, foram encontradas 454 espécies de árvores; o maior número havia sido, até então, o de 300 espécies, alcançado, em 1986, na Amazônia peruana. Detém imensuráveis quantidades de samambaias, orquídeas, figueiras, coqueiros, bromélias, trepadeiras. Estima-se que tenha 1,6 milhão de espécies de animais, incluindo insetos. Entre as frutas típicas estão jaboticaba, goiaba, araçá, pitanga, caju, cambuci, uvaia, cabeludinha, palmito, araucária, erva-mate. Além disso, 1000 espécies de aves; 370 de anfíbios; 200 de répteis; 270 de mamíferos; 350 de peixes (CAMPANILI, PROCHNOW, 2006, p. 22-27). Os estudos também demonstram um regime hídrico permanente nos domínios da Mata Atlântica, o que garante abundância de água e fertilidade aos solos, graças às matas ciliares e à preservação de nascentes, córregos e rios.

Atualmente, são mais de 120 milhões de habitantes em cerca de 70% das áreas que antes eram de domínio da Mata Atlântica. Essas populações estão especialmente concentradas em grandes capitais como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Salvador e Fortaleza. Com isso, nossa civilização promoveu altos níveis de desflorestação. A seguir, alguns exemplos: o estado de São Paulo, em 1850, era 80% coberto pela Mata Atlântica; em 1950, restavam 18% dessa cobertura; o estado do Paraná exterminou com suas araucárias em 15 anos (1963-1978), restando apenas 0,8 % do bioma original (em 1965 havia o registro de 1.395 serrarias); o estado de Santa Catarina era 100% coberto por Mata Atlântica; o Piauí possui 0,1% de sua área original.

Quanto ao Mato Grosso do Sul, a região do sul do estado até o limite com o estado do Paraná era coberta pela Mata Atlântica. Atualmente a área remanescente, mais importante,

¹⁸ Projeto Aves: Madagascar, um paraíso em constante ameaça. Disponível em: https://pick-upau.org.br/ong/noticias/noticias_2018/2018.11.08_ong-materia-madagascar/materia-projeto-aves-madagascar-biodiversidade-ameacada.htm . Acesso: 12 out. 2022.

encontra-se na serra da Bodoquena, como uma unidade de conservação, com área de 76.481 hectares. Tal unidade é resultado de muita mobilização da sociedade civil e também alvo de oposição de vários empresários e fazendeiros da região na atualidade. O Parque cobre apenas 0,2% da superfície do estado; é repleto de nascentes, grutas, cavernas, diversidades de espécies animais e vegetais. Abriga ainda algumas espécies endêmicas que requerem ser pesquisadas, preserva espécies com alto risco de extinção.

A lógica dos governantes brasileiros sempre esteve atrelada ao modelo de desenvolvimento depredatório e servil aos grupos imperialistas. A fumaça queimando as árvores nas indústrias sempre foi vista como sinônimo de –progresso|. Isso pode ser ilustrado com um fato ocorrido em junho de 1972 (o Brasil era dirigido pela ditadura militar), quando, durante uma Conferência sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, na Suécia, os representantes do governo afirmaram publicamente: –que venha a poluição, desde que as fábricas venham com elas| (CAMPANILI, PROCHNOW, 2006, p. 37). Um outro fato a respeito: o Brasil chegou a cortar uma araucária gigante de 33 metros para transportar de navio para a Europa, onde foi novamente montada, na Exposição Internacional de Viena, como parte do plano de atração de estrangeiros às florestas do Brasil.

Demonstrações similares acerca dessa situação no Brasil abundam nos territórios onde viviam as populações Guarani. Um exemplo podemos encontrar em relatório de 15 de março, de 1966, escrito por Walter Samará Prado (chefe do Posto da 5ª Inspeção Regional do Serviço de Proteção ao Índio, de Mato Grosso), ao seu chefe federal¹⁹, em que solicita recursos para sua inspeção e faz exposição sucinta sobre cada posto. Por meio do documento é possível termos ideia da situação ambiental da região, da visão que os governos tinham da população local, da perspectiva integracionista, o que podemos verificar em trechos do relatório: –[...] apresentam um grau de cultura bastante elevado, mas que devido às suas condições socioeconômicas, ainda não conseguiram um desenvolvimento auto suficiente para se integrarem definitivamente na nossa civilização (MONTEIRO, 2003, p. 166). Quanto ao Posto da 5ª IR, informa que possui –farta e barata mão de obra, que é o elemento indígena| (p. 166). Sobre o Posto de Dourados, descreve que havia um rádio para transmitir e receber notícias, uma casa na sede, cercada, um trator, **uma serraria**, um caminhão para transporte de toras, pequena lavoura, 80 bois, e que a área detinha –grande reserva de madeira, principalmente peroba, ipê e outras; é um posto servido de água, suas terras são ótimas para o cultivo de arroz, feijão, milho, batata, mandioca, trigo, etc, são as melhores terras para cultura

¹⁹ Os relatórios estão organizados por Maria Elizabeth Brêa Monteiro, no livro *Levantamento histórico sobre índios guarani kaiowá*, publicado pelo Museu do Índio/FUNAI/Rio de Janeiro, 2003.

da região. Nesse período havia 200 famílias indígenas assentadas pelo SPI, nos lotes de terras, trabalhando nas lavouras, na cidade ou nas fazendas. Em relação ao Posto de Caarapó, tinha –grande quantidade de madeiras, tais como aroeira, peroba, cedro, etc. É grande também a sua reserva de erval nativo, carece de cuidados para melhorar a sua produção, nas condições atuais, a sua produção é estimada em 5.000 quilos por ano. Sobre o de Amambai, há relato de que as matas cobriam 60% da área, e –suas terras são ótimas para o cultivo da cana, arroz, milho, feijão, batata, abóbora, etc, existe grande quantidade de madeira como peroba, cabreúva, cedro, etc. suas terras são reputadas como de boa qualidade para exploração de cerâmica (p. 173). O relatório segue destacando *Taquapery*/ Antônio João, Porto Lindo e Sessoró/ Iguatemi, todos com qualidade excelente de terras para agricultura, grande quantidade de ervais nativos e abundância da madeira de lei. O relatório destaca a índole pacífica e a vida agrícola, faz levantamento indicando um número aproximado de 40 a 50 mil indígenas da etnia kaiowá vivendo na região, suas — aldeias são colocadas entre as suas roças ou lavouras, e nas roças abundam especialmente milho, mandioca, etc, suas casas cobertas por folhas da palmeira jerivá. O mesmo relatório, informa-se que **–são completamente inúteis e prejudiciais à sociedade** pelas suas frequentes correrias, trazendo continuamente em sobressalto os lavradores do interior da Província, e que o único meio de chamá-los à civilização seria persuadi-los ao aldeamento e catequese (Relatório da 5ª IR do SPI do MT, 1966, p. 26-27).

Destaca-se também que as zonas ocupadas pelos Kaiowá e Guarani eram matas com áreas férteis e úmidas e abundância de alimentos (MONTEIRO, 2003, p. 22). Ainda relato de 1847, conta que a mata era entrecortada por labirintos e que os colonizadores dependiam exclusivamente da ajuda dos índios para a função de se localizar e atravessar as regiões; que eles eram muito receptivos, –ao contrário dos Guaicuru e Guanál. A atitude de receptividade relaciona-se aos kaiowá, reconhecidos por terem o lábio inferior perfurado com batoque e por usarem os cabelos presos, amarrados para trás.

No início do século XX, pesquisa desenvolvida por Egon Schaden, após percorrer grande parte do território guarani entre São Paulo e Mato Grosso, entre os anos de 1949 a 1951, resultou no livro, intitulado *Aspectos fundamentais da Cultura Guarani*. O trabalho mostra uma etnografia bastante referenciada por vários autores, onde aborda aspectos especiais do modo de vida presentes na primeira metade do século. Interessante observarmos que, no período de 1950, haviam registrados, no posto da Reserva Indígena de Dourados, apenas **548 indígenas Guarani Kaiowá, Guarani Nandeva e Terena, o que contrasta com**

o número atual de 18 mil, na mesma extensão de terras. Em seu estudo, naquele momento, o pesquisador já observava problemas graves decorrentes de aspectos da política de Estado e da colonização, por exemplo, influência do cristianismo na desagregação dos modos tradicionais; grande mortalidade por tuberculose; casos de até 60% de mortalidade infantil; malárias; gripes; alcoolismo; incidência de cáries, sobretudo, nas aldeias em que se costumava chupar muita cana de açúcar; e problemas severos resultantes de alterações na alimentação tradicional. Observou-se que as mulheres tinham em geral 10 a 12 filhos, porém, pouco mais da metade chegava à vida adulta. O autor constatou ainda que era muito comum os indígenas dormirem ou no chão, próximos a fogueiras, ou em tarimbas ou jirais. Era também usual alguns índios andarem nus; porém, na presença dos *karai*²⁰, eles escondiam-se, pois não queriam ser identificados como selvagens ou atrasados. Schaden chama a atenção para a hospitalidade, modo especial de ser do Guarani. No que se refere ao trabalho, o estudioso pondera que existiam os trabalhos na colheita de erva-mate, que as safras iam de julho a outubro, e que os trabalhadores chegavam a carregar em média 300 quilos de folhas prensadas nas costas. Egon Schaden também afirma que a erva-mate, embora muito apreciada pelos indígenas, era chamada por vários deles de -erva do diabol, pelo peso do sangue, suor e lágrima embutidos no trabalho, muitas vezes, com mão de obra escravizada. Acrescenta que a saída dos homens para o trabalho fora contribuía para alterar o calendário da roça, e era mais um elemento desagregador para os *tekohá*.

Os Guarani estabeleceram-se sempre que possível no seio da mata, evitando a paisagem aberta dos campos. As suas aldeias, longe de se constituírem conglomerados compactos de habitações, consistem em casas isoladas, mais ou menos distantes umas das outras, espalhando-se pelas clareiras das florestas (SHADEN, 1974, p. 25).

Para Shaden (1974), o ponto de convergência geralmente eram as casas de reza, onde eram realizadas as cerimônias, geralmente sob responsabilidade do chefe religioso, podendo ser homem (*ñanderú*) ou mulher (*ñandesy*). Com relação a isso, o autor chama a atenção para a distribuição de poder um pouco mais equilibrado entre mulher e homem, quando se compara com os padrões ocidentais. Um exemplo de casa de reza citado foi o da casa do Paí Chiquito em Panambizinho, com cerca de 500 metros quadrados. Sobre a alimentação, segundo Schaden: -embora o G seja **incapaz de conceber a vida humana sem as alegrias da caça e da pesca, a base de seu sustento lhe é fornecida pela lavoura** (1974, p. 37). Desse modo, o prestígio social não estava associado a posses de representação econômica, a valores

²⁰ *Karai*: é o modo como os povos kaiowá e Guarani referem-se aos não indígenas, às vezes sendo chamados genericamente de -brancos

ocidentais, como os da acumulação e do consumismo. Ao contrário, o prestígio estava profundamente relacionado à capacidade de produzir alimentos, e, de forma comunitária, promover a economia da reciprocidade, sobretudo através dos *potirõ* – puxirão no Brasil e minga no Paraguai. Estava ainda na capacidade de produzir rituais religiosos festivos, nos quais o excedente era consumido por todos, o que gerava novamente um ciclo de equilíbrio que igualava todos, sem haver a necessidade de armazenar, porque logo fariam novas plantações, novas colheitas e novos rituais religiosos de festas de partilha. O mutirão ou puxirão para abrir roças, plantar, construir moradas era comum e expressão de solidariedade; funcionava para alimentar uma economia baseada na reciprocidade. Geralmente os dias de mutirão eram de muita alegria, piadas, gritos, e festa com baile, chicha e cachaça.

Outro elemento observado por Shaden, que caracterizava o prestígio da liderança, era a sua capacidade de comunhão com o sobrenatural, e daí a sua capacidade de guiar e apoiar seu povo, seja orientando no *tekohá*, seja auxiliando os mais próximos, quando solicitado para tal. Fartamente observado pelos pesquisadores, o elemento espiritual está profundamente presente na cultura Guarani, quer no mutirão, quer na colheita, no plantio, nascimento, visita, doença, -tudo é motivo para rezas e danças rituais. Há rezas para chegar chuva, espantar chuva, tempestade, conquistar mulher, impedir cobra, nascer, morrer, tudo. **Canto, dança, reza e *mbaraká* ao mesmo tempo instrui, unifica e dá sentido de pertencimento ao membro do *Tekohá*.**

Melià, por sua vez, explica que -as mulheres animam as danças com suas taquaras, bastões de ritmo, verticalmente golpeadas contra o solo, de som rouco. É um tempo intenso de cantos e de dança no qual algum participante entrará em transel (2016, p. 51).

Sobre o modo de fazer as roças, Pereira, a partir da explicação de um xamã, descreve o seguinte:

Nos patamares celestes, quando as divindades masculinas querem preparar suas roças, primeiro proferem as rezas apropriadas para esse fim, em seguida tomam um fio de algodão e o estendem pela mata, fechando o perímetro do tamanho da roça que pretendem cultivar. Feito isto, puxam o fio e derrubam árvores. Tudo é feito sem esforço, apenas com gestos rituais sem necessidade de uso do machado. Depois ateiam fogo e, uma vez preparada a terra, enviam suas esposas para semear. Quando as esposas retornam da sementeira, eles rezam novamente para a lavoura crescer e amadurecer e, na sequência, reenviam suas esposas para realizarem a colheita. A diferença em relação às roças dos humanos é que tudo aí é realizado sem muito esforço e a colheita é farta e rápida, mas as distinções e complementariedades nas tarefas, em relação aos papéis atribuídos a cada gênero, são praticamente idênticas (2016, p. 34).

Acrescentamos que os alimentos sempre foram tratados como presente especial dos céus para os Guarani. No entanto, é no milho que se concentra todo o poder emanado pelo

mistério da divindade, em torno da qual as demais culturas se orientam. Shaden (1974) identificou oito variedades de milho na região de Dourados, entre as décadas de 1950 e 1960; porém, é no milho saboró (de grão mole) ou *jakaira* – que amadurece após quatro meses do plantio – que se encontra o caráter sagrado. O ritual de batismo do milho saboró pode ser considerado o princípio para a reprodução das demais espécies agrícolas. Já o milho branco, *avaty moroty*, é o melhor para a fabricação da *xíxa*. A alimentação derivada do milho é variada: pamonha, polenta, canjica, assados, cozido, além da chicha, bebida sagrada. Conforme ainda o estudioso, foi identificado pelo menos sete momentos de rezas e rituais em torno do milho sagrado: 1. Antes de se queimar a roça, ela é benzida; 2. Na véspera de se iniciar o plantio, a roça queimada é batizada; 3. No momento em que o pé de milho está com cerca de 50 centímetros, ele é benzido para se evitarem os bichinhos; 4. No momento em que se formam os primeiros grãos, reza-se para agradecer; 5. No período de colheita dos primeiros milhos verdes, reza-se; 6. Quando são preparadas as primeiras comidas de milho, reza-se; 7. Quando se prepara a primeira chicha, reza-se. Reza-se também para as demais culturas, tais como mandioca, batata doce, feijão, abóbora, morango, fumo, algodão, especialmente, no ritual de batismo dos primeiros frutos, na primeira cesta cheia de alimentos (SHADEN, 1974).

O professor indígena Izaque João, Guaraní Kaiowá da aldeia Panambi, em Douradina, em sua dissertação de mestrado, intitulada *Jakaira Reko Nheypyru Marangatu Mborahéi: origem e fundamentos do canto ritual Jerosy Puku entre os Kaiowá de Panambi, Panambizinho e Sucuru'y, Mato Grosso do Sul* (2011), estuda Panambi, em Douradina, e Panambizinho, em Dourados. O referido estudo destaca que, em meados do século passado, a região da Grande Dourados era totalmente composta por mata virgem – *ka' aguyrusu* –, entrecortada por rios e córregos, que constituíam importantes pontos de referências, e que o percurso do Rio Brilhante era um ponto de encontro estratégico para a realização dos rituais religiosos, além das várias famílias instalarem-se ao longo das micro bacias devido à abundância de peixes, que era também uma forma de proteger do percurso dos rios, através da reza (JOÃO, 2011, p. 43).

Gileandro Barbosa Pedro, por sua vez, pesquisador indígena morador de Panambi-Lagoa Rica, em dissertação de mestrado, conceitua *Ka'aguyrusu* como uma área de mata com fartura de alimentos e livre de limites físicos, formando um –conglomerado de *tekohá*, mantido por diferentes laços de interesse, sem que nenhum grupo se sobreponha aos outros (PEDRO, 2020, p. 28). Esse território situava-se às margens da Bacia do Brilhante.

Em nossas pesquisas, podemos afirmar que –a atividade de agricultura no sistema kaiowá tradicional possui várias regras criadas desde o princípio de sua existência, sendo concebida como um conjunto de fenômenos dependentes da prática de rituais (JOÃO, 2011, p. 29), tornando-se impossível dissociar a roça e a reza. Os cantos longos são tão importantes, que se acredita que, junto com o conjunto de símbolos utilizados, lançam palavras que se projetam no espaço celeste, colaborando assim para o equilíbrio do cosmos. Isso contribui para a abundância dos alimentos, entre os quais, hierarquicamente, o milho saboró é o principal deles, seguido por outras espécies de milho.

Acredita-se que as espécies de grãos tradicionais, como os feijões, são dependentes do desenvolvimento do milho saboró e do seu espírito *jakaira*, assim como a mandioca, a moranga, a abóbora, batata-doce, cana-de-açúcar são dependentes da banana, que representa o *itymbyry ruvixa*. Entre os derivados do milho e da mandioca, levantados pelo estudioso João, estão —*hu''i* (fubá grosso), *hu''i tine* (fubá de milho mais mandioca amolecida na água), *xipa*, *tapopi* (farinha de mandioca), *pirekái* (mandioca assada), *mandi''o mimõi* (mandioca cozida) (JOÃO, 2011, p. 31).

Registramos que alimentos como batata-doce, banana, abóbora, após o *jehovasa*, seguem uma maneira ritualizada para serem consumidos. Por exemplo, a banana assada somente pode ser consumida por pessoas que não querem mais ter filhos, e a banana cozida provoca ressecamento do leite na mulher que amamenta.

Conforme o pesquisador João, há elementos fundamentais na cosmovisão Kaiowá, por exemplo, a importância do ritual em torno do canto longo de batismo do milho saboró, em que a organização da festa (que ocorria regularmente até meados dos anos de 1980) sempre ocupa o lugar central da atenção da comunidade. O ritual inicia-se com o *jerosy puku* e continua com o *kotyhu* e *guahu*; é dotado de perfeição e poder mágico, que ajuda a alcançar patamares celestes; é o princípio da reprodução das demais espécies agrícolas. De acordo com o mito da criação, para os kaiowá, a primeira roça foi plantada pelo *jakaira*, que,

com sua inteligência mágica, incorporou o milho saboró, de acordo com sua posição ocupada no plano celestial, por isso o milho é considerado sagrado. Ressalta que todos os espíritos depositados no milho saboró são partes que foram retiradas dos instrumentos das divindades, os *xiru* (p. 30).

João destaca, ainda, que o ritual possui regulamento, só podendo ser realizado por um rezador experiente, e que, –através dos cantos, o kaiowá concebe a estrutura e o modo de vida do seu tekoha, no sentido de protegê-lo ou isolá-lo dos espíritos negativos. Desse modo, o sentido da reza é entendido pela sociedade kaiowá como o alimento indispensável para o

kurusu nhe''engatu ou *xiru* continuar sustentando a terra (p. 20). Quanto ao *xiru*, ele pode ser visto, em geral, próximo à rede do rezador, mas não pode ser tocado por outra pessoa que não seja o rezador ou seus ajudantes *yvyra''ija*, que são iniciados na função de ajudantes para a qual têm intenso treinamento com os rezadores e passam a cumprir determinados rituais, comportamentos, e estudos, inclusive sobre a indicação de alimentação: -alimentos derivados do milho saboró e de outros produtos como mandioca, batata-doce, cana-de-açúcar e peixe são considerados alimentos adequados para o corpo ficar leve, sobretudo na prática do *jeroky*²¹ (p.30).

Os lugares onde eram realizados os rituais *kunumi pepy* e o batismo do milho saboró eram cuidadosamente escolhidos, através das rezas, pelo ñanderu; eram considerados sagrados e simbolicamente perfeitos, eram locais onde o espírito protetor permanecia por um bom tempo.

Grunberg conta que havia antigamente cinco cantos longos, *-mborahéi pukull*, desde o pôr do sol até o amanhecer. Perderam-se quatro cantos longos, que, na tradução para o português, significam -Nossa Avó, -Nosso Pai, -Nossa Mãe, -Herói do Sol. No Paraguai continuam cantando o *-Ñane Ramõi Jusu Papa ñengaretell*, ou *-Hino Longo de Nosso Avô Grande Eterno* (GRUNBERG, 2014, p. 283).

Assim, a reza está presente em todas as dimensões da vida humana do Povo Guarani, qualquer que seja seu subgrupo. A carne dos animais de caça, por exemplo, é muito apreciada pelos kaiowá, no entanto, a busca por ela precisa seguir alguns procedimentos para que não se cause irritação ao dono do animal, (*so''o jará*). A mata é considerada a casa dos animais silvestres e o local onde vivem os espíritos do *ka''a aguy reko avaete* (seres que cuidam dos animais que vivem no mato). Fazer as rezas antes de ir à caça é uma atitude infalível para se cumprirem os objetivos propostos (JOÃO, 2011, p. 40). Complementam a explicação sobre as caças, os estudos de Grunberg (2016, p. 328), para quem -antes da caça um bom caçador estabelecia contato com o animal que estivesse disposto a deixar-se caçar por ele, ou seja, a alma do caçador e a do animal se encontravam nos sonhos e esta, a do animal, concedia-lhe generosamente um membro de sua família animal para alimentar a família humana. A pesquisa de Izaque João (2011), aborda ainda que existe uma ética no processo de busca pela alimentação, como por exemplo, se uma família sai e abate dois animais, um deveria ser deixado no caminho para alimentar uma segunda família. O pesquisador rememora que no

²¹ Uma vez ouvi de um jovem kaiowá que seu avô xamã não comia carne de vaca porque deixava o corpo pesado e ele precisava manter-se magro e leve para alcançar os patamares do mundo espiritual enquanto rezava.

tempo da *Ka''aguyrusu*, como a maioria dos grupos vivia em uma *ogapsy*, os animais que fossem abatidos deveriam ser repartidos, cada família ficando com um; caso entrassem nas *ogapsy* com mais de um animal, teriam que entrar por portas diferentes para não desagradarem o *jára* do animal abatido. Podemos observar, assim, um alto nível de controle da caça, assim como um sistema de repartição baseado na economia da reciprocidade em todos os âmbitos da vida, incluindo a alimentação.

Os Guarani Kaiowá, quanto ao manejo da matéria prima, acreditam que, antes de saírem para as matas, é preciso realizar o *jehovasa*, pedindo permissão aos *jára* (seres), protetores das matas, para a retirada do material da casa dos animais silvestres com segurança e com o intuito de somente suprir suas necessidades. Caso esse procedimento de reza não seja realizado, acredita-se que pode ocorrer alguma tragédia no local de onde foi retirado o material (JOÃO, 2011).

As rezas elevam a comunicação também com a alma de animais e plantas, pois entende-se que cada espécie, seja animal seja vegetal, possui um dono ou uma dona, um cuidador ou cuidadora, seres espirituais a quem se deve respeitar e pedir permissão, assim me confidenciou o jovem Fábio, Kaiowá, quando me explicava sobre seu pai que, com mais de 70 anos, voltou a morar dentro da mata, na beira do rio. Grunber conta que, entre os kaiowá do Paraguai, costuma-se fazer oração para acalmar cobras antes de se iniciar uma caminhada; algumas das expressões dos rituais são as seguintes: *-que bondosamente se mantenha escondida, longe dos lugares por onde passarei*”, *“guarde bondosamente a seus números netos, Cobra Grande, longe dos lugares por onde passaremos*” (GRUNBERG, 2014, p. 329).

De acordo com Izaque João (2011), para mudar-se de um lugar e ocupar outro, em primeiro lugar necessitava-se inspecionar o local à base da permissão das rezas. Ele relata que primeiramente é preciso fazer o *jehovasa*, que purifica todas as espécies de alimentos que serão cultivadas ou consumidas.

Era tão comum a presença da cesta na roça, feita e carregada pelas mulheres com seus alimentos produzidos no local, que, segundo Schaden: *-a mulher Guarani sem a sua cesta de carregar é comparável a um soldado sem fuzill* (SCHADEN, 1974, p. 76), o que nos faz pensar na fartura de alimentos locais.

A pesquisa de Joana A. Fernandes Silva, realizada em 1982, analisa os projetos econômicos conduzidos especialmente pela FUNAI na região de Panambi e Panambizinho, apontando que, em 1976, suas minúsculas terras são o alvo dos projetos de plantio de soja, trigo e algodão naquele local. Joana assinala que à época o modo tradicional de produção da

cerâmica já havia desaparecido, assim como a cestaria tradicional, feita com bambu e cipó guaimbé, e que a produção das redes de caraguatá –*kuháll* estava em declínio. Aponta a década de 1980 como a de super exploração de todas as formas: vendiam sua força de trabalho por um valor menor que o de mercado, vendiam sua produção também por um valor menor e, ao mesmo tempo, pagavam mais pelos produtos comprados. As reservas indígenas, constituem-se verdadeiros celeiros de mão de obra para a *changa*.

Sobre a divisão das funções entre homens e mulheres, vale retomarmos Schaden, o qual discorre que, resguardadas as diferenças entre Kaiowá e Ñandeva, na maioria das vezes, a divisão do trabalho entre mulheres e homens não era muito rígida. Geralmente a caça estava reservada aos homens e a roça dividida entre mulheres e homens, porque enquanto atribuía-se a eles a função de derrubar, roçar e preparar o solo para o plantio cabia à mulher a semeadura das lavouras (SCHADEN, 1974, p. 75-76). Ainda quanto à alimentação, um produto abundante no período pesquisado pelo autor, era a guavira, fruta típica da região, atualmente sob risco de extinção.

Atividade que leva todos os anos os bandos inteiros de índios a vaguearem durante semanas, nos meses de novembro e dezembro, pela paisagem livre, onde ficam acampados a céu aberto. Mas o interesse pela guavira hoje em dia já se liga à aculturação, pois o fruto é fonte de dinheiro: a guavira, que é silvestre e abundantíssima, é vendida à fábricas de aguardente e vinagre (SCHADEN, 1974, p. 46)

O estudioso declara também ter encontrado exemplos, entre os Ñandeva, do afastamento da mulher das atividades produtivas da roça, ao adotarem o –sistema dos civilizados.

Para Melià (2016), é a reciprocidade um fator de equilíbrio entre a economia guarani. A troca, a partilha permite que ninguém tenha fome e que ninguém tenha acúmulo que cause desequilíbrio na economia da aldeia. Tradicionalmente, vive-se uma economia em que todos desfrutam do que se tem. Por isso, para os Guarani, o alimento sendo considerado um presente divino, como poderia ser vendido? –**Vender, e, sobretudo, vender mandioca, é um escândalo!** (p. 109). Carregam uma noção de que alimentos não devem ser vendidos, no máximo podem ser trocados, pois foram dados pelos espíritos, e não cabe a ninguém se apropriar dos alimentos. Para o Guarani, pobreza mesmo é não ter como plantar e colher.

Conta Schaden (1974) que o chefe do posto reclamou, nos anos de 1960, que havia passado 15 anos tentando convencer os indígenas a produzir alimentos para vender, de maneira individual, no comércio, mas, para eles, isso não fazia o menor sentido, relutavam em adotar um sentimento de competição intragrupal.

O princípio da reciprocidade pode ser visualizado também por meio da participação em um mutirão, por exemplo, a ação de contribuir com o trabalho braçal, que pode ser a condição de determinada pessoa naquele momento, futuramente pode ser recompensada com um alimento, um remédio, uma benzeção, um conselho. Notamos ainda que essa economia transcende a reciprocidade entre as pessoas e adentra o mundo espiritual, que é o mundo onde plantas, animais, pessoas, águas, morros, fogo estão no mesmo patamar de igualdade. Não existe superioridade da espécie humana em detrimento das demais espécies. Sendo assim, todos têm alma e guardiões, e o respeito e a comunicação entre todos são vitais para a continuidade da vida. Baseados nesse princípio, é que perdura o equilíbrio que não admite exterminação, violência, dominação entre seres humanos e os demais seres. Decorrem disso que os Kaiowá e Guarani não se sentem proprietários de terra, de água ou de algum dos seres vivos, porém, desfrutam da permissão para usufruto de tudo que necessitam, sob condição de respeito e responsabilidade, dentro do princípio de dar e receber (LEHNER, 2014, p. 181).

O modo de manejar as matas, em equilíbrio com a preservação das espécies, o cuidado com as águas, a harmonia entre produção de alimentos e conservação da biodiversidade são princípios fundamentais do conceito que atualmente vem sendo utilizado pelos não indígenas, tal como o manejo agroflorestal, que equivale à

agricultura em pequena escala, com culturas variadas, de forma consorciada para melhor aproveitamento da área cultivada. O adensamento de culturas variadas em um mesmo espaço é uma técnica extremamente aperfeiçoada, hoje copiada em contexto econômico de produção em pequena escala, por agricultores não índios (AOKI, 2014, p. 212).

Levi Marques Pereira (2016) aborda o modo de vida dos Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul, explicando a dinâmica de organização espacial assentada na cosmovisão de mundo desse povo. Pereira descreve a importância do fogo como elemento simbólico e, ao mesmo tempo real, em torno do qual se organiza a vida de uma macro família, ou seja, –o fogo constitui o módulo organizacional mínimo no interior do grupo familiar extenso ou parentela, composta por vários fogos, interligados por relações de consanguinidade, afinidade ou aliança política (p. 24). Disso decorrem as reuniões em volta do fogo, ao amanhecer, ao entardecer, as conversas, as histórias, as risadas, as fofocas, tudo colabora para que estabilize, harmonize a saúde mental e física do grupo, o que cria uma noção de pertencimento ao indivíduo dentro de uma coletividade maior. Melià (2016) descreve que os movimentos em torno do fogo geralmente tinham início nas madrugadas, cerca de duas horas antes do nascer do sol; ao redor do fogão, tomavam um mate quente ou simplesmente contavam causos, histórias, falavam sobre os assuntos cotidianos (p. 69). Para Pereira (2016), compreender esse

modo de vida das parentelas é fundamental para entender os Kaiowá e Guarani. Ainda, de acordo, com Melià, quando os –conquistadores‖ compreenderam o modo de vida guarani, adentraram sua intimidade, conquistaram sua confiança e casaram com suas mulheres, tornando-se cunhados e, assim, fizeram parte de suas parentelas para, depois, traí-lhes a confiança de dentro de seu sistema (o dos guaranis), escravizando, impondo o cristianismo, dominando-os, explorando-os de todas as formas, até então nunca conhecidas.

Em que pese as contradições impostas pelos problemas da realidade contemporânea, estudiosos como Pereira (2016) e Melià (2016) reconhecem que o fogo continua sendo importante elemento de controle dos núcleos de parentelas pelas mãos das mulheres, o que lhes assegura, em muitos casos, o poder de controlar a coesão em torno de tomadas de decisões e de alimentação do grupo.

CAPÍTULO 2 - AS POLÍTICAS INDIGENISTAS NO BRASIL DO SÉCULO XX E AS RESISTÊNCIAS GUARANI

Tem pão velho?
Não criança, temos mísseis,
satélites, computadores, radares,
Temos canhões, navios, usinas nucleares,
Mas não temos pão.
Tem pão velho?
Não, criança.
Tem o pão que o diabo amassou
Tem sangue de índios na rua
E quando é noite, a lua geme aflita
Por seus filhos mortos.

Genocídio – Emmanuel Marinho

Nosso objetivo com este item é descrever brevemente como o Estado brasileiro atuou no século XX, a partir dos acordos pós-Guerra contra o Paraguai, perpassando pela implantação da Companhia Matte Laranjeira; compreender a conjuntura da criação do Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais - SPI/ITN, em 1910, e os mecanismos de sua atuação sobre as terras indígenas; diagnosticar o projeto de expansão da colonização das áreas consideradas imensas -vazios geográficos, especialmente com a criação da CAND; analisar os movimentos de resistência, até o final do século XX, com a Constituição Federal de 1988.

O que seria o Estado, este ente estranho e ao mesmo tempo tão familiar em nossas vidas? Para que serve o Estado? Para quem serve o Estado? Dialogando com estudos sobre a formação social do Brasil, vamos encontrar pistas sobre como foi o nascimento do Estado brasileiro e sobre como ele foi organizado pelos colonizadores europeus e seus descendentes, perpassando pelos ciclos da invasão territorial, dos saques, da escravidão, da Independência, da industrialização, adentrando os séculos mais recentes, que têm à sua frente classes ricas dando formato a um modelo de estado para perpetuação de seu modo dominante.

Entre o final do século XIX e o início do século XX, a sociedade brasileira passou por transformações profundas que incluíram, por exemplo: parcelas imensas de ex-escravizados

negros em condições miseráveis, empurradas para as favelas em meados da Abolição, em 1888; mudança do regime de Monarquia para o de República, em 1889; consolidação do regime político de interesse da burguesia agrária (a exemplo, o regime de votação); violentas disputas de terra, em praticamente todas as regiões, entre fazendeiros, colonos e indígenas; crescimento desordenado das cidades; implantação da industrialização, por exemplo, as primeiras estradas de ferro e as companhias de telégrafos, com o objetivo de –unidade nacional; imposição da filosofia de pensamento de que o agrário é atrasado, em detrimento do urbano, que é o –moderno – por meio desses processos, as classes dos proprietários de terra vão se metamorfoseando para manutenção de seus poderes.

2.1 Da Guerra contra o Paraguai à Companhia Matte Laranjeira

Parte do território do atual estado de Mato Grosso do Sul pertenceu ao Paraguai até a Guerra contra o Paraguai, desencadeada entre 1864 e 1870, conflito armado, caracterizado como o maior ocorrido na América do Sul, no século XIX, com impactos expressivos sobre a vida das comunidades aqui existentes. Vale lembrarmos que as consequências do genocídio e massacre sofrido pelos paraguaios perdura até hoje na memória dos moradores da região fronteiriça, especialmente no que se refere à memória de um país que foi atingido violentamente na sua soberania, ao perder grande porcentagem de sua população dizimada pelos ataques. Segundo Chiavenato (1987), a população paraguaia era composta por 800 mil pessoas, 604 mil foram dizimadas na Guerra; de 194 mil sobreviventes, 180 mil eram mulheres e 4 mil eram meninos²².

Para Brêa Monteiro, estava entre os objetivos do governo federal povoar a região; contudo, pretendia-se ou utilizar os índios nas linhas de confronto, ou neutralizá-los como elementos úteis às forças invasoras. Após a Guerra, –restou seu engajamento como mão de obra dos grandes ervateiros que se estabeleceram na área (MONTEIRO, 2003, p. 28).

As terras indígenas dos Guarani Kaiowá foram permeadas pelo cenário da Guerra com mortes e destruição. Os indígenas sobreviventes e os que não se incorporaram aos exércitos da Guerra, quando retornaram aos seus *tekohá*, –os encontraram invadidos por forasteiros de diferentes denominações, como colonos ou fazendeiros. Oficialmente **fora iniciado neste período o processo de “desterritorialização**: desde então, passaram a viver em espaços menores, com as liberdades reduzidas, e com a interferência de novos vizinhos em seus territórios (OLIVEIRA, 2021, p. 401).

²² Dos meninos 9.800 de 0 a dez anos, 2.100 até 20 anos e 2.100 com mais de 20 anos.

Na Guerra, estima-se que -1200 soldados paraguaios tenham passado na região de Dourados, em 1866. Grande parte dos ex-combatentes permaneceu na região (BRAND, 1997, p. 59).

A Guerra contra o Paraguai termina no ano de 1870, e, em 1872, o governo brasileiro envia uma expedição para mapear os novos limites, pois, até a Guerra, o país vizinho dominava o mercado ervateiro. Essa Expedição²³ era composta, entre outros, por Tomás Larangeira²⁴, que, percebendo a abundância do sistema agroflorestal onde predominavam ervais nativos, nas terras dominadas e trabalhadas pelos Kaiowá e Guarani, analisa a potencialidade econômica do modelo de extração, aliada à grande oferta de mão de obra indígena. Em troca de serviços prestados, Laranjeira recebe dinheiro, carretas e faz o pedido de concessão ao governo imperial.

Os trabalhos da expedição terminam em 26 de março de 1874, quatro anos após o final da Guerra. Thomaz Larangeira instala-se na região com a proteção e o apoio do governador do Estado, Antônio Maria Coelho, e cria a Companhia Matte Larangeira, que obtém a primeira concessão e empréstimos bancários para extração da erva mate, em 1882 (BRAND, 1993; FERREIRA, 2007). A comercialização era favorecida pela facilidade do transporte fluvial pela Bacia do Prata. Além disso, Laranjeira possuía bom relacionamento com o governo argentino, o que lhe facilitou as negociações. A Companhia passou a controlar a entrada e a saída do território que abrangia partes de terras no Brasil e partes no Paraguai; paulatinamente, graças ao relacionamento com políticos influentes como o Dr. Manuel Murtinho, incorporou vastas extensões de terra ao processo de extração e ao desmatamento, ultrapassando em muito a área arrendada.

As questões pendentes sobre os limites das fronteiras foram acordadas em 1889, na primeira Conferência Brasil, Argentina e Bolívia. Em 1891, a nova Constituição Federal legaliza as novas linhas de fronteira e a Companhia obtém o monopólio dos arrendamentos para explorar a região por 16 anos, afastando outros pretendentes. Avança o domínio da Companhia para áreas maiores, nessa fase tanto derrubando matas quanto plantando mais ervais para burlar o direito da exploração nos domínios territoriais onde havia erva mate. -As concessões feitas à Companhia Mate Laranjeira atingem, portanto, em cheio o território kaiowá. A vida do trabalhador, especialmente indígena, nos ervais da Companhia era de extrema dureza, sendo que muitos perderam a vida (BRAND, 1993, p. 49).

²³ Essa comissão era composta pelo coronel Enéias Gustavo Galvão, major Antônio Maria Coelho e Tomás Larangeira.

²⁴ Segundo Antonio Brand, um Igaúcho de Bagé (BRAND, 1993, p. 47). Segundo Luiz Carlos Batista (1995, p. 7), era um português.

A Lei de Terras de 1850 previa a aquisição de terras somente via compra. Essa modalidade antecipava-se à –abolição da escravidão, em 1888, pouco mais de trinta anos depois da referida lei. Desta forma, o Estado brasileiro organiza-se e projeta a inacessibilidade das massas de povo negro, –libertas da escravidão ao acesso à repartição de terras. Ou seja, a coroa portuguesa respondendo à pressão do capitalismo hegemônico pela Inglaterra, –libertou os povos negros que foram escravizados, sem, no entanto, possibilitar que saíssem da condição de miserabilidade, e impedindo qualquer tipo de ascensão ao poder político e aos bens econômicos. Além do não reconhecimento e da não reparação dos erros para com os povos escravizados, as classes dominantes buscam uma hipotética conciliação entre as classes sociais, em torno da ideia do –homem cordial. Neste sentido, a própria –libertação dos negros, assinada por uma mulher rica, branca, pertencente à elite portuguesa, são parte do simbolismo que constrói a ideologia da classe dominante como bondosa, amenizando ou extinguindo, portanto, a necessidade de lutar por direitos.

No bojo disso, a Constituição de 1891 garante uma política favorável à migração²⁵, o que significava, além da exclusão da população negra do acesso à terra, a intenção de promover a miscigenação como fator para –embranquecimento das classes trabalhadoras, tendo o racismo como padrão estrutural na formação da ideia de –nação.

Com a política da –Marcha para Oeste, do governo Getúlio Vargas, pretendendo colonizar as áreas consideradas –imensos vazios, a Companhia Matte Larangeira, que possuía licença para exploração dos ervais logo após o término da Guerra contra o Paraguai, entrou também na disputa por terras para colonização, em meados de 1915, pedindo prioridade para compra de novas áreas e consegue ¼ do pretendido.

A Companhia Mate Larangeira desfrutava de grande poder político, atrelado a seu poderio econômico; seus rendimentos chegaram a um total que atingia seis vezes mais o total da receita do estado de Mato Grosso, tal como, em 1924, quando seu lucro chegou a 30 mil contos de réis anuais, enquanto o orçamento do Estado foi de 5 mil contos de réis. Com isso, Companhia chegou, inclusive, a fazer empréstimo ao governo do estado (BATISTA, 1995, p. 7).

As obras de infraestrutura eram realizadas pela Mate Laranjeira, como abertura de trechos da ferrovia, construção da cidade de Campanário, por exemplo, sede da Companhia que possuía instalações urbanas adequadas aos grandes centros. Disponha de serrarias, carpinteiros, oficinas mecânicas. Era servida de energia elétrica, água e esgoto. Na área social oferecia hospital, escola, cinema, quadras de

²⁵ –Ao governo federal cabe incentivar a imigração, podendo aos estados atraí-los conforme seus interesses (BATISTA, 1995, p. 11).

esporte, além de um campo de equitação, pista de corrida de cavalos e um cassino para a elite (BATISTA, 1995, p. 8).

Embora os dados levantados sejam aproximados, estima-se que, em boa parte dos mais de quarenta anos da empresa, no mínimo 75% da mão de obra era indígena, apesar de que esse fato não tenha sido assumido pela empresa, haja vista que seria admitir a existência de populações indígenas na região, considerada –despovoadall tanto pela empresa quanto pelo governo (BRAND, 1997, p. 50).

Entre suas estratégias, a empresa, como modo de operar, promovia grandes festas de entrada. Dessa forma, os trabalhadores eram obrigados, desde o começo – por mais duro que fosse o regime de trabalho –, a permanecer na empresa. Num primeiro momento, para pagar as dívidas iniciais, e, na sequência, para pagar as dívidas contraídas nos armazéns da empresa, o que configura regime de escravidão. Além disso, a empresa controlava a milícia e os comitiveros. Novos colonizadores faziam levantes e fugas.

A empresa aliciava pessoas para provocar conflitos entre os trabalhadores como justificativa para dispensá-los. Serviços de delações e terrorismo eram praticados constantemente pelos capatazes da companhia, usando mecanismos violentos e aplicando castigos físicos e até o fuzilamento e outras selvagerias com o abuso sexual à família do empregado, explorando as filhas menores para a prostituição (BATISTA, 1995, p. 11).

Em relação ao trabalho nos ervais, Melià explica que, no Paraguai, os indígenas, em várias ocasiões, chamavam a erva mate de –erva do diabol, dado o nível de exploração – produzia-se o ‘ouro verde’ através de sangue, suor e lágrimas. No entanto, para Brand: –embora a empresa exercesse forte exploração sobre os mesmos índios e interferisse em seu habitat, porém, ao impedir a entrada de colonizadores, significou importante elemento de proteção do território kaiowál (BRAND, 1993, p. 51), tanto no Brasil quanto no Paraguai.

De acordo com a pesquisadora Eva Ferreira (2007), entre o final do século XIX e o início do século XX, vieram para a região cerca de 10.000 gaúchos, atraídos pela política da –frente de expansão, o que também contribuiu para acirrar os conflitos armados, nas disputas pelas terras, entre posseiros sulistas e a empresa. Ao mesmo tempo, foi ainda no final do século XIX, que se deu início às bases para a futura industrialização do país, através, especialmente, dos projetos para implantação das linhas telegráficas e das estradas de ferro, que, na época, eram a maior expressão da modernização e do progresso. Ou seja, a burguesia industrial nasce da burguesia agrária, inspirada no que vem de fora do Brasil. Como observa Ianni: –Aqui não ocorreu uma desagregação da sociedade colonial: só a sua transformação. Os

estamentos senhoriais tomaram o controle do poder central, através do Estado ‘nacional’, e realizaram uma revolução social e política dentro da ordem (IANNI, 1980).

Importa mencionarmos que a matança de índios pelos ‘bugreiros’²⁶ continuava liberando o caminho – com sangue – para o comércio altamente lucrativo de terras, tanto para a frente de expansão agrícola e pastoril quanto para a madeireira.

Com o propósito de avançar no processo de modernização do Brasil, tendo a ligação entre as regiões como parte fundamental, em torno de 1905 inicia-se a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que atinge a conexão entre Mato Grosso e Bauru – SP, em 1918. Em 1907 é criada a Colônia Agrícola de Corumbá; destacamos que tais iniciativas também visavam a ajudar a conter a influência da Bolívia e do Paraguai na região de fronteiras.

Em 1912, Ponta Porã torna-se município e se desmembra de Bela Vista, na época com cerca de 20 mil migrantes (BRAND, 1993, p. 52). A partir de 1915, a legislação quebra o monopólio da Companhia Mate Laranjeira e abre-se a venda de parte das terras (indígenas) em posse da Companhia para migrantes.

2.2 O Marechal Cândido Mariano Rondon e a criação do Serviço de Proteção Indígena e Localização de Trabalhadores Nacionais

Ainda ao final do século XIX, o jovem oficial do exército, Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958), nascido em Cuiabá- Mato Grosso, formado engenheiro da escola militar do Rio de Janeiro, foi designado para conduzir uma expedição da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas. Nessa ocasião, Rondon fica conhecido pelo seu caráter humanista, ao ‘pacificar’ índios da etnia Bororo e ‘convencê-los’ a trabalhar nas obras de infraestrutura da expedição (RODRIGUES, 2017, p. 16).

A Comissão de Linhas Telegráficas do Sul do Mato Grosso (1900-1906) e a do Mato Grosso ao Amazonas (1907-1915), que ficaram conhecidas como **Comissão Rondon, tiveram como principal objetivo ligar, via fio telegráfico, a capital federal - na época o Rio de Janeiro – ao norte do país**. No decorrer de ambos os trabalhos foram executados estudos e medições de coordenadas geográficas, classificações de flora, fauna e recursos naturais, estudos sobre capacidade de produção de riquezas e também sobre as fronteiras brasileiras e a população indígena da região, originando, com isso, **um inventário deste patrimônio etnográfico, ambiental, botânico e territorial** (LIBÂNEO; BESSA FREIRE, 2011, p. 172, grifos nossos).

Para Libâneo e Bessa Freire (2011), o objetivo da missão de Rondon era o de ‘levar esse país moderno para dentro daquele antigo e fazer com que esse homem simples do sertão

²⁶ ‘Bugreiros’ era o adjetivo dado às pessoas contratadas com objetivo de matar os indígenas.

tomasse parte da modernização (2011, p. 167). Essa perspectiva evolucionista da época sugere que, se esse homem simples do sertão tivesse contatos com o mundo moderno, evoluído, superior, poderia adotar outras culturas e fazer parte do mercado, do Brasil moderno. Os autores refletem que a intenção dos governos à época era a construção da noção de nação, por meio da imposição de uma língua única – no caso a língua portuguesa – que seria um dos elementos centrais na perspectiva de unidade nacional, o que desconsiderava o fato de que, no Brasil da época, eram faladas mais de 300 línguas. Estima-se que, no território do atual Mato Grosso do Sul, foram extintas 32 línguas. A ideologia dominante defendia a superioridade da língua portuguesa, em detrimento das demais línguas, por elas serem consideradas atrasadas, menos importantes (LIBÂNEO; BESSA FREIRE, 2011, p. 170-175).

No âmbito nacional, o debate entre os intelectuais brasileiros, refletidos pela imprensa e pela sociedade científica em meados de 1908, se dava em torno de o que fazer com os indígenas: exterminá-los ou pacificá-los? Haja vista que eles estariam obstruindo as terras para a expansão territorial da nação, das indústrias e atravancando o avanço das linhas telegráficas e das ferrovias, símbolo do progresso econômico.

Nesse sentido, as políticas do Estado foram influenciadas por sucessivos e acalorados debates que se seguiram entre o final do século XVIII e início do século XIX, inclusive sob as influências das teses do racismo científico, defendidas especialmente por europeus e norte-americanos, segundo as quais tanto europeus quanto norte-americanos seriam –raças superiores porque teriam o cérebro maior que o dos demais povos, justificando-se assim a dominação e a exploração sistêmica. Para Rodrigues (2017), o conceito de superioridade racial foi um forte elemento que levou as elites agrárias a estimularem a política de imigração europeia, apostando-se que a –mistura levaria ao consequente desaparecimento das etnias indígenas e africanas.

Desse modo, a região sul do território, atualmente conhecido como Mato Grosso do Sul, ficou fortemente marcada por intensos conflitos sócio-territoriais de um lado, e por intensa resistência das comunidades indígenas de outro. Seja diante das políticas do Estado brasileiro, seja pelo enfrentamento direto ao capital, fruto das profundas transformações capitalistas que ocorreram no campo e na cidade.

Diversamente ou, ao menos, com muito maior intensidade do que acontece em outras sociedades capitalistas, **entre nós o capital depende acentadamente da mediação da terra para assegurar a sua reprodução ampliada.** Por meio dela, recria mecanismos de acumulação primitiva, **confisca terras e territórios,**

justamente por esse meio **atingindo violentamente as populações indígenas e, também, as populações camponesas** (MARTINS, 2004, p. 30).

Esse modelo de desenvolvimento entra em choque frontal com os modos de vida Guarani. Segundo Carneiro da Cunha (2009), no ano de 1908 o Brasil havia sido acusado, publicamente, em Viena (Áustria), de que estaria realizando um massacre de suas populações indígenas. Esse fato teve repercussão internacional e foi um dos elementos que colaboraram para que o Brasil criasse um órgão voltado exclusivamente para o trabalho com as populações indígenas, e tivesse, entre seus objetivos, o caráter protecionista. Além disso, a tentativa de controlar essas populações indígenas insubordinadas estava no âmbito das intenções do governo, que disputava espaço com as congregações religiosas e missionárias, as quais realizavam trabalhos com os indígenas, mas também eram acusadas de espoliação de terras e de exercício de trabalho escravo, entre outros.

Assim, num primeiro momento, foi criado o Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais - SPI/ITN, vinculados ao Ministério da Agricultura, através do Decreto 8.072, de 20 de junho de 1910, tendo à frente o Marechal Cândido Rondon, por terem sido suas experiências anteriores consideradas bem sucedidas. Dessa forma, o governo procurava, entre outros objetivos, criar um órgão capaz de intervir nos conflitos que envolvessem populações indígenas; desenvolver um –processo civilizatório para que essas populações se transformassem em trabalhadores nacionais; legitimar-se perante a sociedade brasileira e internacional como órgão capaz de uma política eficaz.

A estratégia governamental foi a da criação de reservas indígenas. Como o próprio nome traduz, a partir de então, uma porção de terras seria reservada, após delimitada e cercada, com o intuito de aglutinar os indígenas – independentemente de suas diferenças étnicas – como uma verdadeira massa homogênea dentro desses cercados. A partir dessa política, os indígenas deveriam desocupar suas terras e manter-se exilados da sociedade ao entorno. A ação prática do órgão se daria com a criação de postos indígenas dentro das reservas para implementar suas políticas. Entre 1910 a 1920, foram criados 67 postos do SPI/ITN, dentro das áreas indígenas, pelos diversos pontos do Brasil.

Entre os anos de 1915 a 1928, criam-se oito áreas, chamadas Reservas Indígenas ou Postos Indígenas, na região, que seriam os lugares para onde deveriam ser removidos os indígenas, independentemente de sua etnia.

Tabela 1 - Reservas Indígenas criadas pelo SPI entre 1913 a 1928

Ano	Reserva	Município	Hectares
1915	Amambai	Amambai	2.429
1917	Dourados	Dourados/Itaporã	3.474
1924	Te' ýikue	Caarapó	3.594
1928	Porto Lindo/Jakarey	Japorã/Iguatemi	1.649
1928	Taquaperi	Coronel Sapucaia	1.777
1928	Sassoró/Ramada	Tacuru	1.923
1928	Limão Verde	Amambai	668
1928	Pirajuí	Paranhos	2.118
			17.632

Fonte: Fundação Nacional do Índio (Organizado pela autora).

Uma das formas de obrigar os indígenas a se mudarem para as reservas era negar-lhes atendimento, caso não estivessem aldeados. –Ao demarcar as reservas indígenas, o SPI indicou, claramente, que o restante da terra ocupada pelos índios estaria disponível para a colonização, forçando-os a se instalarem nessas reduzidas reduções de terras (FERREIRA, 2007, p. 35).

Os Guaraní viviam em seu *ka''aguyrusu* (como era chamada a grande região de Dourados), liderados por grandes rezadores. *Ka''aguyrusu* era composta pelos *te''yi* que se constituía pelas parentelas. Ora, se os *tekohá* eram escolhidos através das rezas, se os indígenas eram livres para andar por todo o território, como seria possível que o SPI os obrigasse a morar confinados em reservas, sem liberdade para se movimentar? As reservas do SPI não foram escolhidas pelos espíritos, não houve *jehovasa*, por isso eram locais considerados perigosos, o que causou extremo desconforto (JOÃO, 2011, p. 48).

A primeira Reserva Indígena foi criada em 10 de maio de 1915, contendo 3.600 hectares, em Amambai, tamanho de terra equivalente ao que a nova legislação permitia que se vendesse aos colonos. Antes mesmo de ser medida, a área sofreu redução para 2.429 hectares e, para complementar, é destinada outra área próxima de 900 hectares, Poblito.

A segunda a ser criada é a Reserva Indígena de Dourados, 1917, contendo 3.600 hectares. Após essas duas reservas, já havia ameaças e reclamações, tanto da parte dos colonos quanto da parte das empresas. Em 1924, é criada a Reserva de Caarapó, com 3.600 hectares. Convém destacarmos que as reservas de Porto Lindo, Pirajuí, Sassoró e Taquara, com 3.600 hectares, logo no momento da criação tiveram suas áreas reduzidas para 2.000 hectares. Para aqueles indígenas que teimavam em retornar ao seus *tekohá* em Panambizinho, cada vez que eram levados para a Reserva de Dourados, ficaram destinados dois lotes de terra de 30 hectares cada (BRAND, 1993, p. 64-68). À nova modalidade de concentração populacional, dentro das reservas, Brand chama de confinamento.

Entendo por confinamento o processo histórico de concentração da população Kaiowá/Guarani dentro das reservas demarcadas até 1928, após a destruição de suas aldeias e/ou a conclusão do processo de implantação das fazendas de gado e correspondente desmatamento do território tradicional. Este processo histórico de confinamento geográfico e cultural se acentua durante a década de 1970, com a mecanização da lavoura e correspondente ampliação do desmatamento do território tradicional Kaiowá/Guarani. (BRAND, 1993, p. 64-68)

Destacamos que essa região do sul do estado ganha novo impulso com a –Marcha para Oeste, cuja intenção do governo federal era –unificar o território nacional e estimular a produção em terras de –sertão, considerados os vazios demográficos, ou seja, –o governo Getúlio Vargas promoveu uma política de povoamento do Centro Oeste e titulou terras indígenas consideradas como terras devolutas (CRESPE, 2015, p. 99).

A política indigenista se concretizava através da prática de cooptação e de cerceamento da liberdade por meio de mecanismos dos postos indígenas. Cada posto indígena tinha um representante do SPILTN, normalmente um líder indígena, de confiança do órgão, destacado para essa função, o que lhe conferia determinadas vantagens sobre os demais indígenas, por exemplo, bens materiais e prestígio. A essa liderança deu-se o nome de –capitão. Podemos dizer que suas funções eram bastante semelhantes às dos famosos –capitães do Mato – lideranças do povo negro, obrigadas e/ou cooptadas a trabalhar na função de executar todos os castigos impostos pelos senhores de engenho, por exemplo, surras nos troncos. Essa figura, que antes era uma espécie de intermediação entre o dono da senzala e a classe escravizada, nas reservas indígenas, passa a ser mediadora entre os chefes dos postos indígenas e a comunidade. Para Brand (1993), essa figura foi imposta de modo violento, pois,

assim como se constitui em violência grave contra o sistema kaiowá o confinamento de vários tekohá numa mesma reserva, também **é grave agressão ao sistema indígena a imposição destes capitães**, seguindo critérios muitas vezes ligados à afinidade maior com determinado chefe de posto (BRAND, 1993, p. 200).

A afinidade, a que Antônio Brand se refere, a nosso ver poderia estar relacionada ao grau de imposição das políticas do órgão do governo. Desse período em diante, os capitães indígenas vão se colocando como legítimos representantes do estado à frente da nova organização territorial. Na reserva indígena de Dourados, cria-se também, em meados de 1972, a figura da polícia indígena – auxiliar do capitão (inclusive com o uso de fardas) –; algumas vezes atuavam para dirimir os conflitos e outras, para amedrontar a comunidade. A figura do capitão se fortaleceu, na maioria das vezes, sob temor ou porque auxiliava ações ou

projetos agrícolas, quando necessário, distribuindo lotes de terra para pequenas roças, por exemplo (BRAND, 1993).

Assim, o Estado brasileiro passa a controlar oficialmente o território indígena na sua totalidade, expropriando terras, determinando o confinamento, removendo forçosamente famílias, antes rivais, para o mesmo espaço, impondo a língua portuguesa como oficial, de maneira que os padrões civilizatórios impostos se chocam frontalmente com os modos de vida tradicionais.

Os Guarani estabeleceram-se sempre que possível no seio da mata, evitando a paisagem aberta dos campos. As suas aldeias, longe de se constituírem conglomerados compactos de habitações, consistem em casas isoladas, mais ou menos distantes umas das outras, espalhando-se pelas clareiras das florestas (SHADEN, 1974, p. 25)

Segundo Aline Crespe (2015), a intenção do órgão, tendo à frente o Marechal Cândido Rondon, era a ocupação do chamado –sertão, disfarçado de proteção aos índios. A política de –convencer os indígenas a se aldearem fazia parte da estratégia em disponibilizar terras para o governo comercializar. O órgão era responsável por –convencer (à força) os indígenas a se mudarem, assim como por fazer a mudança e o controle total nas reservas.

Exemplo do debate presente na sociedade brasileira do início do século XX, sobre a temática indígena, é um recorte de jornal da época, no ano 1911, intitulado –A questão dos índios no Brazil²⁷. Ali é possível identificar que, até àquele momento, somente os jesuítas eram reconhecidos como capazes de catequizar os Guarani. Vamos observar também que a ideologia predominante na sociedade brasileira, ora os considerava traiçoeiros, fáceis de dominar e fracos; ora os comparava aos indígenas dominados pelos colonizadores espanhóis, sendo os de lá elementos úteis e trabalhadores²⁸.

²⁷ Nesse texto, optamos por manter a língua portuguesa na forma escrita da época. As palavras em negrito no texto foram destacadas por nós.

²⁸ –Em diferentes estados de cultura por ocasião do descobrimento, mantiveram naturalmente os índios relações heterogêneas com os conquistadores. **Doceis e fáceis de dominar uns, outros bravios, desconfiados e traiçoeiros**, envolveram-se e foram envolvidos pelos conquistadores em desinteligências e lutas, em que **os indígenas, como mais fracos**, frequentemente succumbiam. A raça, a cultura das diversas nações de índios entraram por certo nesse resultado, mas não devemos esquecer a influência dos europeus, sempre vária, segundo a sua nacionalidade, **os progressos de sua civilização** ou as suas convicções religiosas. Resultou do choque das duas tendências, o **extermínio dos indígenas**. Todavia, na **America Meridional e Central os índios representam, sujeitos à raça branca, elemento útil e fecundo de trabalho**. Acontece-o exclusivamente em territórios hespanhóis. Será um acaso da história? A crueldade hespanhola igualou e excedeu mesmo a dos portugueses, e chronicas afirmam que no Mexico a impiedade dos conquistadores atassalhava índios para o pasto dos cães (Rev. do Inst. Hist. e Geog. do Rio de Jan., Vol. XII, pag. 223). Parece, todavia, que depois da época das lutas compreenderam melhor e conseguiram transmudar os indígenas em elementos fructíferos da população. No Brazil **somente os jesuítas resolveram o problema da catechese, particularmente da raça Guarany**. Á sua obra meritória faltava, entretanto, solidez e consistência, desaparecendo com ella com os seus auctores (FREIRE, 2011, p. 22).

Ressaltamos que, no momento em que o SPILTN foi criado, no início do século XX, tragicamente, –a maior parte da população indígena já havia sido exterminada, esbulhada ou dada oficialmente como desaparecida (LACERDA, 2009, p. 96). Aos que restaram, estavam condenados a seguir o princípio do Estado brasileiro que era –fazer do índio, um índio melhor, ou seja, integrá-los ao padrão de desenvolvimento da sociedade ocidental, transformando-os em –trabalhadores nacionais. Como o próprio nome apontava, estava nos objetivos do órgão a –Localização de Trabalhadores Nacionais para integrarem o quadro de reserva de mão de obra indígena disponível para o mercado de trabalho do processo de industrialização em gestação. Ou seja, os indígenas foram encurralados pelo Estado para que cumprissem a meta de assimilar o modelo de sociedade –nacional proposto pelo país, sob a consigna da –ordem e progresso.

Carlos Augusto da Rocha Freire (2011), organizou vasta documentação contendo textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios, entre 1910 a 1967, sob o nome –Memória do SPI, publicado pelo Museu do Índio-FUNAI, em 2011. Esse material reúne, entre outros, matérias ou títulos de jornais, cujos conteúdos dão mostras do pensamento vigente no período. Enaltecer os feitos do Serviço de Proteção ao Índio – SPI em nome da vitória da civilização contra a barbárie era parte do discurso oficial do Estado da época, conforme demonstrado no –Almanaque Glórias em que se exalta a figura do General Rondon.

O corone Rondon é o magnânimo herói da catechese leiga. Buzinando lestivas palavras de amor a desconfiada **bruteza selvícola**, penetrou os sertões e **fraternalmente levou aos felizes índios selvagens** a generosa certeza de que a pólvora e a bala não constituem os benefícios únicos da civilização. **Incorporando novos cidadãos a pátria** e dilatando os nossos curtos conhecimentos geográficos, reduziu os proventos pessoais do seu arrojo aos seus **magros honorários insuficientes de glorioso militar desprotegido** (FREIRE, 2011, p. 23, grifos nossos).

Segundo Rocha-Freire, as imagens encontradas nos relatórios eram parte de uma –vitrine para apresentar à sociedade –índios sendo educados, aprendendo a ler, a produzir nas lavouras, nas oficinas e nas escolas de artes e ofícios, e nos postos indígenas criados para a produção de gado". Eram índios vestidos, “civilizados” (2011, p. 17). Logo que foi criado, o SPILTN, em São Paulo, removeu os índios kaingang de seus territórios para a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

No âmbito regional, impulsionando a –Marcha para Oeste, em 1915, a mesma Lei n. 725 que libera a renovação de um milhão e quatrocentos e quarenta mil hectares para Tomás

Laranjeira, também libera a venda de terras para migrantes (mesmo que dentro dessas terras existissem pequenos ervais), em até dois lotes de 3.600 hectares, quebrando o monopólio da Companhia Matte Laranjeira. Conta-se que, até 1924, teriam sido vendidos – espoliados mais uma vez – pelo governo, cerca de 356 lotes de terra (BRAND, 1998, p. 52). –Esse período demonstra a força econômica da Companhia e o embate com os fazendeiros, que eram amparados pelo domínio da casa comercial mato-grossense, levando a disputas muitas vezes sangrentas durante quatro décadas (PINA, et all, 2018, p. 28).

O declínio da Companhia Matte Laranjeira liga-se a alguns fatores, entre eles, dois merecem destaque: a autossuficiência da Argentina na produção de sua própria erva mate e a política da –Marcha para Oeste, a partir da década de 1930, com Getúlio Vargas.

No âmbito nacional, os discursos são construídos no sentido de exaltar a figura do colono europeu, branco, com perfil de dominador dos campos para produção agrícola, como demonstra uma manchete dos primeiros anos da década de 1920, em que se ironizava a ação do SPI: –Proteção aos índios e **perseguição aos trabalhadores nacionais e aos colonos estrangeiros** e ainda –pelo **bugre feroz** contra o **colono laborioso**. Outro jornal chamava atenção para a –Pacificação dos Índios – os campos de concentração e seus resultados práticos. Em 1925 o jornal O País publica: –Falemos um pouco dos donos da nossa terra... 500.000 indígenas, espalhados por diferentes pontos do território nacional, mostram que muito **há ainda por fazer para incorporá-los à civilização**. Em 1928 amplia-se a legislação, e o Decreto 5.484 estabelece que os índios deveriam ser tutelados pelo Estado brasileiro, representado pelo SPI. Nesse período havia denúncias de todos os tipos ao órgão indigenista, e muitos inquéritos foram arquivados (FREIRE, 2011).

No Relatório Anual de Genésio Pimentel Barbosa, de 14/12/1927, o auxiliar da inspetoria dos índios de Dourados, já apontava abusos sobre espancamentos dos indígenas, mortes, estupros por inspetores do SPI, perseguições, sistema desonesto, regime de escravidão, além de falar sobre os —requintes de maldade (MONTEIRO, 2003, p. 67;74).

Os Guarani Kaiowá da região de Dourados foram procurados pelo Marechal Cândido Rondon para um acordo. O Estado precisaria da mão de obra indígena para obras de infraestrutura como, por exemplo, abertura de estradas e para obras de implantação das linhas telegráficas. Em troca dessa mão de obra, Rondon lhes prometeu regularizar a área em que viviam, algo em torno de 50 mil hectares. Foi a mão de obra indígena que abriu a estrada de Ponta Porã a Campo Grande, na década de 1920.

Figura 2- Trabalhadores das etnias Guarani Kaiowá e Terena na construção das linhas telegráficas entre Dourados e Ponta Porã, em 1948.



Fonte: Pedro, 2020.

Entretanto, **o acordo entre as lideranças foi traído pelo Estado brasileiro**, e as terras indígenas foram reservadas para o projeto de colonização, a Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND²⁹.

Desse modo, as famílias extensas da *Ka''aguyrusu* foram sendo cada vez mais pressionadas a se mudarem para a Reserva Indígena de Dourados. No entanto, embora alguns tenham sido obrigados a se mudar, outros foram viver com parentes no Paraguai; outros ainda resistiram teimosamente e não saíram de onde estavam, esse é o caso das famílias extensas que permaneceram lutando em dois pequenos lotes, em meio ao loteamento de Panambizinho. Com a implantação da CAND, oficializa-se a expropriação das terras indígenas e acirram-se as disputas, pois os indígenas se negam a sair de seus *tekohá* para viver confinados nas Reservas. Antes mesmo da criação do SPI, o próprio Marechal Rondon já atestara a existência dos índios da etnia Guarani Kaiowá na barra do Rio Brilhante, relatando que eram pacíficos e empregados na extração e fabrico da erva mate (BRAND, 1993, p. 56). As tentativas de manter os indígenas nas reservas criadas pelo SPI se seguiam por meios violentos. Foram muitas as vezes em que foram, à força, para a Reserva Indígena de Dourados; depois retornavam aos seus *tekohá*, por exemplo, os Guarani Kaiowá de

²⁹ A Colônia Agrícola de Dourados abrangia o local onde são atualmente os municípios de Dourados, Douradina, Jateí, Fátima do Sul, Glória de Dourados. Esse projeto de colonização estatal atraiu companhias privadas de colonização onde hoje estão os municípios de Bataiporã, Anaurilândia, Bataguassu, Nova Andradina, Ivinhema, Naviraí. ALINE CRESPE OU GRESSLER (1998).

Panambizinho, que se negavam a deixar seu lugar. Numa carta de 1946, o representante da comunidade escreve ao General Cândido Rondon:

Para dividir as terras que toca para os índios Caiuás, porque os outros estão só fazendo intrigas para ver se toma as nossas terras, e nós somos bastante índios, precisamos de um pedaço de terra para minha aldeia, para podermos trabalhar mais sossegados, minha aldeia contem 869 índios entre homens, mulheres e crianças... (carta assinada pelo capitão Henrique) (BRAND, 1993, 101).

No âmbito nacional e local, a posição das congregações religiosas e missionárias vai permear todo o século XX, ora confiscando terras e territórios, ora utilizando relações de trabalho semi-escravocratas³⁰, e outras vezes empenhado-se na salvação da alma.

Segundo Monteiro, um levantamento de 1930 aponta que, na região, havia 350 criadores de animais, 800 chacareiros, 80 ervateiros vinculados a arrendamentos da Companhia Matte Laranjeira (2003, p. 37).

Em 1938, a Bandeira Piratininga, dirigida pelo jornalista Willy Aureli, adentrou o Brasil central mapeando ouro e, para tanto, fazendo várias chacinas pelo caminho. Nesse cenário, Rondon ganha nova projeção nacional, ao buscar deter o avanço da Bandeira. O SPI que, desde 1936, estava sob jurisdição do Conselho Maior do Exército, volta ao Ministério da Agricultura e Getúlio Vargas cria o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI). Em meio ao cenário de genocídio, aumentam as notícias³¹ sobre ataques aos indígenas em todas as partes do país, um verdadeiro massacre, sem controle, e muitas vezes com anuência do governo brasileiro. Como exemplo tem-se o caso ocorrido em 1941, apresentado em matéria

³⁰ Em 1935 a imprensa denunciou as Missões Salesianas por espoliação de terras indígenas na Amazônia, em artigo de jornal não identificado com a seguinte manchete *-As missões salesianas continuam explorando os índios, em desrespeito aos artigos 5º e 11º, da Constituição Federal – Só no Amazonas, os supostos pacificadores de índios estão na posse de uma área de terras com extensão de 79.360 kilometros quadrados!*. Outro artigo de jornal do ano de 1936 tinha a seguinte capa *-Catechese escravista – As missões Salesianas e os índios. Sensibilizados os interesses de um „catechista“ religioso!*. Ainda no mesmo ano outra manchete chama atenção *-Índios massacrados! A aventura estrangeira no interior do Brasil. A obra realizada pelo Serviço de Proteção aos Índios e a necessidade de se defende-la contra as incursões dos ambiciosos de ouro!* (FREIRE, 2011, p. 29-31). Em meados de 1947 havia tanto as missões católicas quanto as missões protestantes, o que se tornava um fator de intriga aos povos indígenas como demonstra o título da matéria **-Brigam católicos e protestantes – está sendo realizada indevidamente, propaganda religiosa nos Postos do SPI – O Conselho Nacional de Proteção aos Índios vai tomar providencias!**. Em 1965 os Salesianos comemoram 50 anos de evangelização no alto rio Negro, com o tema *-De Tupan a Cristoll*, demonstrando que todo esforço era para que as populações enterrassem seus modos e costumes próprios e aderissem ao que vinha sido trazido por eles e seu modelo ocidental de religião.

³¹ Em mais um exemplo ilustrativo de como os povos indígenas eram tratados, pode ser analisado no fato ocorrido no Pará em 1945, quando as expedições para contato com índios Pacaranã foram surpreendidas pela fiscalização em Belém, contendo no material a ser levado pela expedição, uma caixa de granada para serem utilizadas contra os indígenas, solicitadas pela chefia da Estrada de Ferro do Tocantins (FREIRE, 2011, p. 35).

que conta em detalhes a traição sofrida pelos Craô de Goiás, a qual resultou em um crime hediondo, em uma carnificina que dizimou a comunidade³².

2.3 O avanço da colonização e a CAND

No âmbito da região do, hoje, Mato Grosso do Sul, o presidente Getúlio Vargas consolidou mais uma etapa do projeto da –**Marcha para Oestell** com a **implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados- CAND, através do Decreto-lei n. 5.941, de 28 de outubro de 1943**, que atingiu em cheio toda a área do *ka"aguyrusu*, dos Guarani Kaiowá, como podemos visualizar na figura 3 a seguir.

Figura 3: Localização da Colônia Agrícola Nacional de Dourados



Fonte: Kátia Vietta, 2007.

³² –Vão ser soltos os assassinos dos índios Craôs no Estado de Goiás. Crimes executados com requintes de perversidade e tramados com minucioso cuidado para achar justificativas e assegurar a impunidade – Como preparam o terreno ao monstruoso atentado – Carnearam rezes, chamaram os índios a comê-las, para que não faltasse nenhum, e massacraram miseravelmente os selvícolas (FREIRE, 2011, p. 33).

Ao mesmo tempo, o governo criou o Território Federal de Ponta Porã³³ e anulou os direitos da Companhia Matte Laranjeira que, até então, ainda controlava a entrada de colonos na região. Tal medida deu novo ânimo aos migrantes sulistas, que já tinham interesse em separar-se do governo mato-grossense.

O estímulo dado aos colonos foi estendido também aos pecuaristas de MG, SP, PR e outros Estados. Vieram trazendo bois, derrubando matas, semeando pastagens. Cercaram as terras. Utilizaram mão de obra Guarani praticamente a troco de comida. Com as fazendas formadas, os índios foram convencidos ou empurrados à força para o interior das reservas (PAULETTI *et all*, 2001, p. 61).

A Colônia Agrícola Nacional de Dourados foi criada em 1943, distribuindo 300 mil hectares em lotes de 30 hectares para cada titular, o que perfazia um total de 10.000 lotes, sobrepostos sobre as terras indígenas, para cerca de 10.000 famílias oriundas de várias partes do país (BRAND, 1993, p. 55).

O governo criou, ainda, núcleos coloniais militares e de fronteiras, granjas-modelo e núcleos agroindustriais. No ano de 1949 foi criado o -Código de Terras (Lei 336) que mapeou as terras a serem colonizadas e no ano de 1951 foi criada a Lei 461, que permitia o governo estadual contratar empresas para intermediarem a colonização das áreas (CRESPE, 2015, p. 102).

O processo de colonização seguiu-se intenso na região, realizado por empresas privadas, como a SOMECO³⁴; tais empresas compravam extensas áreas de florestas e dividiam em lotes de 30 hectares para serem comercializados; eram também responsáveis pela abertura de fazendas de gado. Cortez explica que a prática comum da empresa SOMECO, por exemplo, era arregimentar trabalhadores pobres, que nada possuíam, geralmente vindos de outros estados, como São Paulo; essas pessoas pagavam as primeiras parcelas, derrubavam as matas, no intuito de preparar a terra para produção, e, depois, sem condições de pagar as demais parcelas, as terras eram retomadas e vendidas à família seguinte por um valor ainda maior (CORTEZ, 1985).

Para as comunidades indígenas restavam poucas opções: aderir aos deslocamentos forçados para as minúsculas e desrespeitosas áreas das reservas; adentrar, literalmente escondidos, nas pontinhas das matas que sobraram nos lugares aos fundos das fazendas; ou, ainda, oferecerem-se como empregados das fazendas como mão de obra submetida a verdadeiros regimes de escravidão (BRAND, 1997).

³³ O Território Federal de Ponta Porã abrangia os municípios de Porto Murtinho, Miranda, Nioaque, Bela Vista, Ponta Porã, Dourados, Maracaju, Bonito.

³⁴ SOMECO S.A. Sociedade de Melhoramentos e Colonização.

Na década de 1940 estava em marcha a luta contra o nazifascismo, em escala mundial, e a ditadura do Estado Novo, no plano nacional.

Nesse contexto, os indígenas, embora não soubessem ler e nem escrever, estavam articulados, compreendiam em parte as relações políticas em movimentação no país. Flores (2017) destaca que, na década de 1950, houve no Brasil uma escalada de lutas agrárias dirigidas pelo PCB, e que o discurso comunista, que associava o conteúdo agrário às reivindicações indígenas, contribuiu para que indígenas organizassem encontros clandestinos; fato que fez com que fossem delatados por funcionários do posto indígena e acusados de estarem tramando uma conspiração para atacar o Posto Indígena de Dourados e, na sequência, o de Caarapó, uma vez que estavam perdendo as poucas terras que lhes restavam. Eles denunciavam desvios do SPI, grileiros, -donos das terras, e o capitão, que comercializava bebida alcoólica, usava violência no trato e não fornecia assistência.

O pesquisador Tiago Cavalcante (2021), em seu livro *Lugar de índio não é na reserva – Panambi*, descreve que a criação da RID e da CAND levou ao confinamento dois pequenos grupos de famílias extensas em duas aglomerações próximas uma da outra, sendo elas: Panambi e Panambi-Lagoa Rica, e que, entre 1940 a 1960, não havia grandes diferenças culturais entre esses grupos étnicos. Cavalcante também reafirma que, nos primórdios da CAND, eram os indígenas que forneciam alimentação e mão de obra para a construção de infraestrutura como estradas e benfeitorias. SPI e CAND acordaram com os representantes das lideranças indígenas, desses dois *tekohá*, que o grupo de Panambi-Lagoa Rica receberia 2.037 hectares. Contudo, por meio de um processo paulatino de expropriação, tal quantia passou para 360 hectares, e, atualmente, para apenas 240 hectares (CAVALCANTE, 2021, p. 97-108).

Os estudos de Gileandro Barbosa Pedro (2021) apontam que, entre 1943 a 1950, os indígenas da região trabalharam abrindo picadas nas matas, cortando lotes, distribuindo 1.000 lotes de 30 hectares, e construindo 200 casas de madeira para os novos colonos (p. 68). Apresentam também uma sucessão de acontecimentos, como o da coerção, por parte da CAND, em relação às promessas de demarcação, como o das viagens feitas pelas lideranças, a cavalo ou a pé, para reclamar os direitos³⁵, o do assédio para a venda dos lotes. Considerados invasores dos lotes, os indígenas foram -proibidos de fazer roças nos lotes dos colonos; ameaçados de despejo, foram obrigados a viver em pedaços pequenos de onde, depois, foram retirados (um exemplo é o da parentela que foi obrigada a se mudar para ceder espaço para

³⁵ Existe farta documentação de suas viagens para reclamar direitos. Inclusive, em 1954, chegaram a Campo Grande a cavalo e daí para a capital, no Rio de Janeiro, para conversar com Getúlio Vargas.

construir a Missão Evangélica Unida, em 1960); considerados –indisciplinados e rebeldes os que resistem (PEDRO, 2020).

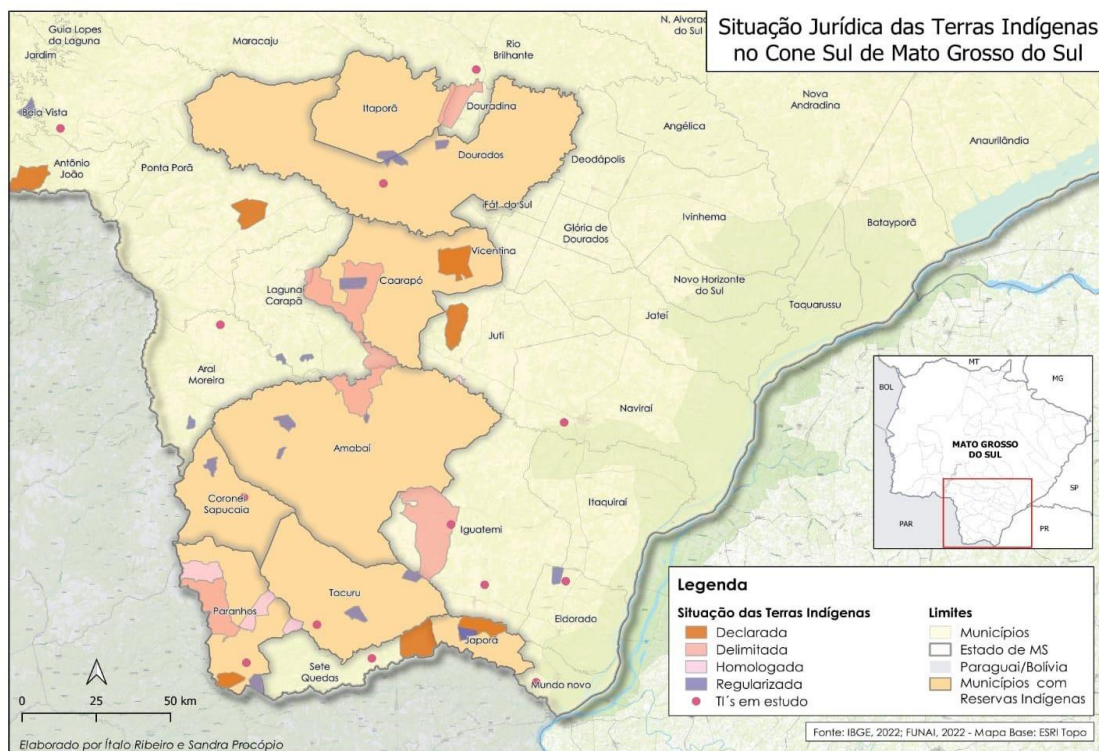
Ao período que coincide com a chegada dos colonos e com a dos órgãos do governo para a expropriação das terras e do território, as famílias chamam de –*sarambi*, que significa fragmentação, ou –*esparramo*, conforme Antônio Brand (1993).

Para Crespe (2015), na memória dos mais velhos, era um tempo em que viajavam muitos dias para encontrar parentes, festejar os rituais, numa terra em que não havia fronteiras. Era um mundo sem brancos, um –tempo de abundância. Nesse sentido, –a cerca é a marca, por excelência, desta cirurgia social. São elas que marcam na terra as divisões produzidas pelas frentes sociais (p. 47).

Segundo Brand (1993, p. 56), a criação da CAND buscava –incorporar novas terras e aumentar a produção de alimentos e produtos primários necessários à industrialização, a baixos preços, e objetivava ser estratégia para povoar as faixas de fronteiras. O –único problema é que essas terras estavam sobrepostas às terras indígenas, que já eram objeto de conflitos diretos na época, quando então se inicia mais uma etapa da saga dos indígenas da região.

Ao final de 1950 restavam 18.297 hectares, em 8 reservas; as novas áreas, –*limpas de índios*, que já eram alvo do governo e das empresas, passam a ser ainda mais assediadas. Paralelamente, alguns abandonaram os postos indígenas para retornarem à vida nas matas (BRAND, 1993). A seguir, mapa indicando o espaço ocupado pelas Reservas Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul.

Mapa 1 - Localização das Reservas Kaiowá e Guarani no Mato Grosso do Sul



Elaboração: Ítalo Ribeiro e Sandra Procópio, 2022.

No que diz respeito ao ponto de vista dos funcionários do SPI, verificamos que as reclamações dos agentes eram muitas: investimentos escassos, poucos funcionários, cargos barganhados em troca de apoio eleitoral nas eleições de 1954. Em contrapartida, desde sua origem até o fechamento do órgão, em 1967 (portanto, após 57 anos de existência), ocorreram seis Comissões de Investigação de Crimes. Eram crimes envolvendo expropriação de terras, agiotagem, estupro, tortura, assassinato, chantagem, roubo de madeira, genocídio por varíola, entre outros. O último acusado, Luis Vinhas Neves, foi indiciado por 42 crimes que vão, desde transmissão intencional de varíola, a assassinatos de índios, extermínios de tribos. Nenhum crime foi punido (FREIRE, 2011).

Em 1951 Darcy Ribeiro, como antropólogo, já fazia um balanço público dos materiais etnográficos do SPI. Na época o novo diretor do órgão valorizava a função dos cientistas, e, em 1953, o SPI filia-se ao Instituto Indígena Interamericano e cria o Museu do Índio, no mesmo ano.

A situação de espoliação dos territórios continuava a provocar inúmeros desastres. Em 1955, os jornais divulgam o seguinte: -Invasão das terras dos índios na região do Xingu. O

diretor do SPI denuncia, ao presidente da República, a negociata de terras em Mato Grosso – expostos os invasores e os funcionários do SPI à reação dos índios – O projeto de criação do Parque Indígena do Xingu e as manobras para lhe anular os efeitos – Violação frontal das leis e da Constituição (FREIRE, 2011, p. 55).

Em 1956 o Congresso Nacional do Brasil aprova a Lei n. 2.889, que definia os crimes de genocídio. Em 1958 morre Rondon, e os debates seguem com força sobre a criação do Parque Indígena do Xingu. Continuavam as violações e as irregularidades na região. Em 1959 continuavam as notícias em torno de massacres, de funcionários fantasmas no SPI, invasão de terras indígenas por companhias de colonização, tentativa de civilizar os –selvagens (p. 46). Por Decreto, em 1961, cria-se o Parque Indígena do Xingu, –contraponto do extermínio de índios na Amazônia (FREIRE, 2011, p. 46-47). Darcy Ribeiro lança, em 1962, o livro *A Política Indigenista Brasileira*, numa tentativa de analisar a política brasileira do século XX até então.

Para Martins (1994), na década de 1950, há aumento da miséria nas cidades e expulsão dos trabalhadores das fazendas. O Partido Comunista cria sindicatos e associações. As Ligas Camponesas ascendem pelo trabalho com o povo. E, enfim, questiona-se –a visão de que o mundo da fazenda era um mundo unitário e destituído de conflitos (p. 104).

2.4 O Golpe Militar em 1964 e o longo período da Ditadura no Brasil

A ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1985, é apenas mais um elemento da história recente que ainda carece de mais estudos aprofundados acerca do grau de ofensiva com que as elites brasileiras exerceram sobre os distintos povos indígenas, por meio da violência institucionalizada do Estado. O passado autoritário do regime militar segue presente na sociedade brasileira no seu todo, especialmente na medida em que setores dominantes e conservadores desprezam a democracia, e apelam para o uso da violência para defender suas ideias e seus privilégios, temendo que os mesmos sejam engolidos em detrimento da igualdade de direitos.

Desde sua origem, o SPI foi alvo de denúncias de crimes e corrupção envolvendo os próprios agentes do Estado. Um exemplo está exposto no Relatório Figueiredo (documento com mais de 7 mil páginas), resultante da uma Comissão Parlamentar de Inquérito, instaurada no ano de 1967, tendo em vista que, um ano antes, o Brasil havia sido denunciado nas cortes

internacionais³⁶. O relato tem à frente o procurador Jader Figueiredo Correia, que levantou dados sobre o contexto dos crimes praticados pelos servidores do órgão. Apurou-se que mais de 134 servidores estavam envolvidos em crimes, o que causou uma sequência de desgastes diariamente expostos nos jornais da época. No mesmo ano, o governo militar optou por extinguir esse órgão e criar, no seu lugar, a Fundação Nacional do Índio – FUNAI. O Relatório Final foi publicado pelo Diário do Congresso Nacional, em 1971, quatro anos depois. A publicidade do Relatório fez com que ele fosse considerado o –escândalo do século. Nele constavam relatos de inumeráveis atrocidades, por exemplo, violências físicas, tortura, assassinatos, escravidão; assim informações sobre expropriação de terras para as frentes de expansão e de projetos modernos (estradas, rodovias, hidroelétricas), sob o argumento do lema da ditadura: –integrar para não entregar, com isso justificava-se para a sociedade o avanço violento sobre os territórios indígenas. Esse material foi –desaparecido durante a Ditadura Militar e reencontrado pelo pesquisador Marcelo Zelic, em 2012, enquanto procurava documentos para dossiês da Comissão Nacional da Verdade; a comissão foi instituída para subsidiar a sociedade civil no que tange ao direito à verdade e à memória, à elaboração de políticas de prevenção, e a possíveis reparações de crimes praticados pelos militares e não esclarecidos.

Um caso emblemático é o testemunho acerca da remoção forçada de um grupo de indígenas da etnia Guarani Kaiowá. Esse testemunho aconteceu, publicamente, em um dos auditórios das dependências da UFGD (Unidade I), no mês de fevereiro, de 2014, quando uma Comissão, sob coordenação de Maria Rita Kehl, veio a Dourados para coletar depoimentos. Nessa ocasião, o líder indígena de Panambizinho, Valdomiro, disse que –Antigamente nós éramos atacados apenas com armas, balas. Hoje o que se usa contra nós são palavras, papéis, documentos. É um sistema político que está nos prejudicando. Nesse momento também foram registrados vários casos de violações, entre eles, o caso dos despejos no *tekohá* Jaguapiré, que estão compilados no documentário organizado com o nome –CNV Compilação Jaguapiré Web³⁷. Ali há o relato de como os indígenas foram transportados, num caminhão com gaiola, de Tacuru, onde viviam, para Bodoquena, região pantaneira dos indígenas da etnia Kadiwéu; local a cerca de 300 km de onde moravam, sob pretexto de que viveriam melhor lá. Viajaram e ficaram uma semana lá, junto com Xavante e Kadiwéu; resolveram

³⁶ Em meados de 1966 o governo brasileiro é denunciado nas cortes internacionais por crimes de toda ordem praticados pelos agentes do SPI, como roubos, agiotagem, assassinatos, venda de gado, prostituição de menores, roubo dos bens dos indígenas.

³⁷ CNV Compilação Jaguapiré Web. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=0qESv49jLAM>. Acesso: 12 out.2022.

retornar, numa jornada que demorou 15 dias caminhando sob frio, chuva, sem alimentos, perdendo alguns no caminho.

O Relatório Figueiredo³⁸ tornou-se, então, documento importante no sentido de se dar ideia do que ocorrera na época. Apontou parte das atrocidades e corrupções cometidas pelos funcionários do SPI, ao longo de 20 anos, apurando que 150 inquéritos haviam sido instaurados sem jamais resultarem em prosseguimento e demissão. No documento são relatados também crimes como, por exemplo, regime de escravidão, venda de –crianças indefesas para servir aos instintos de indivíduos desumanos, maus tratos pelas esposas dos chefes de posto, espancamentos que causavam invalidez ou morte, obrigação de familiares espancarem seus entes queridos, trabalho forçado, cárcere privado, mulheres recém-paridas obrigadas a trabalhar em serviços pesados e proibidas de verem seu bebês, estupro dentro das repartições públicas, furto de bens patrimoniais indígenas (roças, por exemplo), dilapidação do patrimônio indígena por meio de arrendamento de terras indígenas. Além disso, casos de inoculação proposital de vírus de varíola, de dinamite atirada de avião, de estircnina adicionada em açúcar. Cenário de guerra contínua.

Os espancamentos, independentes de idade ou sexo participavam de rotina e só chamavam atenção quando, aplicados de modo exagerado, ocasionavam a invalidez ou a morte. Havia alguns que requintavam a perversidade, obrigando pessoas a castigar seus entes queridos. Via-se então, filho espancar mãe, irmão bater em irmã e, assim por diante. O –troncoll era, todavia, o mais encontrado de todos os castigos, imperando na 7a Inspetoria. Consistia na trituração do tornozelo das vítimas, colocado entre duas estacas enterradas juntas em ângulo agudo. As extremidades, ligadas por roldanas, eram aproximadas lenta e continuamente (Relatório Figueiredo, 1967, p. 3). (...)O Patrimônio Indígena é fabuloso. As suas rendas alcançariam milhões de cruzeiros novos se bem administradas. Não requereria um centavo sequer de ajuda governamental e o índio viveria rico e saudável nos seus vastos domínios (Relatório Figueiredo, 1967, p. 9).

O Ato Institucional número 5 – AI 5 endureceu ainda mais o controle militar sobre os civis. A legislação não permitia encontros e nem saídas para atividades, somente em casos raros, e com a permissão dos chefes de posto, por exemplo; havia tentativa de controle total da parte do Estado. Na década de 1970, em plena ditadura militar, embora sob o terror da censura e da proibição de reuniões, havia encontros clandestinos e trocas de informações entre as comunidades indígenas, o que possibilitava um sentimento de possível unidade.

A Emenda Constitucional n. 1/69, Lei n. 6001, de 19/12/1973, cria o **Estatuto do Índio**, com o objetivo de cuidar e tutelar o indígena sob comando da FUNAI. Essa lei aborda

³⁸ Relatório Figueiredo. Disponível em: <https://midia.mpf.mp.br/6ccr/relatorio-figueiredo/relatorio-figueiredo.pdf>. Acesso: 24 mai. 2022.

a integração à comunhão nacional para que os indígenas se tornassem cidadãos, sem diferenciação de etnia.

Para Pereira (2004), é, a partir do final dos anos 1970, que a população aumenta nas reservas devido ao recolhimento de várias famílias que perderam suas moradias nas fazendas, o que agrava ainda mais os problemas sociais e contribui para o esgotamento dos recursos naturais.

Discurso de Ernesto Geisel, em meados de 1970, aponta –os imensos espaços vaziosll à espera dos colonos (BATISTA, 1995, p. 3). No âmbito da política local, as pequenas propriedades foram reduzidas em 30% e as médias e grandes propriedades tiveram aumento superior a 1.000 hectares; isso foi resultado das políticas de incentivo governamental que davam prioridade à agricultura –modernall, voltada para a exportação. As terras do, hoje, Mato Grosso do Sul eram em média dez vezes mais baratas que as terras no Rio Grande do Sul, por exemplo, atraindo gaúchos, paranaenses, paulistas, que se ocupavam da derrubada das matas e do plantio do colômbio. Esses migrantes introduziam também, ao final da década de 1970, a correção de solo e a mecanização, com isso chegavam os primeiros tratores na região. Ainda nessa década, os fazendeiros, com apoio governamental, começaram a plantar soja nesse espaço. É também nesse período que os agentes da FUNAI se propõem a arrendar terras visando a arrecadar recursos financeiros para os postos indígenas. Do ponto de vista da organização da política local:

O espaço de manobra dado pelo poder de intermediação permitiu a **coexistência de velhas e novas estruturas de dominação** em Mato Grosso. Esse poder deu suporte à ascensão das elites urbanas, mas também permitiu a **recomposição das velhas oligarquias**. A dominação passou a ser sobretudo pelo controle de cargos políticos e administrativos e pelo controle dos votos. Ou seja, a força dos leões, **a violência, foi substituída pela “política das raposas”**, astúcia, ambição, porém de conteúdo oligárquico (MORENO, 2007, p. 56).

Ainda no início dos anos de 1970, as famílias extensas conseguiam manter suas pequenas roças tradicionais na grande região de Dourados. Entretanto, o avanço dos colonos sobre o território, em poucos anos, levou à quase completa extinção do bioma. Um exemplo do desmatamento encontra-se onde está situado o município de Caarapó (*Ka''a*: erva mate, *Rapó*: raiz de árvore), que, nos primeiros anos do século XX, era um distrito de Ponta Porã, local fundamental para extração da erva mate. A região ao lado de Caarapó, atualmente Juti, que era um dos pontos de pouso dos tropeiros e ervateiros, contém evidências de ter sido habitada pelos Guarani e Kaiowá e pelos Kadiwéu, desde 2520 a.C.. Região que sofreu um impacto brutal com o advento de serralherias, praticamente escalpelando toda a mata que havia no local e no entorno. No período de 1966 a 1978, houve registro de 45 serrarias.

Entretanto, pode ser que houvesse muito mais empresas, se consideradas as que agiam na clandestinidade. No período entre 1970 e 1980, a cidade de Juti registrou cerca de 50 mil habitantes, sendo que mais da metade dos moradores na zona urbana trabalhavam nas serrarias. Segundo o IBGE, em 2020, a população era de 30.593. A atividade de extração madeireira começa a entrar em declínio, a partir dos anos de 1980, após 20 anos de intenso desmatamento, quando os capitalistas, donos das empresas, começam a migrar com seus empreendimentos à procura de novas áreas para desmatar. Ainda assim, no ano de 1980, o município contava com 34 serrarias oficiais. Segundo Brand (1993), os indígenas Guarani Kaiowá do Paraguai também foram impactados por situações semelhantes, em relação a serrarias e a desmatamento: -Em 1975, só no Departamento de Amambai havia 42 serrarias, sendo que a maior parte da madeira saía em forma de toras diretamente para o Brasil, chegando esta cifra a quinhentos caminhões de toras por dia (p. 130).

Cumpramos mencionarmos que o método utilizado pelos capitalistas fazendeiros para abrir área para agricultura e pecuária era o de arrendar a área de mata para os donos de serrarias, que exploravam e deixavam as terras em condições disponíveis para o uso. Entre 1960 e 1980 as três principais fontes de renda da região giravam em torno da madeira, da pecuária, da agricultura (HOFF; ALVES, 2018, p. 25-31).

O tema da história ambiental na região de Dourados precisa de mais aprofundamento. No entanto, gostaríamos de salientar que o avanço capitalista, especialmente nos últimos quarenta anos, transformou tragicamente o cenário da região. As transformações operadas sobretudo através do comando do Estado brasileiro na região, ocorreram a partir de uma matriz de pensamento capitaneada pelas elites nacionais e regionais, que combinou exploração da mão de obra escravizada, baixos salários pagos aos trabalhadores, incentivo às ondas migratórias, e baseadas na concepção ocidental de que -progresso e -modernidade equivalem a indústrias, urbanização e ao pacote da -Revolução Verde. Este modelo não somente concentrou terra e renda, como também espalhou a violência na região, além de perseguições aos indígenas.

Os últimos 50 anos, na região sul do estado de Mato Grosso do Sul, foi de uma violência ambiental sem precedentes, a qual eliminou praticamente toda a mata, destruiu ecossistemas inteiros, devastou rios. Para o modo de produção capitalista, o que importa é o lucro, e, nesses termos, as populações indígenas que, historicamente, conviveram em harmonia com as matas são consideradas sinônimos de atraso.

As plantas, as ervas, as árvores, a alimentação intermedeiam a relação entre os Guarani Kaiowá e a terra, que é sagrada. É por meio da alimentação, inclusive da carne dos animais, que o Guarani Kaiowá absorve a força dos nutrientes. Segundo Eliel Benites,

Os mais velhos não queriam que a gente comesse carne de boi porque tem muito sangue. Atualmente o sistema capitalista orienta nosso hábito alimentar, todo nosso viver. A alimentação se transforma cada vez mais num funil. Então, a retomada é uma maneira de forçar o governo a ver que essa terra é o nosso território (roda de conversa na casa da Floriza e Jorge, aldeia Bororó, dia 03/03/2020)³⁹.

Consideramos importante salientar que essas transformações, resultantes dos contatos com o mundo não indígena (com os designados, pelos Guarani Kaiowá da região, de -brancos ou *karai*), ao longo do processo histórico acarretaram mudanças significativas no equilíbrio da relação homem e mulher no contexto da roça.

Ou seja, até então, as funções sociais que designavam papéis complementares entre os homens e as mulheres, nos cultivos da roça, tornavam a mulher protagonista do plantio no que se refere ao o quê plantar, onde plantar, como organizar a roça. Como já observamos, a opção pelo modo de plantio era sempre em pequenas parcelas em meio às matas, em forma de rodízio, deixando períodos longos para pousio, até a mata se recompor. Cabia ao homem a derrubada e a queimada controlada do local. Cabia ao rezador e à rezadora os rituais para a fartura de alimentos, e cabia aos homens e às mulheres, juntos, a divisão do plantio – os homens faziam buraco com um pau no solo e as mulheres colocavam as sementes e realizavam as colheitas. Como Shaden (1974) explica, era impossível encontrar uma mulher guarani kaiowá sem um belo cesto nas costas, e dentro dele uma imensa fartura de alimentos.

Esse modelo de roça, governado pelas mulheres, entra em desequilíbrio, alterando o papel das mulheres nas tomadas das decisões mais importantes, na medida em que os homens indígenas começam a ver a roça como fonte de dinheiro, conforme a visão dos *karai*. Ou seja, essa relação com o mundo externo também provoca outra configuração no modelo de relacionamento entre os homens e as mulheres, em que elas vão sendo marginalizadas e a roça dos quintais passa paulatinamente a -perder seu valor, em parte dos locais.

Das famílias indígenas que permaneceram exiladas ou escondidas nos fundos das fazendas, nasce uma nova categoria, a dos **-índios de fazenda**”, objetos de disputa entre fazendeiros, porque, enquanto alguns os denunciavam para o governo, exigindo medidas enérgicas para retirá-los, outros preferiam ocultá-los para que a terra não se tornasse objeto de

³⁹ Diário de Campo do dia 3 de março de 2020, por ocasião da visita na comunidade para receber um grupo de visitantes oriundos da região Sul do país. Nessa ocasião coincidiram nossas visitas, o que resultou em depoimentos e diálogos sobre o tema da alimentação e roça na atualidade.

litígio e a presença dos mesmos não se tornasse uma prova viva da presença indígena no território em disputa (GRUNBERG, 2014).

Nesse sentido ressurgem várias lideranças tentando reagrupar os parentes e organizar uma comunidade política para reivindicar uma base territorial. Assim, surgem as retomadas. E, aos poucos, muitos acampamentos aparecem nas beiradas das fazendas, nas beiras de estradas, e o movimento vai também aos poucos aumentando. O século XX marca-se por uma sociedade ordenada pelo autoritarismo e por um processo de contra-revolução permanente.

Melià explica que, para o povo Guarani, *–sem tekohá não há tekôll*. Sem o lugar onde podemos ser quem somos, não somos nada, nem ninguém. A identidade está profundamente ligada ao nosso lugar, e ter um território é a condição e possibilidade concreta para que esse modo de vida se torne realidade (2016, p. 45).

Uma superfície terrestre se volta espaço geográfico e território na medida em que os lugares físicos ocupados se voltam em lugares de relações humanas, de cultura e de imaginários próprios. Uma terra – *yvy* – se torna então território – *tekohá* – **por obra cultural humana – *teko*** -, que é um modo de ser particular vivido historicamente por um povo ou uma nação; é o **lugar donde somos o que somos e queremos seguir sendo**, é uma cultura diferente de outra e também dinâmica, respondendo a novos tempos desde sua mesma matriz (MELIÁ, 2016, p. 47).

Também para Melià (2016), o assunto da usurpação dos territórios é tema atual. Registramos, assim, que as terras Guarani são bastante cobiçadas para agricultura, haja vista que tais grupos sabem escolher, com profundo conhecimento e critérios, as melhores terras para este objetivo. Normalmente o cultivo é feito em 1 ou ½ hectare por família nuclear. As sementes são cuidadas e protegidas entre uma colheita e outra, armazenadas, trocadas e distribuídas. A forma de trabalhar em mutirão é considerada uma *–condição divinall – *tupã rekô**. As rezas longas de noite inteiras, a festa do milho, as comidas, *–Este milho participado na festa, em alegre convivência, adquire um valor e sentido mais além do que simples alimento; os cantos e danças com que celebram estas festas abrem um espaço social que os identifica e os faz divinosll* (p. 108).

Sublinhamos que, por longos séculos, após a invasão europeia, os colonos foram chegando em territórios indígenas Kaiowá e Guarani, sem nenhuma prática em agricultura, trazendo apenas suas ferramentas de ferro, como cunhas e enxadas; nos séculos seguintes mantiveram as mesmas práticas aprendidas com os indígenas. Para Meliá, associada a espoliação de seus territórios, atualmente, *–rodeados por agrotóxicos, a agricultura guarani tem decaído muitoll* (MELIÁ, 2016, p. 97).

Um trabalho de pesquisa, na aldeia Tey kuê em Caarapó (LIMA; SANGALLI; RODRIGUES, 2017) revelou que os hábitos alimentares tradicionais da sra. Augustina Peralta, 76, a alimentação da família era retirada totalmente da roça e da mata, em forma de produtos como: mandioca, milho, feijão, batata, cana de açúcar, melancia, jabuticaba, banana, pitanga, araticum, abóbora, moranga, ressaltando que esses alimentos eram diferentes dos que se vendem atualmente nos mercados. Quanto à oferta de proteína animal, havia peixe, quati, porco do mato, veado, anta, capivara, jacaré, cateto, macaco, preá, rã, lagarto, paca, insetos como tanajura e bicho do coqueiro. Entre as bebidas e preparados estavam peixe, farinha de mandioca, mandioca assada, bebida de milho, chipa guazu, chicha. Coletavam do mato guaivira, limãozinho, jatobá, pindó.

Antigamente as famílias GK sustentavam-se da roça, cultivavam a maior variedade de alimentos, caçavam animais selvagens e coletavam frutos silvestres. Para a prática do cultivo escolhia o melhor local para plantar, utilizava fogo na primeira limpeza da roça, para depois fazer a limpeza com facão, cortando apenas os brotos das árvores. Usavam como ferramentas a enxada, o facão, a foice; utilizavam produtos naturais para combater as pragas, como por exemplo, a cinza do fogo no combate das formigas (LIMA; SANGALLI; RODRIGUES, 2017, p. 220).

Tradicionalmente as famílias não utilizavam sal, açúcar e óleo na preparação dos alimentos. Embora haja poucos registros sobre a mudança dos hábitos alimentares nas comunidades indígenas Guarani, sabe-se que a expropriação de seus territórios tradicionais, bem como a remoção forçada e o confinamento nas reservas estão entre os fatores mais importantes, responsáveis pela desestruturação da alimentação e dos modos de vida tradicionais.

De outro lado, contraditoriamente, quando os homens são subtraídos de suas aldeias para trabalhos externos (com remuneração por meio de contratos fixos ou temporários), essa ausência na roça é sentida como uma quebra na organização social e econômica da vida comunitária. Isso porque os vários papéis assumidos pelos homens mantêm a estabilidade do grupo. Assim a falta desses membros passa a criar um vazio como pai, filho, trabalhador da comunidade, participante dos rituais pertencentes ao tekohá. Assim, as novas práticas impostas pela sociedade capitalista, as doenças, a cachaça, ao longo das décadas seguintes, terão forte influência sobre a vida desses grupos.

Essas mudanças advêm de uma série de fatores que podem ser compreendidos como parte **do avanço do modo de produção capitalista sobre os territórios indígenas**. Beate Lehner (2014) explica que, nas primeiras décadas do século XX, as perdas dos territórios tradicionais, a desaparecimento das matas, a intensificação do contato com os não indígenas, o advento da -changall transformou radicalmente a vida dessas comunidades.

Antigamente, a ocupação mais importante do homem guarani era a caça (e a guerra), enquanto a mulher cuidava dos lugares (pequenos pedaços de terra), colhia e administrava os alimentos. A ocupação do homem estava mais relacionada com o sistema de caça e recolecção e a ocupação da mulher mais com a produção agrícola (LEHNER, 2014, p.181)

Objetos como roupas, ferramentas, sal, sabão, entre outros, passaram a se tornar –necessários|. Embora, na maioria das vezes, as mulheres mantivessem suas pequenas roças (*kokwe''i*) para alimentarem suas famílias, isso foi se perdendo, a partir do intenso processo de colonização ocorrido dos anos de 1950 em diante, através das frequentes expulsões, perseguições, desocupações sofridas pelos *tekohá*, que, aos poucos, foram transformando as changas como principal fonte de alimentação, o que mudou bruscamente a cultura alimentar. Alimentos como macarrão, arroz, farinha, óleo de soja, sal, açúcar passam a ser incorporados na alimentação indígena, comprometendo, pelas décadas seguintes, tanto a segurança alimentar e nutricional quanto a soberania territorial e alimentar dos Guarani.

2.5 O movimento indígena de resistência

Entre os meses de agosto de 1975 e agosto de 1977, a equipe do CIMI/MS publicou um Relatório, intitulado –A escravidão e o abandono|⁴⁰, em que apresenta dados da situação dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul. Quanto à situação dos Guarani Kaiowá, o documento descreve, com ênfase, o quanto eram reprimidos no sentido de emitir opinião e proibidos de sair de sua área e participar de reuniões para discutirem os problemas da comunidade. Na maioria das vezes, os índios eram arrebanhados para trabalhos nas fazendas vizinhas, intermediados pela própria FUNAI, que, raramente, estabelecia contratos conforme a legislação, o que possibilitava relações de trabalho escravo, assim como situações em que o fazendeiro entrava, levava o indígena e trazia de volta, quando bem entendia, ou não trazia mais. O relatório dá mostras da situação da entrada do álcool na aldeia – muitas vezes o indígena era –presenteadol| por vizinhos, que tinham clara intenção de viciá-los. Conforme o relatório, –as brigas e mortes acontecem geralmente quando, embriagados, os índios exteriorizam agressivamente todas as humilhações e traumas de que são vítimas| (CIMI, 1977, p. 3).

Em todos os lugares se verifica o assédio sobre as porções de terras demarcadas e sobre os últimos recursos econômicos, como as madeiras de lei. Em todas as áreas visualiza-se o estado de abandono, os graves problemas relacionados à saúde, como tuberculose, a falta

⁴⁰ Disponível em: <https://acervo.socioambiental.org> . Acesso em: 12 out. 2022.

de transporte, de atendimento médico, de água e alimentos, a violência dos grileiros e fazendeiros, e, enfim, o confinamento a que foram submetidos, como exemplo citamos as parentelas de Campestre (Bela Vista), que somavam 100 pessoas em apenas 1 hectare de terra. A própria FUNAI arrendava terras indígenas, ou fazia a –política do avestruzll (p. 11); outras vezes utilizava as terras indígenas para obter rendimentos, como o caso do posto de Caarapó, cujos funcionários criavam 200 cabeças de gado. Sobre a religião, –quanto mais adversidade os castiga, maior é a união em torno dos valores tribais, da religiãol (p. 6). Muitas vezes os indígenas souberam utilizar-se das igrejas das quais participavam para obter alguns benefícios, como sapatos e roupas velhas, de vez em quando. Um ponto bastante expressivo é a presença da polícia indígena em praticamente todas as áreas, sob o argumento de controlar os alcoólatras e possíveis conflitos; essa polícia serviu de braço para a repressão contra a luta por terra e direitos. Usava farda e cassetete. É expressiva também a dramática situação das parentelas dispersas, vivendo em situação de exílio, sendo removidas de um lado para outro, passando por situação de doença, fome, preconceitos e espoliação da terra. Quando, na Campestre, o líder recebeu a sugestão de atravessar a fronteira para o Paraguai para acessar uma porção de terra no país vizinho, ele deu a seguinte resposta:

Meus pais e meus avós e meus parentes e todos sempre moraram aqui e aqui estão enterrados; nosso povo não gosta de abandonar os lugares onde estão enterrados nossos parentes. Também não vou para o Paraguai porque sou brasileiro, minha terra é aqui e aqui tenho direitos para reclamar. Sei que ainda estou sozinho, ninguém me ajuda; **que fazendeiro pisa por cima da gente como se fosse praga; que não dá valor ao índio. Nossa terra agora é capim e os bois pisam em cima de nossos parentes enterrados. O boi aqui tem mais valor que o índio, porque para ele tem comida bastante e para nossas crianças nem caçar o fazendeiro não deixa.** Aqui nós somos como arapuá: sempre fechada em sua casinha, quando quer sair, os passarinhos estão prontos para pegá-las (CIMI, 1997, p. 7, grifos nossos).

A fala da liderança aponta para a situação violenta imposta pela realidade do avanço capitalista sobre seus territórios tradicionais. Paralelamente, a manutenção da língua originária pode ter sido importante fator agregador para que as parentelas pudessem, simultaneamente, fazer avaliações do contexto, e encontrar brechas para promover encontros clandestinos e articulações internas. Nesse cenário é que, desde o ano de 1977, vem sendo organizado um amplo movimento social de resistência dos povos Kaiowá e Guarani, grandes assembleias, ou –*Aty Guasull*, para debater e encaminhar os problemas das comunidades, articular as lutas e pensar estratégias comuns.

Em Roda de Conversa com a presença de Flávia Arinos⁴¹, do tekohá Pirakuá, em Bela Vista, ela explica que a primeira Assembleia –Aty Guasull foi registrada, ainda em 1977, e que a primeira retomada do povo Guarani foi no Pirakuá. Flávia ainda assinala que

a nossa luta não é como arma de fogo como eles fazem, nossa voz é nossa reza que nasceu da nossa raiz. Nossa pele é da cor da terra. E os nossos conselhos são o braço direito dos rezadores e rezadoras. A vida na retomada é muito dura, e ajudar um indígena é um crime para o agronegócio.

A pesquisa de Tônico Benites (2014) também explica as origens do movimento Aty Guasu, ainda na década de 1970, em torno da articulação das famílias extensas com o objetivo de retomada dos seus antigos territórios tradicionais.

Para Pedro (2021), nos anos de 1980, continuava a grande resistência em relação à adaptação, agravada pela expansão agrícola, pela exploração da mão de obra barata, pela tensão, apaziguada na maioria das vezes pelos chefes de posto, servidores da FUNAI (p. 54). **Em 1979 organiza-se um grande ritual religioso, e tem início o movimento de agregar as parentelas dispersas.** A forte noção de pertencimento ao território, trazida pela memória especialmente dos mais velhos, cultivada pelos seus rituais religiosos tradicionais, faz com que os rezadores sejam considerados um perigo ao sistema.

Para Brand, a resistência dos Kaiowá Guarani acontece de todas as maneiras, inclusive no âmbito das lutas pelas políticas, como foi o caso da Constituinte de 1988.

Apesar do esforço secular dos Estados Nacionais em promover a integração das populações indígenas, mediante políticas agressivas de «nacionalização», ou de negação das especificidades étnicas, estas crescem demograficamente e afirmam-se, politicamente. É o que verificamos no Brasil após cinco séculos de agressivas políticas de integração. Os povos indígenas ressurgem e afirmam-se no cenário nacional, a partir da década de 1970, o que os levou a expressivas vitórias na Assembleia Constituinte de 1988 (2002, p. 175).

Os anos de 1980 explodem numa configuração resultante dos processos represados nas décadas anteriores de acúmulo de insurreições de parte da sociedade contra a ditadura militar. Ao contexto de revoltas contra a ditadura, agregava-se também as condições de miserabilidade, que contrastavam com a concentração de riquezas de uma burguesia agrária e industrial conivente com a ditadura militar.

São gritantes os problemas relacionados à expropriação das terras de camponeses e indígenas nos campos e à inflação dos preços dos alimentos no meio urbano. Na década de 1970 e 1980, ascendem os Movimentos Sociais que se articulavam em torno de demandas específicas, como luta pela moradia, contra a carestia, defesa de menores, movimentos pela

⁴¹ Anotações da autora em diário de campo durante diálogo sobre o tema juventude, em atividade com movimentos sociais do campo, ano de 2019, Dourados-MS.

saúde, pela educação, campanha contra a fome e a miséria, campanha de apoio aos presos políticos, movimentos populares de mulheres, Comunidades Eclesiais de Base, pastorais da igreja católica, como a Pastoral da Terra. Além disso, os grupos de expropriados da terra rapidamente se multiplicaram e formavam verdadeiros contingentes de exércitos de Sem Terra. Nesse período, também insurgem as grandes greves da região do ABC, em São Paulo, especialmente a dos trabalhadores da indústria urbana. Em 1979, nasce o Partido dos Trabalhadores – PT, no seio dos movimentos grevistas, que lutam por direitos. Ao longo dos anos, o PT organizou-se para disputar as primeiras eleições diretas no contexto de final de ditadura, no ano de 1989.

Os movimentos indígenas sempre estiveram insurgindo contra os vários regimes de dominação, incluindo a ditadura militar. No início dos anos de 1980, as lutas continuavam intensas, e essa efervescência dos movimentos indígenas está presente nas memórias dos incontáveis cartazes e relatos de encontros e reuniões desse período. Os estudos de Sidinei Roque Deparis (2007), por exemplo, apontam o histórico que antecedeu a criação de um importante movimento, o da União das Nações Indígenas - UNI, ainda durante o período da ditadura militar.

Tal movimento procurava abranger todas as etnias, lutava por direitos e se posicionava firmemente contra o regime militar. A criação da UNI aconteceu no Seminário de Estudos Indígenas de Mato Grosso do Sul, entre 17 a 20 de abril de 1980, por iniciativa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Governo do Estado e FUNAI, o objetivo das duas últimas entidades seria conduzir o evento de forma a angariar apoio para implementação de projetos governamentais. No entanto, ao perceberem essas intenções, as lideranças indígenas se anteciparam e protagonizaram os rumos do debate. Estavam ali presentes tanto lideranças indígenas, como Marçal de Souza e Mário Juruna, quanto um grupo considerável de apoiadores indigenistas, como Darcy Ribeiro, Carmen Junqueira e Fernando Altenfelder, escolhidos como padrinhos da entidade. As lideranças questionaram duramente o abandono e a ineficácia dos trabalhos da FUNAI, bem como os desvios de verbas, a incitação dos agentes públicos para disputas internas, o abuso de poder, o enriquecimento ilícito, a impunidade, a agressão física das autoridades, além da falta de demarcação das terras. Ao final das discussões, no dia 19 de abril de 1980, criou-se a Comissão Formada para a Irmandade Indígena, tendo como presidente Domingos Veríssimo Marcos (Terena) e vice presidente Marçal de Souza (Guarani Nandeva); um ano depois, a comissão passaria a se autointitular União das Nações Indígenas – UNI.

Ainda na ocasião do Seminário, Marçal de Souza fora escolhido para representar os povos indígenas na primeira visita de um papa ao Brasil; ele proferiu seu discurso, no dia 30 de junho de 1980, na Amazônia (Manaus), dando voz ao tema na sociedade brasileira. Esse nível de organização indígena alcançou amplitude na representação internacional. Por outro lado, a FUNAI procurava isolar e ignorar completamente a organização indígena. Os coronéis militares da ditadura, com medo de perderem o poder de controle sobre os indígenas e, com receio de que eles se rebelassem contra a ordem estabelecida, argumentavam que não permitiriam outra nação dentro do país, ou seja, a UNI. Em 1980, Mário Juruna, sob tutela do Estado, foi impedido de viajar ao exterior.

Mário Juruna, da etnia Xavante, do estado do Mato Grosso, foi o primeiro indígena eleito, no ano de 1982, para compor o Congresso Nacional, com 31 mil votos, pelo Partido Democrático Trabalhista. Contemporâneo de Darcy Ribeiro e Leonel Brizola, exerceu o cargo de deputado até 1987, extremamente perseguido pelo general ditador João Batista Figueiredo, dizia que -todo ministro é da mesma panelinhall.

O trabalho de pesquisa de Lucas Achandler Ferri (2021) aponta que Mário Juruna é citado 411 vezes no Jornal O Globo, apenas no primeiro ano de seu mandato, o que fez com que se construísse sobre ele uma imagem simbólica de incompetente e fora do padrão, além de -incapaz, infantilizado e pitorescoll.

Mário Juruna ficou marcado por andar sempre com um gravador de áudio para combater as mentiras de outros colegas políticos e denunciou os atos corruptos dos mesmos, inclusive delatou abertamente - em uma coletiva de imprensa - a tentativa de suborno que a empresa Calim Eid ofereceu no valor de 370 milhões de cruzeiros para que Juruna votasse em Paulo Maluf que era opção dos militares para as eleições indiretas para presidente do Brasil (FERRI, 2021, P. 40).

Juruna deu grande contribuição à luta pelos direitos indígenas dentro do Estado brasileiro. Graças a ele, houve a criação da Comissão Permanente do Índio, atual Comissão dos Direitos Humanos e Minorias na Câmara dos Deputados.

Em 25 de novembro de 1983, numa emboscada, é brutalmente assassinado o líder da UNI, Marçal de Souza, na aldeia Pirakuá, município de Bela Vista. Marçal havia sido o principal líder da primeira retomada. Segundo Flávia, da aldeia Pirakuá (Bela Vista), ligada ao movimento de mulheres indígenas, foi em 1977 que os *karaí* registraram a primeira assembleia indígena Aty Guasu. Flávia explica que -nossa luta não com armas de fogo como eles fazll.

O conjunto das lutas populares, políticas e sociais culminam com a derrubada do regime da ditadura militar e com o acordo entre os diferentes grupos, que incluiu os generais, para elaboração de uma nova Constituição Brasileira. Novamente a elite propõe uma conciliação entre interesses dos setores populares e os das classes que governavam o Brasil, propondo uma *-abertura lenta, gradual e segura*, ou seja, sem riscos de colocar em evidência os erros dos ditadores militares, de criar um tribunal para investigação dos crimes, sem reparação às vítimas, e apagando a memória dos tempos sangrentos, diferente de países como Argentina, por exemplo, onde a memória dos presos políticos e das vítimas se mantém viva, como brada o Movimento das Mães da Praça de Maio.

Para Fernandes (2018), os anos de 1970 a 1980 foram períodos de efervescência do movimento indígena,

entre outros fenômenos de caráter político e social ocorridos na América no decorrer do século XX, os movimentos indígenas podem ser caracterizados como estratégias de transformação social de grande complexidade para estes sujeitos e suas comunidades. Como resultado, polêmicas concernentes ao recrudescimento das políticas integracionistas para comunidades indígenas concorreram para a efervescência política que se processou desde então (FERNANDES, 2018, p.)

A Constituição Federal de 1988 é considerada um marco, do ponto de vista da garantia da legislação, pois nela estão as diretrizes principais para a implementação da política indigenista brasileira. A meta seria demarcar todas as terras indígenas em dez anos, ou seja, até 1998. Além disso, aponta para a liberdade da tutela da FUNAI, assim como para a garantia de direitos originários, rompendo com a lógica integracionista, imposta ao longo dos anos anteriores. No capítulo VIII⁴², da Constituição Federal de 1988, *-Dos Índios*, observamos

⁴² Capítulo VIII Dos Índios Art.231. **São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam**, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. § 1º são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. § 2º as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, **cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes**. § 3º o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivadas com a 114 autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei. § 4º as terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis. § 5º é vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso nacional, garantindo, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco. § 6º são nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvando relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé. § 7º não se aplica às terras indígenas o disposto no art. 174, §§ 3º e 4º. Art. 232. **Os índios, suas comunidades e organizações são parte legítimas para ingressar em juízo em**

conquistas importantes como o direito de permanecer indígena, cultivar sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e manterem a defesa de seus direitos territoriais, através do Ministério Público, acompanhando e atuando em todo o processo. Segundo Almeida, –Esses dois dispositivos constitucionais vêm romper com a lógica integracionista e de tutela indígena ao longo dos quinhentos anos de dominação‖ (ALMEIDA, 2018, p. 623).

De um lado a Constituição Federal restaurou direitos; de outro, manteve os mesmos padrões de concentração de terra e renda, através da organização estatal, garantindo os privilégios e a impunidade das elites pós-ditadura.

O Brasil encerra o século XX com uma Constituição Federal considerada avançada para a época, e adentra o século XXI envolto em lutas entre as classes sociais, em que de um lado as novas leis asseguram um novo patamar de direitos sociais para as classes dos –desterrados da terra‖ (parafraseando o compositor Chico Buarque), e, de outro lado, as arcaicas elites brasileiras irrompem uma guerra contínua contra os mesmos direitos. Persistem problemas estruturais profundos, que dizem respeito à formação social do Brasil, como a questão da propriedade privada da terra, sobre a qual, de maneira alguma, a Constituição Federal de 1988 conseguiu interferir.

Os povos indígenas do Brasil atravessaram o século XX sob os sucessivos ciclos de ditaduras militares, e sob a imposição de uma falsa modernidade, fator alavancado pelas oligarquias rurais metamorfoseadas em novas elites industriais, à sombra dos países colonizadores. Essas gerações vivenciaram o mundo ser partilhado entre as grandes potências e marcado por guerras pelo saque dos territórios, pela ausência de limites nas guerras comerciais, pelo monopólio das grandes empresas, por inúmeros desastres ecológicos e por uma ofensiva neoliberal avassaladora, a partir da década de 1990.

O Estado brasileiro e seus **ideólogos sempre apostaram que os índios iriam desaparecer**, e quanto mais rapidamente melhor; fizeram o possível e o impossível, o inominável e o abominável para tanto. Não que fosse preciso sempre exterminá-los fisicamente para isso — como sabemos, porém, o recurso ao **genocídio continua amplamente em vigor no Brasil** —, mas era sim preciso de qualquer jeito **desindianizá-los**, transformá-los em **–trabalhadores nacionais‖** [2]. **Cristianizá-los**, –vesti-los‖ (como se alguém jamais tenha visto índios ‘nus’, esses mestres do adorno, da plumária, da pintura corporal), **proibir-lhes** as línguas que falavam ou falavam, os costumes que os definiam para si mesmos, submetê-los a um regime de trabalho, polícia e administração. Mas, acima de tudo, cortar a relação deles com a terra. **Separar os índios (e todos os demais indígenas) de sua relação orgânica, política, social, vital com a terra e com suas comunidades que vivem da terra** — essa separação sempre foi vista como ‘condição necessária’ para transformar o índio em cidadão. Em cidadão pobre, naturalmente. Porque sem pobres não há capitalismo, **o capitalismo precisa de pobres**, como precisou (e ainda precisa) de

escravos. Transformar o índio em pobre. Para isso, foi e é preciso antes de mais nada separá-lo de sua terra, da terra que o 'constitui' como indígena (VIVEIROS DE CASTRO, 2017, grifos nossos).

O capítulo VIII, da CF/1988, sobre a temática indígena, embora tenha sido escrito com bastante clareza, ainda assim deu margem a interpretações ambíguas, a exemplo do projeto do marco temporal, em que seus defensores abriram a –justa brecha para argumentar que só teriam direito à terra as populações que estivessem, no dia 05 de outubro de 1988, dentro dos territórios reivindicados, o que desconsidera o histórico das remoções forçadas, da expropriação violenta das terras Guarani Kaiowá e toda sorte de guerra e latrocínio impostos a essa etnia.

2.6 A presença do CIMI junto aos povos indígenas

O surgimento do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) deu-se no contexto dos pressupostos da chamada –Teologia da Libertação, movimento inspirado no cristianismo primitivo, oriundo, em meados dos anos de 1960, em vários países da América Latina, cuja inspiração, de cunho marxista, pregava a releitura da Bíblia, a partir do método –*ver-julgar-agir*. No Brasil, um expoente da Teologia da Libertação foi Leonardo Boff, que, juntamente, com outros padres da época, apontavam para a relação fé e política.

Marcas importantes desse período podem ser analisadas tendo em vista os eventos que produziram documentos-pactos que inspiraram gerações seguintes. Um dos marcos importantes para compreendermos as origens históricas desse movimento, foi o Concílio⁴⁴ Vaticano II, sob condução do Papa Pio XII, ocorrido entre 1962 e 1965, em Roma, com a participação de 3.060 membros com voz e voto; desses, 311 eram do Brasil.

O objetivo do Concílio Vaticano II era alinhar a postura da Igreja Católica aos novos tempos que a sociedade –moderna exigia. Dentre as resoluções do Concílio, destacam-se as seguintes: a descentralização dos poderes do Papa; a implementação das missas na língua de cada país (até então celebrada apenas em latim e de costas para o povo); o caráter ecumênico e a abertura sobre a crença de que Deus estava presente nas demais religiões, além da Católica; início da abertura à participação dos leigos no conjunto das atividades religiosas, e maior sensibilidade às questões sociais.

⁴⁴Concílios constituem-se em assembleias de bispos da Igreja Católica, cujo objetivo é pactuar uma série de mudanças profundas no âmbito dessa igreja. Nos últimos 500 anos, a Igreja Católica realizou apenas três concílios, sendo o Concílio de Trento, no século XVI, o Concílio do Vaticano I, no século XIX, o Concílio Vaticano II, no século XX. Até então os concílios tinham como objetivo debruçarem-se nos rituais da missa, nos deveres dos padres, nos costumes e tradições.

O tema da –opção evangélica pelos pobres‖ foi levantado por um grupo de padres, comandado pelo então bispo brasileiro e nordestino, Dom Hélder Câmara, considerado subversivo e comunista; tal proposição feita quase num tom clandestino, pois esse grupo chamava a atenção pelo que ocorria no Continente, quanto à pobreza, à exploração, ditaduras, colonialismo. Outro bispo em destaque era Dom Leônidas Proaño, bispo de Riobamba, Equador, escritor e forte defensor das causas indígenas no Continente.

Passados três anos do Concílio Vaticano II, a América Latina realizou o –Concílio de Medellín‖, na Colômbia, entre 24 de agosto a 6 de setembro de 1968. O objetivo era incorporar as mudanças propostas pelo Concílio Vaticano II à luz da realidade da América Latina. Os bispos debruçaram-se sobre temas como dependência econômica, formas de violência, educação libertadora. Nesse contexto, o Concílio de Medellín (1968) não foi apenas a tradução do Vaticano II, mas a emergência da Igreja Católica da América Latina, com opção pelos pobres, através de metodologia voltada para um forte trabalho de formação de consciência crítica na base; em vista disso, foram criadas as pequenas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Os tempos eram de ditadura militar em quase todos os países do Continente; contudo, vale lembramos que Paulo Freire⁴⁵ já havia experimentado, com êxito, seu método de alfabetização em aulas dos Círculos de Cultura, no Pernambuco da década de 1960.

A metodologia das CEBs consistia em organizar os círculos bíblicos e fazer uma releitura da Bíblia com enfoque no “*ver-julgar-agir*”, apontando para a compreensão dos problemas locais, seu aprofundamento e o necessário engajamento para transformação da realidade. A partir desse despertar para o compromisso com as causas sociais, os círculos foram organizados em Pastorais para estudar e tomar deliberações afins. Desse modo surgiram a Pastoral Indigenista, a Pastoral da Terra, Pastoral Operária, Pastoral da Mulher, Pastoral do Negro, Pastoral da Juventude, Pastoral da Criança, entre outras.

Ainda no ano de 1969, um pequeno grupo de jovens criou a Operação Padre Anchieta (OPAN), que visava a trabalhar com as populações indígenas, a partir de uma perspectiva diferente das missões tradicionais, cujo caráter, até então, havia sido de conversão e integração. Segundo Benedito Preziosi (2003), esse pequeno núcleo foi bastante importante na criação posterior do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), dois anos depois; neste grupo estava também a equipe fundadora. Desde sua origem, o CIMI foi um dos setores da Igreja

⁴⁵ No Brasil, os estudos de Paulo Freire e a constituição dos círculos de leitura, seus experimentos de alfabetização, a partir da realidade, e sua mais importante obra na área da educação, a sua –*Pedagogia do Oprimido*‖, proibida pela ditadura no Brasil e lançada no Chile, em 1968, já destacava a importância do potencial popular na transformação das estruturas sociais e econômicas, ainda que reprimido pela ditadura brasileira.

Católica oficial que se confrontou diretamente com a política vigente da ditadura militar em relação aos povos indígenas.

Em 1979, quando se completam os dez anos de Medellín, os bispos da América Latina reuniram-se em Puebla, no México, para estudos e análise da década. Era o contexto de ditaduras militares, haviam muitos religiosos envolvidos e sofrendo perseguições, além de prisões, desaparecimentos políticos, torturas, e toda forma de violência estatal. Ao mesmo tempo, os bispos analisaram o modelo de dependência desigual e combinada, o imperialismo, o aumento do consumismo, e também os ventos conservadores do neopentecostalismo no continente. A Conferência reforçou a *-opção preferencial pelos pobres* e destacou a *-opção preferencial pelos jovens* na América Latina. Essa opção da Igreja pelos pobres e pelos jovens, foi fundamental para a continuidade do engajamento pastoral que deu força à origem dos movimentos de lutas contra a ditadura, dos movimentos e organizações de juventude, dos movimentos sociais de base. Em termos concretos, a Igreja Católica do Continente investiu massivamente na formação da juventude, com programas de formação, estudos, articulação de grupos, liberação de jovens e religiosos para assessoria. Também a formação dos novos padres e religiosos seguia a mesma perspectiva, tanto no sentido de estudar a realidade para atuar, quanto no do engajamento nas comunidades de base.

No entanto, 1979 é também o ano em que se inicia o papado do polonês João Paulo II (papado entre 1979 e 2005), um período em que a Igreja Católica, em âmbito mundial, recomeça novamente a retroceder em suas ações com receio do *-avanço do comunismo*, como parte da Guerra Fria. Um expoente desse período aconteceu apenas cinco anos depois, em 1984, quando o Cardeal Joseph Ratzinger (depois Papa Bento XVI) coordenou uma quase expulsão de Leonardo Boff do Brasil, por ele, Boff, defender os pressupostos da Teologia da Libertação; no ano de 1985, Leonardo Boff foi condenado ao *-silêncio* e deposto de suas funções.

As lutas em defesa dos povos indígenas do Continente Latino-Americano se sobressaiam a partir de fortes articulações, protestos, mobilizações, entre outras formas de ação. Desse período, um documento referência é a *-Declaração de Barbados III*, resultado do *Simpósio sobre fricção interétnica na América do Sul*, ocorrido em janeiro de 1971, em Barbados. Contou com a participação de vários intelectuais indigenistas, principalmente de docentes das universidades do Continente. A participação do Brasil foi representada por meio de carta, de Darcy Ribeiro, na época exilado no Chile (já que eram tempos de ditadura militar no país; os outros três participantes não puderam assinar). A referida declaração tinha em seu corpo a reflexão e o posicionamento firme sobre a gravidade da questão indígena no

Continente; denunciava a situação de dominação colonial, desde a chamada –conquistall, cujas consequências foram descritas como

agressões reiteradas contra as sociedades e culturas indígenas, tanto em ações intervencionistas supostamente protetoras, como nos casos extremos de massacres e deslocamentos compulsórios, não ficando alheios ao exército e outros órgãos governamentais. As próprias políticas indigenistas dos governos latino-americanos visam à destruição das culturas indígenas em benefício da consolidação das estruturas existentes. Isto impede os indígenas de se libertarem da dominação colonialista e decidirem seu próprio destino. (...) rompimento do sistema classista de exploração e de dominação étnica, do deslocamento do poder econômico e político de uma minoria oligárquica para as massas majoritárias, a criação de um estado verdadeiramente multiétnico no qual cada etnia tenha direito à autogestão e à livre escolha de alternativas sociais e culturais (Declaração de Barbados, 1971, p. 1).

A Declaração de Barbados analisa o fracasso das políticas de Estado, sua omissão ou responsabilidade nos crimes de genocídio e *etnocídio*; cobra políticas de respeito às culturas de cada povo, direitos territoriais, assistência aos direitos sociais integrais. Também, no âmbito das missões religiosas, avalia que a presença missionária significou dominação e exploração econômica e humana sob o manto religioso, pois a atividade de catequização era um mecanismo de –colonização, europeização e alienação; assim, chega à conclusão de que seria melhor acabar com as atividades missionárias no Continente. Em relação à ciência da Antropologia, o documento também analisa que ela fora utilizada, desde sua origem, como mecanismo para justificar a dominação em termos acadêmicos, o que gerou posições equivocadas como cientificismo, hipocrisia, oportunismo, e, muitas vezes, utilização das populações indígenas como meros –objetos de estudo. Ao final, o documento reafirma –o indígena como protagonista de seu próprio destino, e o direito ao seu modo de autogoverno, de autodeterminação.

Um ano após Barbados, reunidos no –Encontro de Assunção (1972), missionários e indigenistas da região reafirmaram a continuidade dos trabalhos apontando que as igrejas deveriam apoiar as organizações indigenistas: –Entretanto a confissão de falhas e erros nas atividades missionárias não nos leva a conclusão de que seja preciso suspender toda a atividade missionária, como afirma a Declaração de Barbados (PREZIA, 2003 p. 56).

Engajada e posicionada no espírito dos ventos da Teologia da Libertação, uma pequena equipe, de sete pessoas, animada especialmente pelo então bispo Dom Tomás Balduino, na ocasião do 3º Encontro de Estudos sobre Pastoral Indígena, funda o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), oficialmente, no dia 23 de abril de 1972, tendo sua primeira reunião em 19 de maio do mesmo ano, na cidade de Campo Grande, na época Mato Grosso,

no Instituto Regional de Pastoral de Mato Grosso (IRPAMAT)⁴⁶. De acordo com o informe do Boletim, na mesma ocasião, foi formada uma Comissão para colaborar na elaboração do anteprojeto do Estatuto do Índio, que seria aprovado em dezembro, do ano de 1973, e previa a demarcação de todas as terras indígenas do país em cinco anos. A segunda reunião foi em agosto de 1972, em Coxipó da Ponte (MT); a terceira, em Meruri (MT), entre os bororos; a quarta, durante o 1o Curso de Formação para Missionários, que ocorreu no período de 12 a 24/02/1973. Esse primeiro Curso de Formação teve entre seus temas de estudos o seguinte: antropologia cultural, processos aculturativos, fundamentos teológicos da pastoral indígena atual, noções de medicina. Além disso, o CIMI se posicionava, desde seu início, contrário à catequização dos indígenas, compreendendo que sua religiosidade, específica de cada etnia, teria que ser respeitada.

Na época, bispos como Dom Tomás Balduino e Dom Pedro Casaldáliga foram importantes referenciais para o avanço na articulação das pastorais sociais e dos movimentos sociais camponeses⁴⁷. Um exemplo foi a atuação do bispo Casaldáliga e do padre João Bosco Burnier, este assassinado em 1976, ao defenderem mulheres presas e torturadas em Ribeirão Cascalheira, no Mato Grosso. Na missa de sétimo dia da morte do padre Burnier, seguiu-se uma revolta popular resultando na demolição da cadeia local.

O período da criação do CIMI coincide com os considerados -anos de chumbo da ditadura militar no Brasil. Momento em que há assassinatos, desaparecimentos, torturas de militantes, de defensores dos direitos humanos, de jornalistas, líderes religiosos, líderes comunitários, lideranças indígenas⁴⁸, bem como assassinatos de missionários e apoiadores dos povos indígenas, por exemplo, Pe. João Bosco Burnier (1976), Bororo Simão Cristino (1976), Marçal de Souza (1983), Ir. Cleusa Molinari (1985). Além disso, os conflitos internos na Igreja Católica, também evidenciavam o grau de discordância, como o caso de duas cartas pastorais de bispos: uma em meados de 1970, em que 179 denunciavam a situação de genocídio contra povos indígenas; e outra carta, assinada por 32 bispos, em que defendiam o governo do general ditador Garrastazu Médici, e o garimpo e extração de borracha em terras indígenas.

No âmbito da sociedade brasileira, a Igreja Católica passa a ser uma espécie de porta-voz, ao denunciar o aumento da violência no campo, as truculências da ditadura, os grandes projetos que alavancavam o -progresso da ditadura do período desenvolvimentista (SUDAM,

⁴⁶ Segundo Boletim 1 do CIMI, publicado em 1 de setembro de 1972.

⁴⁷ Os filmes —Anel de Tucumã e —As sandálias do pescador retratam esse período.

⁴⁸ Ver o filme de Zelito Viana, —Terra dos Índios—.

Transamazônica, Ferrovia do Aço, Itaipu). Os anos de 1970 também foram períodos de massificação da comunicação com o impulso da energia elétrica e o consequente acesso à televisão, por exemplo, de forma que tanto a Copa Mundial quanto as novelas foram recursos estratégicos importantes utilizados pelos militares com objetivo de difundir seus ideais desenvolvimentistas e angariar apoio e consenso. Em torno do ideal de -nação brasileira, optou-se pela tentativa de homogeneização, desconsiderando-se a pluralidade de povos tradicionais e originários, a diversidade das classes empobrecidas, camponesas e operárias, os migrantes; com isso, impunha-se ao povo brasileiro um conceito de nação, criado de forma autoritária, sob a consigna *-Brasil: ame-o ou deixe-o!* (PREZIA, 2003).

Percebemos, pelos documentos, que a luta contra a tutela dos povos indígenas, por parte do Estado e dos demais agentes, constitui-se pauta do período. Até então, os indígenas não tinham liberdade para movimentarem-se sem autorização expressa dos chefes de postos indígenas (a movimentação só poderia acontecer com a presença dos representantes dos generais e mediante uma autorização embasada por fortes argumentos explicitando os motivos). Reuniões de articulação e organização constituíam-se "perigosas" à ditadura, de forma que eram proibidos. Mesmo assim, com apoio do CIMI, nos dias 17 a 19 de abril de 1974, os povos indígenas de nove etnias conseguiram fazer seu 1o Encontro para conversarem sem pressão dos *-de fora*, um encontro *-dos* e não *-para*. A conclusão mais importante do Encontro foi, segundo o relato avaliativo do CIMI, a de que os indígenas perceberem que *-[...] são capazes de resolver seus próprios problemas, planejar e construir seu próprio futuro, desde que os brancos não os atrapalhem. Esse branco pode ser a FUNAI, as Missões ou os exploradores de toda espécie* (Boletim do CIMI/1974/n. 10).

As pequenas equipes de missionários do CIMI espalharam-se pelas regiões rurais, em diversos pontos do país, colocando-se no papel de apoiar os indígenas em suas demandas, tendo na luta pela demarcação das terras indígenas sua centralidade, sendo muitas vezes hostilizadas e perseguidas pela ditadura. Atravessaram os anos de 1970 e adentraram os anos de 1980, lutando contra a ditadura militar, denunciando os crimes contra as comunidades, formando indigenistas para atuarem nos territórios, investindo na formação de lideranças, entre outros temas. Ainda em 1979, o CIMI criou o jornal *Porantim*, como meio de articulação das lutas da época. E, em fins dos anos de 1970, foi proposta sua extinção por setores conservadores da CNBB.

As equipes do CIMI, embora pequenas, adentram os anos da década de 1980, envolvidas em conflitos territoriais devido à sua posição de apoio às comunidades indígenas.

Um exemplo foi a carta do presidente da FUNAI, coronel Nobre da Veiga, acusando as missionárias⁴⁹, que trabalhavam com os Tapirapé, de estarem incitando os indígenas a incorporar uma parte da fazenda à sua reserva. O jornal *O Estado de São Paulo*, em 12 de agosto de 1981, publica a matéria, intitulada *–Núncio recebe carta da FUNAI contra religiosas*⁵⁰.

No Estado de Mato Grosso do Sul, na década de 1970, o CIMI inicia sua atuação com os trabalhos de campo, conforme o relatório *Escravidão e abandono*, publicizado em 1977, que traça panorama sobre a questão indígena da região. Segundo artigo do antropólogo Levi Marques Pereira, intitulado *Contribuições de Antônio Brand para a história indígena, para o indigenismo e para a consolidação das instituições de pesquisa em Mato Grosso do Sul*⁵⁰, nos anos iniciais da década de 1980, o CIMI já estava em andamento com um projeto piloto de plantio de roças na Reserva Indígena de Caarapó, coordenado por Antônio Brand, na época membro da equipe do CIMI Regional MS. Além disso, o CIMI apoiava as organizações indígenas que nasciam, mesmo em plena ditadura, através da UNI, fundada em 1980, na cidade de Campo Grande. Embora, segundo Silva (2005), a FUNAI fosse contrária às ações da entidade, argumentando aos indígenas que o CIMI queria mesmo era tirar suas terras. Na mesma década a UNI viria a ganhar projeção nacional e ter papel fundamental durante o processo constituinte de 1988, além de ser base para os movimentos indígenas que viriam depois.

O ano de 1980 foi marcado também pelo forte discurso de Marçal de Souza, quando da visita do Papa João Paulo II ao Brasil, e pelo seu assassinato (o de Marçal), três anos depois, por liderar a retomada, que reivindicava seu território tradicional.

Durante o processo constitucional, o CIMI também apoiou a presença permanente de delegações indígenas em Brasília, que garantiram incidência direta nos gabinetes parlamentares, os inúmeros diálogos e lutas para assegurar a aprovação dos Artigos 231 e 232, na Constituição Federal; apoiou ainda a presença e a fala histórica do representante da União das Nações Indígenas, na época, Ailton Krenak. Na mesma ocasião, o CIMI sofreu uma investigação pela CPI, diante de seu posicionamento contrário às empresas de mineração e de demais empreendimentos que afetavam as Terras Indígenas.

Logo após a CF de 1988, a luta que se seguiu foi a campanha pela demarcação de terras indígenas nos cinco anos seguintes. Enquanto isso, as comunidades indígenas seguiam

⁴⁹ As irmãs pertenciam à Congregação Charles de Foucault, cuja orientação era manifestar sua crença através de exemplos e convivência. No caso dessas, em especial, viviam em casa de palha, plantavam suas roças, e seu trabalho discreto na saúde possibilitou o aumento da população.

⁵⁰ Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/266>. Acesso: 11 ago. 2022.

os processos de autodemarcação de suas terras, além do processo autodenominado *-ressurgimento* dos povos indígenas, que até então, haviam resistido às tentativas de *-integração à sociedade nacional*.

A pesquisadora Meire Adriana da Silva (2005) analisa os conflitos entre Igreja Católica, CIMI e FUNAI. À medida que o CIMI bate de frente com a FUNAI, setores da Igreja Católica entram em conflito direto com o referido órgão, defendendo a extinção da entidade. Algumas vezes, o CIMI foi proibido, por alguns bispos, de adentrar nas comunidades indígenas. Os conflitos se davam também, ao proibirem os líderes indígenas de saírem de seus territórios para participarem de seus movimentos de articulação, vários vezes apoiados pelo CIMI, clandestinamente.

Desde sua criação, o CIMI fez opção por não receber recursos de projetos governamentais, garantindo sua autonomia de posição diante dos sucessivos governos no país. Dessa forma, consolidou-se como entidade de apoio às demandas das populações indígenas, entidade autônoma em relação aos órgãos governamentais. Cabe lembrarmos que o CIMI possui uma casa de encontros e de apoio às delegações indígenas em Brasília, além de espaço para encontros de formação de indigenistas.

A Carta Final da X Assembleia Geral do CIMI, em julho de 1993, representa a síntese da conjuntura do momento, após 20 anos de caminhada, estabelecendo prioridades para o próximo período. Em relação à demarcação das terras, a prioridade era *-capacitar os agentes para subsidiar as comunidades e povos nos levantamentos dos elementos comprobatórios dos limites dos seus territórios*, além de denunciar amplamente a situação do governo em não demarcar. Apoiar o fortalecimento do movimento indígena, ancorando suas iniciativas, e fortalecer as alianças em nível nacional e internacional também estavam entre os propósitos do órgão.

Ao final da década, em 1997, a entidade, em sua XII Assembleia, denunciava a devastação das terras da Amazônia em razão da presença de madeiras, garimpos; em razão do uso indiscriminado do fogo e da invasão pelo latifúndio.

No contexto neoliberal de exclusão sistemática e de mundialização centralizadora, os povos indígenas não apenas são esquecidos – nos orçamentos da União, nos latifúndios da comunicação social e nas pastorais com visão quantitativa –, mas também são espoliados em suas terras, violados em sua alma e até queimadas em praça pública⁵¹

⁵¹ Foi na madrugada de 19 de abril de 1997, que cinco jovens ricos atearam fogo em Galdino Jesus dos Santos, índio pataxó, que dormia no banco de um ponto de ônibus em Brasília. Seus assassinos foram condenados e soltos poucos anos depois; atualmente todos eles são servidores públicos.

No ano de 1999, na XIII Assembleia, o documento final apontava para os novos desafios ante a chegada dos protestos por ocasião dos -500 anos de resistência indígena, negra e popular|| ou -**Outros 500**||; tema do ano 2000 para articular as atividades dos movimentos sociais e populares, contrapondo à festa oficial do governo em torno dos 500 anos. Os protestos em Coroa Vermelha na Bahia, por exemplo, puseram em confronto e desmistificaram a ideia triunfalista do mito do descobrimento, capitaneado pelo governo federal de Fernando Henrique Cardoso e pelo governo de Antônio Carlos Magalhães. Os protestos foram duramente reprimidos e houve vários presos.

Também no mesmo período, o CIMI sinalizava para a necessidade de se articularem reuniões com movimentos sociais aliados para evitar desgastes em torno da luta pela terra nas localidades, já que políticos e empresas tinham como estratégia entrincheirar camponeses e indígenas na disputa pelo mesmo território. Favorecer a aproximação entre os povos de fronteira era outro objetivo, além de dar visibilidade às lutas indígenas, através da maior incidência do movimento indígena nos espaços nacionais, como Assembleias, programas de rádios e TV, eventos dos movimentos.

No ano de 2001, sob o lema *Diga ao meu povo que avance*, a XIV Assembleia do CIMI avaliou, entre outros temas, que a avalanche neoliberal se impunha sobre a população brasileira, o que aumentava a desigualdade social e a pobreza.

A Marcha e a Conferência dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, realizadas em abril de 2000, e que culminaram com os episódios de repressão policial-militar em Coroa Vermelha, Bahia, foram emblemáticas deste momento histórico. Por outro lado, mais de 3.600 lideranças, de 140 povos indígenas, com seus aliados do movimento negro e do movimento popular, mostraram **a força e a dignidade dos excluídos do projeto neoliberal** (grifos nossos).

Além disso, a Assembleia do CIMI analisava a ameaça de aprovação, pelo Congresso Nacional, de uma lei que reduziria direitos indígenas. Discutia ainda outras questões, por exemplo, a prática inconstitucional de compra de terras para comunidades indígenas, a militarização das fronteiras, com a criação de construções como quartéis nas terras indígenas, a espionagem das organizações indigenistas e da sociedade civil, as iniciativas governamentais e empresariais que cooptam lideranças e fomentam a divisão, a competição e a exploração, o que colocava em risco a autonomia das comunidades.

Nos anos de 2000 em diante, o período neoliberal apenas aprofunda o grau de violência territorial a que os povos indígenas estão submetidos. Desde o ano de 1996, o CIMI publica anualmente o -Relatório Violência contra os Povos Indígenas do Brasil||, um instrumento fundamental em que estão sistematizados os dados sobre as diversas violações;

além de registro servem de subsídio para estudos e denúncias. O CIMI também possui um site para publicação de matérias, notícias, documentos; site que abriga ainda a Cartografia dos Ataques Contra Indígenas (CACI), uma plataforma que mapeia a situação de violência contra indígenas (a palavra *caci* significa –dor| na língua guarani).

No Mato Grosso do Sul, o CIMI tem sido uma das entidades de maior grau de confiança dos povos indígenas, uma vez que oferece apoio jurídico, estudos e pesquisas, estímulo aos pequenos projetos de produção, articulação para incidência nacional e internacional, trabalho de formação, divulgação e denúncia, entre outros. Por causa de sua posição, a entidade tem sido alvo de constantes ataques das classes ruralistas, cujo ápice foi a CPI desencadeada, entre setembro de 2015 a maio de 2016, cujo objetivo era investigação de supostos crimes da entidade⁵².

Em 2022 o CIMI completa 50 anos de existência, e, para comemorar, várias atividades estão sendo realizadas, inclusive a de resgate da memória e avaliação dos ciclos da organização. Enfim, podemos afirmar que o cinquentenário do CIMI é parte do processo de levante das organizações populares e dos movimentos sociais que ousaram inventar novas formas de enfrentamento ⁵³aos ataques da avalanche capitalista sobre a vida das classes exploradas e empobrecidas. Podemos verificar que o Relatório do CIMI, publicado em 2022, aponta para a dramática intensificação das formas de violência contra os povos indígenas no Brasil, sob a forma de invasões, ataques, assassinatos, racismo, e, além disso, para a iminente tese do marco temporal⁵⁴. No atual momento, sob o atual governo, mesmo em tempos de barbárie institucionalizada, perseguição e assassinatos, como o de Bruno e Dom¹², as ações da entidade têm tido caráter de denúncia e apoio irrestrito às populações indígenas.

⁵² Disponível em: <https://www.camara.leg.br/comissoes-especiais/CPI/.pdf>. Acesso: 25 ago. 2022.

⁵³ Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/08/relatorioviolencia2021/>. Acesso: 20 ago. 2022.

⁵⁴ Disponível em: www.nexojournal.com.br. Acesso: 28 ago. 2022.

CAPÍTULO 3 – LARANJEIRA ÑANDERU 2, PARA ALÉM DAS CERCAS: GEOGRAFIA DAS INSURGÊNCIAS (R)EXISTÊNCIAS E A SAGA DO PROCESSO DE AUTO-DEMARCAÇÃO

Os povos originários que ainda estão presentes nesse mundo, não é porque foram excluídos, é porque escaparam (Ailton Krenak)

Foto 1 - Entrada da retomada Laranjeira Ñanderu 2



Autora: Sandra Procópio da Silva, 2022.

O objetivo deste capítulo é descrever aspectos importantes da **história das lutas da Terra Indígena Brilhante Peguá, de modo especial a da retomada indígena Laranjeira Ñanderu 2.**

Em 31 de outubro de 2018, houve uma nova divisão em que o grupo conduzido pelas mulheres se autoidentificando como Laranjeira Ñanderu 2, pressionado pela insegurança alimentar e nutricional, sobretudo como consequência da falta de terras para plantio de roças, bem como, por discordâncias internas, agravadas pela tensão estabelecida pelos fatores externos, como a morosidade do processo de demarcação, optou por dividir-se em dois grupos. Enquanto Laranjeira Ñanderu continua na mata da fazenda Santo Antônio da Boa

Esperança, o novo grupo ocupa a sede da fazenda. A ênfase deste capítulo está, então, nos ciclos de lutas e embates da comunidade com os setores do agronegócio e, em parte, com agentes do próprio Estado, e a conseqüente resistência indígena.

Foto 2: Oga Psy (Casa de Reza) tradicional da retomada Laranjeira Nãnderu 2⁵⁵



Foto: Sandra Procópio da Silva, 2022.

Foto 3: Interior da Casa de Reza



Foto: Sandra Procópio da Silva, 2022.

Segundo dados do IBGE/2010, enquanto o Brasil possuía uma população de 190.755.799 milhões de habitantes, a população indígena representava 817.963 pessoas de 305 etnias e falantes de 274 línguas. A mesma pesquisa indicou a região Centro Oeste como sendo a terceira do Brasil em maior número de população indígena; desta, 56% vivendo no Estado de Mato Grosso do Sul.

Em em 2021, a população brasileira alcançou 213,3 milhões de habitantes e, destes, 1.108.970 são indígenas, de acordo com levantamento do IBGE/2021, efetuado para subsidiar a Campanha Nacional de Vacinação contra a pandemia de COVID-19 (dados provisórios, pois o Censo Demográfico planejado para o ano de 2020 foi adiado em função da pandemia, e está sendo realizado no ano de 2022). O documento⁵⁶ apresenta dados preliminares, como, por exemplo, os relativos à população indígena do município de Rio Brillante com, apenas, 607 pessoas; à população do município de Dourados, com apenas 7.213 pessoas; e à do estado de Mato Grosso do Sul, com, apenas, 78.062 indígenas. Embora sejam dados de estatísticas experimentais, os estudos preliminares já apontam que o estado de Mato Grosso do Sul, que

⁵⁵ A casa de reza é o espaço de referência da comunidade, é onde são realizadas as cerimônias religiosas. O teto da casa vai até o solo, não possui paredes ou janelas. Dentro estão cruzeiros, mbaraká, a história. Em geral têm uma saudação inicial de boas-vindas aos visitantes. Pode ser considerada um patrimônio material dos Guarani Kaiowá e Nãndeva.

⁵⁶ <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101859.pdf>. Acesso em 05/05/2022.

abrigava o segundo maior número de população indígena do país, passa para o sexto lugar, conforme tabela a seguir.

Tabela 2: Estados com maiores números de população indígena do Brasil

Estado	População (em mil)
1º Amazonas	284,5
2º Mato Grosso	145,3
3º Pará	105,3
4º Roraima	83,8
5º Pernambuco	80,3
6º Mato Grosso do Sul	78,1

Tabela organizada pela autora com dados do IBGE/2021.

Segundo dados da SESAI e do DSEI-MS⁵⁷, a população indígena do estado do Mato Grosso do Sul, a partir de dados coletados em 2019, é de 80.841 pessoas⁵⁸, presentes em 32 municípios⁵⁹; em Campo Grande e em Rochedo têm presença no contexto urbano. Quase 70%⁶⁰ dessa população pertence à região sul do Estado, onde predomina a população Guarani Kaiowá e Guarani Nandeva. Vale observamos que aproximadamente metade da população indígena (40.195) do Estado possui entre zero a 19 anos. Na faixa entre 20 a 29 anos, estão mais de 15 mil jovens indígenas. As etnias reconhecidas pelo DSEI-MS são Atikum, Guató, Guarani Kaiowá, Guarani Nandeva, Ofaié, Terena, Kadiwéu e Kinikinau. Salientamos que, embora essas etnias se sobressaiam, há grupos, como os Kamba, presentes na região de Corumbá, ainda invisibilizados pelos dados oficiais. E pode haver outros na região, em estado de auto-organização para se ressurgirem como etnia indígena.

Mato Grosso do Sul é um estado indígena, não pelo volume de sua demografia, mas pela quantidade de povos indígenas que nele habitaram e cultivaram formas de vida próprias, sendo cada uma delas um modo de enfrentar a vida, de intentar vivê-la de forma digna, boa e livre⁶¹

⁵⁷ Dados contidos no Relatório do Plano de Contingência COVID-19, do DSEI-MS, disponível em: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria Especial de Saúde Indígena. Distrito Sanitário Especial Indígena Mato Grosso do Sul - 2020 - Plano de contingência COVID-19DSEI-MS.pdf (fiocruz.br) Acesso em: 11 de abril de 2022.

⁵⁸ A pesquisa do DSEI/MS, aponta dados coletados pelos agentes de saúde. No entanto, nem sempre a coleta de dados acompanha a ogwatá, ou seja, persiste uma migração temporária que muitas vezes não é contabilizada nos dados. Tanto para as visitas temporárias entre familiares que podem durar semanas ou meses, ou mesmo as saídas para os trabalhos nos contratos temporários.

⁵⁹ Atikum na Aldeia Brejão em Nioaque. Guarani Kaiowá e Guarani Nandeva em Amambai, Antonio João, Aral Moreira, Bela Vista, Caarapó, Coronel Sapucaia, Dourados, Eldorado, Japorã, Juti, Laguna Carapã, Maracaju, Paranhos, Ponta Porã, Rio Brillhante, Sete Quedas, Tacuru. Guató e Kamba em Corumbá. Ofayé em Brasilândia. Kadiwéu e Kinikinao em Bodoquena, Porto Murtinho e Bonito. Terena em Anastácio, Aquidauana, Campo Grande, Dois Irmãos do Buriti, Dourados, Miranda, Nioaque, Rochedo, Sidrolândia.

⁶⁰ São 68,5% na região sul, e 31,5% nas demais regiões do MS.

⁶¹ Comunidades Indígenas – SECIC. Acesso em: 20/05/2022.

3.1 Origem histórica da retomada Laranjeira Nãnderu 2

As retomadas Laranjeira Nãnderu e Laranjeira Nãnderu 2, localizam-se no município de Rio Brilhante, estado de Mato Grosso do Sul. O Município, por sua localização privilegiada, tornou-se um dos mais importantes polos econômicos do Estado, no que diz respeito à produção de arroz, cana, soja. O Município localiza-se a uma distância de cerca de 300 km até a divisa com o Estado de São Paulo. Além disso, possui solos de elevada fertilidade e situa-se sob o Aquífero Guarani, um dos maiores reservatórios de água doce do mundo, como também possui diversas nascentes e rios.

O município que, hoje, leva o nome de Rio Brilhante recebeu, primeiramente, o nome de distrito de Vacaria, em 1912. Em 1929, recebeu a denominação de Entre Rios. Em 1943, o município passa a chamar-se Caiuás⁶² (apenas por cinco anos) até 1948, quando recebe o nome de Rio Brilhante. Não encontramos registro dos debates em torno dos nomes, entretanto, o nome –Caiuás‖ está, certamente, relacionado à etnia –Kaiowá‖, presente por toda a extensão da cidade atual, especialmente às margens do Rio Brilhante. Cumpre mencionarmos que, em meio aos conflitos territoriais, tanto da parte do poder público local quanto da dos grupos dos proprietários de terras, comumente nega-se a origem indígena do município. O site oficial da Prefeitura Municipal de Rio Brilhante, em relação ao histórico, destaca o seguinte: –Pelo Decreto n. 653, de 29 de janeiro de 1924, o Governo do Estado, reservou para o patrimônio de Entre-Rios, uma área de 3.600 hectares, entre Ribeirão Araras e um paralelo à linha telegráfica, local onde se edificou nova povoação‖. Interessante observarmos que essa dimensão territorial de 3.600 hectares é o valor exato da quantidade de terras que deveriam ter as reservas indígenas ao sul do, antes, Mato Grosso, demarcadas em meados do mesmo período pelo SPI, entre os anos de 1917 a 1928. Ainda de acordo com o site da Prefeitura de Rio Brilhante, no item –Vocação do Município‖, faz-se rápido histórico, sem, no entanto, admitir a origem histórica indígena, como vemos⁶³ na sequência.

-**Década de 70:** introdução da agricultura com a **chegada dos paulistas**, mineiros, paranaenses e gaúchos no município.

-**Década de 80:** grande **empreendimento industrial** no município com a chegada da primeira usina de álcool.

-**Década de 90:** o grande crescimento do **cultivo de arroz irrigado** tornando o município capital do arroz irrigado.

-Hoje importante pólo de concentração **agroindustrial de Usina Sucroalcooleira** no Estado de Mato Grosso do Sul (grifos nossos).

⁶² Caiuás: grafia antiga de Kaiowá na atualidade.

⁶³ <https://riobrilhante.ms.gov.br/aspectos-geograficos/Acesso: 04/04/222>.

Esse processo de invisibilidade das populações Guarani e Kaiowa tem sido uma das estratégias utilizadas por representantes tanto da esfera federal quanto da local visto que, na disputa territorial, o direito ao território originário constitui um dos pontos centrais a favor das comunidades indígenas, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988.

Segundo o IBGE/2018, a população de Rio Brilhante, naquele ano, era de 36.144, e a população indígena, segundo dados oficiais, era de 108 pessoas. O município Lindeiro de Douradina possuía uma população de 5.827; a população indígena era de 721 pessoas. A região totalizava 829 indígenas, segundo o DSEI-MS.

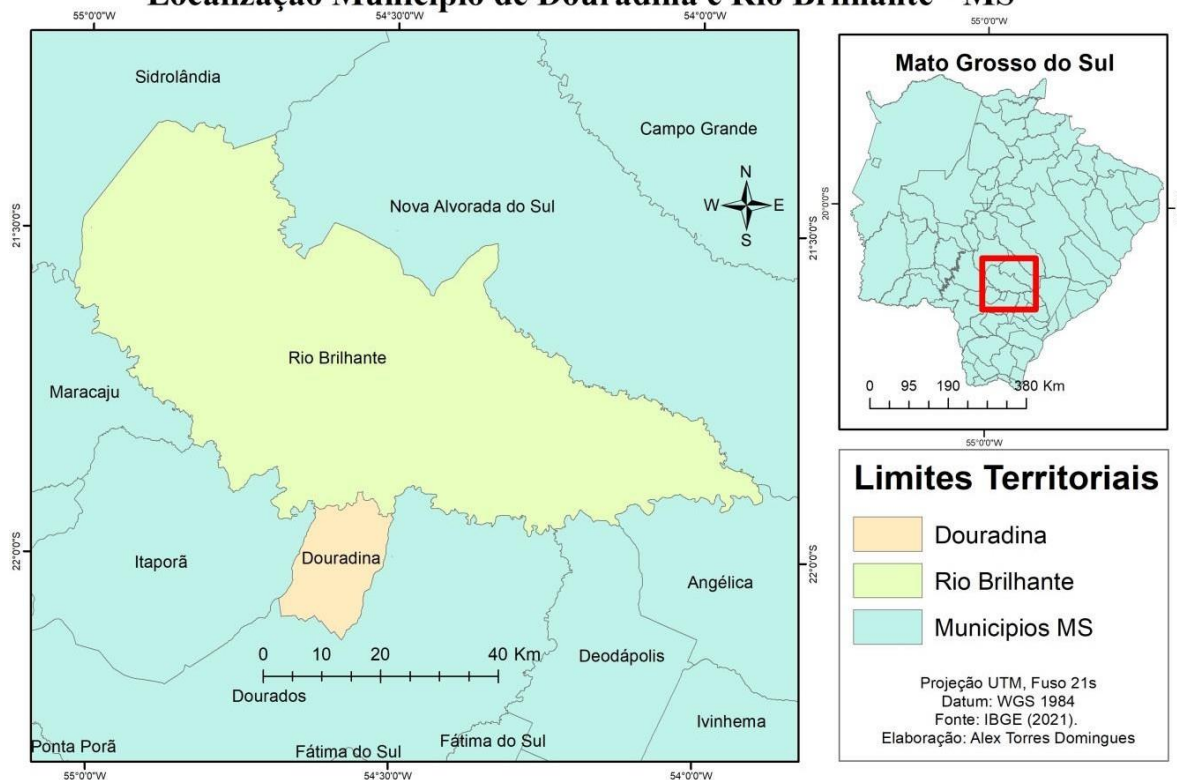
Ressaltamos que os dados sobre a população indígena, de apenas 108 pessoas, em Rio Brilhante, estavam defasados. Verificamos, conforme depoimento obtido nos trabalhos de campo, que, no local, não teria passado nenhum agente responsável pelo levantamento de dados relativos ao censo.

Atualmente o município de Rio Brilhante, além de abrigar as duas retomadas Indígenas (Laranjeira Ñanderu e Laranjeira Ñanderu 2), conta ainda com um núcleo, de 18 famílias indígenas, vivendo na área semi-urbana do distrito rural de Aroeira, e outro, de 9 famílias, vivendo na reserva legal do Assentamento Silvio Rodrigues (ligado ao MST/MS), denominado Jeruve'i, na beira do rio Vacaria. A retomada Jeruve'i é resultado de um acordo entre parte dos indígenas, que se deslocaram do distrito de Aroeira em direção à mata existente em posse do Assentamento Sílvio Rodrigues.

Além disso, as periferias do município de Rio Brilhante também abrigam famílias indígenas. O mapa 2, a seguir, mostra a localização dos municípios de Douradina e de Rio Brilhante, no estado de Mato Grosso do Sul.

Mapa 2: Localização Município de Douradina e Rio Brilhante

Localização Município de Douradina e Rio Brilhante - MS



Acrescentamos que o município de Rio Brilhante se localiza na porção sul do estado do MS, integra a microrregião de Dourados, que, por sua vez, localiza-se na região Centro Oeste do Brasil. O estado do MS é o sexto em extensão territorial, com 35.714.553 hectares; seu tamanho equivalente ao de países como Alemanha e Portugal. Desse total de mais de 35 milhões de hectares, grandes fazendas, com mais de 1.000 hectares, ocupam 83% da extensão dos imóveis rurais, enquanto as pequenas, apenas 4%. Segundo o IBGE/2018, o Mato Grosso do Sul possui 2.748.023 habitantes, distribuídos em 79 municípios; 49 destes, com população inferior a 20 mil habitantes. A capital abriga 874.210 pessoas, perfazendo 32,2% da população do estado⁶⁴.

Após a delimitação dos novos limites territoriais, efetivados depois da Guerra contra o Paraguai (1866-1870), a nova fronteira brasileira constituía-se por uma faixa de terras cobertas pela Mata Atlântica, rica em alimentos da biodiversidade, abundante em bacias

⁶⁴ O estado do Mato Grosso do Sul foi oficialmente instalado em 1979, quando da divisão do estado de Mato Grosso; teve sua área delimitada em um polígono que englobou 55 municípios. No ano de 2010, somava 78 municípios; atualmente são 79, segundo o IBGE. A região da Grande Dourados conta com 13 municípios: Dourados, Caarapó, Juti, Itaporã, Maracaju, Douradina, Rio Brilhante, Nova Alvorada do Sul, Fátima do Sul, Vicentina, Jateí, Glória de Dourados e Deodápolis.

hidrográficas, madeiras nobres, e, de modo especial, em erva mate nativa. Além disso, com forte presença da população indígena, o que representava dispositivos significativamente atraentes para o capitalismo brasileiro. Nesse período, a Companhia Matte Larangeira passa a receber a concessão das terras indígenas, tidas como devolutas, para explorar os ervais nativos. A área de abrangência dos domínios da empresa chegou a atingir cinco milhões de hectares entre Brasil e Paraguai. Trabalho escravo, violência, exploração dos trabalhadores foram marcas fortes desse período (FERREIRA, 2007).

A política governamental que levou as populações indígenas ao confinamento (BRAND, 1997), teve, entre seus objetivos, conter os grupos resistentes ao modelo capitalista dos longos quatro séculos anteriores se insurgindo contra as políticas do Estado brasileiro. Além disso, cercar e dominar a mão de obra indígena disponível para a demanda do mercado capitalista em ascensão na fronteira foi outro motivo forte para o aldeamento nas reservas criadas pelo extinto SPILTN.

Foi neste contexto de resistência, que desde as primeiras décadas do século passado, com as invasões de colonos e com a ação das políticas públicas governamentais, dois pequenos agrupamentos indígenas se insurgiram contrário à política de aldeamento na região de Dourados. Um agrupamento de indígenas permaneceu na região chamada Panambi, no atual município de Douradina, enquanto outro permaneceu no Panambizinho, atual município de Dourados, distantes entre si por cerca de 35 km. Contrariando a política de remoção forçada para a Reserva Indígena de Dourados (RID), política iniciada desde meados de 1910 com a criação do SPI, esses dois pequenos grupos vão atravessar todo o século XIX, buscando resistir ao contexto dos efeitos da colonização e do avanço do capital sobre seus territórios ancestrais.

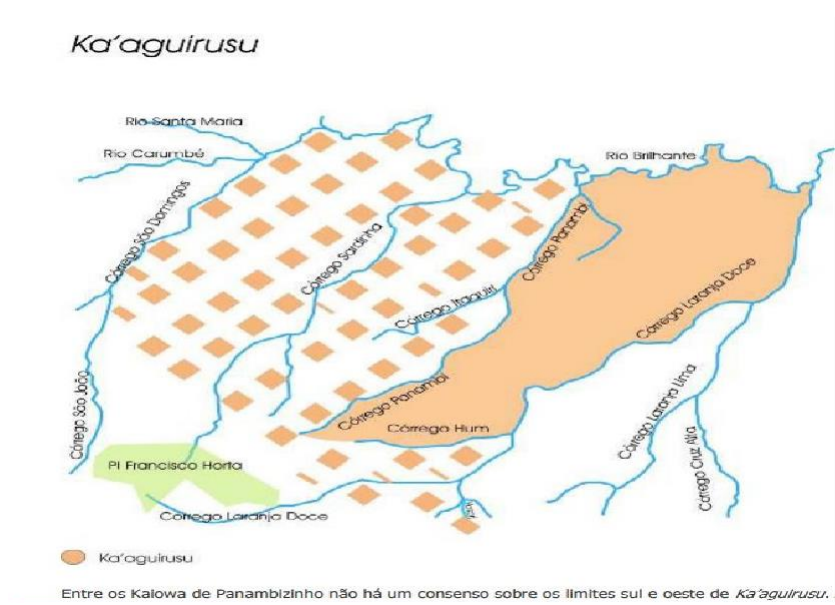
Enquanto não houve uma articulação no sentido de voltar aos territórios antes ocupados, cada família nuclear continuava a se utilizar da forma que fosse possível do *tekohaguasu*, seja por meio de serviços temporários ou ainda se utilizando como local de caça, coleta de remédios e pesca. Levando em consideração as formas de *oguata*, é possível afirmar a presença do relacionamento com o *tekohaguasu* (PEDRO, 2020).

Para os estudiosos da região, como Joana A. Fernandes Silva (1982), Antonio Brand (1996), Katya Vietta (2007), Izaque João (2011), Graciela Chamorro (2015), Sandra Nascimento (2016), Tiago Cavalcante (2021), Gileandro Barbosa Pedro (2020), os Guarani Kaiowá de Panambizinho e de Panambi-Lagoa Rica, são exemplos de agrupamentos coesos, com forte religiosidade, com organização social e cultural próprias, com importantes vínculos sociais e sentimento de pertença a uma etnia. Destacamos o ritual de batismo do milho saboró,

a festa do *jerosy puku*, como exemplos da reprodução do modo de ser kaiowá, documentados na dissertação do pesquisador local, Guarani Kaiowá Izaque João (2011).

Para os Guarani Kaiowá, as referidas áreas compunham um mesmo território de domínio das parentelas, organizadas nos vários *Tekohá*, perfazendo uma grande área de abrangência, denominada *Tekoháguasu*, na região nomeada por eles de *Ka'' aguyrusu*; tal como eram os territórios do entorno da Grande Dourados, com cerca de 50 mil hectares, conforme podemos observar na figura a seguir.

Figura 4: *Ka''aguyrusu* - de acordo com memória dos Kaiowá Guarani de Panambizinho.



Fonte: Vietta, 2007.

Convém aqui destacarmos que o caminhar, para os Guarani Kaiowá, possui um caráter antigo e uma dimensão expansiva – seja em seu próprio território, seja viajando a outros territórios; assim como tem um sentido espiritual profundo. Contudo, esse povo, em sua plena liberdade, respeitava os limites territoriais demarcados pelas ocupações das etnias circunvizinhas. Assim, praticavam a caminhada, a *ogata* migratória, que poderia ser apenas de visitas, ou de mudanças temporárias, mas sempre em busca do *tekô porã*, da vida boa, da felicidade. –Para o povo Guarani, o caminhar é uma experiência fundamental de plenitude xamânica, que se vivencia na festa e no convite comunitário conectado com a economia da reciprocidade¹¹ (NASCIMENTO, 2016, p. 68).

Lembramos que a comunidade de Lagoa Rica-Panambi pode ser considerada uma matriz importante de onde surgiram várias retomadas, entre elas, a trajetória da qual derivou a retomada Laranjeira 2. Ao longo da história, ao perceberem as manobras do Estado sobre seus territórios espoliados, as lideranças buscaram recuperar seu direito legal à terra, conforme apontam os estudos de Tiago Cavalcante (2021). Uma verdadeira peregrinação em busca do reconhecimento de seus territórios tradicionais, que haviam sido invadidos, saqueados; seu povo enfrentado perseguições, violências, ameaças, proibições de participar de encontros, enganações, acordos e promessas não cumpridos, assédio para arrendamentos, além de terem casas e documentos incendiados. Essas lideranças e seu povo assistiram ainda, inúmeras vezes, ao próprio Estado protagonizar a garantia do direito privado sobre as terras indígenas às classes dominantes.

Os indígenas das retomadas Laranjeira Ñanderu e Laranjeira Ñanderu 2, descendem diretamente da Reserva Indígena Panambi-Lagoa Rica, município de Douradina na divisa com o Município de Rio Brilhante. Da Terra Indígena Lagoa Rica-Panambi desmembrou-se Laranjeira Ñanderu. Da retomada Laranjeira Ñanderu desmembrou-se a retomada Laranjeira Ñanderu 2, as duas localizadas no município de Rio Brilhante, cerca de 160 km da capital, e próximas uma da outra, a uma distância aproximada de três km por dentro da mata. Laranjeira Ñanderu 2, retomou, em 31 de outubro do ano de 2018, a sede da Fazenda Santo Antônio da Nova Esperança, às margens da BR 163, com as famílias avançando cada vez mais dentro de suas terras ancestrais. A princípio, foram as mulheres da retomada, especialmente as descendentes da parentela do (finado) Zezinho e da Dona Adelina, que afrontaram as cercas da fazenda e ousaram iniciar a retomada. Segundo as mulheres, os homens trabalhavam como funcionários da fazenda, o que os fez recuar na ação de retomar e os colocou em conflito com as próprias mulheres da nova retomada. Somente depois das mulheres que os homens se agregaram à nova retomada. Oficialmente, a área faz parte do Grupo de Trabalho para identificação, denominado -Laranjeira Ñanderu e Boqueirão ou -Brilhante Peguall, pelos órgãos governamentais.

Entre os fatores que contribuíram para o desmembramento de um novo grupo e a organização de uma nova retomada, estão a questão da insegurança alimentar e nutricional pela qual a comunidade passava e, ainda passa, haja vista o confinamento em um minúsculo espaço de mata, sem permissão para plantar seus alimentos e prover sua reprodução de modo satisfatório. Por esse motivo, torna-se importante compreendermos o conjunto de suas lutas históricas, sobretudo coletivas, como parte de uma mesma história, embora reorganizadas na

configuração de novas geografias territoriais. Isso por meio da autodemarcação de suas terras tradicionais, o que forçou o Estado brasileiro a lidar com conflitos, resultantes das lutas de classes em que, de um lado, está o agronegócio representado pelos proprietários de terras, pelas bancadas dos políticos ruralistas, pelos meios de comunicação dominante, pelas empresas nacionais e estrangeiras, e, de outro lado, os movimentos indígenas de retomadas, rompendo as cercas e re-existindo.

Como vimos anteriormente, esses lugares de domínio do povo Guarani Kaiowá, geralmente contornavam as margens dos rios e adentravam pelas porções de matas, o que era fundamental para seu modo originário de reprodução social. Eram as margens dos rios que limitavam os territórios de cada etnia da região. A história oral e os achados arqueológicos apontam que os *Tekohá* estavam relacionados entre si, seja pelos laços de parentesco, seja pelas manifestações religiosas e culturais, ou, ainda, pelo costume de caminhar, de praticar o *oguata*, que é a caminhada entre as parentelas, entre os amigos. Não são raras as ocasiões em que encontramos os parentes se visitando para passar semanas ou meses. O estudo sobre mobilidade espacial está diretamente associado aos estudos sobre território e cosmologia, em forma de redes de *Tekoha Guasu* que transcendem as linhas divisórias entre os países, como aponta Rosa Sebastiana Colman (2015).

Como conta, em dezembro de 2021, seu Tito (104 anos), o Papito⁶⁵, da retomada *Guiraroká*, todos viviam no seu *Tekohá*, compondo um grande *Tekoha Guasu*, o *Ka'aguirusu*, como era chamada a grande região, atual Dourados. O *Ka'aguirusu*, a terra comum de todos, abrangia as áreas onde estão sobrepostos os municípios de Dourados, Itaporã, Douradina, Maracaju, Fátima do Sul, Vicentina, Rio Brilhante. Era uma região coberta por grandes trechos de densas matas. Segundo os mais velhos, determinados trechos de matas eram tão altos e densos que chegavam a ser escuros durante o dia.

A Reserva Panambi-Lagoa Rica é parte do Grupo de Trabalho, cujos estudos resultaram no Relatório de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Panambi-Lagoa Rica, conduzidos por Kátia Vietta, que teve seu resumo publicado no Diário Oficial da União em 12/12/2011. Segundo o Relatório, a área abrange os municípios de Douradina e Itaporã; possui 72 propriedades sobrepostas às terras ancestrais, entre estas, sobretudo fazendas de gado de corte, de grãos (milho, soja, arroz) e terras em contrato de arrendamento para usinas.

⁶⁵ Papito afirma ter 103 anos, e quando se fala em rezador da região, se fala com muito respeito da sabedoria de Papito. Normalmente o encontramos com sua enxada, capinando sua roça. Especialmente neste dia (04 de janeiro de 2022), o encontramos na roça e, ao nos encontrar, já parou e se pôs a olhar o horizonte e perguntar: -Será que o índio vale menos que um nelore?! Papito possui parentesco com a família da Adelina, tio da Lucini.

Desde sua publicação, há pouco mais de dez anos, ainda segue sendo contestado e paralisado, sem passar para a próxima fase que seria a da delimitação dos limites da área.

Coube ao pequeno *Tekohá* Panambi-Lagoa Rica, desde o início do século XX, entender os mecanismos de funcionamento do Estado e da língua portuguesa. De uma sociedade sem capitalismo e sem Estado, foram forçados a compreender o funcionamento da sociedade brasileira capitalista. Suas normas, procedimentos jurídicos, instrumentos chamados democráticos, para aprender a negociar nas margens das brechas por dentro dos marcos do Estado capitalista: há momentos em que o Estado é nebuloso, cede às pressões por direitos, e há momentos em que os direitos declarados, na lei mais importante do país, são completamente ignorados. Além disso, depararam-se com várias formas de enganação, tentativas de cooptação e corrupção, sem jamais se acomodarem; ao contrário, isso fez com que efetivamente se posicionassem a cada novo ciclo de assédio ao território. Como afirma David Harvey, o Estado não representa os interesses de todos, e o Executivo do Estado moderno constitui-se como um comitê para gerenciar os negócios comuns do conjunto da burguesia, e não pode ser outra coisa que não dominação de uma classe sobre a outra, e, em determinados contextos, –sob essas condições é vantajoso para o Estado manter-se um ser nebuloso (HARVEY, 2001, p. 86).

3.2 A “Guerra do Getúlio” e outras guerras

A política estatal colonizadora, conhecida como –Marcha para Oeste, impulsionada no contexto da Era Vargas, nos anos de 1940, considerava as terras da fronteira como imensos vazios –sem gente. Além disso, a ideia era também criar zonas agroindustriais que pudessem prosperar como polos de produção de alimentos para o país, que iniciava seu processo de industrialização.

Vale ressaltarmos o subsequente projeto de expropriação territorial e de concentração de terras, além do acelerado processo de urbanização, de modo especial na região Sudeste do Brasil. Tal política reconfigurou a região e novamente avançou sobre os territórios indígenas, incentivando ondas migratórias de colonização. De 1940 em diante, as comunidades se viram invadidas pelos projetos de colonização. Nesse mesmo período, um acordo entre responsáveis pela CAND e pelo SPI prometeu, aos indígenas da região Panambi-Lagoa Rica, uma área de 2.037 hectares em troca de sua mão de obra na construção da infraestrutura da colonização. No entanto, o acordo foi traído pelo Estado brasileiro, jamais foi cumprido e o grupo ficou confinado em uma área de apenas 360 hectares; na sequência essas terras dos indígenas,

pressionados pela espoliação das fazendas do entorno, foram paulatinamente sendo reduzidas e, na atualidade, estão restritas a 240 hectares, dos 2.037 hectares acordados (CAVALCANTE, 2021).

No relato de Papito do Guyraroká, ele conta que, em algum dos anos da década de 1940, um parente veio avisar que estava chegando a **-Guerra do Getúlio**, tal como foi descrita por ele a chegada da CAND no território. Papito usa a palavra **-guerrall**, ao discorrer sobre as notícias que vinham da parentela sobre o avanço dos colonos na região, dado o nível de violência que chegava junto com o projeto do governo federal. Sublinhamos que é, a partir da consolidação da CAND, que se acentua o declínio da Companhia Matte Laranjeira, e que avança a colonização, sobrepondo-se aos territórios indígenas, acirrando ainda mais os conflitos, especialmente, a partir da década de 1940. Junto com a colonização chegam as empresas de desmatamento, tombando a terra, abrindo fazendas, comercializando madeira. Assim, o modo de produção capitalista avança tanto no Brasil como em vários países da América Latina e, a partir de meados de 1960, iniciam-se as primeiras investidas da **-Revolução Verdell**, no contexto do pós-Segunda Guerra, em nome do combate à fome no mundo.

Em meados dos anos de 1970, período da ditadura militar no Brasil, inicia-se, então, na região pesquisada, o modelo de agricultura baseado em grandes monoculturas, no uso intensivo da mecanização agrícola e do pacote de agroquímico e de sementes híbridas, ou seja, a **-modernidade na agriculturall**, em detrimento dos modos tradicionais de produção de alimentos. Desse modo, o projeto, denominado **-Revolução Verdell**, pode ser explicado pelo modo como o capital industrial e a agricultura construíram um amálgama em torno do tema da alimentação, como explicam os estudos de Maria Luisa Mendonça (2013).

Em nome da modernidade na agricultura, tanto na região Centro Oeste quanto no restante do país, inicia-se um processo de transformação acelerada que altera completamente o modo de fazer agricultura herdado principalmente da tradição indígena.

Consolidando e ampliando os grandes latifúndios da região, o modo de produção foi rapidamente devastando as florestas e dando lugar ao plantio de áreas para pastagens, sobretudo do capim brachiária, oriundo de regiões desérticas africanas, tendo encontrando aqui clima e condições bastante favoráveis para, rapidamente, se propagar e, posteriormente, contribuir para compor as instalações de fazendas para a criação de gado. Em princípio uma das metas importantes foi a abertura das fazendas para a criação de gado de corte (BRAND, 1997).

Tanto no processo ocorrido em Mato Grosso do Sul como em toda América Latina, a mão de obra indígena foi um fator fundamental para o desenvolvimento da região. Em grande medida, o Estado, através do SPILTN, atuou como recrutador e intermediador dos indígenas para as funções necessárias para reprodução de capital, tendo, entre seus aliados mais centrais, os chefes de postos indígenas e a figura do –capitão‖ indígena.

Até os anos de 1930, na região Nordeste do Brasil, situava-se o principal polo de produção de álcool no país, haja vista sua tradição dos tempos coloniais. Porém, com a crise mundial do petróleo, na década de 1970, e a adesão do Brasil à Revolução Verde, no ano de 1975, o General Ernesto Geisel (1974-1979) lança o programa PROALCOOL, na época, como principal projeto de industrialização do país. Os incentivos fiscais governamentais constaram de 7 bilhões de dólares até 1990 (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2008, p. 13).

No estado do Mato Grosso do Sul, os canavieiros chegaram em meados da década de 1980, atraídos pelos baixos preços das terras, pela facilidade no escoamento da produção (cerca de 300 km da fronteira com o estado de São Paulo), pelas condições climáticas favoráveis, pela oferta de solos férteis, pelos recursos hídricos abundantes, assim como pelo pacote de incentivos e benefícios oferecido pelas políticas públicas dos governos estadual e federal.

Até o ano de 2004, Rio Brillante tinha como característica forte a pecuária. Entretanto, entre os anos de 2004 e 2014, a área plantada de cana de açúcar subiu em torno de 500%. Dessa produção, mais de 75% tinha como destino a produção de etanol. Em 2006, o município de Rio Brillante ocupava o 26º lugar no ranking nacional de produção de cana de açúcar, com 2.167.264 ton. Em 2018 alcançou a 2ª posição no ranking nacional, com a produção de 7.854.965 ton. (IBGE/2018).

O setor sucroalcooleiro expandiu sua concentração de renda em paralelo com a expansão territorial de cultivo de cana, com forte participação das empresas multinacionais. Basicamente, o setor prioriza a expansão em áreas de bacias hidrográficas, utilizando mão de obra disponível a baixo custo e incentivos fiscais. Sob argumento de salvar a indústria automobilística nacional e internacional da crise dos combustíveis fósseis e da consequente elevação de preços, no ano de 2007, Lula considerou os usineiros *–heróis nacionais e mundiais‖* (Folha de São Paulo, 20/03/2007), sendo contestado especialmente devido ao histórico de trabalho escravizado⁶⁶. O principal financiador do setor sucroalcooleiro foi o

⁶⁶ Disponível: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2203200704.htm>. Acesso: 28 mar. 2022.

BNDES, sob gestão do governo do PT; o valor passou de R \$27 bilhões em 2003/2004 para R \$136 bilhões em 2013/2014. Somente em janeiro de 2012, os empresários do setor canavieiro conseguiram R\$ 4 bilhões para renovação dos canaviais: tratos culturais e adubação para manter elevado o nível da produção, segundo os estudos da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (—Os impactos da produção de cana no Cerrado e na Amazônia) (2008, p.6).

RIO BRILHANTE É O SEGUNDO MAIOR PRODUTOR DE CANA DO PAÍS (manchete). O Município de Rio Brilhante, a 161 quilômetros de Campo Grande, já é o segundo maior produtor de cana-de-açúcar do Brasil. MS é o sexto maior produtor de cana entre os Estados. Os dados fazem parte do relatório "Produção Agrícola Municipal", divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O levantamento apontou que o crescimento da produção de cana-de-açúcar está fazendo com que haja o surgimento de lavouras em novas - 3 - Procuradoria da República no Município de Dourados/MS áreas, além de São Paulo, que concentra a maior parte da produção do país. O IBGE identificou crescimento significativo em Goiás (47,9%) e Mato Grosso do Sul (34,9%). Entre as cidades com maior produção de cana, figura, na segunda posição, o Município de Rio Brilhante, cuja produção cresceu 109,8 %, de 2007 para 2008. A cidade teve a 13ª produção de cana do país em 2007. O município sul-mato-grossense foi responsável por 29,3 % da produção estadual. As áreas do município, em sua maioria, possuem solos de boa fertilidade e canaviais novos, que, aliados à utilização de alta tecnologia, têm alcançado alta produtividade. O rendimento de Rio Brilhante alcançou 98 mil kg de cana/ha.

(...) Na última quarta-feira foi inaugurada em Mato Grosso do Sul mais uma grande usina de etanol, a Santa Luzia, do grupo ETH Odebrecht. A planta fica situada entre os municípios de Nova Alvorada do Sul e Rio Brilhante. Com capacidade instalada para processar 3,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, a usina prevê ao término do projeto uma produção anual de 2,8 milhões de sacas de açúcar e outros 142,5 milhões de litros de álcool. (...) Essa é a segunda unidade do Grupo ETH/Odebrecht no Estado, sendo que a outra usina fica localizada no Município de Rio Brilhante (...) (Grifos e negritos não constam no original) (Jornal Correio do Estado, edição 17, outubro de 2009, Caderno de Economia, p. 6A).

Foi nesse período que o grupo francês, Louis Dreyfus Commodities, expandiu seus negócios de produção de cana de açúcar, territorializando-se em Rio Brilhante, e, com incentivos fiscais, comprou unidades e investiu no arrendamento de terras a custos baixos. No ano de 2006, o grupo procurou o prefeito Donato para pedir apoio; no ano de 2008, inicia suas atividades, investindo em uma indústria considerada -modernall. Depois da compra da usina Passa Tempo, em 2009, há a fusão entre Louis Dreyfus Commodities/ LDC e Central Energética Santa Elisa, formando o grupo LDC-SEV, que passa a gerir as usinas Passa Tempo, com capacidade para 3,3 milhões de toneladas, e a usina Rio Brilhante, com capacidade para 5 milhões de toneladas. Em 2010 as duas empresas arrendavam 59 mil hectares para plantio de cana de açúcar em Rio Brilhante (BUSCIOLI, 2020).

A Empresa LDC está entre as cinco principais comercializadoras de trigo e milho do mundo. Uma das maiores exportadoras da produção de milho e soja do Brasil. Sua rede de logística inclui terminais, armazéns e hidrovias. Sua cadeia de produção inclui a produção de

ração para peixes e animais de estimação, além disso, comércio de sementes e fertilizantes químicos. E, mesmo com as perdas consideráveis em 2013, devido às condições climáticas, o grupo faturou 12 bilhões apenas com a cana de açúcar, sendo a 5ª empresa do agronegócio mais lucrativa do ano. O grupo francês LDC possui 430 mil hectares de terras no Brasil e arrenda mais de 500 mil hectares, está presente em 12 estados.

Em janeiro de 2020, Rio Brillhante havia plantado 97 mil hectares de cana de açúcar⁶⁷ e possuía três usinas em funcionamento. Além disso, segundo dados da Prefeitura, atualmente o município possui 224 mil hectares de cereais, leguminosas e oleaginosas (com destaque para a soja).

O aumento da área plantada das *commodities* para o mercado internacional afeta a área disponível para a produção de alimentos no país, provocando elevação dos custos da alimentação disponível.

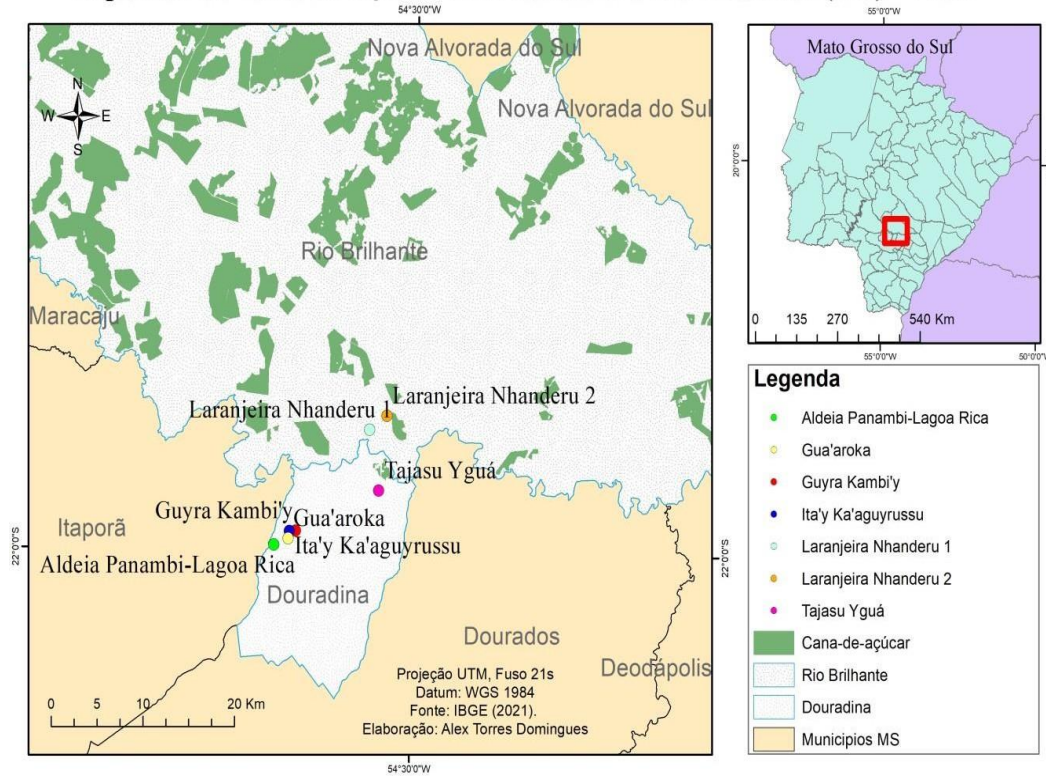
Para se ter uma idéia, os mapas a seguir demonstram o acelerado processo de expansão da cana-de-açúcar na região, entre 2009 e 2013, e da soja, entre 2010 e 2015⁶⁸, restando pouco espaço para outras culturas agrícolas, para terras indígenas e para assentamentos da reforma agrária.

Mapa 3: Expansão da Cana-de-Açúcar em Douradina e Rio Brillhante (MS) – 2009

⁶⁷ Municípios produtores de cana-de-açúcar em MS estão entre as maiores economias agrícolas do País.

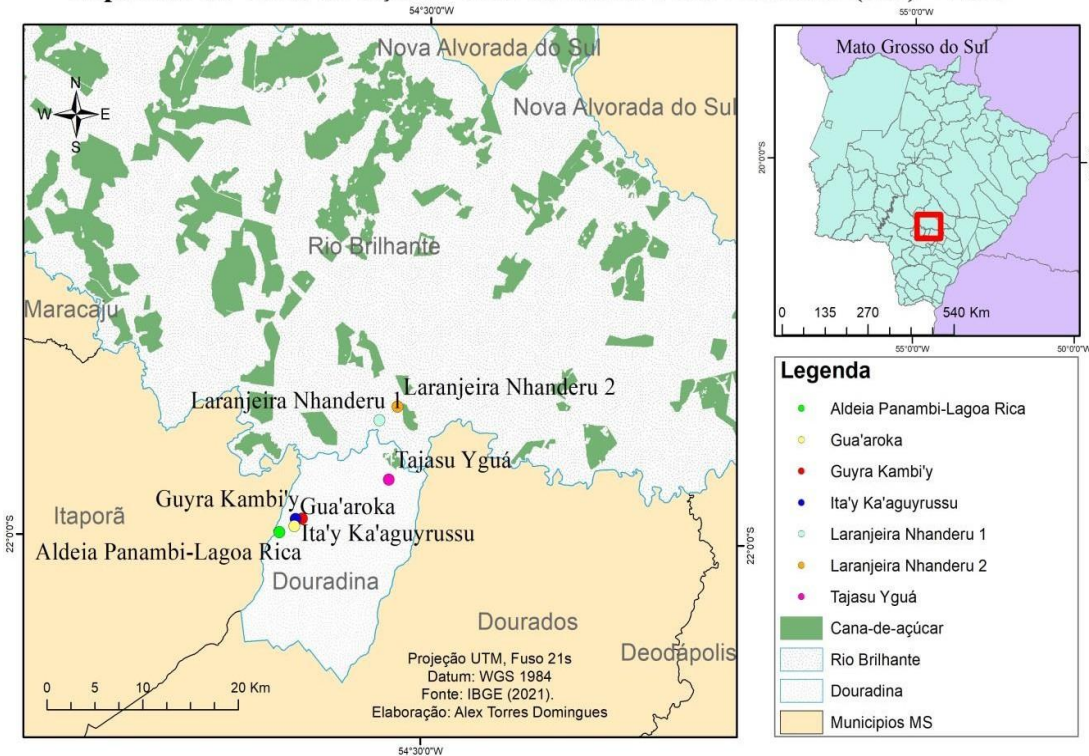
⁶⁸ Destacamos que, em vista da dificuldade para conseguir informações mais recentes que subsidiassem nossa pesquisa, optamos pela demonstração dos dados como comparação.

Expansão da Cana-de-Açúcar em Douradina e Rio Brillhante (MS) - 2009

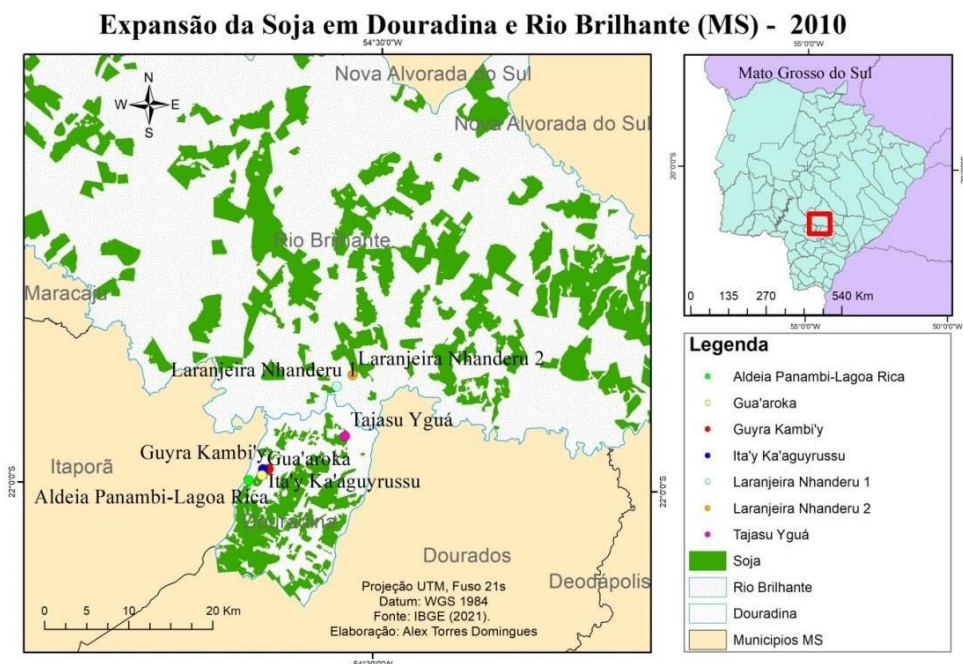


Mapa 4: Expansão da Cana-de-Açúcar em Douradina e Rio Brillhante (MS) – 2013

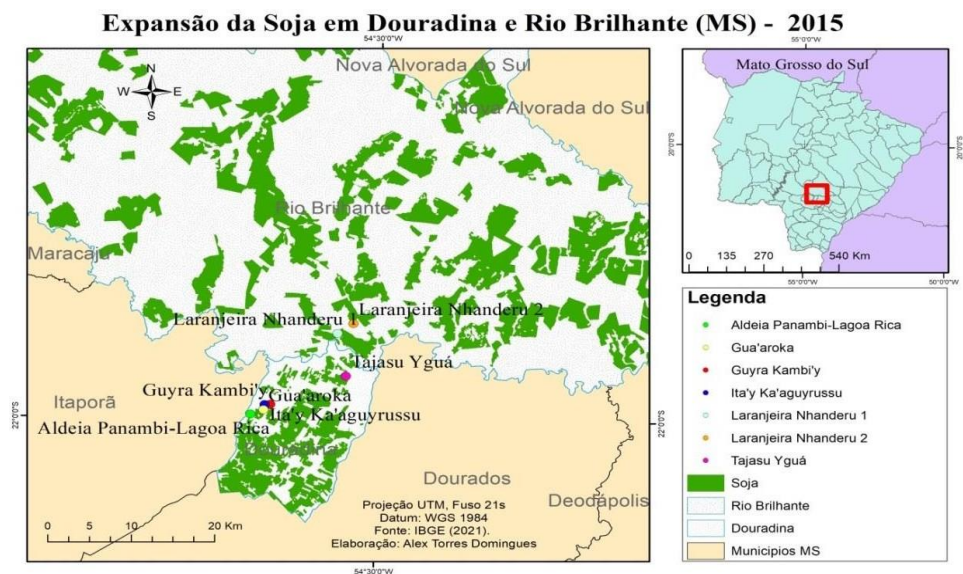
Expansão da Cana-de-Açúcar em Douradina e Rio Brillhante (MS) - 2013



Mapa 5: Expansão da Soja em Douradina e Rio Brillhante (MS) - 2010



Mapa 6: Expansão da Soja em Douradina e Rio Brillhante (MS) - 2015



Dados atuais apontam que os grupos estrangeiros estão em posse de mais de quatro milhões de hectares de terras no Brasil⁶⁹: japoneses, portugueses e italianos lideram a propriedade das terras brasileiras. Nesse sentido avança a estrangeirização das terras no Brasil, geralmente, sob o discurso de que o objetivo é a produção de alimentos. Esse processo

⁶⁹ <https://www.canalrural.com.br/noticias/agricultura/terras-rurais-donos-estrangeiros-brasil/>. Acesso em: 28 mai. 2022.

caminha paralelamente ao agronegócio: a região Sul do Brasil é a região que tem maior concentração de terras em mãos de estrangeiros; em seguida, a região Centro Oeste, com 976.743 hectares em 2.333 imóveis (PEREIRA, 2021).

No que se refere à produção de etanol no MS, ele serve, em parte, para abastecer o mercado nacional de automóveis com motores flex, e, em parte, para o mercado internacional. O Brasil é o maior produtor mundial de cana de açúcar na atualidade, sendo o responsável por cerca de 40% da produção mundial⁷⁰.

Assinalamos que a organização social dos empresários ligados à produção de cana de açúcar se organiza em torno de entidades como, por exemplo: Associação dos Produtores de Bionergia do MS (Biosul); União da Indústria da Cana de Açúcar (ÚNICA); Sindicatos como SIFAEG (GO) e SINDALCOOL (MT); Fórum Nacional Sucroalcooleiro (FNS); Ministério de Produção e Agropecuária (MAPA) – Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Açúcar e Álcool; Ministério de Minas e Energia (MME) – Comissão de Monitoramento do Abastecimento de Etanol, – Comissão Nacional da Indústria (CNI); Frente Parlamentar Agropecuária (FPA); Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG); Frente Parlamentar pela Valorização do Setor Sucroalcooleiro no Congresso Nacional.

Tais entidades, organizações de classe e empresas, vinculadas à bancada ruralista tanto no MS quanto no Brasil compõem uma articulação entre parlamentares e empresas do agronegócio, conforme estudos de Silva e Araujo Santos (2022). Pesquisadores que, ao analisarem a sucessão parlamentar de oligarquias políticas tradicionais do estado, como Coelho, Corrêa da Costa e Tebet, concluem que esses são os mesmos grupos de famílias que se mantêm no poder político por longos períodos, conservando a sucessão familiar e garantindo a tradição de dominação patrimonial. Os estudiosos consideram também que a antiga política coronelista, atualmente, assume a forma do -modernoll agronegócio.

Segundo pesquisa de Jessica Maciel de Souza, a família Coelho foi dona da Fazenda Santo Antônio da Boa Esperança, antes chamada Boa Vista, no município de Rio Brillhante, e, certamente, sabia que ali eram terras indígenas. A área era uma pequena parte de uma grande extensão de terra, que foi dividida em partes menores e vendida por Laucídio Coelho, ex-governador do MS (2017, p. 39-40).

Nos rastros dos impactos dos modelos do agronegócio e dos seus monocultivos, que comprometem a soberania do país, estão a perda da biodiversidade, a erosão das sementes, a poluição do ar, a degradação dos solos, a contaminação das bacias hidrográficas. Esse

⁷⁰Disponível em: https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cana/boletim-da-safra-de-cana-de-acucar/item/download/41858_f194465c1eab8b24b5f12b29e60e62bf, Acesso: 29 mai. 2022.

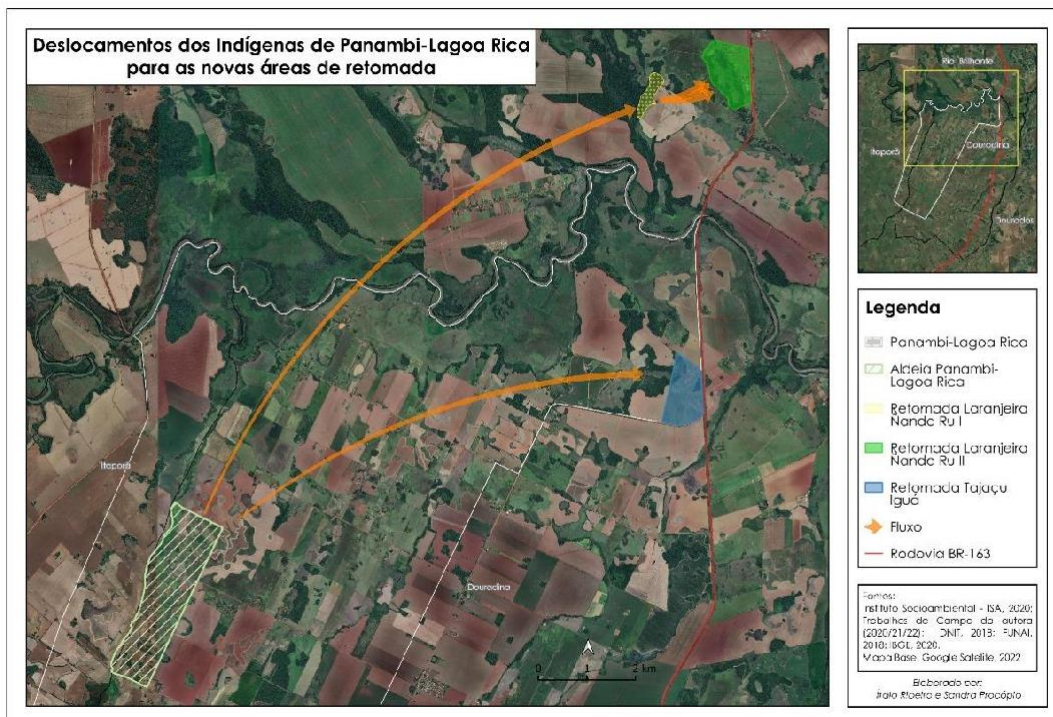
conjunto, associado ao agronegócio, liga-se à exploração da mão de obra, grilagem das terras, desmatamento, violência contra as comunidades indígenas, espoliação dos territórios, destruição ambiental, trabalho escravo, especulação de terras, perda da soberania alimentar e aumento da fome. Estima-se que, para a produção de um litro de etanol, são necessários sete mil litros de água, desde o processo de produção ao descarte de doze quilos de cana para tal objetivo. Além disso, tal processo gera entre dez a treze litros de água contaminada (vinhoto), cujo descarte correto, em reservatórios de cimento, não está previsto na maior parte da legislação brasileira. (Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2008, p. 8-9).

A implantação das empresas fez com que a população de Rio Brilhante saltasse de 20 mil habitantes, no ano 2000, para 34 mil habitantes, em 2014, e, conseqüentemente, atraísse trabalhadores de outros estados e municípios. O mercado de trabalho de Rio Brilhante, segundo o IBGE/2018, possui 26% de trabalhadores formais, com salário médio de 2 e ½ salário mínimo por posto de trabalho. A renda per capita, em 2019, foi de R\$ 62.231,67.

3.3 A retomada como processo de autodemarcação

Na atualidade, a área de abrangência da Terra Indígena Panambi-Lagoa Rica, situada entre os municípios de Douradina e Itaporã, está sendo retomada aos poucos, assim como a vizinha Terra Indígena Laranjeira Ñanderu e Boqueirão, em Rio Brilhante, que, na prática da vida cotidiana, mantêm relações sociais muito estreitas entre as parentelas. Além disso, as duas Terras Indígenas estão separadas apenas pelo rio Brilhante, que divide os municípios de Douradina e Rio Brilhante. Sendo assim, tanto historicamente, na memória dos ancestrais, quanto, na atualidade, é impossível dividir-se. Quase todas as famílias dessas retomadas têm parentes ou originam-se de Panambi-Lagoa Rica: *Guira Kamby*“i, *Ita*“y e *Tajasu Ygua*, no município de Douradina, e Laranjeira Ñanderu e Laranjeira Ñanderu 2, no município de Rio Brilhante; além das retomadas que já existem na região, há muitos anos, sendo um grupo, no distrito de Aroeira, e outro, na reserva ambiental do Assentamento Sílvia Rodrigues, do MST. A seguir mapa para ilustrar deslocamentos e áreas de retomada.

Mapa 5: Deslocamentos dos indígenas de Panambi-Lagoa Rica para as novas áreas de retomada.



A Terra Indígena Panambi-Lagoa Rica, mais que uma reserva indígena, pode ser considerada um território de resistência, onde a luta Guarani Kaiowá vivenciou várias etapas de um movimento de embate que nunca terminou – movimento que, apenas, soube escolher os momentos estratégicos para avançar ou para recuar, a partir de uma sabedoria ancestral de luta pela sobrevivência. É desse território em disputa, o da reserva indígena Panambi-Lagoa Rica, que os Guarani Kaiowá atravessaram o longo século XX e iniciaram o século XXI, entre aguardar o posicionamento do Estado brasileiro (para verem ser reconhecidos seus direitos ao território tradicional) e se insurgir, autodemarcando seus territórios, por meio das retomadas Indígenas. Desde os primeiros anos do século XXI, os indígenas, confinados na Reserva Panambi-Lagoa Rica, iniciaram seus movimentos de retomada.

As retomadas dos territórios ancestrais, espoliados pelas –guerras do Getúlio e outras guerras, vêm sendo realizadas pelas parentelas Kaiowá e Guarani, no estado de Mato Grosso do Sul, desde a década de 1980, tendo como expoente, Marçal de Souza, da etnia Guarani Ñandeva, assassinado em 1983, a mando dos fazendeiros. Podem ser observadas como um conjunto de ações que insurgem contra o sistema dominante, dando vazão aos grandes problemas que o Estado brasileiro conseguiu engendrar, mas não conseguiu solucionar, por exemplo, a falta de demarcação das terras, a fome, a violência, suicídios, racismo, entre

outros. Lembramos que esse longo processo de retomadas indígenas vem ocorrendo, de modo simultâneo, em todo o país; tendo sido originado ainda no período de forte repressão militar.

Daniela Fernandes Alarcon (2013), ao estudar os Tupinambá da aldeia Serra do Padeiro, no sul da Bahia, relembra que, em 1982, os indígenas da etnia Kariri, no norte da Bahia, foram dos primeiros grupos a fazer retomadas, inspirando outras etnias no Nordeste. Alarcon aponta ainda que, entre as causas para a retomada dos Tupinambá, estão a fome e a consequente necessidade de plantar roças.

Levi Marques Pereira (2006, p. 50 a 70) explica a importância dos fogos familiares como um indicador relevante de organização social baseada nas macros famílias. Partindo dessa compreensão, observamos que o levante de um grupo se dá de maneira especial quando ele é animado por uma liderança, cujas características estão alinhadas com prestígio social, capacidade de oratória e, sobretudo, capacidade de respeitar e cultivar os valores da tradição, em que a reza obtém, se não a mais importante, uma das mais importantes formas de manter a comunidade viva, como já dizia o rezador ñanderu Olímpio: –no dia que acabar a reza, acaba o mundo (depoimento realizado em 28/01/2022).

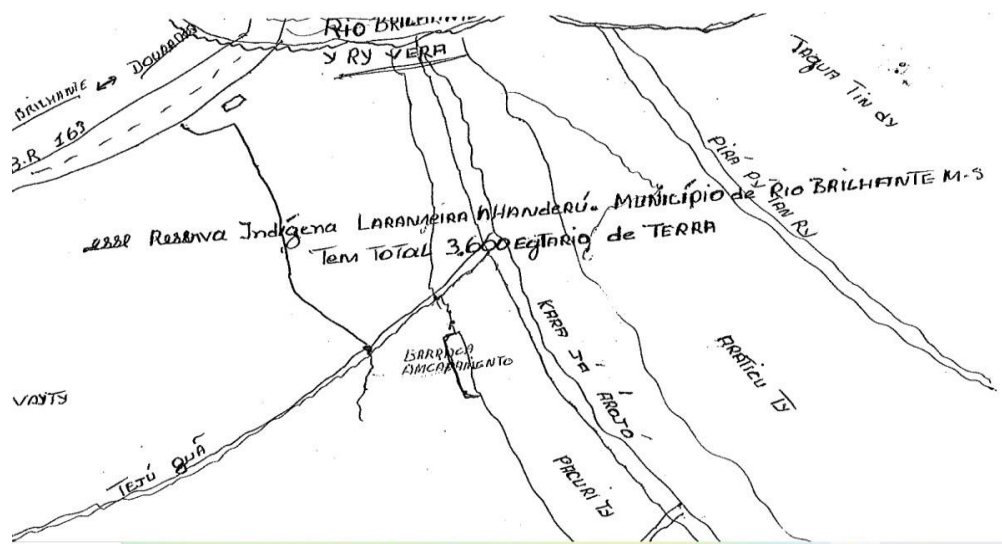
[...] aqui tudo era do índio. Tá vendo essa oca aqui? (*apontando para a casa de reza*)
Tinha muitas, e era de 20, 50, 100 pessoas morando dentro delas. A terra era tudo do índio, antigamente não tinha divisão e o índio era livre. Tá vendo essa festa aqui? Todo tekohá fazia festa, sempre tinha muita festa, e os parente vinha de longe, e todo mundo visitava (durante ritual de batismo do milho branco em 28 de janeiro de 2022)

Notamos, assim, que por mais que esses indígenas tenham sido expulsos de seus *tekohá*, os projetos governamentais autoritários de desterramento não foram suficientes para fazer o apagamento da memória dos seus antigos *Tekohás*. Ao longo do século XXI, a resistência indígena perpassou a reterritorialização, a partir de seus modos ancestrais, pela transmissão da memória oral entre as gerações. Os conhecimentos tradicionais Guarani Kaiowá são profundamente alicerçados na Memória Oral. Foi, através dessa oralidade, dos conhecimentos médicos, agrônômicos, históricos, ecológicos, entre outros, que foi acontecendo a reprodução da vida.

Geralmente, a bússola que orienta a tomada de decisão do retorno ao território ancestral, perpassa por muitas horas de conversa, pelo fazer da memória dos tempos antigos, pela caracterização dos lugares, pela procura dos marcos físicos e, acima de tudo, pelo domínio territorial contido na memória dos mais antigos do grupo.

Na comunidade Laranjeira Nanderu 2, os anciãos detêm conhecimentos ancestrais, como Dona Alda, Seu Olímpio, Cacique Faride. A seguir um desenho elaborado pela própria comunidade na ocasião da primeira retomada.

Figura 5: Desenho do Tekohá originário pela comunidade Laranjeira Nanderu



Fonte: Ministério Público Federal, 2008.

À medida que retornam para seus lugares, é a reza que abre caminho, com o som de suas vozes e palavras sagradas, aliada ao som dos *mbaraká*. Para os Kaiowá Guarani, a palavra tem alma, *Nhe''* é, de onde deriva *Nhembo''e*, que significa tanto rezar e cantar quanto ser ensinado.

Os sons da reza marcam os primeiros contatos de retorno aos tekohá para chamar os espíritos de volta ao lugar onde viveram no passado. O som da reza é caminho que abre, é espaço sagrado para a retomada, e, no conjunto do ritual, a reza torna-se uma espécie de pedido de permissão para o retorno ao lugar, que, a partir da sua retomada, volta a ser o seu *Tekohá*.

Tekohá é um termo que passou a ser mais conhecido desde meados de 1976, quando da publicação da pesquisa de Meliá e Grunberg sobre os Pãi Tavyterã, do Paraguai. A partir da década de 1980, a palavra passou a ser utilizada pelos movimentos de luta dos Kaiowá e Guarani, para destacar o grau de importância de seus territórios ancestrais.

Cumpramos ressaltarmos que, mesmo em um centenário de história de espoliação territorial, de expulsão violenta dos seus *tekohá*, nenhum projeto de colonização, assim como nenhum agente governamental, conseguiu dizimar, tirar da memória o sentimento de pertença

desse povo, como aponta o pesquisador Guarani Kaiowá Gileandro Barbosa Pedro (2020, p. 53): –Sendo o espaço, o lugar que não se perde: Ore *Rekohaty*. Sendo assim, as retomadas dos *tekohá*, nessa ótica tomam um novo formato, uma vez que não se retorna para o que não se perdeull. Ou seja, na nossa interpretação, nem as guerras (contra o Paraguai, contra o Getúlio [–guerra do Getúlio]], entre outras guerras) foram capazes de transcender e se imporem sobre os modos de vida tradicional, sobre o modo de ser da sociedade Kaiowá e Guarani. Isso porque seus integrantes se recusam a entrar nas artimanhas do sistema capitalista de modelo ocidental, embora tenham consciência de que vivem às margens desse sistema.

Assim, perambular nas bordas do sistema e aprender a negociar e a resistir, jamais significa vender sua liberdade, sua cultura, sua história. Muitas vezes, a brutalidade do próprio sistema, obriga-os a vender a única coisa que possuem: seus corpos, seu trabalho, sua mão de obra em troca de míseras condições para continuar vivos e fazer viver os seus. Um dos aspectos desse tema contraditório é apontado por Gilberto Azanha (2003):

[...] os sistemas de trocas humanas têm como móvel um conjunto altamente diversificado – porém finito – de objetos, físicos ou simbólicos (corpos humanos, produtos manufaturados ou espécies animais e vegetais, os ensinamentos de um xamã ou um canto ritual). E aqui reside a grande diferença entre os sistemas de trocas das sociedades capitalistas ocidentais e as sociedades indígenas: para as primeiras, o móvel em si é o que importa, tem a primazia na relação; para estas, ao contrário, **o móvel é apenas um pretexto e o que importa é o outro**. No sistema de trocas capitalista, o móvel é uma —mercadorial, algo com vida própria, independentemente da relação de troca entre sujeitos (processo que Marx desvelou e chamou de —fetichismo da mercadorial): vou ao açougueiro não para enfrentar o açougueiro como outro, mas para adquirir um valor de uso que eu não possuo; a mercadoria é a finalidade da minha relação com ele. E ela termina aí (p. 2).

Ao analisar as retomadas, a pesquisadora Aline Crespe (2015), observa que o termo *tekoharã* passa a ser utilizado no sentido de que a retomada representa o futuro território, retomado do latifúndio, para ser novamente um *tekohá* na sua plenitude.

Em novembro de 2011, ocasião do 1º Encontro de *Tekoharã: Acampamentos Indígenas*, ocorrido em Itay, município de Douradina, a Carta pública⁷¹ do final do Encontro apresenta contabilização de 31 acampamentos, com características bastante semelhantes: cobertos de lona preta e restos de materiais reciclados, com indígenas vivendo ou às margens das rodovias, espremidos entre as cercas e as fazendas do agronegócio, ou nos fundos das fazendas, seus antigos *tekohás* – locais os quais recusavam-se a abandonar. Entre outras coisas, a longa carta analisa o clima de omissão em relação aos processos demarcatórios pelo governo de Dilma Rousseff, os impactos dos mega projetos do PAC (Programa de Aceleração

⁷¹ Mboiko: Carta do povo Kaiowá e Guarani do MS: 1º. Encontro de Tekoharã (acampamentos indígenas) (mboikonews.blogspot.com). Acesso: 02 mai. 2022.

do Crescimento) para os povos indígenas do Brasil; o documento também cobra justiça para os casos de assassinatos dos professores Rolindo Vera e Genivaldo Vera (os dois, após ficarem desaparecidos, são assassinados, em 30/11/2009), além de denunciar as milícias na região.

Na época do referido Encontro de Acampamentos, segundo a indigenista Lídia Farias de Oliveira⁷², a idéia era aglutinar os acampamentos dos índios do corredor, ou que viviam entre cerca e asfalto. Em geral, esses acampamentos originaram-se de expulsão dos indígenas que viviam como funcionários, ou como moradores nos barracos nos fundos das fazendas, algumas vezes em acordo com os fazendeiros, em troca de serviços. Outros acampamentos eram oriundos da pressão dos conflitos internos (incluindo tentativas fracassadas de retomadas de fazendas no entorno, e que ao retornarem para as reservas, eram hostilizados pelos grupos dominantes). Outros ainda eram resultados da luta por suas terras tradicionais. Nesse contexto, o termo "*tekoharã*" passou a ser utilizado em associação com o desejo e o projeto de sair da condição de acampamento de lona, na beira da estrada, e passar a retomar seu próprio lugar, seu *tekohá* tradicional, onde se almejava estabelecer e viver o *tekoporã*, o jeito feliz de viver, a perfeição. Assim, as retomadas sinalizam para o lugar onde se vive a reconstrução cotidiana do modo tradicional, do jeito de ser *tekohá*. Ou seja, aquele que sai do acampamento e retoma a área reivindicada, já é habitante do seu *tekohá*, mesmo que ainda não tenha sido finalizado o processo jurídico que caracteriza a demarcação.

Nesse sentido, a retomada vai muito além da ocupação da terra, porque não é apenas um pedaço de terra, como pode representar para outras pessoas. Para os Guarani Kaiowá, a terra onde pisaram seus ancestrais tem forte dimensão espiritual, é o espaço de religião entre os elos do passado e do presente e o caminho que vislumbra no futuro. Desse modo não lhes serve o solo, a terra de outro lugar, pois a terra, para esses indígenas, adquire dimensão sagrada, uma vez que é a terra onde estão enterrados seus mortos, onde guardam memórias do passado, e por onde os espíritos (das pessoas, dos animais e das matas) andaram em tempos passados.

Portanto, a retomada é permeada pela memória afetiva, social, comunitária, dos ancestrais no território. O termo *retomada* passa a ser utilizado, a partir da década de 1970, ainda durante o tempo de enfrentamento à ditadura militar, na luta pelas demarcações.

A articulação entre as lideranças indígenas de várias regiões do Brasil fez com que o termo passasse a ser usado, de maneira ampla, sendo associado ao processo de retomada de

⁷² Entrevista em 20/09/2022.

suas terras ancestrais, como acentuava Marçal de Souza, uma das lideranças expressivas desse processo.

3.4 Retomada Laranjeira Ñanderu 2: resistências contra o cerco e as cercas

Foto 6: Primeiros dias da retomada na sede da fazenda Santo Antônio da Boa Esperança.



Fonte: CIMI, 2018.

A retomada Laranjeira Ñanderu 2 atualmente é composta por 28 famílias; três migraram para a cidade, segundo lideranças, em razão do contexto de dificuldades e perseguições a que estavam submetidos: “[...] tem gente que tem medo de enfrentar os problemas, medo dos fazendeiros [...]”, segundo Lucini Barbos (depoimento em 05/01/2022).

Os depoimentos nas várias rodas de conversa, bem como as caminhadas pela comunidade e a participação em rituais e reuniões, permitem-nos apenas destacar alguns fatos e eventos ocorridos na história, presentes na memória coletiva do conjunto da comunidade. No entanto, sabemos que a realidade dos acontecimentos históricos não cabe nos rituais do tempo limite de uma pesquisa. Dessa forma, procuraremos destacar eventos importantes, de acordo com a memória da comunidade, relacionados com acontecimentos políticos e sociais da época.

Segundo a Ñandesy Alda Mariano, 94 anos, casada com Seu Alcides Pedro, é no Laranjeira Ñanderu que ela vivia com sua parentela, no século passado. Desse tempo, entre as cenas mais nítidas em sua memória, ela relembra que, na época em que chegaram os colonos, ela morava com a sua *te''y* (parentela) às margens do Rio Brilhante.

Era aqui no Laranjeira que eu vivi com a minha família. Um dia os colonos chegaram à noite atirando. Eles eram gaúchos, por causa da roupa que tinha. Eles estavam nos cavalos. As famílias estavam dormindo no tekohá. No desespero, porque eles atiravam em todo mundo. Para se salvar, só tinha o jeito de pular no rio. E muita gente morreu naquela noite. Eu era criança. Pulei no rio junto. Muitos morreram naquela noite porque não conseguiram escapar dos tiros (entrevista durante Roda de Conversa, Casa de Reza, em janeiro de 2020 – entrevista na língua original, traduzida por Geminiana Barbosa).

Histórias como a de Dona Alda são comuns na região, especialmente entre os mais velhos. Assim como em outras retomadas, na Laranjeira Ñanderu 2, também há uma parcela grande de crianças, jovens e adultos, que já nasceram na reserva indígena e, portanto, nunca tiveram oportunidade de experimentar outra forma de viver a existência humana, que não fosse a experiência do cativo na reserva. Em depoimento, a jovem Erileide, neta do seu Tito da Comunidade *Guiraroká*, expressa sua percepção sobre a reserva: –me dói quando a gente depende do governo. A gente depende deles porque eles plantaram isso. Nós não pedimos para eles nos colocarem num chiqueiro. Colocar a gente num chiqueiro e dar a cesta⁷³.

A jovem Erileide, em suas breves palavras, captura o espírito das políticas governamentais de reservar, aos povos indígenas, minúsculos cercados, limitados pelas cercas de arame farpado e pelas cercas do racismo. Na reflexão dela, ao retirarem seus territórios, retiram também seus modos tradicionais inclusive de autonomia alimentar, que é substituído por programas de doação de cestas básicas, ações transitórias e que, de um lado, amenizam a fome no limite do risco da morte por desnutrição, e, de outro, pode justificar a morosidade na resolução dos conflitos, por parte do Estado brasileiro.

Desde a virada do século XX para o século XXI, as lideranças da reserva Panambi-Lagoa Rica vinham com intensas movimentações no sentido de cobrar dos poderes públicos a delimitação de sua área tradicional. Em 1999, a comunidade havia enviado uma carta para a então senadora Marina Silva (que havia visitado a região, e saíra impactada com o histórico de violações aos direitos humanos), expressando pedido de apoio para desenrolar as reivindicações, que estavam paradas ao longo de muitos anos, em alguma gaveta da FUNAI.

⁷³ Durante a Plenária dos Movimentos Sociais do Campo, articulados na Via Campesina, em novembro de 2021, em Sidrolândia.

A visita da senadora desdobrou-se em pronunciamento e em uma carta, cobrando oficialmente que o poder público analisasse o caso (NASCIMENTO, 2016, p. 170).

No início dos anos 2000, o plano de expansão das procuradorias federais do Ministério Público Federal levou à implantação de novas unidades, incluindo a nova sede do MPF, em Dourados, até então o atendimento era feito em Campo Grande. Os procuradores Ramiro Rockenbach e Charles Mota Pessoa⁷⁴ foram os dois primeiros a se instalarem em Dourados.

Nessa ocasião, a Terra Indígena Panambizinho já havia sido identificada, delimitada, homologada, restando ainda o processo de demarcação e o registro oficial no cartório. No entanto, a demora na resolução do processo de Panambizinho levou os indígenas a ocuparem uma área no entorno da reserva. Em reunião com os procuradores, realizou-se um acordo de desocupação por um ano até que se encontrasse uma alternativa. Os procuradores, então, mediarão a compra de uma fazenda no município de Juti, para onde foram levados os sitiante, indenizados pelas benfeitorias e pelas novas terras, resolvendo, assim, em parte, um conflito de muitas décadas (Entrevista com Marcos Homero, abril de 2022).

A Terra Indígena Panambizinho havia sido decretada como terra indígena, em 13 de dezembro de 1995, pelo então ministro da justiça Nelson Jobim. Contudo, o decreto foi contestado e o processo levou quase dez anos para se resolver, sendo finalizado apenas em 2004. Foi nesse contexto que os indígenas da vizinha reserva Panambi-Lagoa Rica, animados pela possibilidade de verem, na sequência, suas terras demarcadas, organizaram-se em torno do novo capitão, Faride Mariano de Lima, e decidiram acirrar as lutas.

A minha história foi acontecida assim: em 2004 eu disputei para cacique junto com o finado Joel. Eu não ia ser o cacique, mas minha filha Raquel disse assim _a nossa aldeia não tem lugar mais onde a gente fica, a gente planta, e a gente vamos ficar tudo grande e a gente vai precisar para plantar, trabalhar. E não está tendo lugar para poder plantar as coisas. E aí você pode ficar, se candidatar para cacique_. E aí eu disse que ia pensar, eu vou estudar primeiro com 90 dias para dar resposta para você. Depois chegou o dia 6 de agosto de 2004. E eu disputei com o Joel. E quem contou os meus votos foi a Operação Sucury. O chefe de posto era o Ferrugem, Isael, ele estava junto. (...)Eu disse assim: eu sou neto do Joãozinho Carapé que lutou pela terra no século passado. Era de 1922 quando ele lutou e ganhou a terra Lagoa Rica para hoje estar as pessoas, um mundo de gente. Eu disse _eu quero ser igual meu avô também_. Eu ganhei a eleição e vou lutar pelo meu povo. E aí no dia 27 de agosto eu já estava em Brasília. Na época me acompanhou o Anastácio e o Sílvio Paulo de Caarapó. Eu fui na FUNAI em Brasília, e eu disse assim: eu vim aqui falar da demarcação (Faride Mariano, entrevista em janeiro de 2022).

Foi também no ano de 2004, que a comunidade repensou em relação ao nome -Panambill, considerando que ele poderia ser confundido com -Panambizinho (comunidade

⁷⁴ Não sem conflitos: Fazendeira acusa procuradores de proteger índios no MS - Política - Estadão (estadao.com.br). Acesso em: 20 ago. 2022.

demarcada na mesma ocasião), o que poderia levar ao esquecimento das suas demandas por parte das autoridades. Dessa forma, resolveu se auto-identificar como Terra Indígena Panambi-Lagoa Rica (CAVALCANTE, 2021, p. 108). Nos depoimentos, fica evidente que os indígenas de Panambi, atual Lagoa Rica, estavam cansados de ir à FUNAI, ou a algum outro órgão público e ouvirem pessoas dizerem que o caso deles estava resolvido, confundindo-os com os indígenas de Panambizinho. A reivindicação principal era descobrir onde estava o processo aberto, na década de 1970, e dar continuidade.

O artigo de Lima e Guimarães (s/d) explica que a constituição dos Grupos Técnicos de Identificação trata-se da primeira etapa do procedimento de demarcação estabelecido pelo Decreto 1775/96. Nessa etapa inicial, são realizados os estudos antropológicos, bem como as entrevistas e os laudos que atestam o histórico da comunidade. Fase em que os discordantes possuem o direito de se manifestarem após a publicação do resumo do Relatório de Identificação e delimitação, no Diário Oficial da União, por parte da FUNAI, em período de até 90 dias. Depois disso, a delimitação é o caminho para se fazer a demarcação física. O Presidente da República assina o Decreto de Demarcação; na sequência faz-se o registro em cartório, na comarca onde está localizada a Terra Indígena, e, posteriormente, faz-se o registro também no Departamento de Patrimônio da União.

Lima e Guimarães destacam que uma –Terra Indígena não é criação da FUNAI, nem criação de antropólogos| (p. 2), e que a União não sabe onde fica; por isso, é necessário que os povos indígenas falem, participem, aportem seus conhecimentos. Quanto ao Grupo de Trabalho, ele é formado por um antropólogo, um técnico ambiental, um técnico fundiário, e, às vezes, por servidores da FUNAI, e seu trabalho pode levar anos. A Lei do Estatuto do Índio de 1975 previa demarcação em cinco anos, o que não aconteceu. A Lei da Constituição Federal previa a demarcação em cinco anos, o que também não aconteceu.

Na análise, entende-se que não basta que a Terra Indígena seja identificada, pois o processo, após a identificação, pode levar muitos anos, como se viu no caso de Panambizinho, que levou quase dez anos entre a demarcação e o registro em cartório. Essa morosidade permite que o processo de avanço capitalista sobre os territórios continue produzindo rastros de ataques à terra, aos rios e às pessoas. A morosidade do Estado brasileiro pode ser um elemento a permitir que a terra reivindicada seja destinada aos latifúndios, às usinas, às indústrias, aos grandes empreendimentos, ou a outros interesses que atendam às elites do cenário sul-mato-grossense.

Segundo informação de Marcos Homero Ferreira Lima, analista pericial do MPF ⁷⁵, a avaliação em torno de uma das demandas dos indígenas orientou-se pelo seguinte relato: –todo mundo falava que havia um processo aberto sobre Panambi-Lagoa Rica, mas ninguém sabia onde estava. Então o procurador pediu cópia, e de fato existia o processo que estava arquivado em Brasília, desde o ano de 1973

Desde então, descobriu-se que, em alguma gaveta em Brasília, encontravam-se dois processos que haviam sido instaurados em 1971, sendo eles denominados: FUNAI/BSB/1407/71⁷⁶, sobre medição e demarcação da Panambi/Lagoa-Rica e FUNAI/BSB/1439/71, que indica área reservada aos índios. No entanto, embora os dois processos tenham sido instaurados em 1971, –forças políticas

 bloquearam sua continuidade, impedindo que os indígenas tivessem acesso à informação e ao seguimento do processo desde aquela época.

Em abril de 2004, houve uma mobilização das organizações indígenas na rodovia entre Dourados e Itaporã, onde os indígenas de Panambi-Lagoa Rica estiveram juntos com as aldeias Bororó e Jaguapiru, nas lutas pela reivindicação de melhorias para os parentes de Dourados, colocando suas pautas fundiárias⁷⁷. Nessa ocasião, as lideranças aproveitaram a presença do prefeito Laerte Tetila e do vice-governador Egon Krakhecke (ambos do PT), para manifestarem suas demandas pelas demarcações de terras. O vice-governador se manifestou por meio de sua assessoria dizendo apenas que –o governador Zeca e o presidente Lula eram sensíveis à causa, mas não dava para resolver de uma hora para outra, desconsiderando que a espera pela resolução das demarcações indígenas completava quase um século.

Em 19 de novembro de 2004, cerca de 300 indígenas fizeram uma mobilização, um bloqueio na rodovia Dourados-Itaporã, exigindo o cumprimento de promessas não concretizadas⁷⁸. A mobilização explicitou a tensão com a classe dominante de Douradina, que procurou amenizar, através das negociações, canalizando para as demandas urgentes da comunidade, que exigia energia elétrica no Panambi-Lagoa Rica e construção de escola dentro da área da reserva. Na avaliação do cacique Faride Mariano⁷⁹, esse contexto de luta local, foi mais uma faísca que recolocou, mais intensamente na agenda política, a luta pelo território ancestral.

⁷⁵ Entrevista concedida em março de 2022.

⁷⁶ FUNAI: Fundação Nacional do Índio; BSB: Brasília; número e ano do processo.

⁷⁷ <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u60187.shtml>

⁷⁸ Índios mantêm rodovia bloqueada em Douradina - Dourados News, de 20/11/2004.

⁷⁹ Entrevista em janeiro de 2022.

No início de janeiro de 2005, o site Cassilândia News divulga notícia de opinião sobre a publicação do Relatório da Ouvidoria Agrária do INCRA. Aponta que, em 2004, havia acontecido 18 ocupações de terra no estado do MS. Entretanto, na mesma notícia, o representante da classe ruralista, do Movimento Nacional dos Produtores, classificou o Relatório como farsa e disse que havia 25 áreas –invadidas por indígenas e 5, por Sem Terra⁸⁰, colocando o país em sexto lugar no número de –invasão de terras.

Nos três primeiros meses de 2005, morreram 17 crianças indígenas na região de Dourados, comprovadamente por desnutrição⁸¹. Esse fato causou comoção e –escândalo nacional. Meios de comunicação de várias regiões do país procuravam uma explicação para a nova tragédia que se abatia entre os Guarani Kaiowá. Antropólogos, historiadores, sociólogos, todos tentando compreender o fenômeno da mortandade das crianças. Em entrevista com Antônio Brand, o historiador apontava que, por trás do problema da fome, havia o problema da espoliação do território, como causa dos males da mortandade das crianças.

Antigamente, quando a criança tinha fome ela pegava frutos silvestres, mel e outros alimentos da floresta. Hoje, não tem comida fora de hora. Se houvesse abundância de comida certamente não estariam enfrentando a desnutrição. É preciso entender a cultura guarani-kaiowás para saber o que realmente fazer para resolver esse sério problema.

No ano de 2005, os indígenas avisaram que ampliariam sua área de ocupação, pois a superlotação da reserva simplesmente já não comportava mais a população ali existente. O problema da fome, causado pela falta de espaço para as roças, era um elemento gritante. Além disso, devido ao contexto de superpopulação, a reserva estava repleta de conflitos internos, como brigas e situações extremas, por exemplo, a onda de suicídio.

Moacir Pauletti (2000) aponta que o –encurralamento leva ao suicídio, ao analisar o aumento de casos, sobretudo após os anos de 1980. Período que coincide com o do momento em que os Guarani Kaiowá são expulsos dos últimos resquícios de matas existentes na região; assim, em vista do avanço das grandes fazendas de pecuária e das monoculturas, eles são obrigados a lidar com a desestruturação dos seus modos de vida, baseados nas parentelas, o que leva a inúmeras situações graves, como fome, violência, além de assassinatos de lideranças. O aumento da mão de obra indígena nos trabalhos temporários nas usinas, bem

⁸⁰ Disponível em: <https://www.cassilandianoticias.com.br/geral/ms-teve-a-6-maior-ocupacao-de-terras-no-pais-25-02-2005-15-43-00>. Acesso: 12 out. 2022.

⁸¹ Morre a 17.^a criança guarani-kaiowá por desnutrição no MS. Disponível: <https://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2005/04/03/18614-morre-a-17a-crianca-guarani-kaiowa-por-desnutricao-no-ms.html>. Acesso: 12 out. 2022.

como nas fazendas e, nas demais demandas de mão de obra dos colonizadores, foi outro elemento responsável pela desestruturação das parentelas.

No ano de 2005, o número de suicídios indígenas havia voltado a subir no estado, totalizando 28 casos, sendo 16 vítimas com até 18 anos (os dados nacionais apontaram que houve 24 casos, em 2003; 18, em 2004, e 31, em 2005). Entre o ano 2000 e o ano 2019, o MS respondeu por 63% dos suicídios ocorridos no Brasil. A média de homicídios indígenas é 400% maior do que entre os não indígenas no MS⁸².

Nos depoimentos da comunidade, através das rodas de conversas, entrevistas individuais, diálogos entre as caminhadas, ou mesmo reuniões variadas, elementos, como confinamento, violência são frequentes, quando se explica a trajetória da retomada. Observamos, somado a isso, a fala recorrente *-não tem mais lugar para plantar*⁸² – um dos motivos que moveu as parentelas e criou unidade em torno da luta pela terra.

A dramática violência contra os Guarani Kaiowá, denunciada sistematicamente pelo Relatório Anual produzido pelo CIMI, coloca o MS como o estado com maior número de assassinatos de lideranças indígenas. Uma das cartas dos movimentos sociais do MS, organizados por meio da Coordenação dos Movimentos Sociais, demonstra a situação desses povos. A seguir, trechos da Carta Aberta da Plenária Estadual, do dia 25 de março, de 2005, em que se visualiza um pouco dessa vivência.

É intolerável que em face de um direito garantido pela Constituição Federal no seu artigo 231, de que a União deve promover a demarcação das terras indígenas, o que de fato ocorreu, inclusive com a homologação do Presidente da República, o povo Kaiowá Guarani tenha sido expulso de sua terra de forma violenta o que culminou em verdadeiras tragédias para o povo como morte de crianças, assassinato de lideranças indígenas, como foi a de Dorvalino Rocha na véspera de Natal, falta de alimentos, pois todas as roças foram destruídas pelos fazendeiros, falta de água para consumo e para higiene, calor intenso abaixo de barracos de lona, ameaças de morte por seguranças dos fazendeiros e o risco de atropelamentos em vista de estarem em rodovia estadual que serve para o escoamento de soja em caminhões pesados. Por fim todas as fatalidades e humilhações que estão sujeitos sabendo que a terra é deste povo e que ali sempre viveram!

(...) É preciso terminar com essa situação desumana! Nós dos Movimentos Sociais do Mato Grosso do Sul acompanhamos de perto e lá estivemos por diversas vezes, e hoje temos representantes deles aqui na nossa Plenária Estadual, pedindo urgência no julgamento dessa ação. Campo Grande-MS, 25 de março de 2005.

Na madrugada de 29 de agosto, de 2005, numa articulação pressionada pela ausência de resolução dos problemas, três grupos de parentelas da Reserva Panambi-Lagoa Rica, em Douradina, ocupam simultaneamente três fazendas na região. No mesmo dia, os ruralistas se

⁸² Índios recorrem a governo estadual e MPF por "socorro" diante de crimes. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/indios-recorrem-a-governo-estadual-e-mpf-por-socorro-diante-de-crimes>. Acesso: 12 out. 2022.

organizam, e, por conta própria, fazem o despejo, auxiliados por 15 homens da empresa privada de segurança, GASPEM. As famílias são violentamente despejadas, seus pertences queimados e destruídos. Porém, no dia seguinte, os indígenas retomam, para surpresa dos fazendeiros.

Nos dias 31 de agosto e 1 de setembro, os fazendeiros vinculados aos sindicatos rurais, para fazer pressão, bloqueiam a BR Dourados sentido Campo Grande, exigindo o despejo dos indígenas. Entre forte tensão, violência e resistência, no dia 2 de setembro, no quinto dia do confronto, os indígenas resolvem fazer um recuo e aceitam negociar. As demandas são canalizadas por meio de um acordo para a implantação da rede de energia elétrica na reserva, a construção de uma escola e a constituição de um Grupo Técnico para estudos da área reivindicada. Estudos iniciados em 1971, ano que a FUNAI havia instaurado procedimento para medição e demarcação da Terra Indígena Panambi-Lagoa Rica, portanto, 34 anos antes.

Os acordos foram mediados pela prefeitura, ministério público, FUNAI, representantes dos indígenas. Os ânimos se acalmaram momentaneamente. Segundo Lucini, liderança da comunidade: “[...] as promessas fazem a gente se enganar, a gente para e espera, e o tempo vai passando, passando...]. As famílias então formaram um acampamento entre os limites da reserva e o das fazendas do entorno, com moradias em barracos de lonas e materiais encontrados em restos de obras ou em nos lixões.

Em março de 2005, mais de 400 indígenas Guarani Kaiowá e Nandeva estiveram reunidos em Antônio João, na Aty Guasu, dialogando e articulando as lutas. No relato de Egon Heck, do CIMI/MS⁸³, vemos o seguinte: **–Estamos tristes... estamos em guerra”**.

Um dos destaques dessa Aty Guasu foi a presença forte e decisiva das mulheres, que não apenas estavam na cozinha, nas celebrações, mas também nas plenárias e nos grupos. Foram delas as falas e cobranças mais incisivas. Em sua sensibilidade e sofrimento, elas demonstraram grande preocupação com relação aos jovens (não apenas em função do alto índice de suicídio), mas também pelo gradual afastamento da cultura Guarani. Elas manifestaram o desejo de que os jovens se envolvam cada vez mais na luta pela terra e com isso também estarão alimentando a esperança e enxergando um futuro melhor para todos. –Vamos lutar junto com nossa batalha, junto com os homens e as autoridades!, afirmaram em seu trabalho de grupo. As mulheres também demonstraram sua tristeza e revolta por verem tantos de seus filhos morrerem de fome e de falta de sentido da vida (suicídio).

Foi ainda, em de 2005, que os fazendeiros assassinaram Dorvalino Rocha, 39 anos, em Antônio João. Entre os mandantes, esteve Dácio Queiroz Silva, ex-prefeito do município, na época diretor da FAMASUL, entidade de classe ruralista.

⁸³ Disponível em: <https://cimi.org.br/2005/03/23306/>. Acesso: 12 out. 2022.

Em rodas de conversa com indígenas da comunidade, eles se recordam que, no ano de 2005, uma pesquisadora, por nome Elizabeth, visitou a comunidade e fez entrevistas. Os indígenas, por sua vez, foram em busca dos documentos, deram entrevistas, acompanharam, mas, depois, o processo foi interrompido, e eles não foram procurados para saber o que tinha acontecido.

A pesquisadora Sandra Nascimento (2016) explica que Maria Elizabeth Brêa Monteiro, foi a antropóloga nomeada para coordenar os trabalhos do Grupo Técnico, criado em 2005, para fazer os estudos de identificação, tendo prazo de 30 dias para os trabalhos de campo e 90 dias para entrega do Relatório Final. Ela visitou a comunidade em outubro de 2005; no entanto, por motivos pessoais, deixou a função e passou a ocupar outra tarefa como funcionária pública no Museu Nacional no Rio de Janeiro. Diante desse problema interno, que poderia ter sido solucionado rapidamente, os estudos foram paralisados e a comunidade continuou aguardando, durante os anos de 2006 e 2007.

No dia 8 de setembro do ano de 2007, cerca de 150 famílias, decidiram sair, na madrugada, para retomar a área Laranjeira Ñanderu, sob o comando do cacique Faride Mariano de Lima e do líder José Barbosa, o Zezinho. A partir das histórias antigas, contadas pelos ancestrais, tendo como pontos de referências espaciais os marcos de localização presentes na memória dos idosos da comunidade, a área retomada foi a mata localizada nos fundos da fazenda Santo Antônio da Nova Esperança (no município de Rio Brilhante), pertencente ao Sr. Raul das Neves; era o lugar apontado pela comunidade como o antigo *tekohá*.

Eu mudei a cabeça. Eu disse eu vou para a terra própria onde meu próprio pai e meu avô deixou em Entre Rios. Aqui era o nome de Entre Rios. Era Porto Kaiowá quando morava meu avô e bisavô, quando deixou essa herança aqui. Falei pro Cido Caminha, um candidato. _Eu quero sua ajuda na mudança_. Quando Italívio Coelho comprou essa terra, expulsaram todo mundo aqui para Douradina. Dia 8 de setembro o Cido nos trouxe pra cá, até a ponte do rio. Antes viemos ver o lugar. Deixamos nossa mudança na ponte do rio. Trouxemos arroz bom, meia lata de banha de vaca. Fiquemos setembro a novembro, e em dezembro, fiquemos fechados dentro do cativoiro, por nós mesmos (Cacique Faride Mariano, entrevista concedida em janeiro de 2022).

A comunidade conta que optou momentaneamente pelo autoisolamento, haja vista a necessidade de garantir que as pessoas não sofressem violência e não fossem expulsos pelos seguranças dos fazendeiros, especialmente da empresa GASPEN, que já tinha um longo histórico de violação de direitos. Pelos relatos, somente em janeiro de 2008, um funcionário da fazenda Santo Antônio da Boa Esperança, passando pela área, notou a presença de vários indígenas estabelecidos em moradias dentro da mata, os -índios de Panambill. Segundo uma

Roda de Conversa (fevereiro de 2022): -[...] e em dezembro de 2007, descobriram que nós estávamos aqui na mata. Depois que MPF, FUNAI ficou sabendo. Os fazendeiros caíram em cima de nós. O dono era uma fera. Moramos bem na beira da mata, na divisa com Raul portuguêsl.

Figura 6: Primeira visita do MPF à comunidade, na mata da fazenda Santo Antônio da Boa Esperança.



Fonte: Ministério Público Federal, 2008.

Segundo ainda a comunidade, o local exato da fazenda Santo Antônio da Boa Esperança era onde situava o tekohá do ñanderu, um *hexacara guasu* (mais importante na hierarquia), chamado *Naranxera*. Mas como os não índios não conseguiam pronunciar seu nome, traduziram por Laranjeira. Então o nome ficou -Laranjeira Ñanderull, por causa do nome dele (*Naranxera*) e da sua função (Ñanderu). Lembramos que Laranjeira foi pai de Mariano, que foi pai de Levino Portoso, que foi pai de Faride, hoje, com 77 anos. Da parte materna, Faride também é filho de Mariazinha (Maria Joana, falecida), filha de Joãozinho Carapé, antigo capitão em Douradina. Faride, por sua vez, é descendente de parentes que ancestralmente viveram nos dois lados do rio Brilhante.

Acrescentamos que a fazenda Santo Antônio da Boa Esperança possui cerca de 420 hectares e fica na divisa com a fazenda Inho, de propriedade do português, -Seu Raul. O seu Raul, por sua vez, é pai do -Raulzinho do PT, os dois bastante conhecidos no município de Rio Brilhante, por pertencerem ao grupo fundador do Partido dos Trabalhadores do município.

Na época da ocupação, a fazenda Inho tinha parte de sua área utilizada com plantação de soja e parte arrendada para a empresa francesa LDC- Louis Dreyfus Commodities, para o plantio de cana-de-açúcar. Registramos que inicialmente a relação entre a comunidade e o

proprietário da fazenda Inho era amistosa. Porém, com o decorrer do tempo, as tensões aumentaram. Quanto à fazenda Santo Antônio da Boa Esperança, parte de suas era usada para criação de gado e parte para arrendamento para plantio de arroz.

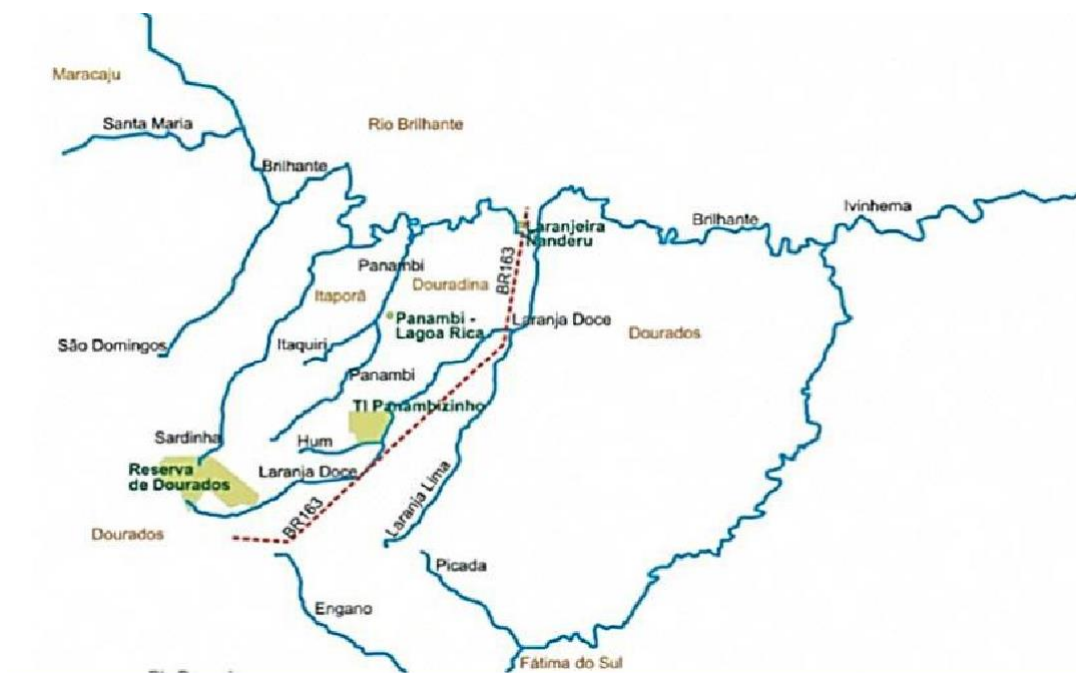
No contexto estadual, o MPF, procurando mediar uma solução para os conflitos fundiários, que se arrastavam há muitas décadas, e abrandar a pressão das organizações indígenas e dos órgãos de defesa de direitos humanos, no dia 12 de novembro, de 2007, protocola um Termo de Ajuste de Conduta (conhecido como -TAC das Demarcações), no qual aborda uma série de obrigações do governo federal, através da FUNAI.

O documento previa, entre seus procedimentos, a criação de grupos de estudos para produzir Relatórios de Identificação e Delimitação de 39 áreas Indígenas⁸⁴ no MS; todos os estudos com o objetivo de orientar o processo de demarcação.

Pontuamos que, no passado, os grandes *Tekohá Guasu* foram compostos pelos inúmeros *tekohá*, formados especialmente em torno das bacias hidrográficas onde se agrupavam várias parentelas. Tendo em vista essas referências antropológicas e históricas, é que o TAC procurou organizar os grupos de estudos a partir, por exemplo, das bacias dos rios Iguatemi, Ivinhema, Dourados, Amambai, Apa e Brilhante. Acrescentamos que o termo *pegua* se refere à pessoa que é própria daquele lugar. Assim, os estudos que abarcavam as retomadas Laranjeira 1 e 2 fizeram parte do Grupo de Estudos -Brilhantepegua. Nesses estudos do Grupo, os indígenas apontaram que sua área de domínio tradicional alcançava os limites do rio Brilhante e os córregos Panambi, Laranja Doce, Hum, até Itiquiri e Sardinha, conforme mapa a seguir.

⁸⁴ Conforme anexo 8.

Figura 7: Panambi-Lagoa Rica e Laranjeira Ñanderu



Fonte: FUNAI, 2011.

No TAC, previu-se um cronograma, de acordo com o qual, os relatórios deveriam ser enviados até dia 30 de junho, de 2009, ao MPF, cabendo à FUNAI cerca de 20 meses para cumprir os estudos de identificação e delimitação, sob pena de multa de R\$ 1.000,00 por dia.

A FUNAI, por sua vez, deveria encaminhar os Relatórios ao Ministro da Justiça até dia 19 de abril, de 2010. A responsabilidade do MPF seria a de acompanhar os trabalhos e garantir judicialmente (se preciso) o acesso das equipes técnicas aos locais do estudo, haja vista que, em várias ocasiões, os peritos eram impedidos de entrar nas propriedades para pesquisar indícios da história indígena dentro das fazendas, por exemplo, em moradias e cemitérios indígenas. Para ilustrarmos citamos o ocorrido na Terra Indígena Jaguari: -fazendeiro destruiu os marcos de concreto, que identificavam e delimitavam a área de Jaguari (Amambai). Também destruiu o cemitério, para eliminar todos os vestígios que comprovem posse indígena (AMARAL, 2000, p. 377).

Quando o grupo do Laranjeira Ñanderu é descoberto dentro da mata, decide escrever uma carta ao MPF, no dia 19 de janeiro de 2008, onde assume que está ocupando a área e conta sua versão histórica sobre a história dos antepassados. Da carta, destacamos o seguinte:

Laranjeira Ñhande! Rú é uma reserva indígena dos índios kaiwá: de Município de Rio Brilhante de Mato Grosso do Sul. Década de 1910 já existia aldeia, é dos índios. Município de Rio Brilhante. Naquela época, aldeia Laranjeira Ñhande! Rú morava muitos indígenas da tribo etnia kaiwá. Depois **veio forasteiro português invadir**

essa área de Laranjeira Ñhande! Rú, e mandou todos correr os índios morador indígena tribo kaiwá que morava muitos na antiga aldeia Laranjeira Ñhande! Rú. Mandou correr todos com na ponta da espingarda do outro lado do rio. Os indígena atravessou o rio na ponta da bala e de espingarda(...) essa área é do nosso tataravô é o nosso herança ai todos os netos do Laranjeira Ñhande! Rú veio para ocupar de novo (...) **os neto vai movimentar a terra para plantar e também os neto quer colher e também criar os filhos onde o vô viveu nessa área.** (grifos nossos).

A carta salienta ainda que o episódio de espoliação ocorreu em 1925. E, entre os objetivos de retornar à vida em meio à mata, o grupo ressalta a **importância de plantar e colher**, além de criar bem os filhos e netos. O tema da necessidade do plantio de seus alimentos é recorrente em suas reivindicações.

Os proprietários da fazenda Santo Antônio da Boa Esperança registraram Boletim de Ocorrência, em meados de fevereiro de 2008. E, no dia 29 de fevereiro de 2008, denunciam ao MPF a situação, em que relatam que o capataz Adão Luciano, depois de rondar a fazenda, informou ao dono que –estes abordaram o capataz com arcos e flechas, ameaçando-o. Outrossim, ressaltam que o capataz foi informado pelo líder do grupo, identificado por José Barbosa de Almeida (vulgo FARID⁸⁵), que se tratava de um grupo da etnia Caiuás, da aldeia de Lagoa Ricall. O documento atesta também que –a comunidade se apresenta extremamente pacífica. Em princípio, pelo fato de o grupo indígena ocupar apenas a reserva de mata da fazenda, área que não poderia ser explorada para fins econômicos, os proprietários não seriam prejudicados economicamente.

Pelos depoimentos da comunidade e, de acordo com as análises documentais, há uma grande movimentação dos fazendeiros da região. Incontestável também é o papel dos meios de comunicação do local, sobretudo dos programas de rádio, reforçando o racismo já presente na sociedade, aguçando ainda mais o sentimento de preconceito contra os indígenas, tidos como –preguiçosos, para que índio precisa de terra?||, questionando a legitimidade da presença indígena no município.

A Porteira da fazenda Inho era a entrada para a estrada que dá acesso à mata dos fundos da fazenda Santo Antônio da Boa Esperança, onde está localizada a retomada. A empresa de segurança GASPEM foi contratada para fazer a segurança da fazenda e impedir novas retomadas. Segundo os indígenas, trataram de manter os portões da fazenda Inho com cadeados, de fazer barreiras físicas e dar tiros em direção à comunidade, o que causou pânico e terror nas noites, impedindo o deslocamento. Os fazendeiros da região se revezavam para impossibilitar o trânsito dos indígenas, situação que os levou a ficarem incomunicáveis por

⁸⁵ Este é o texto do documento, no entanto, José e Faride são duas pessoas distintas.

diversas ocasiões, sobretudo, quando as baterias dos celulares acabavam e não podiam sair para recarregá-las e nem conseguiam comprar produtos de primeira necessidade. Além disso, houve o caso de espancamento de um morador, que foi apanhado pela equipe de segurança enquanto fazia o trajeto do trabalho (em uma fazenda) para casa, e usava a lateral da mata. Nessa ocasião, o atendimento à saúde da comunidade, pelos órgãos responsáveis, na época a FUNASA, e também o atendimento, por parte da FUNAI, ficaram comprometidos; o problema da falta de alimentação também se agravou.

No âmbito estadual, a situação dos povos indígenas do MS, especialmente os Guarani Kaiowá, continuou bastante conflituosa. As denúncias sobre a violação aos direitos humanos, assassinatos, suicídios, resultaram na publicação do –Relatório de Violência contra os Povos Indígenas‖ pelo CIMI (Conselho Indigenista Missionário), o que incomodou as elites locais, conforme o jornal O Progresso, do dia 9 de janeiro de 2008.

O Conselho Missionário Indigenista – Cimi (sic), um braço da Igreja Católica que deveria funcionar como suporte para as questões indígenas do Brasil, mas que nos últimos anos acabou perdendo o foco e se especializou em desvirtuar a verdade em nome de uma causa que deveria ser nobre, acaba de colocar o Mato Grosso do Sul em situação vexatória perante o resto do país

As intensas mobilizações das comunidades indígenas, as pesquisas publicadas pelo CIMI e pelas entidades de direitos humanos, demonstrando o panorama das inúmeras violações, fizeram com que a situação dos Guarani Kaiowá e dos conflitos fundiários do Estado começassem a chamar a atenção de entidades e de Movimentos Sociais de todo o país e de outros continentes. Isso motivou caravanas de solidariedade, ativistas, eventos, visitas, cartas de apoio.

No mesmo período (2008), publicou-se pesquisa do –Mapa da Violência dos Municípios do Brasil‖, a qual aponta Coronel Sapucaia (MS) entre os municípios mais violentos do Brasil, o que resultou polêmica e negação diante dos dados apresentados.

Mato Grosso do Sul acaba de receber mais um título nacional. Tem o município mais violento do país, Coronel Sapucaia, na fronteira com o Paraguai, a quase 400 km de Campo Grande. Há instantes, na principal TV local, o delegado da cidade tentou justificar o título dizendo que existem indícios de que alguns assassinatos poderiam ter sido cometidos do lado paraguaio, na cidade limítrofe de Capitan Bado. Para o prefeito da cidade, Ney Kuasne, o mapa da violência –é coisa de quem, de alguma forma, quer prejudicar a cidadel. (*Correio do Estado*, 31/01/08).

Tais notícias contrastam enormemente com os dados de –sucessos‖ do agronegócio, demonstrando, de alguma forma, o que a mídia hegemônica tenta esconder. A comunidade

recorda que o grupo permanecia sitiado, sofrendo trágicas consequências, como demonstra o depoimento a seguir.

Depois a filha da Marlene morreu, diarreia, inchou a barriga. Ligou pra taxista, na ponte, quando chegou na beira do asfalto, morreu. Aí entrou a lei pra FUNASA entrar e fazer consulta, e entrou com MPF, com dr Charles. Depois ele embargou a estrada de novo. Depois fomos eu e o finado Valdir pra tirar RX, aí ele falou pro Oséias vou te dar 10 mil pra você matar essas duas pessoas e jogar no rio (depoimento de Faride em roda de conversa em fevereiro de 2022).

Ainda, segundo a comunidade, em março de 2008, perderam um bebê de apenas oito meses. A bebê Mariana Martins Vilhalva, filha de Marlene, adoeceu em março de 2008, após aplicação de veneno na lavoura vizinha à retomada. No mesmo dia em que a bebê adoeceu, chamaram a FUNASA, mas o fazendeiro não permitiu a entrada da equipe de atendimento médico. Um dia depois, a mãe pegou a criança e foi até os portões cadeados pedindo para sair com a criança e os seguranças a mandaram voltar, e a criança piorou o estado de saúde. A comunidade relata que, em tentativa desesperada de salvar a vida da criança, a mãe saiu, quase fugida, até a rodovia, após caminhar cerca de dois km e conseguir um táxi, que a esperou na rodovia. para levar a criança ao hospital. A criança não resistiu, faleceu, o que deixou a comunidade inconsolável.

No dia 25 de março de 2008, o Procurador da República, Dr Charles Pessoa, dirigiu-se à retomada, escoltado pela Polícia Federal; encontrou reunido um grupo de proprietários das fazendas locais, bem como seguranças, na passagem. Diante da situação, propõe um acordo para manutenção dos indígenas na área, o que é recusado pelos proprietários presentes.

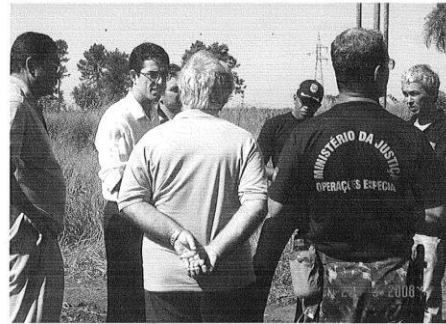
A resposta dos produtores rurais à proposta foi negativa, sob alegação de que a simples permanência dos indígenas na localidade representaria uma significativa diminuição do valor dos imóveis localizados naquela cercania. A verdadeira preocupação dos proprietários locais é com a expansão do setor sucroalcooleiro em Rio Brillhante, que alavancou os valores imobiliários. A antiga reivindicação de terras indígenas naquele Município, colide frontalmente com as intenções de transformar a região numa grande produtora de cana, realidade que se viabilizou com a recente inauguração da Usina Louis Dreyfus Commodities. Segundo o IBGE, o Município de Rio Brillhante figura hoje como o segundo maior produtor de cana de açúcar (Relatório MPF Dourados, 2008, p. 5).

A seguir imagens que ilustram o referido episódio.

Foto 8: Porteira fechada, vigiada por seguranças.



Foto 9: Visita do MPF à comunidade, sendo recebido pelos fazendeiros.



Fonte:Ministério Público Federal, 2008.

Fonte:Ministério Público Federal, 2008.

Apesar de não ter havido acordo em relação à manutenção dos indígenas na área visitada, o Dr. Charles conseguiu intermediar outro acordo, o da permissão de utilização da estrada de acesso à retomada para atendimento médico, por parte da FUNASA, e atendimento das demandas comunitárias, por parte da FUNAI. Ainda assim, após a saída do Procurador, a comunidade continuou sofrendo estado de sítio, ficou encurralada, sem comunicação.

Acrescentamos que Rio Brilhante também foi palco da execução de dois militantes do MST⁸⁶, em agosto do ano 2000, quando vistoriavam a fazenda Engenho Novo, considerada improdutivo, de propriedade de Laura Costa Brito, sobrinha de Lúdio Coelho. Na época, seguranças da empresa Coes capturaram, amarraram, torturaram e executaram os militantes Sílvio Rodrigues e Ranildo Silva, que eram lideranças dos acampamentos Margarida Alves e Índio Galdino.

Em 17 de março de 2008, a FUNAI, novamente sob pressão, decide criar outro Grupo de Trabalho, coordenado por Kátia Vietta, para identificar e delimitar a área da Terra Indígena Laranjeira Ñanderu. O novo GT, chamado –Brilhantepegua||, foi criado através da Portaria, 791, de 10 de julho de 2008. Nessa ocasião foi solicitada, à Dra. Joana Aparecida Fernandes da Silva Machado, uma perícia antropológica sobre o território. Salientamos que Douradina, Itaporã e Rio Brilhante são municípios liminhos e – tanto pela proximidade geográfica quanto pela presença dos antigos *tekohás*, praticamente, na sequência um do outro (não existia denominação de municípios) – todos estão em torno da bacia do rio Brilhante; por isso não teria necessidade de criação do segundo GT, já que o GT Panambi-Lagoa Rica poderia incluir o município de Rio Brilhante nos estudos.

⁸⁶ Dois militantes do MST são assassinados no Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u5605.shtml>. Acesso: 20 mar. 2022.

Esse raciocínio é exposto no Relatório Pericial de Marcos Homero, sugerindo que Rio Brilhante fosse integrado aos estudos do GT Panambi-Lagoa Rica, em andamento. O referido Relatório aponta três pontos:

1) **não restam dúvidas de que a região ora reivindicada pelos índios, Brilhante acima, foi, no passado, ocupado pelos Kaiowa**, tendo a desocupação ocorrida de maneira alheia a suas vontades, combinada à ação indigenista do antigo SPI; 2) há uma forte ligação histórica e de parentesco entre os dois grupos dos dois lados do rio, razão pela qual **não se justifica a designação de 2 GTs**, o que representaria gastos de tempo e recursos; 3) A identificação de Laranjeira Nanderu poderá ficar a cabo do Grupo de Trabalho que está sendo formado pela FUNAI, a fim de identificar todos os Tekoha pertencentes à Bacia do Rio Brilhante, tal como no Termo de Ajustamento de Conduta celebrado entre o Ministério Público Federal e a Presidência da Funai, em Dezembro último (grifos nossos). (Relatório pericial, 2008, p. 11-12).

O TAC das Demarcações foi assinado em novembro de 2007, porém, somente em julho de 2008 (Portarias n. 788 a 793, de 10 de julho, publicadas no Diário Oficial, dia 14 de julho de 2008), é que as portarias constituindo os Grupos de Estudos foram nomeadas. Diante disso, as entidades de classe dos proprietários de terras, de maneira organizada, enfileiraram protestos e as portarias que nomearam equipes foram judicializadas em 2008.

Municípios e Estado argumentaram conflitos de interesse com áreas a serem estudadas. Os proprietários das terras interpuseram interditos proibitórios contra a entrada das equipes, tanto da FUNAI quanto dos peritos, em suas fazendas. Por exemplo, Ponta Porã teve oito ações judiciais proibindo acesso aos acampamentos indígenas e um pedido de despejo (MORAES, 2017). O receio, o pavor de que os peritos encontrassem comprovação de que as terras fossem identificadas como *tekohás* ancestrais já bastaram para que os grupos ruralistas se posicionassem contrários à primeira etapa do processo de demarcação – a da identificação e delimitação.

A reação do então governador André Puccineli foi contundente: –Se 26 prefeitos, deputados estaduais e federais não conseguirem derrubar isso [TAC], podemos mudar para outro cantol⁸⁷. Apenas a possibilidade de identificação das TI foi suficiente para que se instaurasse novamente o cenário de guerra, o –banho de sangue, como a imprensa comumente tratava o conflito e para que os ruralistas se posicionassem ou boicotando, ou fazendo arranjos jurídicos; quando não, utilizando a violência física sobre os territórios indígenas.

Para o presidente da Federação da Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul (FAMASUL), Ademar Silva Júnior: –Essas portarias já trazem um clima de guerra para o

⁸⁷ Jornal Eletrônico Campo Grande News, 17/07/08.

estadoll. [...] -É um terço do estado. A região mais produtiva. De um lado é areia e do outro Pantanall. Ainda, conforme a mesma matéria, o TAC fere o direito de propriedade e não é um processo democrático⁸⁸. Enfim, todos os argumentos possíveis foram utilizados para dificultar os primeiros passos, ou seja, a criação dos GTs de Identificação e delimitação.

No mesmo período, o setor ruralista escreve uma carta ao então Presidente Lula pedindo revogação das portarias de identificação. Na carta afirmam que, caso os estudos de Identificação prosseguissem, poderá ocasionar

a) conflito entre índios e não índios e agravamento da questão social, impactando diretamente na vida de 700 mil brasileiros (índios e não índios habitantes da região a ser identificada) e dos demais cidadãos da população sul-mato-grossense (um milhão e quinhentos mil); b) envolvimento indevido das áreas dos 26 municípios mencionados que não se caracterizam como áreas indígenas, conforme preceituado no Artigo 231 da Constituição Federal de 1988; c) prejuízo à economia do estado de Mato Grosso do Sul com eventual e descabida perda de um terço de sua área, restando apenas 12 milhões de hectares economicamente aproveitáveis de um total de 35 milhões de hectares;

A carta dos fazendeiros aponta o tamanho da área reivindicada, muito acima do pretendido, caso todas as terras fossem demarcadas. Nas contas dos fazendeiros, com as demarcações, seriam 12 milhões de hectares destinados aos indígenas, o que impactaria a vida de quase metade da população do MS. Tal postura demonstra clara tentativa de propagar terror contra as retomadas, de defender a propriedade privada e, na sequência, o agronegócio, como a única forma de -desenvolvimento, além de angariar apoio da sociedade civil. A carta também afirma que a demarcação poderia trazer risco à soberania nacional, desconsiderando que as Terras Indígenas são patrimônio da União, dessa forma estariam mais protegidas, até ambientalmente, se estivessem sob posse das populações indígenas; o contrário seria, se estivessem nas mãos de latifundiários e de empresas estrangeiras. Os territórios onde residem as populações indígenas, comprovadamente, são os espaços que abrigam maiores fontes de agrobiodiversidade e nascentes de águas, compondo verdadeiras áreas de preservação ambiental.

A lógica do setor ruralista estava bastante evidente: impedir o início da identificação oficial das terras indígenas, desaparecer com qualquer vestígio material, armar e proteger as propriedades privadas; além disso, ampliar a disseminação do pensamento racista, para o conjunto da sociedade, de que o índio é -preguiçoso e bêbado e não precisa de terra, até porque o chavão, amplamente difundido nos meios de comunicação hegemônicos, é o de que

⁸⁸ Jornal Eletrônico Campo Grande News, 18/07/08.

-o agronegócio é que traz riqueza para o Estado, tal como o difundido em propagandas diariamente nos meios de comunicação hegemônicos: -agro é pop, tech, tudo.

Diante desse contexto, houve a mobilização também de diversos outros setores: desde vereadores a senadores, de prefeitos a governador, de pequenos proprietários rurais a grandes multinacionais, desde a polícia às milícias particulares; enfim, houve um conjunto de ações que procuraram impedir a realização das primeiras etapas do processo de demarcação. A bancada ruralista do estado, por exemplo, composta por parlamentares, pelo ex-governador André Puccinelli, a FAMASUL, a ASSOMASUL, os Sindicatos rurais, Acrisul, CNA, Associação dos Criadores de Zebu estavam entre as entidades que se unificaram para impossibilitar os estudos.

Hoje os dados georreferenciados indicam que as 48 Terras Indígenas delimitadas, atualmente, ocupam 2,5% da extensão dos solos do MS, que possui mais de 35,5 milhões de hectares. Isso não significa que as comunidades indígenas estejam em posse dessas áreas; pelo contrário, estão em posse efetiva de 29% desse total (2,5%), o que equivale a apenas 1,1 ha por pessoa. Ou seja, 71% das áreas já delimitadas e demarcadas estão nas mãos do latifúndio (ISA; 2021). A realidade está muito distante daquela apontada pela carta dos ruralistas, em que os povos indígenas do MS ocupariam um terço das terras do Estado, cerca de 12 milhões de hectares, mesmo se todas as áreas reivindicadas fossem demarcadas.

A pressão sobre os órgãos responsáveis e sobre a constituição dos GTs foi tão grande que, até o mês de setembro de 2010 (portanto, mais de dois anos depois da nomeação das equipes dos GTs de Trabalho de Identificação e Delimitação), os Relatórios sequer haviam sido produzidos. O MPF ajuizou pedido de execução judicial, estipulando cobrança de multa da FUNAI, na época no valor de 393 mil reais ao dia, conforme estipulado no TAC, com o objetivo de cobrar celeridade do processo⁸⁹.

Voltando à cronologia dos acontecimentos de Laranjeira Nãnderu, encontramos uma carta, datada do dia 6 de abril de 2008, escrita a punho pela comunidade, na língua portuguesa, em que explicam a situação vivida pelos indígenas na ocasião. Na carta, a seguir, afirmam, por exemplo, *-daqui não sairemos mais*.

Figura 10 - Carta da Comunidade Laranjeira Nãnderu - parte 1 (06/04/2008)

⁸⁹ <https://www.douradosagora.com.br/2010/08/02/mpf-pede-a-justica-que-multe-funai-em-r-393-mil/>

LARANJEIRA NãNDERU, 06 de abril de 2008

PARA:

Nós comunidade Indígena de Laranjeira Nãnderu, localizada no município de Rio Branco na posse da divisa Rio Branco/ Roraima. Estamos relatando nossas dificuldades principalmente no tocante aos materiais higiênicos e gêneros alimentícios.

mediante este pedimos com urgência a solidariedade daqueles que podem nos ajudar, no que puder, pois, aqui para nós tudo está difícil.

Não temos estradas, caminhos, acesso livre para BR; não temos facilidade na comunicação com as autoridades; pois a única comunicação é via celular e assim mesmo quando há bateria carregada, pois, quando não há bateria, ficamos desligado com o "mundo exterior".

Aqui nós estamos em — entre crianças, jovens, adultos e idosos, num total de — famílias. Estão tentando nos dificultar em tudo, barraram as estradas, cadaram os portões, nos impedem de ir e vir, fazem ameaças com armas em punho, vivem dando tiros a esmoos, nos intimidando com uso da força da arma.

Já relatamos isso as autoridades, mas até agora ninguém nos deu resposta, no tocante em segurança tudo é incerto para nós. Já espancaram em dos nossos mediadores e até agora ninguém disse nada.

Querem nos calar, mas nós não vamos fugir de forma alguma dos nossos objetivos, dos compromissos,

Fonte: Ministério Público Federal, 2008

Figura 11 - Carta da Comunidade Laranjeira Nãnderu - parte 2 (06/04/2008).

e responsabilidade. Estamos aqui na luta de forma mais pacífica possível e queremos que assim seja, até ao desenrolar da compreensão dos estudos desta nossa terra.

Pois é este o desejo dos mais antigos, dos mais velhos que é grande conhecedor desta área e que além disso navegam em si uma imensa preocupação com a nossa cultura, tradição e acima de tudo a continuidade da chama viva dos seus descendentes.

É por esta razão que estamos todos aqui reunidos, simto por esta causa porque entendemos e sabemos que é parte da nossa vida, somos parte desta História.

Daqui não sairemos mais.

Esperamos a compreensão, colaboração e agradecimento a aqueles que contribuíram para amenizar nossas necessidades conforme foi mencionado neste item

Seguem abaixo as assinaturas das novas lideranças e comunidade

José Barbosa de Almeida - liderança
Jaride mariano de Silva
Adalton Barbosa de Almeida
Edeni Fliston Gonçalves
Eduardo José Almeida

Fonte: Ministério Público Federal, 2008

Em 11 de abril de 2008, na Câmara Municipal de Rio Brilhante, um dos vereadores protocola requerimento pedindo apoio para -solucionar o problema da invasão de propriedades particulares no Município de Rio Brilhante, efetivada por indígenas com efetiva desocupação das mesmas, com cópia para prefeito, governador, deputados federais e estaduais, senadores e sindicato rural de Rio Brilhante, conforme documento em anexo.

Enquanto isso, a imprensa local noticiava os fatos de modo a acirrar o clima de disputas entre os grupos dos proprietários de terras e os povos originários.

TERRAS OCUPADAS

Donos da Fazenda Santo Antônio da Nova Esperança, em Rio Brilhante, ingressam na Justiça com pedido de reintegração de posse do imóvel invadido por índios

Fazendeiros querem retomar área invadida

SÃO JOSÉ DOURADOS

Os proprietários da Fazenda Santo Antônio da Nova Esperança, localizada às margens da BR-163 em Rio Brilhante, entraram na Justiça Federal em Dourados na última sexta-feira com pedido de liminar para reintegração de posse. A fazenda tem 430 hectares, sendo que uma área de 120

hectares, a maioria de mata nativa (reserva legal), foi invadida no final de janeiro por cerca de 130 índios caiçás.

De acordo com um dos donos da fazenda, o advogado Mário Júlio Cerveira, a ação na justiça foi a única saída porque não houve acordo para que os índios deixassem o local de forma pacífica. "Não restou outra alternativa e,

por isso, estamos buscando os nossos direitos", afirmou o advogado.

Cerveira disse ainda que os índios não permitem a aproximação dos funcionários da propriedade, nem de um arrendatário, que planta lavouras de arroz irrigado. "Além da própria invasão, estamos preocupados porque eles entraram em uma área de preservação onde

existem muitos animais silvestres e a gente não sabe o que está ocorrendo lá", acrescentou.

Outra preocupação, segundo ele, é que o caseiro informou ontem que os indígenas estariam se aproximando cada vez mais da sede da propriedade, onde existem cerca de cem cabeças de gado. "Esperamos que esta questão seja resolvida o mais rápido

possível", finalizou Mário Cerveira.

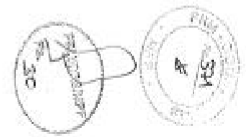
Funai

A administradora da Funai para a região Cone Sul do Estado, Margarida Nicoletti, esteve na propriedade em reunião com os índios. Ela foi acompanhada de integrantes da Operação Serebi, um grupo criado com objetivo de

garantir a segurança nas aldeias. Os líderes da ocupação afirmam que a área é indígena.

Eles exigem a realização de estudos antropológicos e também a demarcação da área. A maioria dos ocupantes é da Aldeia Lagoa Rica de Dourados, mas também existem índios de Dourados no grupo que entrou na propriedade.

Junta-a aos
Doutor. DORA.
M. J. Cerveira
Cláudio Soares de Melo Sousa
responsável pela assinatura



Fonte: Ministério Público Federal, 2008.

No julgamento do caso de Laranjeira Nãnderu pelo TRF-3a região (localizado em São Paulo), estipulou-se prazo de 120 dias para que a FUNAI enviasse equipe para mediar diálogo com a comunidade indígena. No entanto, entre os dias 6 a 17 de abril de 2009, quando o antropólogo da FUNAI, Luciano Alves Pequeno, se deslocou de Brasília até Rio Brilhante para cumprir a decisão, a empresa de segurança Gaspem e os fazendeiros não permitiram a entrada do antropólogo na comunidade, que tentou algumas incursões, porém, sem sucesso. Para solucionar, em parte, a situação, formou-se uma comissão de indígenas, que caminharam por dois km até o portão da fazenda Inho, onde puderam conversar, por entre as frestas do portão cadeado, e depois caminhar mais dois km de volta. O antropólogo, ao retornar, documentou o caso para a FUNAI e para o MPF.

Em julho de 2008, o MPF fez novo acordo entre o fazendeiro, Raul das Neves, dono da fazenda Inho, e a comunidade para que ela pudesse receber atendimento de saúde pela FUNASA, via estrada de acesso à comunidade, sob pena de multa diária de R\$ 5.000,00. Na ocasião, o mesmo documento do MPF, acentua que –pressionam para a demarcação da TI

Panambi por isso ocupam a mata para estudos antropológicos de identificação, com relato seguro e preciso de informes etno históricos, sociológicos, de cartografia, ambientais e de levantamento fundiário... (MPF, TAC, 2008).

Em 15 de agosto de 2008, o capitão Faride novamente se dirige ao MPF para reclamar que o acordo com o MPF não estava sendo cumprido pelo fazendeiro e que o portão de acesso à retomada havia ficado aberto apenas cinco dias; lembrando também que o acordo, inclusive, estabelecia o pagamento de multa pelo Sr Raul relativamente ao caso.

No ano de 2008, ainda, uma comitiva de movimentos sociais e de apoiadores dos direitos humanos foram impedidos de entrar para visita de solidariedade à comunidade. Na entrada da fazenda Inho, seguranças e um grupo de cerca de 25 fazendeiros, além de seguranças da Gaspem não permitiram a entrada, segundo relato em roda de conversa com a comunidade.

A comunidade passava por situação grave de insegurança alimentar, até mesmo os transportes para entrega de cestas básicas eram impedidos de passar pelo portão. Quando conseguiam doações, as pessoas, inclusive as idosas, eram obrigadas a caminhar até a rodovia, por cerca de quatro km entre ida e volta, com a cesta na cabeça.

Assim, a comunidade Laranjeira Ñanderu continuava sitiada, sob forte tensão, estado de sítio e fome aguda. No dia 13 de maio de 2008, perdeu mais uma criança, de 15 anos, por suicídio. Sobre o caso, o cacique Faride Mariano, dialogando com Egon Heck, do CIMI, comenta:

Acabamos de enterrar o Josemar, de 15 anos que se suicidou. Ainda senti com ele nesses dias. Conversamos bastante. Ele estava muito triste porque cortaram a bolsa escola. Você sabe, nós estamos aqui presos nessa retomada. Ninguém pode sair nem para estudar. Então acho que esse foi o motivo porque ele se matou (CIMI, 2008)⁹⁰

No ano de 2008 perderam também duas vítimas por atropelamento. A FUNASA, responsável na época pela saúde indígena, escreveu carta ao MPF de Dourados, no dia 23 de julho de 2008, em que explica que, ao chegarem para atendimento médico, na porteira da fazenda havia seguranças impossibilitando o acesso ao atendimento à comunidade. Na carta enfatizam que o acordo realizado com o procurador do MPF, em março do mesmo ano, não havia sido cumprido. Relatam-se também, que, no dia 22 de julho de 2008, chamados para atender uma mulher em trabalho de parto, encontraram a porteira com cadeado. Tal fato fez com que a mulher desse à luz no acampamento de retomada, em condições extremamente precárias e, posteriormente, fosse levada pelos familiares até a cerca para ser atendida pela

⁹⁰ Garani-Kaiowá: o genocídio pelo verde dólar da cana | Cimi. Acesso em: 10 de março de 2022.

equipe da FUNASA (que sofreu ameaça por parte dos seguranças da fazenda enquanto prestavam atendimento); depois a parturiente foi encaminhada ao Hospital da Mulher, com problema sério de retenção placentária. Os servidores da FUNASA relatam que, antes disso, haviam sido ameaçados pelos seguranças, que se encontravam na porteira bloqueando o acesso.

Nessa ocasião, o cacique Faride afirma que recebeu ameaças de morte pelo celular e que informação de que a presença da FUNAI não era permitida na área, pois um tumulto de fazendeiros se instalou próximo à entrada para barrar qualquer movimentação relacionada aos estudos da área.

Em 2008, a comunidade perdeu também uma outra criança. Por meio de carta enviada ao MPF, indígenas da comunidade relatam que, no dia 30 de julho de 2008⁹¹, morreu uma criança de sete anos por nome de Fantuir Jorge Almeida (sobrinho de Zezinho, filho de Adalto Almeida e Claudia) que foi enterrada na mata, local em que estva a comunidade. O grupo suspeita que pode ter havido contaminação pelo uso dos agrotóxicos no entorno da comunidade, dada as características de contaminação. Esse caso também aparece registrado na pesquisa de Jéssica Maciel de Souza (2017, p. 45), em que ela apresenta o relato de Cláudia (mãe da criança), a qual explica como tudo ocorreu.

Ele gritava –socorro mãe, socorro mãe, e soltou vômito. Parecia gripe, mas não era. Quando apertava a barriga dele, ele soltava vômito. Nos dias em que ele estava doente Adalto estava trabalhando na fazenda, Zezinho, liderança na época ligou para Adalto voltar. Ele voltou, e levaram ele no portão, por uma trilha... era meia noite e lá a ambulância pegou ele. Mas ele morreu dentro da casa, parecia que ele estava desmaiado. Os dois irmãos levaram ele nas costas, correndo, iam trocando para levar. E eu levava roupa, duas roupas. Até chegarem no portão onde a ambulância estava esperando. Quando chegou no hospital, na missão Kaiowá, eles falaram que já estava morto. Ele tinha sete anos, os doutores colocaram aquele aparelho no coração, não batia mais o coração, falaram que tinha que levar para o IML... Foi em 30 de março de 2009. Ele começou... inchou o corpo, ele falava: —mãe, parece anestesia, assim, tudo inchando o corpo. Quando ele morreu o caixão parecia que era para uma criança de 12 anos, ele ficou grandão. No dia que ele estava passando mal ele chamou por todos os irmãos. Aí ele levantou, depois falou –eu vou dormir. Ali ele já foi embora. Olímpio falou pra mim, deita ele na cama, parecia que tava dormindo, e saiu o sangue pelo nariz, arrebentando o coração, saiu pela boca, pelo nariz, pelo ouvido aí ele foi embora já, foi quando ele mexeu a cabeça. Assim que ele chamou por todos os irmãos, aí depois que ele foi embora. Aí levaram ele lá no portão, a SESAI levou ele, mas não tinha jeito. Ele era bonitão, caçula, gostava de mbaraka, ele gostava. Ele cantava guachire. Fazer o que, né? (Entrevista realizada pela autora no dia 19/04/2017. Sic.).

Ainda outra reivindicação da comunidade, em 2008, dizia respeito à educação escolar: o acordo mediado pelo MPF previu atendimento escolar das crianças por parte da Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de Rio Brilhante. As crianças foram matriculadas, no

⁹¹ Esta data consta na certidão de óbito.

entanto, o ônibus escolar não tinha permissão do fazendeiro para entrar até a mata, o que obrigava que elas caminhassem diariamente até as margens da rodovia, um total de quatro quilômetros entre ida e volta. Entre o grupo de estudantes havia crianças muito pequenas, que caminhavam sob sol, chuvas, e outras intempéries, além de correrem risco às margens da rodovia. A reivindicação era para que o ônibus entrasse até onde viviam as crianças.

No dia 29 de outubro de 2008, é emitida ordem de despejo para a comunidade, que prossegue aflita e com graves problemas, porém firme no propósito de não retroceder para Lagoa Rica. No dia 3 de dezembro, expira o prazo que os indígenas se retirassem –voluntariamente do local. No dia 15 de dezembro de 2008, a comunidade, representada por José Barbosa Almeida, Fariano Mariano e Nirda Almeida, procura novamente o MPF para buscar informações sobre o andamento do processo; isso sob forte tensionamento agravado pelos meios de comunicação, inclusive com divulgação de falsas notícias e sinais de racismo.

Nessa reunião, Nirda expressa: –[...] Não tenho palavras, não sabemos o que dizer!; e Zezinho diz que –a comunidade está em desespero. Na (estação de) rádio de Rio Brilhante, a Difusora e a 98 FM, está saindo o tempo todo, dizendo que vai haver despejo a qualquer momento.

Conforme relatório da reunião, os representantes da comunidade se posicionam veementemente contrários ao retorno à Reserva Panambi- Lagoa Rica, como estava sendo sugerido pelos fazendeiros e pela imprensa local, pois lá –não dá pra criar nem um pintinho, segundo Nirda Barbosa. Ainda avaliam que o iminente despejo para as margens da rodovia colocaria a comunidade em risco de atropelamento, dificultaria a vida, principalmente a das crianças e dos idosos. Não teriam acesso à água, ficariam expostos à bebida alcóolica, pela proximidade com a cidade, poderiam ter conflitos com os não-indígenas que vão tomar banho e pescar nas margens do Rio Brilhante, aos finais de semana, não teriam lenha para cozinhar e nem madeira para fazer barracos, nem lona resistente para aguentar os ventos e as chuvas, aumentariam as doenças e consequentes riscos de suicídio.

No mesmo Relatório, Faride diz o seguinte sobre a mata onde estavam: –nós tamo onde Deus criou nós, onde Deus deixou nós. Na mesma ocasião, o representante do MPF explicou que a Procuradoria Regional em São Paulo iria fazer uma última tentativa para evitar a liminar de despejo. Ao final da reunião, conclui-se o relatório com seguinte informação: –A reunião se encerrou com os índios solicitando os nomes da Procuradora e do Desembargador que iriam mudar o destino da comunidade. Queriam rezar para que ambos pudessem dar os passos corretos e tomar as decisões acertadas (Relatório Técnico, MPF, 2008).

A comunidade narra que muitas reuniões judiciais ocorreram. Entre elas, a de 29 de outubro de 2008, audiência agendada pela justiça federal para dia 10 de dezembro de 2008 em São Paulo. Após essa reunião, no dia 15 de dezembro de 2008, a comunidade procurou o MPF para pedir explicações sobre os termos técnicos do documento judicial entregue à comunidade. Na ocasião, o MPF explica que o TRF-3, em São Paulo, deu 120 dias para que a FUNAI realizasse procedimentos de estudos da área, e encontrasse uma saída para a situação.

A comunidade Laranjeira Nãnderu entra o ano de 2009 tensionada em meio ao risco permanente de despejo. Um levantamento do TRF-3, São Paulo, apontou que, em abril de 2009, havia 87 processos envolvendo disputas por terras no MS.

Nos depoimentos em rodas de conversa, a comunidade explica que –gastou muitas solas de chinelo e o asfalto ficou fundo. Em 12 de maio de 2009, as lideranças, Zezinho e Faride, procuram novamente o MPF para alertar sobre os riscos de acidentes com as crianças na rodovia, devido ao estado de sítio em que a comunidade se encontrava, impedindo a entrada do ônibus escolar. No dia 29 de maio de 2009, Zezinho e Agostácio foram novamente procurar o MPF para compreender as –palavras difíceis no documento entregue à comunidade. Mesmo os alfabetizados na língua portuguesa tiveram dificuldades para entender palavras como –área encravada, –improrrogável, –dilação, –revogação, –depreendo, entre outras. Em 17 de junho de 2009, Zezinho e Agostácio vão novamente ao MPF como representantes da comunidade, registrar que o caminhão da FUNAI foi entregar as cestas básicas e encontrou a porteira fechada. Dessa forma, os pacotes tiveram que ser entregues por cima da porteira, e, novamente todos tiveram que caminhar por quatro quilômetros entre ida e volta da mata a porteira da fazenda Inho, incluindo os idosos (MPF, Relatórios de reuniões, 2009).

Em agosto de 2009, o desembargador federal Luiz Stefanini⁹² concedeu liminar em favor da FAMASUL, impedindo o trabalho do GT de Identificação. Entretanto, a 1ª turma do TRF-3 de São Paulo cassou a liminar, a pedido da FUNAI e do MPF.

⁹² Dono de terras em área indígena, desembargador decide contra interesses dos povos originários - De Olho no Mato Grosso do Sul. Acesso 10/04/2022.

Em 4 de setembro de 2009, sai da reserva Panambi-Lagoa Rica outro grupo de parentelas conduzido por Joel Hilton, que retoma mais uma parte do território ancestral, e autodenomina-se *Ita'y Ka'aguyrusu*.

Há pressão da sociedade civil organizada, de diversas formas, como a Carta de repúdio, do dia 10 de setembro de 2009, dos participantes do *III Seminário sobre Povos Indígenas e Sustentabilidade*, ocorrido em Campo Grande, que denuncia a situação e cobra posição das autoridades públicas: -Não há mais tempo para espera, o poder público deve resolver esse impasse urgentemente, precisamos pagar essa dívida logo e poupar este povo de sofrimentos vindouros!.

No entanto, dia 24 de agosto de 2009, é determinada a ordem de despejo, que é cumprida de maneira violenta, no dia 11 de setembro de 2009, data histórica para a comunidade. Os indígenas foram retirados, pelas forças de segurança do Estado, da mata dos fundos da fazenda Santo Antônio da Boa Esperança para as margens da rodovia BR 163, conforme visualiza-se nas fotos a seguir, de 23/09/2009.

Foto 5: Faixa de indicação de acampamento.



Autora: Juliana Motta, 2009.

Foto 6: Moradias de lonas e restos de materiais de plástico de propileno.



Autora: Juliana Motta, 2009.

Foto 7: Poço comunitário.

Foto 8: Corredor no interior do acampamento.



Autora: Juliana Motta, 2009.



Autora: Juliana Motta, 2009.

Ainda sobre o registro do despejo, localizamos um vídeo na plataforma *youtube* com fotografias e um ato público, em que comunidade e apoiadores dialogam sobre o ocorrido. Intitulado *-Filmes Guarani: Terra Negada Violência Ampliada*⁹³, de 11 de setembro de 2009, o vídeo documentário ressalta as condições a que foram submetidos os indígenas da comunidade.

A memória oral da comunidade, através das Rodas de Conversas, salienta que, no despejo, ocorrido em 11 de setembro de 2009, a polícia chegou e eles (os indígenas) precisaram sair rapidamente, sem tempo para retirar seus pertences e localizar todos os animais. Relata que o fazendeiro foi avisado pela FUNAI de que voltariam para buscar seus pertences, animais, e, também, lona, madeira e o capim sapê, que seria retirado para reconstrução das novas moradias.

Nesse mesmo dia uma carta é escrita às autoridades onde expressam **-[...] reivindicamos qualquer apoio para garantir a vida das crianças e idosos. Estamos numa situação de emergência**. Na sequência, cópia da carta.

⁹³ <https://www.youtube.com/watch?v=V3Jd7ucilCA>. Acesso: 15/09/2022.

Figura 13: Carta da Comunidade Laranjeira Nanderu 2 (11/09/2008).

ENVIADO POR: DPF. B/DRS/MS NO. TEL: 0++ 67 4247464 15 SET. 2009 10:02 P2

Terra Indígena Laranjeira Nanderu
Localizada no Município de Rio
Brilhante - Mato Grosso do Sul - Brasil
Em, 11 de Setembro de 2009.

Nós povo indígena Guarani
Kaiua despejado hoje de nossa Terra
em 10 de Setembro de 2009. Aqui reunidos
com nossos filhos, filhas e crianças na margem
da Rodovia BR-163, sem condições de sobre
vivência, onde não tem água potável, sem
lenha. Por isso vimos através deste documento
colocar ao conhecimento de todas autoridades
do Brasil, a nossa situação mais perversa
que começa a partir de hoje. Diante disso
reivindicamos qualquer apoio para garantir
a vida de crianças idosos. Estamos numa
situação de emergência. Além disso, denunciamos
desde hoje, o título realizado pelos fazendeiros
fazendeiros. Pedimos a justiça, tome providência.
Queremos declarar que estamos muito perplexos
e tristes por ver sepulcro de nossa terra. Aqui na
margem da estrada corremos risco de vida devido
a alta velocidade de veículos. Por fim, reiteramos
mais uma vez a urgência de identificação demar
cação de nossa terra LARANJEIRA NANDERU.

Aguardamos a providência e justiça aqui
na margem da estrada. Esperamos apoio de Todos
Senhores autoridades do Brasil e do Mundo.
Assinamos, aqui. Crianças, mulher, homens e
lideranças Guarani Kaiua (150 pessoas).

MJ-DEPARTAMENTO DE
POLÍCIA FEDERAL
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM OURADO

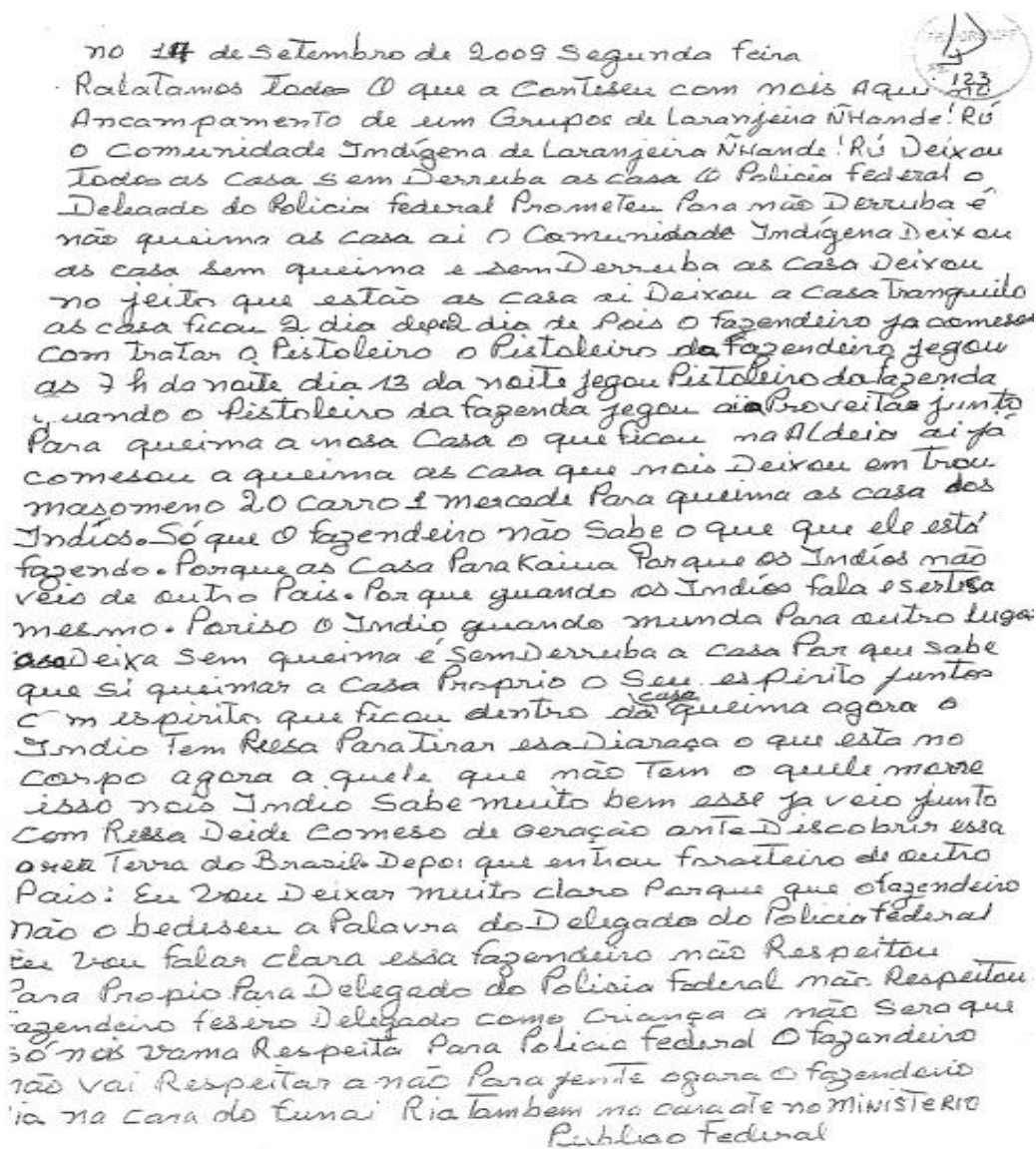
Fonte: Ministério Público Federal, 2009.

No entanto, apenas três dias depois, os fazendeiros e seguranças entraram na mata e atearam fogo em 36 barracos, no dia 14⁹⁴. Esse fato é descrito, com muito pesar, nas rodas de conversas, por ter sido uma grande ofensa aos costumes tradicionais, haja vista que, para a

⁹⁴ Fogo na Casa dos Outros é Refresco: o extermínio é assim. | Cimi. Acesso: 21/05/2022.

cosmologia dos Guarani Kaiowá, naquele espaço habitavam os espíritos que cuidavam das famílias e das moradias, bem como dos animais e de todos os seres vivos. Portanto, jamais poderiam ter ateado fogo nas casas. Além do dano à religiosidade indígena, houve também os danos materiais causados pelos incêndios, como a perda dos raros e importantes bens materiais. Em outra carta, a seguir, a comunidade registrou o incêndio.

Figura 14: Carta da Comunidade Laranjeira Nãnderu (17/09/2009)



no 17 de Setembro de 2009 Segunda feira
Relatamos Todos O que a Contesseu com mais Aqu
Ancampamento de um Grupos de Laranjeira Nãnderu Rã
O Comunidade Indígena de Laranjeira Nãnderu Rã Deixou
Todas as Casa sem Derruba as Casa O Policia Federal o
Delegado do Policia Federal Prometeu Para não Derruba e
não queima as Casa ai O Comunidade Indígena Deixou
as casa sem queima e sem Derruba as Casa Deixou
no feito que estão as Casa ai Deixou a Casa Tranquilo
as casa ficou 2 dia depois dia de Pais O fazendeiro ja comeseu
Com tratar O Pistoleiro O Pistoleiro da fazendeiro jogou
as 7 h da noite dia 13 da noite jogou Pistoleiro da fazendeiro
quando o Pistoleiro da fazendeiro jogou ai Proveitase junto
Para queima a casa Casa o que ficou na Aldeia ai ja
comeseu a queima as Casa que mais Deixou em trou
masomemo 20 Carro e mercade Para queima as casa dos
Indios. Só que O fazendeiro não Sabe o que que ele está
fazendo. Porque as Casa Para Kaiua Porque os Indios não
veio de outro Pais. Por que quando os Indios fala e escreva
mesmo. Poriso O Indio quando munda Para outro lugar
Casa Deixa sem queima e sem Derruba a casa Par que sabe
que si queimar a Casa proprio O seu espirito junto
Com espirito que ficou dentro da ^{casa} queima agora o
Indio Tem Reza Para tirar essa Diarasa o que está no
Corpo agora a quele que não Tem o quele merse
isso não Indio Sabe muito bem esse ja veio junto
Com Reza Deide Comeseu de geração ante Descobrir essa
outra Terra do Brasil Depois que entrou fazendeiro de outro
Pais: Eu Vou Deixar muito claro Porque que O fazendeiro
Não o bedeseu a Palavra do Delegado do Policia Federal
Ee Vou falar clara essa fazendeiro não Respeitou
Para proprio Para Delegado do Policia Federal não Respeitou
fazendeiro fesero Delegado como Criança a não Sero que
só não vama Respeita Para Policia Federal O fazendeiro
não vai Respeitar a não Para gente agora O fazendeiro
ia na cara do Funai Ria Tambem no cara de no MINISTERIO
Publico Federal

Fonte: Ministério Público Federal, 2009.

Posteriormente, a FUNAI também relatou que, dia 16 de setembro de 2009, durante visita de campo, diagnosticou a queima dos barracos da mata, a empresa Gaspem rondando o novo acampamento na rodovia, e discorreu sobre os seguranças da empresa que impediam a comunidade de apanhar lenha no entorno.

Dia 15 de setembro de 2009, matéria no jornal eletrônico *Dourados Agora* reproduz violência mais uma vez, com o título *Fazendeiros contratam seguranças para evitar novas invasões*. Nesse dia aparece também notícia no jornal *Dourados News*, sob o título: *Fazendeiros contratam seguranças douradenses para intimidar índios*⁹⁵. No texto a empresa Gaspem Segurança novamente surge como entidade de defesa da –segurança‖ dos fazendeiros. De um lado, o líder Zezinho denuncia: –Os fazendeiros contrataram pistoleiros para nos intimidar. Ontem à noite eles entraram na fazenda em uns 20 carros. Depois veio um pistoleiro aqui em nosso acampamento conversar comigo. Eu falei que não queremos pistoleiro perto dos nossos barracos‖. De outro lado, rebate Mario Cerveira, da fazenda Santo Antonio da Boa Esperança, no referido jornal:

Mais uma vez, o Zezinho mente para jogar a opinião pública contra os fazendeiros. Eu passei a noite lá com o Arce [Aurelino Arce, dono da Gaspem]. Não conversamos com índio nenhum. Não tem ninguém armado. Não queremos confronto com eles. Até agora acreditamos na justiça e a justiça foi feita

É necessário ponderarmos que os acordos do TAC estavam em andamento. Contudo, a meta de realização dos estudos, por parte dos órgãos públicos, ora prosseguia ora paralisava, de maneira que, se a análise tivesse sido concluída, provavelmente a comunidade continuaria em suas terras ancestrais, sem ser despejada.

Parte dos jornais locais continuou colocando os indígenas como invasores, acirrando ainda mais o preconceito e o racismo da sociedade contra a população indígena do estado, e negando sua capacidade de autodeterminação e sua luta política no cenário estadual, além de atacar apoiadores e justificar o ataque às moradias. Um dos exemplos foi a manifestação pública do Deputado Federal, ruralista conhecido pela região de Dourados, Zé Teixeira.⁹⁶

O deputado (Zé Teixeira) explica que não houve destruição de moradias indígenas. A moradia dos índios é aquela que existe numa aldeia legalmente demarcada, ou seja, **o proprietário da fazenda Santo Antonio apenas removeu os barracos que foram erguidos, de forma ilegal, em sua propriedade.** [...] Se o dinheiro que **essas ONGs gastam com campanhas difamatórias e com apologia ao crime, à desobediência civil**, fosse investido em imóveis rurais, toda problemática em torno da questão agrária indígena já teria sido solucionada, mas a sensação é que todo recurso nacional e internacional que entra nos cofres dessas

⁹⁵ Fazendeiros contratam seguranças douradenses para intimidar índios - Dourados News

⁹⁶ Disponível em: <https://cimi.org.br/2009/09/29296/>. Acesso: 12 out. 2022.

ONGs serve apenas para a vida fácil dos seus integrantes. (jornal *O Progresso*, 21/09/2009 - grifos nossos).

No mesmo periódico, diante da afirmação do deputado – de que não houve expulsão de índios porque Rio Brilhante nunca teve reserva indígena –, o líder Kaiowá Amilton Lopes, liderança da Aty Guasu, da Terra Indígena Ñanderu Marangatu, comenta: –O deputado deve ter fugido da escola, pois sequer aprendeu que os indígenas já estão nessa região há milhares de anos e que a região de Rio Brilhante fazia parte dos territórios Guaranil.

Apesar de os indígenas terem sido despejados, indo para as margens da rodovia, os fazendeiros insistiram que eles (os indígenas) fossem banidos das redondezas do município.

Desse modo, efetuou-se uma série de ações com o propósito de amedrontá-los em seus barracos, à beira da rodovia. Os seguranças da GASPEM soltavam rojões à noite enquanto os indígenas dormiam, o que assustava principalmente as crianças e os idosos, provocando medo e pânico. Também disparavam armas de fogo perto dos barracos para intimidação. Com isso as crianças acordavam assustadas, no meio da noite, perdiam o sono e, no dia seguinte, iam a para escola, sob stress e medo.

Além disso o acampamento era constantemente vigiado, a cada passo da comunidade. Havia ofensas e provocações com o objetivo de que a comunidade reagisse, atacasse. Quando os indígenas iam ao rio tomar banho e lavar roupas, eram vigiados e muitas vezes, impedidos de fazer essas ações de higiene. Para sair do acampamento, eram sempre –*mangueados*⁹⁷ pelos seguranças; quando iam catar lenha, pescar, tudo incomodava os seguranças. Nos momentos que iam pegar galhos secos para lenha, em várias ocasiões, foram repreendidos com homens armados. Outra situação de provocação acontecia através da Rádio FM 98, no programa do Lucas Correa, que incitava discórdia ainda maior entre indígenas e não indígenas, com conteúdos discriminatórios.

Em 18 de setembro de 2009, a entidade internacional de apoio aos Direitos Humanos das populações indígenas (Survival), após visita, envia carta pública às organizações governamentais e não governamentais, posicionando-se na defesa da comunidade: –O fracasso do governo em implementar a demarcação das terras, a qual é um pré-requisito para os Guarani para desfrutar de seus direitos à saúde e à autonomia, viola o artigo 231 da Constituição brasileira e a Convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário.

Num ambiente extremamente hostil aos povos indígenas, na mesma ocasião, o Governador do Estado também se esmerou em grosseiras afirmações contra personalidades

⁹⁷ O termo é utilizado para referir-se a –vigiados.

como, por exemplo, o Ministro do Meio Ambiente, prometendo estuprar o Ministro em praça pública⁹⁸, caso ele viesse para o Mato Grosso do Sul (Globo, *Jornal Nacional*, 22/09/09).

A irritação também ocorreu pela postura do Ministro, contrária à liberação de plantação de cana na Bacia do Alto Paraguai, pleno Pantanal, o que contrariava os estudos de impactos ambientais, atingindo populações ribeirinhas e indígenas, e assentamentos.

Dia 22 de setembro de 2009, a empresa Comércio e Transporte de Produtos Agrícolas (COPRAMIL), atuante no ramo de agronegócio, localizada em Rio Brillante, escreve ofício onde se lê -[...] pedimos encarecidamente que sejam tomadas as devidas providências quanto a remoção dos mesmos com a maior urgência possível. Apenas 14 dias depois, um ofício da Coordenação de Transportes e Trânsito do município de Rio Brillante solicita -[...] providências para remoção dos mesmos, afim de que sejam evitados possíveis transtornos.

Tanto empresários quanto o poder público municipal, utilizando-se de textos bastante parecidos, solicitam urgente medida de remoção da comunidade às margens da rodovia. Em 13 de outubro, a PRF também oficializa a solicitação de remoção dos indígenas das margens da rodovia, conforme ofício a seguir.

Figura 15: Ofício da PRF, de 13/10/2009, solicitando remoção da comunidade.

⁹⁸ G1 > Política - NOTÍCIAS - Minc diz que governador deve cuidar de ‘_homossexualismo que existe dentro dele’



Ministério da Justiça
Departamento de Polícia Rodoviária Federal
3ª Superintendência Regional/MS.
Delegacia PRF 3/2 – Nova Alvorada do Sul
Rodovia BR-267 KM-240 Tel(fax):3456-1302 CEP:79.140-000
E-mail: del02.ms@dprf.gov.br

008669-15940/2

Mem. n.º 0423/2009-DEL.3/2.

Nova Alvorada do Sul/MS, 13 de outubro de 2009.

Ao: Sr. Superintendente Regional da 3ª SRPRF/MS.

Assunto: preocupação com os indígenas acampados às margens da rodovia.

Conforme informado a Vossa Senhoria, no memorando nº: 399/2009, a existência de um acampamento com aproximadamente 130 índios às margens da rodovia BR-163 km-308, o local é próximo ao rio Brilhante, é uma curva, e com isso nos traz grandes preocupações com acidentes(atropelamentos) envolvendo indígenas, pois constante o trânsito de bicicletas, meio de transporte que os índios utilizam para ir à Brilhante, um trecho de dez quilômetros, retornando no período noturno para acampamento. É também preocupante, pois o acampamento está localizado nas margens da rodovia, onde os índios(adultos e crianças) cruzam de um lado para o outro aumentando mais o risco de acidentes, trazendo insegurança aos usuários da via.

A sociedade Riobrilhantense cobra uma atitude por parte da Polícia Rodoviária Federal, querem que a PRF proteja a integridade física dos índios e remova os acampamentos para um local seguro.

Preocupado com os documentos que esta delegacia vem recebendo pedir providências, peço a Vossa Senhoria que interceda, novamente, junto a FUNAI e Ministério Público Federal pedindo uma solução para o problema, que tornou-se conhecimento nacional. A preocupação desta delegacia visa preservar a PRF em problemas advindos de acidentes envolvendo índios naquela localidade.

Respeitosamente,

WILSON LUIZ DE BRITO
Chefe do núcleo de policiamento e fiscalização

Em rodas de conversas, em 10 de fevereiro de 2022, ouvimos que –sofremos muito na beira da estrada. Tivemos que acostumar com barulho alto dos caminhões a noite inteira. Passava gente bêbada, drogada, brigando, e tudo a gente aguentava. A gente teve que se acostumar. Enfim, o medo, o receio que as lideranças já haviam apontado nas suas avaliações, concretizou-se duramente.

A comunidade destacou ainda o excesso de calor provocado pelos barracos de lona, a falta de água potável, a fome aguda, atropelamentos de pessoas e de animais que restaram. O novo local não tinha o conforto térmico da mata, não tinha privacidade, não tinha condição de reprodução e de uma vida com o mínimo de dignidade. Uma carta da comunidade (assinada por Zezinho, em 24/09/2009) destaca novamente os riscos de acidentes, a falta de alimentação, as ameaças dos fazendeiros, a necessidade de retorno a um local seguro; solicita estudo da área e o retorno para um dos últimos refúgios de mata da região:

[...] porque esse lugar não é nosso lugar não é lugar das criança o nosso lugar é na aldeia Laranjeira Nhande'Ru é o nosso lugar das crianças e de todas nois dos indígenas da comunidade. Porque ali tem tudos tem carne de bicho tem peixe lá no mato tem o nosso mel de abelha comida tradicional lá no mato tem de tudo.

Em outubro de 2009, a comunidade é notificada sobre uma denúncia anônima acerca da situação das crianças da retomada; denúncia feita por telefone através do Disque Denúncia Nacional de Abuso Sexual e Exploração Sexual contra Criança e Adolescentes da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. A acusação salienta a **negligência** dos pais para com seus filhos: –Neste local os vitimizados vivem em situação precária, pois não há mantimentos suficientes para alimentar todas as crianças. O local é desestruturado, pois as crianças não tem um ambiente adequado para fazer as necessidades nem para dormireml.

Como podemos analisar, a situação de falta de território, agravada pelo despejo e condições precárias, fez com que a comunidade fosse vista como criminosa, sob o título de negligente para com suas crianças, conforme também registra o documento a seguir.

Figura 16: Documento da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, sobre denúncia de negligência contra crianças.

OCT-29-2009 11:04 AM

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Disque-Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes - Ligue 100.

Denúncia Nº: 2355795 Date: 28/10/2009 Horário: 10:45:36

GOVERNO FEDERAL
Página: 1

Dados da(s) vítima(s):
Município: Rio Brilhante/MS CEP: 00.000-000
Nome: CRIANÇAS
Idade Sexo Inf. complementares Cor/Raça
CRIANÇAS 1 F ENTRE 1 E 11 ANOS DE IDADE Desconhecido
1 M ENTRE 01.E 11 ANOS DE IDADE Desconhecido
Telefone(s)/Endereço(s)/Referência(s):
NÃO INFORMADO (NI)
BR 163, KM 12, ASSENTAMENTO INDÍGENA LARANJEIRA IANDERÚ, EM FRENTE À FAZENDA GUANABARÁ, HÁ 500 METROS ANTES DA PONTE DO RIO BRILHANTE

Dados do(s) suspeito(s):
Município: Rio Brilhante/MS CEP: 00.000-000
Nome: NI
Idade Sexo Inf. complementares Cor/Raça
Prof.: Desconhecido F NI Desconhecido
Vínculo: Pai/Mãe
Telefone(s)/Endereço(s)/Referência(s):
NI
BR 163, KM 12, ASSENTAMENTO INDÍGENA LARANJEIRA IANDERÚ, EM FRENTE À FAZENDA GUANABARÁ, HÁ 500 METROS ANTES DA PONTE DO RIO BRILHANTE

Local da Ocorrência: Casa do suspeito
Categoria(s) da Ocorrência: (Negligência); Horário: NI

Contexto da Denúncia: Informamos que o texto abaixo segue rigorosamente o alegado pelo denunciante. Crianças e adolescentes são negligenciados pelos pais. Há algum tempo, os suspeitos juntamente com os filhos, residem no Assentamento indígena Laranjeira Ianderú, endereço citado. Neste local, os vitimizadas vivem em situação precária, pois não há mantimentos suficientes para alimentar todas as crianças. O local é desestruturado, pois as crianças não têm um ambiente adequado para fazer as necessidades nem para dormire. O local é desestruturado, pois as crianças não têm um relatório que é preciso a autorização do órgão responsável pelo assentamento para poder tomar providências. Ligação interrompida.

R. em 3/11/09
Despacho:
oficie-se ao Conselho
tutelar, encaminhando
... t... e

Fonte: Ministério Público, 2009.

Em 1 de fevereiro de 2010, o acampamento às margens da rodovia sofre uma inundação⁹⁹ de proporções graves, o que deixa a comunidade ainda mais vulnerável, causando enormes perdas, principalmente de alimentos, roupas, trazendo doenças. O caso foi noticiado, inclusive no *Jornal Nacional*, da Rede Globo. Depois de ganhar notoriedade, uma comissão, composta por quatro conselheiros do Conselho de Defesa dos Direitos Humanos do MS, fez visita ao local e pôde constatar a gravidade da situação. -[...] **As crianças sofrem desintéria, água de poço contaminada, febres e outras doenças típicas da falta de higiene, pela proliferação de insetos e a falta de saneamento com exposição excessiva ao agrotóxico**].

⁹⁹ Enchente atinge acampamento indígena em MS. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1471890-5598,00-ENCHENTE+ATINGE+ACAMPAMENTO+INDIGENA+EM+MS.html>. Acesso: 12 out 2022.

Os conselheiros alertam ainda sobre a situação das crianças, que brincam à beira da rodovia, onde a velocidade média dos veículos é de 100 km/h; avaliam que a estrutura do acampamento é totalmente inadequada, que as pessoas são desprotegidas das intempéries, além disso os plásticos utilizados para cobertura das moradias estão bastante danificados; os barracos são insuficientes para abrigar tanta gente; falta água potável, sanitários próximos aos poços de água, enfim, falta **–o mínimo de condições consideradas indispensáveis à condição humana**. –[...] o local não é apropriado para o ser humano habitar mesmo temporariamente ou em situação emergencial, ferindo a dignidade da pessoa humana. O Relatório, bem documentado, também incluiu fotografias do local.

Nas rodas de conversa, a comunidade também lembrou outro caso importante: logo após a inundação dos barracos, começou a sofrer pressão para sair das margens da rodovia, sob alegação de domínio de posse das margens, por parte do DNIT.

Em reunião ocorrida em 30 de março de 2010, onde estiveram representantes do DNIT, da FUNAI, DPU, PRF, e também Zezinho e Faride, foi apontado que, além dos perigos à margem da rodovia, a –preocupação com eventual bloqueio da rodovia por parte da comunidade, fato que traria toda série de transtornos. Houve relato ainda de que

os representantes da comunidade afirmaram que seus antepassados viveram naquela localidade, e que numa solução temporária acordariam em se instalar em local próximo, onde já estiveram, cuja região é constituída por **matas, sem a presença de edificações ou gado**, numa área de aproximadamente 420 há, já que dessa forma estariam próximos da área reivindicada (...).

Como desdobramento da reunião, os representantes da comunidade aceitaram conhecer uma área que atendesse a suas necessidades. Observamos que, neste mesmo período, iniciavam-se as negociações sobre a ampliação das margens da rodovia BR 163. No entanto, as obras de duplicação teriam início no ano de 2014, com previsão, inclusive, de construção da praça de pedágio, na altura do km 313,5 local onde estava a retomada.

A duplicação fazia parte das negociações governamentais entre governo estadual e empresa CCR. Segundo a convenção 169, da OIT, tratado do qual o Brasil é signatário, quando se trata de infraestrutura, que adentre área ocupada por indígenas, os protocolos prevêem que os estudos devem ser públicos, através de audiências públicas, debates com a sociedade civil e as comunidades consultadas sobre os impactos.

Tais rituais são parte do que se denomina de protocolos de –Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado¹⁰⁰. No entanto, não foi isso o que ocorreu. Segundo informações

¹⁰⁰ Indígenas

da comunidade, ela foi procurada e orientada a se mudar da estrada, sob alegação da necessidade de ampliação da rodovia, pois o acampamento estaria impedindo os trabalhos. Nas negociações, prometeu-se a construção de um viaduto para evitar acidentes, de ciclovia, além de projetos de horta, fruticultura e piscicultura. Contudo, nada disso aconteceu.

Na atualidade, mesmo com sentimento de injustiça e enganação, os indígenas são obrigados a pagar pedágio diariamente para terem acesso à área urbana da cidade de Rio Brillante, cerca de dez quilômetros. O custo do pedágio é de R\$ 14,20 entre ida e volta.

No ano de 2010 eles sofreram, em vista de inundações, com, por exemplo, perda de alimentos, águas contaminadas, doenças. Na sequência imagem que ilustra uma das inundações.

Foto 9: Inundação dos barracos do acampamento nas margens da BR163



Fonte: Egon Heck, 2010.

Seguiuram-se também vários casos de violação e assédio, um deles, denunciado ao MPF, ocorreu no dia 19 de junho de 2010 – um homem da comunidade foi agredido por seguranças da Gaspem, ao buscar lenha na beira do rio; foi atacado com faca, pau, chute, ponta de pé e socos.

Em novembro de 2010, em Assunção, Paraguai, aconteceu o *III Encontro Continental do Povo Guarani*. O cacique Faride foi convidado para participar, representando os Guarani Kaiowá, em situação de acampamento de retomada. A participação de representante da

comunidade, nos vários espaços para denunciar a situação, colaborou para aumentar a força política de pressão das comunidades, e angariar forças para prosseguir nas lutas. A seguir foto do evento.

Foto 14: Cacique Faride dialogando com Bartolomeu Meliá no *III Encontro Continental do Povo Guarani*



Fonte: CIMI, 2010.

A retomada finda o ano de 2010. Adentra o ano de 2011 e os indígenas permanecem às margens da rodovia. Escrevem, então, uma longa carta, em março, recuperando a memória histórica no último século, destacando a presença da arma de fogo como símbolo da espoliação territorial: **-[...] porque essa área não foi comprada essa área dos indígenas foi tomada na ponta da arma**.

Explicam que vão retomar brevemente a sua terra ancestral. Relatam que estão cansados da espera, que muitas autoridades importantes passaram pela retomada, ao longo de um ano e sete meses de despejo, mas que nada mudou em relação aos seus direitos constitucionais. Na carta, também, destacam um forte conteúdo ecológico, como uma das razões centrais para o retorno ao território.

Porque essa terra dos Indígenas está morrendo. Para não morrer todos os restos. O resto do nosso mato nativo, o resto do nosso bicho, o resto da nossa água nascente, o resto dos nossos lagos, o resto do nosso campo, o resto dos nossos remédios naturais, o resto do que sobrou. Aí o que sobrou vai ser recuperado pelos donos das nossas áreas.

Em 1º de abril de 2011, o antropólogo pericial do MPF, Marcos Homero, em visita de campo, faz relatório-diagnóstico da situação, após 19 meses de despejo: água suja, fossas próximas aos poços caseiros, inundações, falta de lenha, queima de plástico para fazer fogo. Na ocasião, ressalta a questão da água, encaminhando solicitação de apoio à SANESUL; em relação à falta de lenha, solicita carvão apreendido para doação à comunidade.

Para as comemorações em torno do "Dia do Índio", em 19 de abril de 2011, a comunidade, mesmo às margens da BR 163, em condições extremamente precárias, organiza um ato em consonância com o dia de luta dos povos indígenas, com objetivo de denunciar a situação da vida no acampamento e também celebrar seus valores culturais, representados por jogos, rezas e desfile de vestimentas típicas¹⁰¹.

Entre o asfalto e os barracos de lona, crianças e jovens desfilam com suas vestes típicas. Na ocasião, Zezinho, liderança da comunidade, lê três cartazes onde destacam as demandas da comunidade, discutidas previamente entre os grupos de mulheres, de crianças e de jovens. A exigência dos atendimentos aos direitos básicos, como alimentação, saúde, educação, segurança, mas, sobretudo, o direito ao território, à vida no seu *tekohá*.

O evento está documentado na plataforma *youtube*, denominado "Resistência e Alegria à beira da estrada", em que o próprio título ilustra que a vida acontece entre a guerra e a festa. A autora Beatriz Perrone-Moisés (2015, p. 58-69), em um dos capítulos de sua tese "A vida entre festa e guerra", evidencia a sabedoria e a perspicácia dos povos de antigamente, ao lidarem com o "par Festa-Guerra": "não há guerra indígena que não seja precedida e seguida por uma festa" (p. 67). A festa era, então, uma continuação da guerra, pois os guerreiros capturados na guerra é que eram destinados à comensalidade da festa, o que supera a dicotomia entre festa e guerra. Esse conhecimento de tempos antigos pode apontar para a festa, mesmo em meio ao que chamam de guerra contra os índios dos tempos contemporâneos.

De acordo com a comunidade, ainda na época em que estavam à beira da BR: tanto o fazendeiro cuidava para que não ultrapassassem a fazenda e retomassem novamente, quanto o DNIT pressionava para que abandonassem as margens da rodovia e aceitassem proposta de acampar em terreno na periferia da cidade.

Naquele momento, o fazendeiro tinha plantação de aveia, então colocava luz, à noite, para observar a proximidade dos indígenas e impedir nova retomada na mesma fazenda. A

¹⁰¹O vídeo está na Plataforma Youtube: "Resistência e Alegria à beira da estrada". Acesso em fevereiro de 2022.

proposta do DNIT era que o acampamento fosse mudado para a periferia do município de Rio Brillante. Diante disso, os indígenas colocaram em prática suas ideias:

Fizemos assim: deixamos varais com roupas, cobertores, lençóis estendidos nos barracos de lona. Ao mesmo tempo fizemos sinais de fumaça nas casas. Nosso objetivo era que os fazendeiros pensarem que havia gente morando nos barracos. Enquanto isso, nós retomamos novamente a mata, nos fundos da fazenda. A gente ia escondido da mata até a BR fazer fumaça nos barracos, e assim, despistar os fazendeiros. Ficamos assim por duas semanas dentro da mata, sem ninguém perceber que estávamos lá (Marisol, Roda de Conversa, março de 2022).

No dia 15 de maio de 2011, enquanto as lideranças estavam em reunião com o DNIT na cidade, os demais integrantes da comunidade retomaram, mais uma vez, a pontinha de mata de suas terras tradicionais onde situa-se a fazenda Santo Antônio da Boa Esperança. Dia 18 de maio de 2011, matéria do jornal *Diário MS On Line*, notícia (incita?): -Indígenas invadem fazenda em Rio Brillantell. Sublinhamos que a presença do grupo no local dura somente alguns poucos meses, pois logo são despejados mais uma vez. De volta à beira da BR, sofrem atropelamentos; têm problemas de atendimento de cesta básica. Nesse momento há também duas mortes por conflitos internos.

Em 25 de maio de 2011, seria a vez de mais uma parentela retomar parte da área tradicional de Panambi-Lagoa Rica, conduzida sob liderança de Ricardo Jorge, pai de Adelaide, casada com Ezequiel. Lideranças que retomam o Tekohá ancestral *Guyra Kambi*“y, no município de Douradina, vizinha à Laranjeira Ñanderu. No mesmo ano, a nova retomada inicia a construção da *Oga Psy* e um processo de plantio de roças.

A retomada Laraneira Ñanderu é despejada novamente em 15 de maio, mas em 03 de novembro de 2011 retoma-se novamente. Ocasão em que conseguiram um TAC para permanecer na mata: 150 pessoas em 7 hectares, nos fundos da fazenda Santo Antônio da Boa Esperança. Como o acesso à área é pela entrada da fazenda Inho, a comunidade passa a ser novamente sitiada, pelo Sr Raul das Neves, e novamente fica comprometido o atendimento à saúde, à educação e à alimentação.

Diante do fato, o MPF ajuíza acordo para o atendimento à saúde, uma vez que a comunidade se viu sem água, pois o veneno jogado pelo fazendeiro, nas proximidades da nascente que abastecia a comunidade, contaminou a água potável, causando diarreias, dores de cabeça; houve também sintomas de contaminação causados pelo ar.

A situação de violência indígena no estado do MS prossegue diante do assassinato do Cacique Nísio Gomes, então com 70 anos, no dia 18 de novembro de 2011, na retomada Guayviri, município de Aral Moreira. Mais um ataque brutal de um grupo de milícia à comunidade. Houve o desaparecimento do corpo do cacique, o qual, segundo testemunhas, foi

jogado em cima da carroceria de uma caminhonete envolvida no ataque. Logo em seguida, a imprensa levanta a hipótese de que o Cacique havia fugido para o Paraguai, com o intuito de se esconder para que a culpa recaísse sobre os fazendeiros, hipótese descartada, logo após a perícia na área.

Nos dias 2 e 3 de dezembro de 2011, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, assim como a Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas da Câmara Federal, composta pelos deputados federais Érika Kokay (PT-DF), Domingos Dutra (PT-MA) e Padre Ton (PT - RO), estiveram em caravana para visitar a retomada Laranjeira Nãnderu e outras retomadas da região. No entanto, a comissão foi surpreendida com troncos de árvores fechando o local. O relatório¹⁰², arquivado pelos parlamentares, explicita o seguinte:

O acesso a esta tekoha estava fechado com dois troncos de árvores enterrados e cerca de 30 indígenas, entre homens, mulheres e crianças, aguardavam a comitiva junto a Força Nacional de Segurança. Para liberar a entrada dos deputados, os indígenas conseguiram retirar os dois troncos que estavam enterrados a cerca de 1 metro de profundidade. Ao tentar passar pela -porteiral, a van que estava com os deputados e o delegado Alcídio foi -fechada e impedida de entrar por um carro pálio cinza. No carro estava o proprietário da fazenda, José Raul das Neves e seu filho. Os dois possuíam um termo de reintegração de posse de uma fazenda vizinha a sua, onde fica a área reivindicada pelos índios. O documento não vale para sua propriedade, porém o único acesso aos indígenas é passando por dentro de sua terra. Ele argumentou que toma essa atitude porque os índios destroem a soja plantada, o que não foi comprovado pelos deputados, que viram que a plantação estava intacta (p. 3).

Verificamos, de acordo com o exposto, que indígenas da comunidade (cerca de 200 pessoas) se juntaram e retiraram os troncos de madeira para que a comissão pudesse entrar na retomada. A comunidade relvelou a situação em que estavam vivendo diariamente e diziam que tinham, principalmente, medo de não conseguirem ser atendidos, caso tivessem, por exemplo, algum problema urgente de saúde, acrescentaram que, de alguma forma, a justiça queria comprometer ou processar a liderança para que parassem a luta: -Quando a justiça veio procurar liderança, nós falamos: aqui todo mundo é liderança, cachorro, gato, galinha, passarinho, todo mundo é liderança (Roda de conversa, abril, 2022).

Em 12 de dezembro de 2011, quase quatro anos depois de iniciados os estudos acerca da Terra Indígena Panambi-Lagoa Rica, a Portaria n. 524, publicou o resumo do Relatório de Identificação, que delimitou e reconheceu uma área de 12.196 hectares¹⁰³.

¹⁰² [Comissão externa encarregada de realizar levantamento in loco sobre as causas da violência contra o povo indígena Guarani-kaiowá.](https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/54a-legislatura/violencia-contr-povo-indigena-guarani-kaiowa/proposicao/pareceres-e-relatorios/relatorio-da-visita-a-regiao-da-grande-dourados-mt) Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/externas/54a-legislatura/violencia-contr-povo-indigena-guarani-kaiowa/proposicao/pareceres-e-relatorios/relatorio-da-visita-a-regiao-da-grande-dourados-mt>. Acesso em: 22 mai 2022.

¹⁰³ Página 166 da Seção 1 do Diário Oficial da União (DOU) de 12 de Dezembro de 2011

A partir da publicação do resumo no DOU, os municípios de Itaporã e Douradina tiveram 90 dias para contestar, conforme os protocolos jurídicos. A publicação do relatório pode ser considerada um marco legal de grande importância na luta pelo território, que é uma área de terra estudada, analisada em detalhes, desde os indícios de materialidade, de ancestralidade indígena, e se configura como uma prova material de que ele foi habitado originalmente pelos Guarani Kaiowá.

Do ponto de vista jurídico, a publicação do documento é um instrumento legal inicial que a comunidade possui para lutar pelos próximos passos da demarcação; contudo, na prática, a comunidade tem se insurgido contra a morosidade do Estado e prosseguido seus processos autodemarcatórios. Há que considerarmos que as comunidades vivem no fio tênue entre continuar lutando judicialmente e desacreditar nas ações, via Estado, para resolver seus graves conflitos territoriais. Se, de um lado, elas possuem a consciência de que os direitos indígenas são assegurados na lei mais importante do país – a Constituição Federal –; de outro, têm plena percepção de que tais direitos nunca lhes foram assegurados sem houvesse lutas e tensionamentos, provocados pelas insurgências indígenas contra o Estado brasileiro.

Em janeiro de 2012, a justiça suspendeu o processo em torno dos estudos da Terra Indígena Panambi-Lagoa Rica, alegando direito de contestação por interesse do sindicato rural de Itaporã, sob argumento de que seria necessário apresentar a lista de proprietários a serem atingidos pela demarcação a fim de reparação indenizatória. A suspensão do processo completou 10 anos e atualmente encontra-se paralisado, com pedido de anulação no Tribunal Regional Federal da 3ª Região. E, ainda, desde 2016, a pretexto da tese do marco temporal, a comunidade se encontra dependendo do voto dos juízes do STF, em sessão prevista para junho de 2022, mas foi adiada. –A despropositada teoria é de que só tem direito a existir os povos que no dia 5 de outubro de 1988, promulgação da Constituição, estivessem na posse de sua terra, numa inversão do conceito (MARÉS DE SOUZA FILHO, 2021).

Em janeiro de 2012, a comunidade Laranjeira Ñanderu recebeu a visita da Expedição Marcos Verón, organizada pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB Nacional), a qual visitou 25 aldeias da região, entre 17 a 25 de janeiro de 2012. Expedição conduzida pelo geógrafo Eduardo Carlini, cujo estudo serviu como denúncia à situação dramática dos Guarani- Kaiowá do MS. Em entrevista à Agência Carta Maior, em janeiro de 2012, o pesquisador questiona o papel da FUNAI que, na sua análise, se colocou como agente do estado, mediador entre fazendeiros e comunidades indígenas, e não como órgão responsável pela proteção dos direitos indígenas, conforme preconiza suas atribuições. Para Carlini:

Não são apenas ameaças, mas assassinatos praticados rotineiramente. A ação dos fazendeiros se configura por homicídios bem planejados. Não mandam matar qualquer membro da comunidade, mas sim lideranças – sejam eles caciques ou professores. Tiram de circulação aquelas pessoas escolhidas pela própria comunidade por terem a capacidade de repassar os ensinamentos para o coletivo e inevitavelmente fortalecer a organização do movimento indígena. A perda dessas referências para a comunidade traz, em si, o medo como parte do cotidiano. E essa é uma estratégia utilizada pelo agronegócio para o extermínio desses povos. A população vive em constante incerteza sobre seu próximo amanhecer. Precisamos também destacar que não só os indígenas em todo o Brasil recebem ameaças de morte por parte da elite agrária, mas também os camponeses que lutam pelo direito legítimo de acesso à terra de trabalho nos mais diversos cantos deste país.

Depoimentos da comunidade informam que, em janeiro de 2012, os indígenas vivenciaram a morte de um bebê de seis meses. Na ocasião, a comunidade relatou que o bebê sofreu intoxicação devido ao veneno usado na lavoura de soja. A comunidade sofria de vômito, diarreia, perda do apetite, dores de cabeça, alergias, a cada aplicação de veneno. No mesmo período, também perderam crianças e jovens atropelados, com idade de 8, 15, 16, 19, 22 anos respectivamente.

Em 26 de janeiro de 2012, a comunidade é notificada sobre nova reintegração de posse da retomada Laranjeira Ñanderu, que seria na quinzena próxima, sob alegação de que a FUNAI não havia apresentado o Relatório de Identificação. Isso fez com que recomeçasse uma série de reuniões, articulações, pedidos de socorro aos movimentos e entidades sociais de apoio aos direitos humanos. Nesse mesmo dia, a comunidade escreve uma carta aos juízes reclamando da decisão e relatando que vivem, na retomada, mais de 170 pessoas, pelo menos 100 crianças e 30 idosos, que imploram pelo direito de continuar na pontinha da mata. Da –Carta da comunidade frente à notificação sobre despejo¹⁰⁴, destacamos o seguinte:

[...] estamos coletivamente em estado de medo, desespero e dor profundo, **já sobrevivemos em situação mísera e perversa há várias décadas.**

Hoje no dia 26/01/2012, nós compreendemos claramente que **nós não temos mais chances de sobreviver culturalmente e nem fisicamente neste país Brasil**, visto que em qualquer momento seremos despejados de nossa área antiga reocupada por nós, portanto estamos com muita tristeza e perplexa, ao receber esta notícia da oficial da Justiça e da Polícia Federal e FUNAI. Já estávamos com a alegria praticando o nosso ritual sagrado dia-a-dia aqui em minúscula terra antiga reocupada Ñanderu Laranjeira em que retornamos nos últimos dois anos.

Aqui em pequeno espaço só passamos a praticar apenas os nossos rituais religiosos sagrados *jeroky* para preservar a nossas vidas e garantir a nossa sobrevivência como povo indígena originário do Brasil. Aqui em pequeno espaço de terra antiga somente estamos exclusivamente para sobreviver culturalmente, **tentamos reeducar as crianças na nossa cultura para vida boa, por isso praticamos diariamente o ritual religioso sagrado onde transmitimos entre a nova geração o bom viver futuro *teko porã* para não se envolver nas violências adversas existentes em toda a parte do Mundo**, queremos garantir a **vida boa *teko porã*** de todas as crianças indígena que estão nascendo e crescendo aqui em pequeno espaço de terra antiga Ñanderu Laranjeira.

¹⁰⁴ Disponível em: <https://cimi.org.br/2012/01/33138/>. Acesso: 12 out. 2022.

Queremos sobreviver dignamente e culturalmente, com essa grande esperança retornamos e estamos aqui em pequena terra antiga. Nós não somos um povo indígena nocivo e nem destrutivo. Em torno de nosso acampamento há plantação de soja, nós aconselhamos-nos para não estragar e nem fazer mal a ninguém, respeitamos os não-indígenas os proprietários de lavoura de soja, mesmo que eles ameçam nossas vida diariamente de modo cruéis, impedindo a estrada de nós, não deixando entrar para nós as assistências à saúde a os alimentos, etc. Diante disso, há dois anos, nós comunidades indígenas apenas rezamos para que eles (os brancos) compreendam a nossas vidas e nossas histórias antigas neste local, não agredimos ninguém porque o nosso ritual religioso controla a nossa vida e nosso comportamento diariamente, para isso rezamos e acabamos de construir uma casa de reza *oga pysy* no pequeno espaço de terra antiga. Hoje (26/01/2012) recebemos aviso triste da oficial da Justiça juntamente com a PF e FUNAI que seremos despejados as forças policiais em qualquer momento de nosso pequeno espaço antigo (...) (grifos nossos).

O Conselho da Aty Guasu, reuniu-se e discutiu os casos de conflitos e se manifestou, também por meio de carta, ao Tribunal Regional Federal-3, em São Paulo, sobre a situação da comunidade Laranjeira Ñanderu¹⁰⁵:

Os membros da Comunidade de Laranjeira Nhanderu estão ocupando **um lugar de mata e comprovadamente antigo**. Neste lugar localizado na beira de um **córrego** existem muitas **plantas medicinais** e a ocupação se dá sem que ninguém seja incomodado. Nossos parentes dizem estar vivendo com muita felicidade, pois não há indígenas acampados na beira da rodovia, como já ocorreu anteriormente.

Como explicou a comunidade, em roda de conversa (janeiro de 2022), dois meses após a notificação, em 26 de março de 2012, o TRF-3 decidiu pela suspensão do despejo até a realização da perícia antropológica. Dessa forma, garantiu-se a permanência do grupo dentro da mata, enquanto era finalizado o processo, em andamento, desde 2008, para Identificação e Delimitação. No entendimento judicial, enquanto aguardam a finalização dos estudos da Terra Indígena Laranjeira Ñanderu, a comunidade tem o direito de permanecer na reserva legal, nos fundos da fazenda Santo Antônio da Boa Esperança, lindeira com a fazenda Inho.

Fomos muitas vezes reclamar para a FUNAI sobre o processo. Quando a Katya veio ficou oito dias junto com 4 policiais da PF para conseguir entrar e trabalhar. Depois a Maria Joana veio fazer a perícia. Mostrei o poço que meu avô usava. Onde lavava roupa, onde tinha a casa. Quem tava acompanhando representando o fazendeiro era a técnica Luana Ruiz. (...) todo mundo viu que nós era verdadeiro, mostramos onde morou meu avô, meu taratavô, meu pai, o poço, a casa, o palanque da casa. É de aroeira, a gente morre e ela fica. E foi lá fotografou, filmou. Tinha um poço com nove metros de fundura que agora tava com dois metros. Comprovou que era o palanque da casa (Depoimento do Cacique Faride Mariano, janeiro de 2022)

Entre 30 de março a 1º de abril de 2012, aconteceu evento importante, organizado pelos movimentos sociais do campo, nas dependências da UFMS, conduzido pelo Tribunal Popular da Terra, com apoio de diversas organizações de direitos humanos. Na ocasião o

¹⁰⁵ Disponível em: <https://cimi.org.br/2012/02/33218/>. Acesso: 12 out. 2022.

agronegócio vai para o banco dos réus e é condenado pela produção da fome e da violência no MS; ademais, casos como os da comunidade Laranjeira Ñanderu são fartamente denunciados.

É nesse período que o fazendeiro, dono da fazenda Inho, planta soja na estrada que dá acesso à retomada, fazendo um novo tipo de cerco ao grupo, continuando a dificultar o atendimento a direitos básicos e ações de apoio e solidariedade.

No ano de 2012 a comunidade perde Zezinho, liderança muito importante, articulador da Aty Guasu e uma das referências da comunidade; esposo de Adelina e pai de uma numerosa parentela. Seu nome consta em grande parte dos documentos de representação da comunidade.

Ele havia participado como integrante da delegação da Aty Guasu, na Conferência Rio + 20, no Rio de Janeiro. Zezinho era filho do rezador Olímpio e de Dona Miriam, e irmão de Aduato; sua morte gerou imensa comoção dentro e fora da comunidade, por ter ocorrido em razão de atropelamento por uma ambulância, enquanto ele voltava para casa, de bicicleta, na rotatória de Rio Brilhante, próximo à retomada.

Seu pai conta que chegou logo em seguida ao local do acidente, viu seu filho morto, e ficou transtornado, indignado. O acidente aconteceu enquanto Zezinho se dirigia para reivindicar transporte escolar adequado para as crianças da comunidade. Havia cerca de 52 crianças na comunidade, algumas ainda bem pequenas, que eram obrigadas a caminhar mais de 4 km, entre ida e volta, para tomar o ônibus escolar, na BR, pois o fazendeiro da fazenda Inho continuava impedindo a entrada de ônibus.

A questão somente se resolveu, após a morte de Zezinho. Em meados de setembro, sob intervenção e mediação do MPF, o conselho Aty Guasu fez denúncia pública sobre morte essa morte¹⁰⁶, contextualizando que a dramática situação de lentidão, nos processos de demarcação, era causadora de mais violências.

Em agosto de 2012, uma carta pública das comunidades Pyelito Kuê e Mbaraka'y, no município de Iguatemi, toma proporção nacional, pois traz manifestações que são confundidas como anúncio de um suicídio coletivo. A jornalista Eliane Brum, da Revista Época, por exemplo, publica, no dia 22 de outubro de 2012, a carta, escrita em agosto, em matéria que dizia -Decretem nossa extinção e nos enterrem aqui.

A notícia de possível recado de suicídio coletivo e da situação grave dos Guarani Kaiowá chama a atenção de um público amplo. A publicação foi amplamente republicada, mobilizando forte campanha -Sou Guarani Kaiowá, em que as pessoas acrescentavam

¹⁰⁶ <https://cimi.org.br/2012/07/33724/>

Guarani Kaiowá ao próprio nome, nas redes sociais. Além disso, foram criados comitês de apoio.

Em 11/01/2013, reportagem de Alex Rodrigues, das equipes da Agência Brasil e da Tv Brasil, faz diagnóstico da situação levantada pelo grupo, que vivia em meio a muitas violações de direitos; destaca que as casas eram cobertas de lonas pretas ou de sacos de polipropileno (ou big bags), descartados, depois de serem usados para transportar fertilizantes ou embalagens de agrotóxicos. A seguir algumas fotos do registro de Marcello Casal Jr.

Foto 10: Grupo caminhando entre monocultura de soja.



Fonte: Marcello Casal Jr, 2013.

Foto 11: Ônibus escolar em meio a monocultura de soja.



Fonte: Marcello Casal Jr, 2013.

Foto 12: Vista das moradias no interior da mata.



Fonte: Marcello Casal Jr, 2013.

Foto 13: Mulheres da retomada com vestimentas típicas.



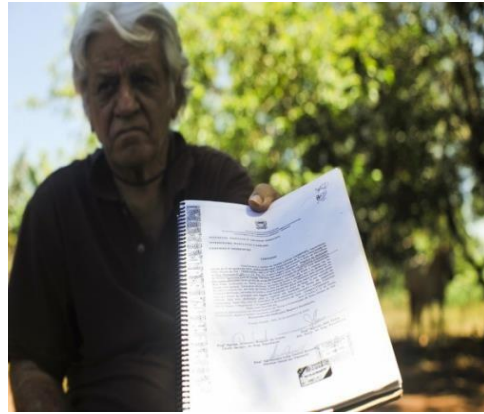
Fonte: Marcello Casal Jr, 2013.

Foto 14: Vista de dentro da retomada para as monoculturas.

Foto 15: Fazendeiro mostrando documentos fundiários.



Fotos: Marcello Casal Jr, 2013.



Fotos: Marcello Casal Jr, 2013.

Em 2013, via decisão judicial, o MPF consegue assegurar o direito ao atendimento da comunidade pela FUNASA e pela FUNAI. Em 03 de março de 2013, o acampamento é atacado novamente, dias depois de a equipe técnica ter iniciado as perícias antropológicas que levariam à demarcação. Em determinada madrugada, a comunidade é ameaçada por vários capangas, embriagados, que chegaram em uma carreta, puxada por um trator com faróis apagados; eles ameaçavam incendiar a casa de reza (a comunidade já havia sido atacada em janeiro do mesmo ano). Diante disso, o acesso à comunidade foi novamente bloqueado por meio de toras de madeira, o que atrapalhava a entrada do ônibus escolar, de ambulância, de veículos que faziam a distribuição de remédios, de alimentos.

Nesse mesmo ano, os setores do agronegócio organizam o -Leilão da Resistência, evento que arrecadou gado, grãos e máquinas agrícolas, o qual ocorreu no Parque de Exposições da FAMASUL, em Campo Grande. Teve como objetivo, segundo os organizadores, arrecadar dinheiro para pagar honorários de advogados para a defesa da propriedade privada contra as -invasões indígenas. Estiveram presentes a senadora e presidenta da CNA à época, Kátia Abreu, assim como outros senadores, deputados federais, estaduais, prefeitos, vereadores, políticos, além de representantes das entidades da classe ruralista (Acrissul, Aprosoja, sindicatos ruralistas, patronais).

De acordo com a Agência Pública, com o levantamento efetuado pelo Ministério Público Federal, no Mato Grosso do Sul (MPF-MS), com os dados numéricos apresentados pelo Ministério da Saúde, verificou-se que, entre 2012 e 2014, a taxa de homicídios entre os indígenas da região de Dourados foi de 101 vítimas a cada 100 mil habitantes – quase o dobro da taxa de homicídios de indígenas no Mato Grosso do Sul, que é de 55,9. Para se ter ideia, os

homicídios entre a população geral no estado contabilizam cerca de um quarto em relação à taxa constada na reserva, 26,1 a cada 100 mil. A média brasileira é de 29,2.

O ano de 2014 foi –ano eleitoral, situação em que a população brasileira se vê pressionada pelo modelo capitalista de representação da democracia. Isso equivale a dizer que, a cada ano eleitoral, o capital se impõe nos meandros da articulação dos candidatos, através, por exemplo, de financiamento eleitoral das campanhas por parte das empresas, de acordos entre as classes empresariais e ruralistas, de conchavos eleitorais, de barganhas por empregos e por negociações futuras.

Nesse cenário (2014), a paralisação das ações de demarcações resulta em um quadro de aprofundamento cada vez maior das situações sociais. Um exemplo, pode ser visto no atendimento à saúde, na retomada Laranjeira Ñanderu. Os responsáveis não visitavam os barracos, as visitas aconteciam com o médico/a, permanecendo dentro da caminhonete, sentado no banco dianteiro (com a porta aberta), e as pessoas fazendo filas para o atendimento. A falta de alimentação e o estado de sítio continuavam sendo dois dos diversos elementos que contribuía para o adoecimento da população indígena, que seguia em luta. A seguir, fotos que ilustram o apresentado.

Foto 16: Comunidade fazendo fila para ser atendida por médico de dentro do carro.



Fonte: Egon Heck/CIMI, 2014.

Foto 17: Protesto da comunidade pedindo respostas à Presidenta Dilma.



Fonte: Egon Heck/CIMI, 2014.

Além disso, o período de 2014 significou mais denúncias¹⁰⁷ acerca de fome, como as referentes ao caso da morte de seis crianças indígenas, com idades entre um a dois anos, no município de Japorã, por causa da desnutrição infantil.

Foto 17: Crianças chorando por falta de comida.



Fonte: reprodução /Dando Pitacos, 2014.

Em julho do ano de 2015, mais uma parte da área da Terra Indígena Panambi-Lagoa Rica é retomada pela parentela de Arnaldo, no município de Douradina, próximo à retomada Laranjeira *Nanderu*, divisa com o Rio Brilhante. Arnaldo lidera a retomada *Teyjuçu Iguá*, que recupera 75 hectares da área¹⁰⁸.

Figura 19: Retomada Tajaçu Iguá, ao lado do Laranjeira Ñanderu

¹⁰⁷ Indiozinhos Guarani-Kaiowá morrem por desnutrição | Dando Pitacos (apatotadopitaco.blogspot.com). Acesso: 20/04/2022.

¹⁰⁸ Douradina tem fazenda invadida por grupo de indígenas no último final de semana. Disponível em: <https://ifato.com.br/noticias/rural/douradina-tem-fazenda-invadida-por-grupo-de-indigenas-no-ultimo-final-de-semana/7452.html>. Acesso: 29 abr. 2022.



Fonte: Helton Marcos, Douradina News

Ainda no ano de 2015, conduzida pela APIB, e com apoio de várias organizações, realizou-se a Campanha Internacional¹⁰⁹ –Não ao genocídio, denunciando a violência do agronegócio na produção da soja e da carne no MS. O título era –**A carne que vem do Mato Grosso do Sul tem sangue indígena**. A proposta objetivava explicitar o que existia por trás da exportação de carne e soja nos territórios dos Guarani Kaiowá, no MS. A seguir, fotos relativas à campanha.

Figura 20: Campanha –Não ao Genocídio – inglês

Figura 21: Campanha –Não ao Genocídio – espanhol

¹⁰⁹ [Movimento a favor de índios reforça campanha de boicote a produto de MS. Disponível em: https://www.campograndenews.com.br/economia/movimento-a-favor-de-indios-reforca-campanha-de-boicote-a-produto-de-ms](https://www.campograndenews.com.br/economia/movimento-a-favor-de-indios-reforca-campanha-de-boicote-a-produto-de-ms). Acesso: 12 out. 2022.



Fonte: Reprodução, 2015.



Fonte: Reprodução, 2015.

Por meio da campanha denunciou-se que o MS possuía o 4º rebanho bovino do país, cerca de 21 milhões de cabeças, ocupando mais de 20 milhões de hectares, enquanto os Guarani Kaiowá ocupavam apenas 35 mil hectares, com uma população de mais de 46 mil pessoas.

A bancada ruralista do MS reagiu veementemente¹¹⁰ defendendo o agronegócio. O deputado Zé Teixeira, por exemplo, afirmou o seguinte:

Se a Europa e os Estados Unidos não comprarem mais os produtos brasileiros nosso País vai quebrar, pois o agronegócio é o setor que eleva o Produto Interno Bruto. A cana-de-açúcar, a soja, a carne, o biodiesel não são produzidos à custa de sangue de índio, mas da mão calejada e do suor do produtor rural. Esse conflito só não foi resolvido ainda por conta da má vontade política.

A situação continuou sob forte tensão, no ano de 2015, com mais uma liderança importante da Aty Guasu assassinada, em brutal ataque à comunidade Ñanderu Marangatu, município de Antônio João, no dia 29 de agosto de 2015. O ataque partiu da sede do Sindicato Rural do Município, em reunião comandada por sua presidente, Roseli Maria Ruiz. Estavam presentes políticos ligados à bancada ruralista do Estado, como os deputados federais Luiz Henrique Mandetta (DEM) e Teresa Cristina (PSB), o senador Walmir Moka (PMDB), Pedro Pedrossian Filho (filho do ex-governador do MS), entre outros. Ao final da reunião, o grupo resolveu partir dali mesmo diretamente para o ataque à retomada.

O caso tornou-se público, uma vez que o ataque aconteceu com a participação de lideranças políticas e fazendeiros que saíram em caravana, com mais de 40 veículos, com

¹¹⁰ Disponível em: <https://www.douradosagora.com.br/2015/10/22/campanha-esdruxula-causa-desconforto-na-asmbleia/>. Acesso: 12 out. 2022.

homens fortemente armados e com coletes à prova de bala, em plena luz do dia. Desse modo, o atentado à referida Terra Indígena Nãnderu Marangatu resultou no assassinado, a sangue frio, da jovem liderança Simeão Fernandes Vilhalva, de apenas 26 anos, com um tiro que entrou pelo crânio e saiu na nuca¹¹¹.

Em 04 de setembro de 2015, o então presidente do Sindicato Rural de Rio Brillhante enviou mensagem pelas redes sociais convocando os produtores rurais, abertamente, para promoverem ampla mobilização com o intuito de fazer remoção forçada dos indígenas, com a seguinte mensagem: -URGENTE MOBILIZAÇÃO. Fazenda invadida no Bocaja. Convidamos todos os produtores rurais para se unirem e se deslocarem até o local. Os interessados em se unirem nesta mobilização favor entrar em contato com Lll (4 de setembro de 2015). O convite, partindo de um líder e formador de opinião, contrasta completamente com os protocolos do regime democrático, e pode ser equiparado a práticas de formação de milícias particulares.

O local, Bocajá, é o mesmo onde houve a retomada do *Guyra Kambi''y*, município de Douradina, limdeiro ao município de Rio Brillhante. Nesse caso específico, de incitação, o MPF instaurou inquérito para apurar, baseado no Artigo 288, do Código Penal, que torna crime -Constituir, organizar, integrar ou custear organização paramilitar, milícia particular, grupo ou esquadrão com a finalidade de praticar qualquer dos crimes previstos neste código. Pena - reclusão de 4 a 8 anosll.

Lembramos que, nesse mesmo ano (2015), aconteceu em cinco estados do Brasil, entre eles Mato Grosso do Sul, mobilização em protesto contra a PEC 215, que pretendia transferir os processos de demarcação de terras indígenas, quilombolas e áreas de proteção do poder judiciário para o poder legislativo. No MS, os protestos envolveram mais de 400 indígenas das etnias Guarani Kaiowá e Nãndeva¹¹².

Parte da escalada de criminalização dos movimentos sociais e das lideranças assolou também o Conselho Indigenista Missionário - CIMI, entre setembro de 2015 a maio de 2016, quando o órgão se tornou alvo de uma CPI, no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, solicitada pelos ruralistas e presidida pela então deputada estadual Mara Caseiro; a relatoria ficou a cargo do deputado Paulo Corrêa e de dois representantes do agronegócio do estado.

A CPI durou nove meses, tendo, entre seus propósitos, produzir provas que incriminavam os missionários do CIMI, acusando-os de responsáveis pelas -invasões de

¹¹¹ Organizações exigem investigação da participação de parlamentares em reunião que resultou na morte de liderança indígena Guarani e Kaiowá

¹¹² <https://www.survivalbrasil.org/filmes/pec215>. Acesso: 10 out.2022.

terras, conforme a linha de investigação, em clara tentativa de criminalização da entidade, aliada dos indígenas. A seguir fotos que mostram momentos relacionados à questão.

Figura 22: Capa do jornal *O Progresso* de Dourados.



Fonte: Jornal *O Progresso*, 2015.

Figura 23: Manifestação na Assembleia Legislativa do MS pedindo –CPI do Genocídio.



Fonte: Revista *Racismo Ambiental*, 2015

No transcorrer das sessões, os movimentos sociais, populares e de defesa dos direitos humanos organizaram protestos para pressionar os deputados; tais movimentos pediam uma –CPI do Genocídio, o que contrapunha à CPI do CIMI.

Registramos que, durante as investigações, foram expostas as contas, os trabalhos desenvolvidos e também a vida pessoal dos membros do CIMI. Nas conclusões, o Relatório Final da CPI, de maio de 2016, apontou o seguinte:

Trata-se, em verdade, de um plano cuidadosamente orquestrado, com o deliberado **intuito de desestabilizar instituições**, os Poderes constituídos, o Estado Democrático de Direito. A documentação trazida ao processo é estupefacente no que diz respeito aos intentos do CIMI, **sob a travestida roupagem de proteger direitos de indígenas** (p. 18).

[...] Através da análise dos documentos que instruem o presente processo é possível concluir que o CIMI atua há muito tempo no Estado de Mato Grosso do Sul, com o deliberado e inescusável intuito de praticar **atos tendentes a desestabilizar o agronegócio** (p. 38). (grifos nossos).

O Relatório indicou ainda o horror da bancada ruralista em relação ao número de retomadas; segundo a bancada, após o TAC de 2008, elas aumentaram demasiadamente, chegando a mais de 90 propriedades –invadidas ao final de 2015. Para o deputado relator, os documentos e os relatos colhidos demonstram que **o CIMI trabalha com táticas de guerrilha, incitando os povos indígenas à desobediência, agressividade e armamento**. Para os integrantes da comissão, esse modo de operar (incitando os indígenas, calmos, a serem violentos), pode ser verificado em várias ocasiões, como, por exemplo, quando houve a

reintegração de posse da fazenda Buriti de Sidrolândia, em 2013, pelos indígenas da etnia Terena. Esses indígenas, armados e bem organizados, resistiram à determinação da Justiça sobre a reintegração de posse, o que resultou na morte de Oziel Gabriel: **-Os indígenas, até então sem histórico de questionamento com relação às instituições, aos Poderes constituídos, passam a adotar essa postura de maneira tão ostensiva, rasgando inclusive o documento de reintegração de posse**, afirma Paulo Corrêa, que também ressaltou que o CIMI possui **-marcas indelévels do radicalismo marxista**¹¹³.

A Defensoria Pública da União - DPU moveu ação contra o estado de Mato Grosso do Sul e a Justiça Federal anulou o Relatório Final, alegando que a Assembleia Legislativa havia extrapolado suas competências, ao criar a CPI do CIMI.

O ano de 2016 ficou marcado também pelo **-Massacre de Caarapó**¹¹⁴, onde foi morto o agente de saúde Clodioli, e várias pessoas ficaram feridas, com balas alojadas no corpo, quando do ataque dos fazendeiros às retomadas da região. Logo em seguida ao massacre, várias fazendas em torno da reserva indígena Tey Kuê foram retomadas.

Em 2017, a retomada Tajasu Iguá, município de Rio Brilhante, liderada por Arnaldo, perdeu mais uma mulher indígena, de 36 anos, por atropelamento, enquanto voltava, de bicicleta, do trabalho com a filha¹¹⁵.

No mês de agosto de 2017 aconteceram novos protestos nas rodovias de MS, contra o Marco Temporal, que envolveu mais de 1.000 indígenas. No Brasil, a mobilização ocorreu em 13 estados, totalizando mais de 7 mil indígenas que foram às ruas protestar contra os ataques aos seus direitos.

No que se relaciona às pesquisas pioneiras sobre contaminação por agrotóxicos, assinalamos a pesquisa do grupo coordenado pelo médico e pesquisador da UFMT, Wanderlei Pignati, que comprovou a contaminação do leite materno depois de pesquisa no município de Lucas do Rio Verde- MT, no ano de 2011¹¹⁶. Salientamos que, no ano de 2017, o tema da contaminação das populações indígenas por agrotóxicos veio novamente à tona, na pesquisa de Larissa Mies Bombardi, professora de Geografia Agrária da USP, que, segundo o atlas **-Geografia do Uso de Agrotóxico no Brasil e Conexões com a União Europeia**, apontou a

¹¹³ RELATÓRIO FINAL DA CPI DO CIMI. Acesso: 15/09/2022.

¹¹⁴ <https://cimi.org.br/2022/01/cinco-anos-justica-audiencias-massacre-caarapo/>

¹¹⁵ Indígena é atropelada no MS e motorista foge sem prestar socorro | Cimi

¹¹⁶ Pesquisa realizada em Mato Grosso revela contaminação de leite materno | Jornal Hoje | G1. Acesso em 17/09/2022.

população indígena do estado de Mato Grosso do Sul como a terceira mais atacada por agrotóxicos no Brasil¹¹⁷.

Quando o TAC sobre as demarcações dos territórios Guarani Kaiowá completou, em 2017, dez anos, o **MPF**¹¹⁸ de Dourados produziu um curto vídeo-documentário, intitulado *-TAC das Demarcações: uma década de descumprimento*. No documentário, há o depoimento da Dona Maria Joana Mariano, na época com 98 anos, mãe do cacique Faride Mariano. Ela expressa sua incredulidade quanto ao papel do Estado frente à morosidade da demarcação:

Será que vai demorar muito esse trabalho de vocês? Cada um de vocês vem aqui e fala uma coisa. E a gente deixa vocês, a gente (fica) satisfeito, alegria. E depois a gente fica esperando, e nunca aparece o que vocês trabalhou e **nós fica esperando e não vê**. Então **a gente não tá mais acreditando em quase nada** do trabalho de vocês. Eu acho que **não vou ver a demarcação, porque eu já tô velhinha** e já tô morrendo (...) ¹¹⁹ (grifos nossos).

Assinalamos que Dona Maria Joana morreu sem ver resolvida a questão da demarcação de suas terras ancestrais. Pudemos observar que, assim como Dona Maria Joana, nascida em 1915, dona Alda, seu Olímpio, seu Tito, seu Ricardo e todos os idosos com os quais conversamos, no decorrer de nossa pesquisa, vivenciaram o contexto da colonização violenta, da criação das oito reservas indígenas, da espoliação de suas terras, devastação de suas florestas e rios, remoção forçada, enfim, a violenta desestruturação dos seus modos de vida tradicionais.

Por isso, faz sentido quando seu Tito tenta nos explicar que, para ele, tudo começou pela -Guerra do Getúlio. Para dona Alda, foi com a vinda dos gaúchos, os colonos que mataram parte de sua parentela dentro do Rio Brillante. Quanto aos idosos, na atualidade, eles cresceram em ambiente hostil, viveram sua juventude e fase adulta lutando muito para sobreviver. Por terem vivenciado tanto tempo de espera de decisões sobre a demarcação de suas terras, grande parte também não acredita mais no papel do Estado brasileiro como legítimo representante das políticas de justiça e igualdade. Vejamos, na sequência, fotos de algumas dessas pessoas.

¹¹⁷ Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/573195-populacao-indigena-do-mato-grosso-do-sul-e-a-terceira-mais-contaminada-por-agrotoxicos-no-pais>. Acesso: 17 set. 2022.

¹¹⁸ Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/ms/sala-de-imprensa/noticias-ms/conflito-fundiario-pela-primeira-vez-marco-temporal-de-1988-e-usado-a-favor-de-indigenas-em-ms>. Acesso: 17 set. 2022.

¹¹⁹ Dona Maria Joana Marino, mãe do cacique Faride Marino, viveu na retomada, e morreu sem ver a terra demarcada.

Foto 18: Cacique Faride Mariano com sua mãe, Dona Maria Joana.



Fonte: Juliana Motta, 2016

Foto 19: Dona Maria Joana com suas vestes típicas, mbaraká e kurusú.



Fonte: Juliana Motta, 2016.

Em meio aos conflitos resultantes de falta de alimentos, falta de local para plantar, sobreposição de moradias, falta de opção para a juventude, parte da população que ocupava a mata da fazenda Santo Antônio da Boa Esperança, constituindo a retomada Laranjeira Ñanderu, saiu para nova retomada, no dia 31 de outubro de 2018. Com isso, surge a retomada Laranjeira Ñanderu 2, que ocupou a sede da referida fazenda. A partir de então, próximas uma da outra, por poucos quilômetros, os dois grupos dão prosseguimento às suas lutas pelo território da Terra Indígena Brilhantepegua.

Em janeiro de 2019, apelidado de *-Janeiro Vermelho* das organizações indígenas nacionais, entidades como APIB- Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e COIAB – coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, dão continuidade à Jornada *-Sangue Indígena: Nenhuma Gota a Mais*¹²⁰. As denúncias demonstraram que *-Há uma*

¹²⁰ Disponível em: <https://conexaoplaneta.com.br/blog/liderancas-indigenas-vaio-a-europa-para-denunciar-governo-bolsonaro/>. Acesso: 12 out. 2022.

conexão internacional. Tem manteiga, sabonete, óleo de soja, toda uma cadeia produtiva que teoricamente está se alimentando de sangue indígena.¹²¹

A ação foi uma resposta à guerra contra os povos indígenas, desencadeada pelo presidente da República, cujo mandato teve início em 2019¹²². Em várias ocasiões, o presidente opinou sobre a questão indígena no Brasil, chegando mesmo a comparar a cavalaria norte-americana com a brasileira, quando afirmou que a de *-lá foi muito mais eficiente que a nossa*, em alusão ao genocídio norte-americano. Uma caravana, composta por sete membros, entre eles Elizeu Guarani Kaiowa, percorreu 12 países em 35 dias, denunciando a realidade do Brasil e pedindo apoio ao povo indígena do Brasil.

Figura 24: Jornada Sangue Indígena.



Fonte: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, 2019.

Nos primeiros dias do ano de 2020, a comunidade Laranjeira Ñanderu 2 teve sua casa de reza queimada, resultado de conflitos relacionados a¹²³ intolerância religiosa, situação levantada também por outros *tekohá*, como Jaguapiru, Rancho Jacaré, Ita'y, entre outros. Em seguida, uma caravana de movimentos sociais e de redes de direitos humanos se formou para

¹²¹ Marco Antônio Delfino, do MPF: "Há uma cadeia produtiva internacional que se alimenta do sangue indígena" - De Olho no Mato Grosso do Sul

¹²² Pare o genocídio Indígena - Survival International

¹²³ Embora haja controvérsias, tudo leva a crer que uma das possíveis causas pode ser o conflito com uma das famílias do local, idosos e rezadores tradicionais, com um dos filhos evangélicos, cuja relação com sua igreja o leva a proibir os pais de frequentarem a casa de reza, bem como denomina os cantos tradicionais de *-bruxarial*, *-feitico*, etc, e proíbe os pais de participar dos rituais religiosos tradicionais.

visitar e prestar solidariedade às comunidades que sofreram diversos tipos de violações aos direitos, entre elas as retomadas da região de Dourados. Na ocasião, a vinda do senador pelo Espírito Santo, Eduardo Contarato, representando a Comissão de Direitos Humanos, colaborou para diagnóstico sobre a realidade do Estado do Mato Grosso do Sul.

Foto 28: Caravana de apoio aos acampamentos - Retomada Larnajeira Ñanderu 2



Crédito: Renato Santana/CIMI. Janeiro, 2020.

Em janeiro de 2020, o novo coordenador regional da FUNAI/MS, José Magalhães Filho, militar da reserva, indicado pela senadora Soraya Thronicke (PSL)¹²⁴, assume a pasta defendendo o seguinte:¹²⁵

Nós temos que preparar esse indiozinho, essa indiazinha, para frequentar a escola urbana. E assim a **namorar com um pretinho, um branquinho. E essa integração** vem surgindo automaticamente. Essa forma é nossa política a ser implantada. [...] A língua portuguesa tem que ser ensinada, incentivada nas escolas indígenas. Pretendo e tenho sonhos que muito mais que uma escola de tempo integral, a gente tenha uma escola social, onde o indiozinho, a indiazinha, na parte da tarde ele comparecerá para fazer suas tarefas orientado por professor. Onde tenha um local adequado para guardar seus cadernos, seus livros, porque na sua casa não tem. Muitas **casas são de chão de terra batido, os cadernos e as folhas dos livros são todas amareladas.** [...]A gente esquece que **o índio é uma criatura como nós.** E para estar à frente da

¹²⁴ O discurso da senadora na Comissão de Direitos Humano do Senado foi rebatido por Sônia Guajajara, em diálogo que tomou proporção nacional, sobre o tema das terras e territórios.

¹²⁵ Coordenador da Funai diz que vai integrar –indiozinhos|| para namorar com –um pretinho, um branquinho|| - A Crítica de Campo Grande Mobile.

coordenação cujo objetivo do governo é a **integração do índio à sociedade** basta somente ter sensibilidade humana. É o que basta (grifos nossos).

O discurso ilustra o modo como a população indígena é tratada no estado do MS. Por ser considerada ainda um *-empecilho ao desenvolvimento*, a meta geral é a liberação das terras e a integração dos indígenas através dos projetos de urbanização, os quais levariam à *-mistura* e ao posterior desaparecimento desses povos. Além disso, predomina no texto o racismo estrutural, que classifica os negros e os indígenas como seres inferiores.

Em 16 de janeiro de 2020, Álvaro Osório do Valle Simeão, procurador-chefe da FUNAI, escreve uma carta de recomendação, dirigida à Coordenação Regional da FUNAI Litoral Sul, em Santa Catarina, em que recomenda: *-tribos invasoras de propriedades privadas não devem receber cestas básicas*. Imediatamente, a CONAB corta o envio das cestas básicas aos Guarani Kaiowá. Procuradores da República constataam que, em meio à fome, os depósitos da CONAB estavam repletos de alimentos prestes a perder o prazo de validade e apodrecer, enquanto a fome assolava as comunidades indígenas.

O caso resultou em comoção nacional, e uma grande campanha, organizada pelo grupo carioca *-Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria* (criada por Betinho, em 1992), em parceria com entidades locais de direitos humanos, enviou 13 toneladas de alimentos do Rio de Janeiro para as retomadas Guarani Kaiowá¹²⁶

Em resposta à atitude da FUNAI, no dia 27 de janeiro de 2020, o MPF, por meio da Procuradoria da República em Dourados, questiona o corte das cestas básicas e afirma que a não identificação das terras indígenas para a delimitação eram causadas pelo atraso do próprio órgão indigenista, e que, portanto, as retomadas não deveriam ser penalizadas pelos erros dos próprios órgãos, os quais deveriam protegê-los e respeitá-los. Os procuradores estipularam prazo para restabelecer a entrega e ressaltaram que o ato constituía crime contra a humanidade.

No dia 6 de março de 2020, a pressão dos indígenas e dos apoiadores motivou a realização de uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Mato Grosso do Sul com o tema *Em Defesa do Direito Humano à Alimentação Adequada das Comunidades Indígenas do MS*. Na ocasião, os Guarani Kaiowá e os Terena realizaram uma marcha até a Assembleia Legislativa percorrendo algumas avenidas de Campo Grande para dar visibilidade à grave situação de violação de direitos vivenciada pelos povos indígenas.

¹²⁶ Procuradoria da República chama de torpe decisão da Funai de não levar alimentos a áreas tradicionais sem demarcação.

Em seguida, em meados de março de 2020, teve início a pandemia da Covid19; então as organizações de defesa dos Direitos Humanos e dos movimentos sociais e populares formaram comitês e instituíram campanhas de arrecadação de máscaras, álcool em gel, roupas, alimentos, além de sementes para o plantio de roças.

Rgistramos que, na retomada Laranjeira Ñanderu, a oferta de cestas básicas é irregular, tanto por parte da FUNAI (a última distribuição ocorreu em novembro de 2021, portanto 7 meses em relação ao tempo presente), quanto por parte das organizações de apoio, ocasionalmente. Os componentes da cesta básica geralmente não incluem itens relacionados aos costumes tradicionais, como vimos anteriormente; há principalmente oferta de carboidratos e carência de vitaminas e sais minerais. Parte da alimentação vem das pequenas roças cultivadas pelos indígenas, mas são insuficientes para a demanda. Outra parte vem dos trabalhos externos, principalmente dos homens, em empresas da região, em diárias nas fazendas, ou, por meio do trabalho durante as safras, como a da colheita da maçã em Santa Catarina.

Entre os incômodos de saúde, prevalece, nas crianças, tosse, diarreia, gripe, vômitos, dor de cabeça, principalmente relacionadas aos períodos de aplicação de venenos nas lavouras do entorno. Quanto às moradias, geralmente são de chão de terra, com paredes de lona ou plástico, misturadas com partes de sobras de madeira, cobertura de palha, lona, restos de eternite ou telhas. Os sanitários são improvisados, feitos em buracos, ladeados por paredes de lona (algumas pessoas costumam defecar no mato). O lixo normalmente é queimado, enterrado ou disposto pelos quintais. O preparo dos alimentos é feito em fogões, geralmente a lenha, cujo fogo é mantido com lenha seca, papel, plástico e madeira. A água é um desafio grande: pequenos poços são feitos pelos moradores para suprir sua necessidade. Pequenos riachos suprem a necessidade de água para lavar roupas e tomar banho. Em épocas de seca, a comunidade depende da água do caminhão pipa.

No que se refere à educação, as crianças em idade escolar frequentam a escola; contudo, várias delas reclamam das dificuldades com o racismo presente no cotidiano relacionado a esse espaço. Questões importantes foram relatadas, por exemplo: preconceito nos ônibus escolares; tratamento diferenciado em relação às crianças não indígenas – os não indígenas ganham bolo na fila, e os indígenas ganham pão seco na fila¹²⁷. Outra situação bastante complexa refere-se aos hábitos alimentares da etnia, que orienta as meninas adolescentes a não comerem determinados alimentos, de acordo com suas condutas culturais;

¹²⁷ Em roda de conversa no mês de setembro de 2022, em que mães discutem sobre escola na comunidade, prevista em acordo entre MPF e Secretaria Municipal da Educação, para o ano de 2023.

no entanto, a escola desconsidera tais hábitos e as força a seguir o padrão alimentar determinado pela instituição.

Alguns jovens da comunidade são universitários, principalmente na FAIND (Faculdade Intercultural Indígena), da UFGD. O apoio, através das bolsas de estudos, para pagar transporte, alimentação, e outros, têm sido indispensáveis para a continuidade. Porém, os cortes orçamentários de verbas para a educação pública têm interferido diretamente na continuidade dos estudos dos acadêmicos, que, a cada etapa, enfrentam novos desafios para a continuidade.

Em 2021, mais uma mostra da violência estrutural que atinge as comunidades indígenas: o assassinato da menina Raíssa da Silva Cabreira, de apenas 11 anos, estuprada e assassinada na Reserva Indígena Bororó em Dourados, em 09/08/2021¹²⁸. Ela teve seu corpo jogado sobre uma pedra nessa reserva indígena. O caso recolocou na pauta o tema da violência contra as mulheres, em plena pandemia. Em setembro de 2022, outro caso ficou notório, o do assassinato brutal, também caracterizado como crime sexual, da pequena Ariane Oliveira, de apenas 13 anos, neta do cacique Getúlio e da rezadeira Dona Alda, assassinada na Reserva Indígena Jaguapiru de Dourados MS¹²⁹, encontrada no dia 11/09/2022, após desaparecimento por nove dias.

Esses dois episódios recentes de estupro de meninas desvelam a brutalidade da situação em vista da falta de territórios, como pano de fundo das diversas formas de violência, em que mulheres, idosos e crianças perfazem o grupo mais vulnerável. Ambos os crimes se relacionam à situação de risco a que se refere o jovem Jânio Ávalo, para quem *–somente pelo fato de sermos guarani kaiowá, de sermos indígenas, já estamos correndo risco de ser mortos* (Roda de Conversa, novembro de 2019).

Segundo pesquisa, Mato Grosso do Sul, tristemente, é o estado com maior número absoluto de violência sexual contra mulheres indígenas, quase o dobro dos registros de qualquer um dos estados da Amazônia brasileira. Desde 2012, Dourados é a cidade onde mais mulheres indígenas são vítimas de violência sexual no Brasil. Quem vive e estuda essa realidade considera que o cenário pode ser ainda pior devido à subnotificação¹³⁰.

¹²⁸ Criança de 11 anos é encontrada morta e há suspeita de abuso sexual; três adolescentes foram apreendidos em Mato Grosso do Sul | G1

¹²⁹ Femicídio de adolescente no MS escancara descaso com povo Guarani Kaiowá - De Olho nos Ruralistas. Acesso: 17 set. 2022.

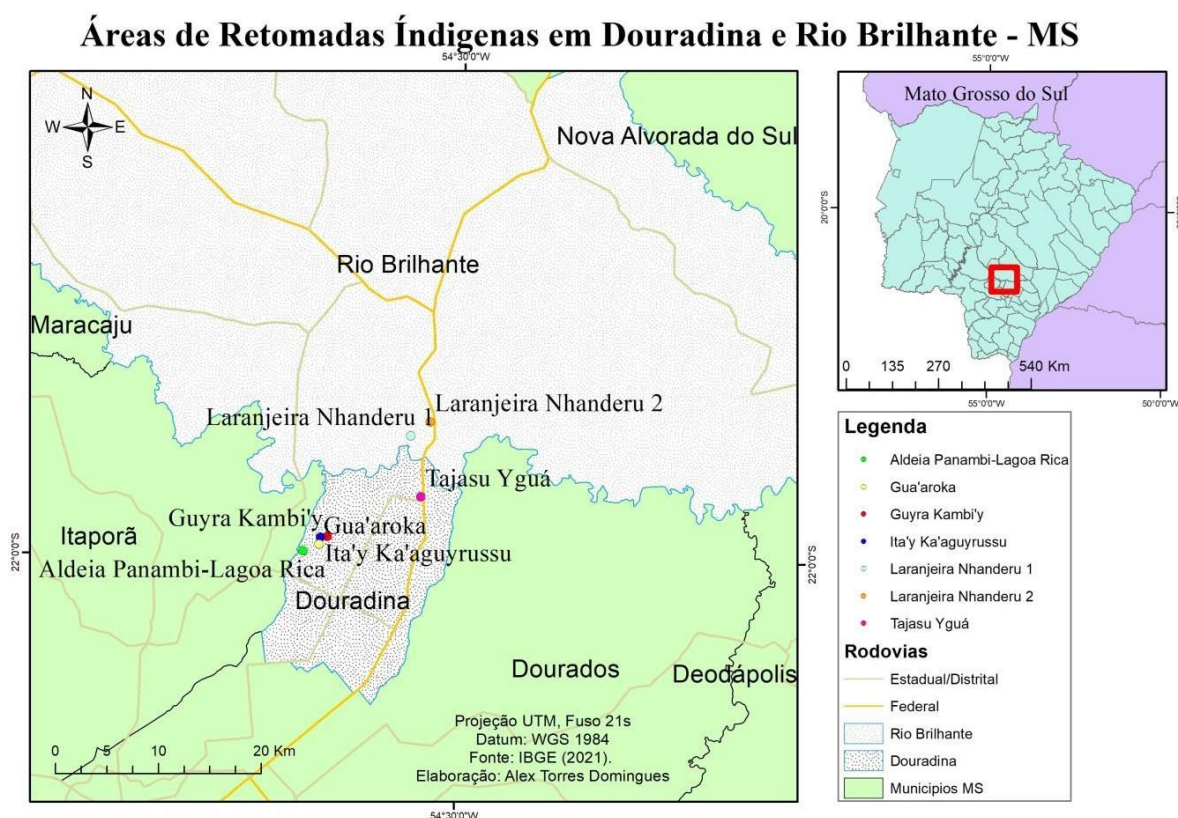
¹³⁰ A luta das Guarani e Kaiowá na região mais perigosa para mulheres indígenas no país - Agência Pública. Acesso: 17 set. 2022.

Em 22/02/2022, o Senador Fabiano Contarato¹³¹ denunciou ao Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH, a pulverização de agrotóxicos em terras indígenas no MS.

Não é por outra razão que o procurador da República Marco Antônio Delfino chamou essas pulverizações de ‘agressões químicas’. As consequências da contaminação por agrotóxicos já vêm se manifestando na saúde dos indígenas. Diversas crianças e adolescentes foram hospitalizados com sintomas associados a esta contaminação, incluindo dores no peito, estômago e cabeça, tosse seca, falta de ar, vômitos, diarreia e irritação cutânea.

Ainda no ano de 2022, uma nova retomada insurgiu, ampliando a área da Terra Indígena Panambi-Lagoa Rica: Gua’á roká, ou -ninho da ararall, localizada ao lado da retomada Ytaí. A seguir mapas de áreas de retomadas.

Mapa 6: Áreas de retomadas indígenas em Douradina e Rio Brillhante – MS.



Fonte: Alex Domingues Torres, 2022.

¹³¹ <https://ptnosenado.org.br/contarato-denuncia-lancamento-de-agrotoxicos-em-terras-indigenas/>. Acesso: 10 out. 2022.

Mesmo em meio aos componentes da guerra contra os povos originários, as comunidades se auto-organizaram e constituíram suas barreiras sanitárias, por exemplo, no sentido de impedir a propagação do vírus da Covid-19. Fizeram auto-isolamento e, parte delas, investiu no plantio de hortas e de pequenas roças, a exemplo de Laranjeira Ñanderu 2, tema que será abordado no próximo capítulo. Na sequência, quadro em que se mostram lutas/conflitos no *Tekohá* Laranjeira Ñanderu, no período entre 2005-2022.

Quadro 1- Síntese das lutas/conflitos no *Tekohá* Laranjeira Ñanderu no período entre 2005-2022¹³²:

Ano	Acontecimento	Agentes e sujeitos envolvidos	Resultados
2005	Retomada de três fazendas simultaneamente em 29/08 até 01/09	Comunidade, empresa de segurança, fazendeiros	Despejo violento por grupos por meios ilegais
2005-2007	Acampamento de retomada às margens da Reserva Panambi-Lagoa Rica	Comunidade	Resultado da tentativa de retomada
2008	Retomada na mata da Laranjeira Ñanderu	Comunidade e fazendeiro	Estado de sítio
2008	Impedimento de atendimento saúde	Comunidade e fazendeiro	Falta de atendimento
2008	Impedimento visita FUNAI	Comunidade	Demora na perícia
2008	Aplicação de agrotóxicos	Fazendeiro e comunidade	Morte de bebê de 8 meses
2008	Contaminação por agrotóxicos.	Fazendeiro e comunidade	Morte de criança de 7 anos
2008	Cerceamento da liberdade de ir e vir	Fazendeiro e comunidade	Suicídio de adolescente 15 anos
2008	Falta de transporte escolar dentro da área	Fazendeiro e comunidade	Crianças: chuva, sol, longas distâncias
2008	Programas de rádios locais, classificando-os como -invasores	Rádio local, população do Município e Comunidade	Racismo
2008	Porteira cadeada	Fazendeiro, FUNASA e Comunidade	Parto na retomada com retenção placentária
2008	Falta de transporte adequado	Comunidade, poder público	Duas mortes por atropelamento
2009	Morosidade na resolução da Demarcação	Governo e Comunidade	Despejo em 11/09
2009	Despejo na rodovia	Empresa GASPEM e Comunidade	Calor em excesso, falta de água, falta de alimentação, rojões noturnos, ameaças,

¹³² Destacamos dois eventos importantes antes de 2005: a data de 1940, quando colonos e Estado expulsaram, violentamente, o *Tekohá* do *mburuvixá* Ñanderu Naranxera, causando mortes e esparramo; e a de 1971, em que há a abertura do processo fundiário pela FUNAI e posterior engavetamento.

			impedimento de acesso ao rio
2009	Enchente	Comunidade	Contaminação águas, alimentos. Doenças
2009	Ameaça despejo pelo DNIT	DNIT e Comunidade	Medo e pressão
2011	Despejo na rodovia	Comunidade	Calor em excesso, falta de água e alimentos, condições degradantes
2012	Atropelamento liderança Zezinho	Ambulância e Comunidade	Morte precoce
2011	Incêndio criminoso	Fazendeiros e Comunidade	Perda de alimentos, roupas, animais. Dimensão espiritual
2011	Ameaças e constrangimento	Empresa de Segurança e Comunidade	Ameaças e tiros noturnos
2011	Enchente	Comunidade	Perda de alimentos, roupas
2012	Falta de transporte crianças	Prefeitura e Comunidade	Crianças caminham distante 4 km
2013	Ameaças	Empresa GASPEM e Comunidade	Ameaça de incêndio e terror
2014	Atendimento médico dentro do carro	FUNASA e Comunidade	Mau atendimento
2014	Construção de pedágio por meios enganosos	DNIT e Comunidade	Enganação e desrespeito aos protocolos de Consulta
2014	Construção de pedágio por meios enganosos	DNIT e Comunidade	Pagamento obrigatório de pedágio de R\$ 7,10 (R\$ 14,20 ida e volta)
2014	Mortes na rodovia	Comunidade	Duas mortes
2014	Chuva de veneno em quatro ciclistas no trajeto pra casa	Comunidade	Três mortos
2018	Nova retomada e ameaça de despejo	Comunidade	Pressão, ameaça
2020	Conflitos religiosos	Comunidade e igreja –Deus é Amor!	queima da casa de reza
2021	Assédio sobre as terras via PNCF	Comunidade, grupos locais	Divisão, assédio
2022	Retomada da fazenda Inho	Comunidades das duas retomadas	Despejo ilegal
2022	Atropelado nas margens da rodovia	Comunidade	Morte de jovem
2022	Saída do presídio	Comunidade	Morte de jovem
2022	Internação sem explicação	Comunidade	Morte de mulher
2022	Racismo étnico nas escolas	Crianças da comunidade	Crianças querendo desistir da escola

3.5 “Novos” meandros e estratégias de poder: a renda fundiária

Desde o mês de novembro de 2021, as Comunidades Laranjeira Ñanderu e Laranjeira Ñanderu 2, vêm escutando burburinhos de que o vereador Adãozinho, do município de Rio Brilhante e o pai dele, seu Ramão, estavam fazendo cadastro de moradores da região para um

novo assentamento, a ser realizado no município de Rio Brillhante, pelo antigo Banco da Terra e atual Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

O Ramão Leite pai do vereador Adãozinho, essa semana, ameaçaram de ocupar a fazenda do Raul português. Sem autorização do cacique eles não podem fazer isso. Eles querem que a gente assina um papel autorizando a entrada deles na fazenda, que é nossa terra. Eles já escolheram até o nome, do pai dele. Não autorizamos, nem nós e nem o Aduato. (...). Ele (Ramão) fala que tem um papel de autorização, não sei se é do INCRA, da CUT, do MST. Eles falam que nós autorizamos, mas eles não podem usar nosso nome porque nós não autorizamos. Nós não queremos fazer briga de indígena com INCRA, porque se isso acontecer vai ficar muito ruim (entrevista a comunidade em janeiro de 2022).

No mês de janeiro, de 2022, a comunidade soube, através de terceiros, que a fazenda desejada para o referido projeto de assentamento do PNCF era a fazenda Inho, lindeira com a fazenda Santo Antônio da Boa Esperança. As duas compunham parte dos estudos antropológicos do GT –Brilhantepegual ou –Laranjeira Ñanderu e Boqueirão, cujo Relatório de Identificação e Delimitação estava parcialmente pronto, aguardando alguns laudos finais de responsabilidade da FUNAI para ser publicado, segundo a comunidade

Discordando da posição do Sr. Ramão em querer uma carta de apoio ao projeto de assentamento nas terras em estudo, e duvidando de sua pertença ao MST, as lideranças indígenas procuraram representantes do MST para esclarecer a situação. No dia 5 de fevereiro de 2022, houve descrição mais detalhada da situação enfrentada pela comunidade, numa reunião com o objetivo de entender melhor a situação.

Na ocasião o Sr. Ramão identificou-se como liderança do MST. No entanto, a comunidade procurou a respectiva entidade para esclarecimentos, tomou conhecimento de que ele não pertencia ao MST e de que havia distinção entre a organização MST e um grupo que se autodenominava –sem terra (sem terra pode ser a condição social de todos os que não possuem posse de terra, que era diferente da organização Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST).

Na reunião, a comunidade explicou que, desde meados de novembro de 2021, as pessoas candidatas às parcelas de terras da reforma agrária pelo PNCF vinham sendo cadastradas pelo Ramão. O número de cadastrados até o momento da reunião, segundo informações, era de 200 pessoas. Tanto o pai quanto o filho vereador estariam pleiteando apoio por escrito das duas retomadas (Laranjeira Ñanderu e Laranjeira Ñanderu 2), para demonstrar ao grupo cadastrado que não havia interesse de conflitos entre os cadastrados e as comunidades indígenas.

A estratégia pretendida, por pai e filho, seria motivar um acampamento de famílias –sem terras dentro da fazenda Inho, com anuência das comunidades indígenas, como forma de pressionar os órgãos públicos pela agilidade no processo de aquisição de terras via PNCF, ignorando que a área era objeto de disputa judicial entre os fazendeiros e os indígenas, que estavam aguardando a publicação do Relatório de Identificação e Delimitação havia mais de dez anos. Segundo as duas comunidades, a fazenda Inho, bem como a fazenda Santo Antônio da Boa Esperança estavam sobrepostas sobre suas terras ancestrais.

Nesta reunião de janeiro, a comunidade avaliou a importância da publicação do Relatório de Identificação e Delimitação, cujos estudos foram (ou estão sendo) coordenados por Kátya Vietta, antropóloga que, segundo testemunhos da comunidade, passou por inúmeras situações, até pelo constrangimento de ser impedida, na entrada da fazenda Inho, para estudos da área. Segundo a comunidade, na medida em que fosse publicado o Relatório de Identificação e Delimitação, seus integrantes teriam mais força política para se posicionarem em relação a seu território. Contudo, o atraso na publicação de documentos ocorre, desde os acordos do –TAC das Demarcações, dado o grau de assédio sobre os casos.

Um dos problemas relativos tanto à demora de publicação de estudos, quanto aos inúmeros processos de contestação do direito à terra, por parte dos indígenas, está na questão da renda da terra. Uma vez que a terra é considerada Terra Indígena os supostos proprietários têm direito somente ao ressarcimento das benfeitorias, ou seja, não poderão receber o valor da terra nua; perdendo, assim, o direito de se apropriar da renda da terra. Na prática, isso significa que os supostos proprietários deixarão de receber milhões de reais.

Em contrapartida, no momento em que a mesma terra passa a ser disponibilizada para fins de assentamento de reforma agrária, via PNCF, caberá ao governo a aquisição via compra.

Assim, o suposto dono da terra (indígena) coloca-a a venda no mercado das terras, transformando-a em renda capitalizada. É importante salientar que as rendas diferencial I (solo ácido, arenoso, calcário, mata) e II (localização...) equivalem a diferenciação no resultado final da renda a ser apropriada. Some-se a isso, a questão da corrupção, outro fator recorrente em programas de Reforma Agrária, como, por exemplo, superfaturamento no preço de venda das fazendas, venda de lotes, negociatas ilícitas com poder público, como denunciadas fartamente nos meios de comunicação. Ou seja, para uma área que se encontra em meio à disputa judicial, torna-se um excelente negócio que ela seja vendida, ao invés de ser declarada como Terra Indígena.

Segundo a comunidade, a proposta de negociação vem sendo mediada por recursos, via Caixa Econômica Federal, com apoio técnico da AGRAER, empresa estadual do governo do Estado para fins de questões agrárias.

Sublinhamos que, três dias após a primeira reunião sobre o assunto na comunidade (dia 8 de janeiro de 2022) chega nova informação de que o referido grupo cadastrado já estaria em torno de 400 pessoas, pleiteando mais uma fazenda na mesma região, além da fazenda Inho.

Entretanto, analisando o documento –Manual de Operações do PNCF – Terra Brasil¹³³, verificamos que ele estabelece, o seguinte, em seu item 6.1.2: –o imóvel não esteja localizado em áreas declaradas ou de pretensão indígena; ocupadas por remanescentes de quilombos; ou que confrontem com essas referidas áreas, o que perfaz a operação ilegal, de acordo com a própria política estatal.

Procurando desvendar os fatos, identificamos uma articulação de atores políticos do cenário local ao estadual, formada pela classe ruralista local, estadual e nacional, bem como por empresas internacionais, grupos expressamente contrários à demarcação das terras indígenas. Localmente, a articulação vem sendo realizada pelo vereador Adão Evandro Leite (DEM), por seu pai Ramão e por mais políticos ligados ao governo do município de Rio Brilhante.

No vídeo do canal –MS Conectado, plataforma do Youtube, veiculado no dia 30 de janeiro¹³⁴, o vereador afirma haver 270 pessoas cadastradas para receber os lotes, e acentua o papel importante da AGRAER no suporte do cadastro e na seleção das famílias para o Programa. O mesmo vídeo apresenta o depoimento da deputada Mara Caseiro (PSDB), que defende o assentamento, e, ao mesmo tempo, transmite mensagem da ministra da Agricultura e Pecuária (à época), Tereza Cristina.

Ainda segundo depoimento da comunidade, a venda da fazenda Inho para o projeto de assentamento seria um projeto piloto que receberia o nome do Senhor Sebastião Leite, avô do vereador Adãozinho. A comunidade entendia que, caso o projeto piloto fosse exitoso, isso seria uma estratégia para que os fazendeiros vendessem suas fazendas, sobrepostas em terras indígenas, a preço de mercado.

¹³³ Acesso GovBR. Acesso em 26 mai. 2022.

¹³⁴ Plataforma youtube sob o título: –AGRAER realiza cadastramento de 200 famílias em Rio Brilhante.

Desse modo, reuniram-se Aty Guassu, Retomada Ação Jovem, Movimentos Sociais que compõem a Via Campesina (MST, CPT, MMC, MAM, CIMI)¹³⁵, no dia 15 de fevereiro de 2022, na retomada Laranjeira Ñanderu 2; reunião que resultou em amplo debate sobre o movimento atual do capital sobre o território.

Foto 21: Reunião dos movimentos sociais da Via Campesina com Comunidade Laranjeira Ñanderu e Laranjeira Ñanderu 2



Fonte: Sandra Procópio da Silva, 2022.

Foto 22: Reunião dos movimentos sociais da Via Campesina com Comunidade Laranjeira Ñanderu e Laranjeira Ñanderu 2



Fonte: Sandra Procópio da Silva, 2022.

O espaço disputado era a fazenda Santo Antônio, que se encontra dentro das terras em estudo, -Brilhante Peguáll. Houve bastante diálogo sobre o novo tipo de assédio aos territórios, inclusive via tentativa de cooptação das lideranças locais; houve discussão também sobre a confusão que foi estabelecida com o intuito de confundir as comunidades e colocar os grupos de -indígenas e sem terrall para brigarem entre si.

Foram examinadas as estratégias morosas do Estado em solucionar conflitos, como a da demora na publicação dos Relatórios de Identificação. Esse movimento de disputa conta com amplo apoio de vereadores, AGRAER, INCRA, além de políticos como a deputada estadual Mara Caseiro. O projeto-piloto objetivava a aquisição de terras, via empréstimo na Caixa Econômica Federal, que seria repassado individualmente para negociação direta com o dono da fazenda. A reunião na comunidade resultou na Carta de Apoio ao movimento

¹³⁵ Aty Guasu, Retomada Ação Jovem, Movimento Sem Terra, Comissão Pastoral da Terra, Movimento de Mulheres Camponesas, Movimento Popular pela Mineração, Conselho Indigenista Missionário.

indígena², de denúncia da situação, e compromisso em acompanhar os desdobramentos dos fatos.

Nesse contexto de disputa, a comunidade Laranjeira Ñanderu foi surpreendida pela notícia (–vazadall) de que o grupo, articulado pelo Seu Ramão, estava prestes a fazer a ocupação da área da fazenda Inho, na manhã do dia 26 de fevereiro de 2022. Sendo assim, os indígenas da retomada Laranjeira Ñanderu se anteciparam e ocuparam a sede da referida fazenda, às duas horas da manhã do mesmo dia (26 de fevereiro de 2022). Na mesma madrugada, receberam a presença de membros da Laranjeira Ñanderu 2.

Integrantes da comunidade relataram que, ao chegarem à sede da fazenda Inho, às duas da manhã, encontraram apenas o caseiro, e que procuraram mantê-lo calmo, apenas pediram o celular, explicaram que o entregaria de volta, às seis horas da manhã, para que ele (o caseiro) pudesse avisar o patrão.

Segundo ainda os relatos, antes das 7h da manhã chegaram o dono da fazenda Inho, o Sr Ramão, com seu filho, o vereador Adãozinho; ocasião em que solicitaram que os indígenas desocupassem a sede da fazenda. Porém, haviam colocado um trator impedindo a entrada de pessoas e carros. Às 9h, o grupo saiu da fazenda dizendo que traria reforço. Perto das 14h, chegou uma frota de cinco carros da polícia militar, fortemente armada com metralhadoras, bombas, balas de borracha. Na mesma hora chegou também o representante da FUNAI, que teve dificuldade para chegar até o local, em vista da nova medida do governo federal; segundo a normativa, para se deslocar o funcionário precisa solicitar autorização com quinze dias de antecedência. Em seguida, os policiais não conversaram, nem com a comunidade e nem com o representante da FUNAI. Apenas avançaram, em grupo, formando um escudo; atiravam balas de borracha e bombas de gás sobre a comunidade, que se dispersou e retornou aos fundos da mata. O indígena Adauto diz o seguinte:

Trataram nós igual cachorro. Tem muita lei que fala sobre segurança indígena. Quem deve atuar com nós é a Polícia Federal. Ali foi tudo ilegal. Ninguém trouxe oficial de justiça para trazer papel. Até agora não sabemos quem mandou a tropa de choque. Tem falha da FUNAI, se tivesse publicado o Relatório nós teria segurança. Essa terra é nossa. Esse programa do Banco da Terra entrou porque nossa terra não foi publicada. Colocou nós e a polícia em perigo (Adauto, entrevista dia 28 de fevereiro de 2022)

Quando se trata de conflitos em terras indígenas, as interlocuções são de responsabilidade dos órgãos federais, sobretudo da FUNAI. No caso, deveria ter havido uma ordem de despejo notificando a comunidade e a FUNAI, inclusive para a segurança da comunidade e dos policiais envolvidos. Mediante o fato, a comunidade procurou entidades de direitos humanos para denunciar a situação, em reunião, ocorrida no dia 27 de fevereiro. Na

ocasião, foi escrita uma Carta de denúncia, mas, ao mesmo tempo, de apoio à Comunidade Laranjeira Nãnderu. A Carta pública contou com anuência de 141 entidades¹³⁶. Da carta, selecionamos alguns trechos:

Após diversas ameaças proferidas pelo fazendeiro, políticos de Rio Brillhante e demais –leões de chácarrallos indígenas sofreram uma ação de despejo ilegal por parte da tropa de choque da Polícia Militar, que se deslocou sem mandado da capital Campo Grande, a 160 km do local. A exemplo do que aconteceu recentemente contra indígenas Kinikinau, a ação policial não se deu em cumprimento de uma ordem de reintegração de posse. Foi, mais uma vez, o Estado tomando partido a favor de um particular, no caso o proprietário rural, e em desfavor de uma comunidade indígena que possuía pauta legítima, estava denunciando abusos contra seu povo e reivindicando a demarcação de seu território, um direito concreto e previsto na constituição. A força de Segurança Pública do Mato Grosso do Sul, paga com recursos públicos, agiu em favor de interesses privados e sem amparo da Constituição Federal de 1988, a qual definiu que as questões indígenas são de responsabilidade da União federal.

Evidencia-se mais uma vez que a forma capitalista de organizar a sociedade divide o globo e os territórios em classes sociais distintas. Ao mesmo tempo, procura colocar em oposição, parcelas dos explorados, como no caso em especial, manobrando disputa entre –sem terral e indígenas, como no caso da Terra Indígena Laranjeira Nãnderu.

Somente as múltiplas formas de organização de lutas da classe espoliada, com capacidade de analisar as novas formas de assédio aos territórios, permitirão construir unidade para o enfrentamento ao poder da classe social dona da riqueza: dona do monopólio dos meios de comunicação, de empresas, do agronegócio, do poder político, enfim, dos diversos espaços da vida em sociedade.

Nesse sentido, as organizações indígenas dos Guarani e Kaiowá insurgem, rebelam-se, levantam-se, exercem a desobediência civil e, na prática, vão construindo suas auto-demarcações, mesmo que isso custe suas vidas. Desde o passado ao presente, tanto as lideranças de ontem quanto as de hoje, enfrentam e resistem como em tempos de guerra.

Guerra de dois modos: guerra da caneta, pelo desmonte, para mexer nos nossos direitos na Constituição, e além disso **a bala acontece aqui**. A matança, a destruição, o massacre acontecem aqui. O congresso começa conversar e a bala começa aqui. Então o governo hoje, essa guerra, vem pra destruir e pra matar mesmo (Otoniel, entrevista em abril de 2022).

Com relação ainda às graves ameaças sobre as crianças das comunidades indígenas Guarani Kaiowá, sublinhamos que elas vêm ocorrendo ano após ano, conforme mencionado.

Nos dias 23 e 24 de março de 2018, o CCNAGUA, se posicionou demonstrando –sua indignação contra o sequestro de crianças Guarani pela via institucional e exige das

¹³⁶<https://cimi.org.br/2022/03/aty-guas-e-movimentos-sociais-repudiam-o-despejo-ilegal-das-familias-indigenas-na-retomada-do-tekoha-laranjeira-nhanderu-no-ms/>

autoridades competentes a restituição das mesmas no seio de suas famílias e comunidades. Registramos que casos graves têm sido frequentemente denunciados, como o da criança que foi sequestrada e passou por cinco longos anos separada da mãe; só foi devolvida após grande pressão de organizações sociais.

Conforme analisa o representante da Aty Guasu, Otoniel Ricardo, em entrevista no mês de junho de 2022, na luta de classes as elites brasileiras estão em uma guerra contínua contra os povos indígenas, seja no âmbito da legislação, seja no da judicialização de suas lutas (dos indígenas); segundo Otoniel: -na bala que começa aqui, ao referir-se ao conjunto de violações aos seus direitos originários ao longo de sucessivas décadas.

Conforme estudos do Conselho Indigenista Missionário – CIMI¹³⁷, nos últimos vinte anos, o estado de Mato Grosso do Sul respondeu por 37% de todos os assassinatos (573 de 1549) e 33% de todos os suicídios de indígenas (260 de 800) no país, ganhando assim o infeliz posto de estado que mais mata indígenas no Brasil. Somente no ano de 2020, Mato Grosso do Sul perdeu 28 vidas indígenas de modo violento.

Paralelamente, como aponta Relatório do grupo -De Olho nos Ruralistas (2022), as pesquisas¹³⁸ indicam vínculos precisos entre as cadeias de produção do agronegócio (como soja e frango) e as violências contra as populações indígenas.

O estudo mostra que o Brasil é o maior exportador mundial, por exemplo, de carne de frango, sobretudo para a Europa. Empresas do agronegócio, como Coamo Agroindustrial Cooperativa e Lar Cooperativa Agroindustrial, também se destacam no ramo da exportação.

Sublinhamos que a Lar Cooperativa Agroindustrial, presente no Paraná e no Mato Grosso do Sul, exporta para mais de 80 países, prioritariamente para a Europa. Possui unidades localizadas em Caarapó e compra soja de fazendas envolvidas em conflitos por terras na região, tal como a fazenda Brasília Sul, de propriedade de elite paulistana, residente nos Jardins (zona nobre de São Paulo). Assim, a área indígena, denominada Takuara, foi transformada em fazenda, mas é reivindicada pela família extensa do cacique Marcos Verón, assassinado aos 70 anos, em conflitos pelo retorno às terras originárias.

Acrescentamos que organizações indígenas têm denunciado sistematicamente, também no âmbito internacional, a situação de violação aos direitos humanos relativamente às terras

¹³⁷ Fonte: CIMI Relatórios Anuais 2014-2020.

¹³⁸ Sangue indígena. Acesso em: 20 mai. 2022.

originárias. No Fórum Permanente da ONU¹³⁹ sobre questões indígenas, a jovem Erileide Domingues, da retomada Guiraroka, foi à Nova Iorque denunciar o governo brasileiro.

No Brasil, com a autorização e ausência do Estado, os pecuaristas usam agrotóxicos como arma de envenenamento e intimidação contra o meu povo, assim como seu poder econômico para escapar impunemente de seus crimes. E, quando o Estado nos nega o direito à nossa terra e, conseqüentemente, nosso direito à vida, adota políticas genocidas.

Abalando as estruturas do poder constituído, as comunidades indígenas retomam, autodemarcam, denunciam, e re-existem. Na edição de 2022, o Acampamento Terra Livre (ATL) dos povos indígenas do Brasil propôs o *-aldear a política* como uma chamada para se repensar e se reposicionar o modo de fazer política – em todas as dimensões – no Brasil.

Notamos que a história das comunidades Laranjeira Ñanderu e Laranjeira Ñanderu 2, conforme apontado, é baseada em espoliação, luta e resistência. As gerações atuais, por exemplo, nunca tiveram oportunidade de vivenciar plenamente o *tekoporã* (modo de viver bem e feliz) de acordo com seus modos ancestrais, e, ainda assim, costumamos ser recebidos sempre com acolhida calorosa, sorrisos e muitas histórias engraçadas. Além disso, os rituais de cantos e rezas estão sempre presentes, abençoando nossa chegada e nossa partida.

Desse modo, as comunidades, a exemplo das retomada Laranjeira Ñanderu e Laranjeira Ñanderu 2, de passo em passo, vão avançando. E, à custa de sangue, vão adentrando os latifúndios e autodemarcando seus pequenos pedaços de terras. Enquanto aguardam (e necessitam) que o Estado brasileiro apenas cumpra o que legisla a Constituição brasileira.

Antônio Brand, historiador e indigenista, deixou-nos importante legado sobre a trajetória dos Guarani e Kaiowa do Mato Grosso do Sul, bem como, foi o responsável por trazer à tona as teses da espoliação e do confinamento territorial, a partir da memória desse povo.

Como vimos, em grande parte do Estado de Mato Grosso do Sul, nem o direito à memória os povos indígenas tiveram, porque as narrativas oficiais, colonizadoras, invisibilizaram, por longas décadas, tais povos na tentativa de completo banimento.

Apagar a memória também é uma parte do processo genocida em andamento; e, por isso, recuperá-la pode ajudar a recompor o quanto as sociedades indígenas eram autossustentáveis, complexas, bem organizadas, autônomas no campo da medicina

¹³⁹<https://www.justicapaz.org/portal/liderancas-indigenas-desmentem-discurso-do-governo-brasileiro-em-forum-permanente-da-onu/>. Acesso em: 29 mai. 2022.

tradicional, alimentação, recursos naturais, além de manterem intensas atividades sociais na reprodução da vida.

Assim, a classe dominante de ontem e de hoje disputa cotidianamente a memória. Ontem foram escritos, nos livros didáticos, sobre os portugueses que vieram e desenvolveram o trabalho no Brasil, e hoje são os representantes do agronegócio, propagando dados da produção da riqueza dos monocultivos.

Tais disputas tentam invisibilizar a longa história do Povo Guarani em terras de Rio Brilhante, considerando-os como –estorvo|| ao modelo de desenvolvimento capitalista, para quem, tanto os bois quanto a soja e os canaviais, valem muito mais do que a vida das populações indígenas, violentadas sucessivamente.

A carga emocional de quem passa, ou passou por tudo isso, é impossível de ser dimensionada. O racismo presente na história é presente também na atualidade, e reproduzido –de pai pra filho||, quando esses indígenas são rotulados de –bugres de mal cheiro||, –sujos||, –preguiçosos||, o que contrasta imensamente com a história antiga, abundante de alimentos, de recursos naturais disponíveis, de lugar para viver e ser muito feliz.

Todo povo tem direito à sua própria história, contada sem manipulação; e, talvez, seja e tenha sido a história oral, via reprodução – através das rodas de conversas, da convivência, das rezas e dos cantos –, o forte elemento que tenha feito com que esses indígenas chegassem até aqui, e não se deixassem ser enterrados ainda vivos; pois, –quando os acontecimentos vividos pelo indivíduo ou pelo grupo são de natureza excepcional ou trágica, tal direito¹⁴⁰ se converte em um dever: de recordar, de testemunhar|| (TODOROV, 2000, p. 4).

Nesse sentido, o passado é a escola do presente, à medida que analisam o que aconteceu e tecem seus sonhos e estratégias para continuar sobrevivendo e resistindo no futuro, que já é o agora. Assim, **a memória dos Guarani Kaiowá subverte a história oficial.**

¹⁴⁰ Direito à memória, à dignidade. Artigo: –La memoria amenazada|| de Tzvetan Todorov, 2000.

CAPÍTULO 4: A RETOMADA LARANJEIRA ÑANDERU 2: REFLORESTANDO A MENTE E O TEKOHÁ

Porque essa terra dos Indígenas está morrendo. Para não morrer todos os restos. O resto do nosso mato nativo, o resto do nosso bicho, o resto da nossa água nascente, o resto dos nossos lagos, o resto do nosso campo, o resto dos nossos remédios naturais, o resto do que sobrou. **Aí o que sobrou vai ser recuperado pelos donos das nossas áreas** (Carta escrita pela comunidade em março de 2011).

Ecoa um grito forte, corajoso e desobediente, em várias partes do mundo. No Continente Latino-americano, a voz dos Guarani e Kaiowá une-se às vozes dos Zapatistas do sul do México, dos povos Yanomami das florestas amazônicas, dos Mapuche do Chile, dos Aymara da Bolívia, enfim, dos diversos povos indígenas do planeta. São as mãos desses povos que ainda estão cuidando – para toda humanidade – dos últimos resquícios que ainda restam de matas, rios, animais, solos, alimentos nativos, sementes, remédios, sociobiodiversidade, –porque essa terra dos indígenas está morrendo. Para não deixar morrer todos os restos.

Os Guarani Kaiowá possuem a capacidade generosa de olhar –o resto do que sobrou da destruição de seu território, e querer cuidar, recuperar, pensando nas gerações atuais e nas gerações que virão. Pois sabem que a maior preocupação de uma civilização deve ser sobre como continuar r-existindo, principalmente através de mecanismos que garantam suas fontes de águas e sua produção de alimentos.

Foram as diversas formas tradicionais de troca de conhecimentos e ensinamentos transmitidos entre gerações e gerações que garantiram a sabedoria para a preservação de rios, solos e sementes, e que conseguiram promover o desenvolvimento de múltiplas práticas alimentares nas comunidades. Sobretudo, nesta região, hoje chamada Brasil; foram os povos indígenas que ensinaram aos novos colonizadores, desde 1500, os segredos milenares dos manejos agroflorestais.

O modo como as comunidades da etnia Guarani Kaiowa maneja, na atualidade, as formas de reprodução da vida nos possibilita um encontro com o repensar sobre os modos de produção dos sistemas alimentares atuais, que, na sua complexidade, relacionam-se às distintas formas de perpetuação da vida no Planeta Terra. As vozes da etnia Guarani e Kaiowa gritam por socorro diante do grave contexto de contaminação do agroecossistema e também gritam, *–porque essa terra dos indígenas está morrendo*.

O pensamento cosmológico e filosófico do Povo Guarani Kaiowa caracteriza-se por um complexo sistema para explicar o mundo e os diversos aspectos da vida, por alguns

chamada de -religião Guarani Kaiowall. Segundo o pensamento Kaiowa, -Nosso Grande Avôl criou a Terra em forma de cruz, que é segurada para não cair, e, a partir desse lugar, a terra foi se expandindo. Esse lugar localiza-se no Paraguai, e trata-se de um morro chamado *Yvypyté*, que significa centro da terra.

Os rezadores tradicionais geralmente carregam consigo três cruzeiros, para que suas rezas, cantos e danças tenham força para -segurar a água, a terra e o ar, em equilíbrio. Parar de rezar é perigoso, pois equivale a descuidar do equilíbrio da terra, deixá-la sem sustentação, deixá-la ser destruída. A terra é cuidada pelos rezadores e rezadeiras, para todos, indígenas e não indígena, para que não ocorram catástrofes como trevas, guerras, cataclismas, como aconteceu no passado. A falta de religião, a devastação, o egoísmo podem provocar o desmoronamento do planeta, causar doenças, mal-estar, converter-se em mal: *mba"é meguã*.

Acredita-se que todos devem rezar diariamente, usar a palavra para fazer invocação, proteção, canto medicinal, e todos podem fazer o *ñembo"é*. O jehovasá são as orações para iniciar e encerrar um dia, preparar o caminho para uma viagem, e são feitas através de gestos com as mãos, pois entende-se que -você que faz o seu caminho (entrevista com Mari, junho de 2022). Porém, as rezas mais fortes são de domínio dos rezadores e rezadoras mais experientes.

Entende-se que os rezadores mais potentes dominem a arte de falar direto com Ñanderu Guasu, nosso grande Pai, assim como com outros deuses que habitam os patamares celestes através das rezas, cantos e danças. Esse grau de intimidade pode ser alcançado, ascendendo aqui da terra para outras dimensões, para o outro lado da vida, como um portal que se abre para que a pessoa desfrute da *yvy marane"y* (solo intacto que não foi edificado), da Terra Sem Males, abundante e farta de alimentação, sem doença, sem cansaço, com muita dança e festa.

No entanto, a noção do -tempo entre os mundos é diferente, os minutos gastos quando se vai daqui poderão representar dias ou meses do lado de lá. Além disso, os rezadores que vão nem deveriam contar o que viram para não perderem o poder de ir, pois os segredos fazem parte do cuidado para que se continue ascendendo. Para alcançar esse nível, os rezadores mais antigos faziam abstinência de carne vermelha, optando por frutas, raízes, verduras, e, no máximo, comendo carne branca. O jejum também é muito apreciado pelos rezadores, e a -alimentação colonizada (como açúcar, arroz branco, óleo vegetal, sal e derivados de trigo) deve ser severamente evitada.

Para a espiritualidade Kaiowá, nossos olhos não podem ver e nossos ouvidos não conseguem escutar tudo o que existe em nosso entorno. Dessa forma, não somos capazes de ver e ouvir, ao nosso redor, o trabalho de uma infinidade de seres – espíritos guardiões de todos os seres vivos que existem nesse patamar onde existimos, a Terra. Por exemplo, há os seres (*jára*) que protegem as matas, pois cada árvore tem seu ser protetor, seu *jára*, que é o guardião naquele lugar; lugar onde só é permitida a extração de alimentos, remédios, madeiras a fim de se garantir a sobrevivência; nesse espaço também não se permite pegar aquilo de que não se precisa, assim como não se permite agredir a harmonia entre todas as formas da vida: vegetal, animal e humana. Portanto, há uma relação sem hierarquia de dominação e exploração dos humanos sobre as demais formas de existência.

[...] o mundo ainda continua porque tem rezador rezando, porque _no dia que acabar rezador_, acaba o mundo. Hoje (a igreja evangélica) _Deus é Amor_ acabou com a cultura do índio. Fala assim _...ei satanás sai daí..._ provoca a gente. Dourados, Caarapó, Lagoa Rica, tudo tem pastor, eles xinga a gente. A igreja original do índio é essa oca. Branco tem revólver na cintura e **reza é nosso revólver** (Olímpio Almeida, em entrevista durante ritual do milho branco, janeiro de 2022).

Para a etnia Guarani Kaiowá, tradicionalmente, a alimentação é uma forma de conexão com o sagrado. Até antes da ação de colonização e de espoliação do século passado, as festas eram uma forma também de repartir comida, garantindo o equilíbrio para que não houvesse acúmulo; para que o equilíbrio e a harmonia nos grupos fossem mantidos. De outro lado, atualmente, a festa é um sinal de resistência, como os rituais festivos que, anualmente, têm acontecido em algumas retomadas, a exemplo da Festa do Jerosy Puku, em janeiro de 2022.

Tradicionalmente, as festas sempre tiveram alto grau de importância, ocasião em que se reforçavam a alegria da reciprocidade de dar e receber (quem recebeu o convite tem o compromisso social de prestigiar os anfitriões de 2023, por exemplo); em que se dividia a produção da roça (a fartura do milho branco, dos alimentos produzidos); e punha-se fim a algum desentendimento ocasionado durante o período anterior.

No caso do batismo do milho branco, o *Jerosy Puku*, no Laranjeira Ñanderu 2, o convite pessoal aos rezadores da retomada Laranjeira Ñanderu foi o sinal de restabelecimento da harmonia entre as parentelas das duas retomadas vizinhas. As conversas, as risadas, as danças onde todos se dão as mãos, a presença dos rezadores importantes, a organização do transporte, da iluminação, os cuidados com os idosos, tudo fez parte da busca do equilíbrio do grupo através da festa. A festa deu destaque especial à preparação da *chicha sagrada*, nos dias anteriores, bebida feita com milho branco, plantado orgulhosamente pela própria comunidade;

é armazenada em tambores, cobertos com folhas de bananeira, dispostos de maneira organizada dentro da casa de reza, durante os dias do ritual, até o momento da partilha.

No caso da Laranjeira Ñanderu 2, a festa teve papel importante, também, ao se contrapor aos incômodos que o representante da igreja evangélica, -Deus é Amorll, vem promovendo no local, agravados desde o incêndio na casa de reza, no mês de janeiro de 2020. Diante da negativa das mulheres que comandam a retomada, juntamente com o cacique, em permitir a construção de uma igreja evangélica no local, a situação de tensão acirrou ainda mais os ânimos. Ocorreu então o seguinte: diante da proibição de construção de uma igreja evangélica na nova retomada, o representante do pastor evangélico da igreja -Deus é amor', proibiu que os pais saíssem de casa, e que tivessem contatos com visitas, uma forma de punir aos demais, já que seus pais são idosos e rezadores tradicionais, além de conhecerem muito a história da comunidade e também dominarem os conhecimentos das rezas tradicionais. No caso, a festa constituiu-se um fator de equilíbrio do grupo, buscando fortalecer sua religião tradicional, -esse jeroky é uma arma', escutamos na preparação dos rituais festivos.

Para Izaque João, os povos Guarani Kaiowá estão na terceira etapa de seu mundo, neste patamar, que é tempo das retomadas dos seus antigos *tekohá*. Isso, simplesmente para continuarem existindo, para não serem extintos por questão de sobrevivência da terra e dos seres humanos, como ele mesmo explica:

O desaparecimento da floresta trouxe impacto muito grande, porque hoje estamos todos doentes. **A terra está nua, estamos doentes por falta de conhecimento.** A terra está muito doente e essa doença atinge todos os seres. Os mais velhos presenciaram três mundos: primeiro a vida em meio às florestas; segundo a expulsão das florestas e a derrubada; **terceiro o retorno para recuperar as áreas tradicionais.** Ou a gente desaparece ou a gente tem que lutar pela sobrevivência, por isso a volta ao tekoha tradicional. A terra recebeu muita agressão, todos os dias está sendo contaminada, estão tirando sua sobrevivência. Por isso precisamos recuperar o *yvy re sapã* (saberes que existe na terra). É inseparável terra, floresta e água (Izaque João, junho de 2022).

Sendo assim, falar de *kokwe* implica identificar sua relação com toda a trajetória histórica do povo Guarani Kaiowá, abordada anteriormente. Avaliar como essas transformações profundas impactaram seus modos de vida nos *tekohás*, e, na atualidade, como se constrói a resistência no cotidiano da alimentação.

Consideramos também que o termo -roçall é utilizado nos diálogos conosco para facilitar a compreensão dos não indígenas, sendo o termo que mais se aproxima do conjunto de significados que possui o termo -kokuell, embora um não seja sinônimo do outro. -Kokuell é uma palavra que se insere em uma cosmologia especial, própria das etnias do tronco Guarani, e possui um significado impossível de ser explicado, na sua amplitude de

significados, em relação às palavras da língua portuguesa, dado o seu grau de significado para o universo Guarani Kaiowá.

O kokue é um tipo de rastro, um caminho por onde cada sujeito anda, conforme o seu jeito de ser, é, um lugar de convivência, onde laços familiares são fortalecidos a partir do convívio afetivo entre as pessoas da família, com as plantas, árvores, animais e os guardiões. O lugar onde é possível colocar na prática **as regras da religiosidade tradicional por meio do convívio com seres de outros planos** para o enriquecimento do seu modo de ser na perspectiva de alcançar o teko araguyje (**modo perfeito de ser, modo dos deuses**) (BENITES, 2021, p. 35).

Para nossa análise, é fundamental a utilização da categoria –contradição para ajudar a compreender a realidade do *kokue* e suas complexas interconexões com o tempo presente, já que o *kokue* de antes não existe mais, porque o território, de amplo domínio dos povos Guarani, lhes foi espoliado. Ao mesmo tempo, em algumas áreas existem pequenos fragmentos de matas, sendo cuidadosamente recuperadas. A realidade atual traz desafios atuais, portanto, pelo tema da roça perpassa um conjunto de relações temáticas entre elas estão: ancestralidade, espoliação territorial, espiritualidade, agrotóxicos, *kokuê*, água, cesta básica, retomada, jehovasá, juventude, solos, nutrição, agronegócio, fazendeiros, rezadores, concentração fundiária, modelo de produção, para iniciar o diálogo. Organizamos a discussão em pontos; no entanto, todos se inter-relacionam formando uma totalidade complexa, que, ao mesmo tempo, envolve todas as dimensões da vida.

Nosso objetivo com este trabalho é analisar as questões relacionadas ao tema –*roça, reza, retomada* que se configura uma unidade coesa, ancorada nos saberes intergeracionais. Nesse sentido, as rodas de conversas, em várias atividades sobre roças, sobretudo com mulheres; os depoimentos, através das entrevistas; as observações nos trabalhos de campo, entre outros, foram as fontes de onde emergiram os elementos que ora aqui apontamos como pontos relacionados ao tema de nossa pesquisa. São apenas pontos de partida, porque o debate está em ascensão e a meta de chegada em construção. Optamos, dessa forma, pelas reflexões levantadas pelos nossos pesquisadores indígenas, que nos orientam no caminho da roça, levantando pontos que abarcam a multiplicidade dos elementos, que se entrelaçam e se completam, sem no entanto, terem a pretensão de esgotar a complexidade da temática.

4.1 Elementos entre a roça tradicional Guarani Kaiowá e o tempo presente

Como Melià dizia, –cada época descobre seus próprios guarani (MELIÀ, 1987, p. 20); sendo assim, cabe-nos descobrir juntos quais as questões centrais em torno da produção

do *kokue*, da roça, no tempo presente. Nesse sentido, nossa pesquisa de campo consiste em analisar o modo de fazer roça da comunidade Laranjeira Ñanderu 2, em Rio Brillante – MS.

Há que ponderarmos que a organização social Guarani Kaiowá, em si mesma, aponta para a coletividade permanente, inclusive porque um *tekohá* não existe sem outro *tekohá*, que não existe sem outra parentela, que não existe sem a compreensão de que cada indivíduo é único, ao mesmo tempo que tem sua subjetividade construída na coletividade.

Assim, ao falarmos do *Tekohá* Laranjeira Ñanderu 2, sinalizamos também para elementos que estão presentes, em parte, em outras retomadas. Mesmo ao optar pelo estudo da temática em um *tekohá* específico, no decorrer da pesquisa, procuramos captar opiniões e experiências relacionadas ao tema, durante os trabalhos de campo. Além das entrevistas, propriamente ditas, atuamos como observadores-participantes em vários momentos, sobretudo em atividades relacionadas ao tema “*kokué*”, as roças tradicionais.

A retomada Laranjeira Ñanderu, de onde origina-se Laranjeira Ñanderu 2, com suas lutas históricas, forjou novas e jovens lideranças ao longo dos últimos quase vinte anos de retomadas de suas terras ancestrais (2004-2022). As lideranças que eram jovens, na época da 1º retomada (2004), envelheceram ao longo dos anos, viram suas crianças nascerem e crescerem no contexto das retomadas; viram pessoas morrerem, outras partirem para lugares distintos, viram até mesmo os acampamentos das retomadas ficarem cheios ou superlotados.

Nesse contexto, a morosidade do Estado brasileiro em solucionar os graves problemas oriundos de sua própria gênese, apresenta-se como mais um elemento que acirra o cenário de fome, como uma das armas contínuas de guerra contra os povos indígenas do Brasil.

É no ambiente de lutas por mais um –pedacinho de terral para saciar a fome e a sede de seu povo, que se levantou um novo grupo, para retomar a sede da fazenda Santo Antônio da Boa Esperança, na madrugada do dia 31 de outubro de 2018, no município de Rio Brillante, Estado de Mato Grosso do Sul, próximo ao pedágio da BR 163.

Na ocasião, antes de adentrar a fazenda, o rezador Jairo Barbosa esteve às margens da rodovia, em madrugadas anteriores, para rezar e pedir proteção ao novo acampamento. No dia 31 de outubro de 2018, foram as mulheres que romperam o dia na madrugada, e lideraram a retomada, sobretudo o grupo composto pelas mulheres da parentela de Dona Adelina, viúva do líder, José Barbosa. Segundo elas, sofreram oposição dos companheiros homens do grupo, pois entre eles, havia, pelo menos quatro, que trabalhavam como funcionários da fazenda em regime de diárias, o que causou conflito com as mulheres no comando da retomada. Entretanto, as mulheres permaneceram firmes, não desistiram perante a pressão; pediram ao

caseiro para avisar o fazendeiro sobre a retomada, e negociaram prazo de 30 dias para que ele mesmo retirasse as 600 cabeças de gado da área (roda de conversa, março de 2022).

A área retomada é parte da Terra Indígena –Brilhantepegua¹⁴¹ ou –Laranjeira Nãnderu e Boqueirão¹⁴¹, que já deveria ter sido identificada e delimitada pelo Grupo de Estudos da FUNAI, há cerca de quatorze anos. A morosidade do órgão estatal foi um dos elementos que obrigou os indígenas a retomarem sua terra ancestral, e, por conta própria, iniciassem um processo de autodemarcação, do seu jeito, reconfigurando o território (como por nós é compreendido), reconstruindo seu *tekohá* (lugar onde se é).

Ao chegar na retomada, uma das primeiras ações do grupo, ainda em 2018, foi escolher o lugar onde seria construída a *Oga Psy* (Casa de Reza), o lugar comunitário mais importante da comunidade, onde se reúnem para rezas, recepção das visitas, atendimento médico, reuniões temáticas e outras demandas que a comunidade possa vir a ter.

Vimos em nossos estudos, que se trata de um Grande Povo, de uma Nação Guarani, como se autoidentificam no Conselho Continental da Nação Guarani (CCNAGUA), e articulam-se em uma grande área de abrangência entre Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia. No estado de Mato Grosso do Sul, identificam-se como Guarani Kaiowá e Guarani Nãndeva.

As reflexões que apresentamos a seguir ligam-se, prioritariamente, à retomada Laranjeira Nãnderu 2; no entanto, não se limita a pesquisa aos trabalhos de campo na retomada, mas também às discussões que permearam os grupos de parentelas do entorno, concedendo a escuta a famílias da região ancestral denominada *Ka"gyrusu*.

4.1.1 “Igual a bandeira do Brasil representa os brasileiros, a roça representa o Guarani Kaiowá” – Daniela Jorge João – retomada Guyra Kambi“y

Ao procurar uma definição do sentido do termo roça (*kokuê*) para os Guarani Kaiowa, Daniela encontrou, na forma de comparação, uma possível explicação sobre o sentido e a importância da roça, do *kokwe*. A bandeira do Brasil é vista por ela como um símbolo que unifica todos os habitantes (indígenas e não indígenas do país, por mais contradições que tenhamos), em todas as regiões; então, para nos explicar o que identifica os povos Guarani e Kaiowá, ela encontrou a –roçall como uma identidade do povo Guarani e Kaiowá.

¹⁴¹ O Grupo de Trabalho, conduzido por Kátia Vietta, denominou-se Laranjeira Nãnderu e Boqueirão, ou Brilhantepegua, conforme estabelecido no TAC de 2007, com os grupos de estudos sendo nominados a partir das referências das bacias hidrográficas (conforme costumes da etnia Guarani e Kaiowa), e a palavra –pegua¹⁴¹ referindo-se à –original do lugar¹⁴¹.

Nesse sentido, buscamos percorrer o *-caminho da roça*, como um dos elementos centrais da cultura Guarani e Kaiowá.

Igual tem a bandeira do Brasil que representa os brasileiros, temos a nossa roça que representa os Guarani Kaiowá. (...) saímos da aldeia (Lagoa Rica) em busca de fazer uma roça, ter uma terra melhor para plantar: essa foi **a primeira coisa**. [...] porque é uma cultura da **tradição indígena onde for tem que ter roça**, batata...[...]. Eu fico muito feliz de verdade vendo a roça [...]. Hoje cada um tem seu espaço pequenininho na retomada e **quando a gente passa no meio da roça é uma alegria total** eu fico muito feliz quando vejo as sementinhas nascendo, o milho todo verdinho, parece uma floresta. Meu avô gosta de colocar amendoim atrás do outro, bem fechadinho, mandioca, abóbora e feijão de corda [...] O milho branco é importante ter no meio é o principal é sempre isso mesmo: sempre está o milho branco no meio na roça, e ao redor tem as mandioca, batata doce e os demais (Daniela Jorge, entrevista em abril de 2022).

Os elementos da reflexão apontam que o tema da produção da própria alimentação, a autonomia alimentar, é uma das questões-chaves mais importantes para o modo de vida Kaiowá. Assim, a escolha de produzir –o que comer está associada aos elementos da vida espiritual, sendo impossível a dissociação entre corpo, alimento e espiritualidade.

Todas as entrevistas sinalizam para a tarefa de os Kaiowá continuarem fazendo roças no mundo, como extensão do primeiro ato do criador, para acalmar seu coração, para se alegrar. Para esse povo, tradicionalmente, o grande objetivo na vida é viver feliz, alcançar o *teko porã*: bom modo de viver e o *teko marangatu*: bom modo de ser religioso e *teko araguayje*: modo de viver dos deuses, alcançar a perfeição. Para alcançar a felicidade é preciso da roça, do kokue, que está presente, desde o início da criação do universo:

Recentemente quando começou a terra, veio Ñanderu Pai Tambeju com seu corpo todo coberto de semente: mandioca, batata, milho, abóbora, mamão, feijão, cana, berinjela, verduras, todas as sementes, dos pés até a cabeça, onde pisava caía as plantas. Deixou para nós todos, os indígenas e os karai. Ele abençoou todos nós e as plantas. Sem os alimentos como vamos nos alimentar? Ele está cuidando para ver quem de nós está cuidando, plantando. **Os mais velhos vivem mais tempo, pois trabalhavam mais nas roças.** Vem com isso as regras: rezas, bênção, banho na geadá, aquele que fica dependendo da comida dos karai vai ficar doente (Lucini, retomada Laranjeira Ñanderu 2, junho de 2022).

A explicação demonstra que os alimentos são tão sagrados que compõem parte do corpo dos próprios deuses, dados de presente para a humanidade – indígena ou não indígena (chamado pelo Kaiowa de *karai*) – o que faz do alimento tradicional sagrado; ao se comungar desse alimento, se consome a própria alimentação dos deuses. Por isso, a importância do território onde há autonomia para plantar e colher sua alimentação tradicional; importância que é também associada ao bom modo de viver bem e feliz.

Ñanderu enviou Pa'í Tambeju para caminhar sobre a terra, e por onde ele passava ia nascendo as espécies de plantas. Nessa caminhada de germinação de vida, surgiu o sagrado Avati Moronti, que traz no gremem de seu ser a força espiritual de

embelezar, perfumar e por fim fazer-se alimento para nós sobrevivermos. É por isso que nós, Kaiowá e Guarani, consideramos que todas as sementes são presentes de Ñandajara(...) (PERALTA, 2022, p. 54).

Para Peralta (2022), são as rezas e os cantos que guiam a existência dos Kaiowá. E nessa existência, tudo é sagrado, pois as sementes são entidades, possuem pele, alma, coração, constituindo-se em verdadeiros seres espirituais. Inclusive ao som das rezas, as plantas também se alegram, ficam felizes, conversam entre si.

Mais uma dimensão sobre o valor da roça é explicada por Valdineia Jorge Aquino, de Panambizinho, descendente das parentelas do Tekohá Guasu:

A roça é uma extensão do nosso corpo. É preciso cuidar da roça como cuidamos do nosso corpo. É preciso levantar cedo, cuidar da roça, se alegrar porque a roça sente nossa alegria, tem troca de energia. (...) Em volta tem soja e veneno, mas mesmo assim eu planto para meu experimento espiritual, vem as minhocas, os fungos, que a planta precisa. Na minha roça de mandioca já teve coró, e minha mãe rezou e abriu estrada para eles irem embora (Valdineia Jorge Aquino, out. 2022).

As mulheres indígenas, cada vez mais, vêm dialogando sobre a temática corpo e território, um como extensão do outro. Como as mulheres podem se sentir livres, plenamente, se não têm lugar para o exercício do seu direito ao território? Como realizar-se, plenamente, se não possuem o direito de fazer suas roças, de rezar, cantar e dançar em suas terras ancestrais? Como cuidar de seu corpo se não podem cuidar de suas roças? Como ficar em paz se sabem que a violação de direitos tem lugar, nome, contexto, etnia, cor e corpo?

Essas são mais perguntas que respostas. Lembramos que são muitos os corpos de mulheres que têm sido sacrificados das mais variadas formas. Tanto pelo assassinato em série, pelo fato somente de serem mulheres, quanto pelos inúmeros assédios que sofrem de todas as formas: violência obstétrica, responsabilização por cuidarem, as viúvas, sozinhas dos filhos, provendo alimentação, resolvendo a parte escolar; são também as mulheres que enfrentam problemas relacionados a ondas de suicídios, que buscam alimentação e água, cuidam dos doentes e idosos, e... enfrentam o poder do latifúndio, quando teimam em colocar-se à frente na defesa dos seus territórios e retomadas pensando no futuro de suas parentelas.

Ainda em relação ao valor da roça para os Kaiowá, ela é um lugar de felicidade: *-Ñanderuvusu* fez a primeira roça para acalmar seu coração da tristeza [...] (BENITES, 2022, p. 5), após uma briga com a esposa. Isso equivale a dizer que as dores dos desentendimentos estão relacionadas ao cotidiano da vida, desde sua origem. Assim, lidar com a roça é equivalente a acalmar o coração. Essa concepção é paralela à dos conhecimentos científicos,

de que o contato com a terra e com seus microorganismos vivos é um poderoso aliado para combater males associados aos problemas de depressão.

Seguindo o percurso da roça, compreendemos que ela possui suas próprias regras, segundo as quais é o conhecimento coletivo, transmitido principalmente pelos idosos que orienta os comportamentos e atitudes:

A roça tem jara, tem coisas que não pode fazer. Por exemplo, para arrancar a mandioca da terra, não pode deixar a raiz. Quando nossos pais falam ‘_não é _não’. Quando a gente é criança, e pergunta eles falam ‘_espera que você vai aprender’. Tem o milho, é bem delicado, o *jakairá* do milho branco é muito delicado. Quando a mulher tá menstruada não pode passar na roça de milho. Tem respeito a roça, não é roça que fala pra nós ‘_me respeita’, mas nós temos que perceber isso. Hoje pouca juventude valoriza isso. Meu avô Ricardo e meus pais são muito trabalhadores. Tem coisas que mulheres não pode plantar e tem coisas que sim [...]. (Daniela Jorge, mês de maio de 2022).

Desde pequenas, as crianças crescem no ambiente em que os costumes são ensinados na convivência coletiva, onde –não é não, por isso essas regras tendem a ser cumpridas e reproduzidas, se não por todos, pelo menos pela grande parte da comunidade. Quando essas regras são cumpridas existe harmonia, e quando não são podem acontecer situações ou eventos resultantes dessas desobediências às regras.

Quando da ocasião do ritual de batismo do milho branco, final de janeiro de 2022, na retomada Laranjeira Ñanderu 2, cada pessoa que chegava, antes de entrar na casa de reza era abençoada. Respondendo pelo motivo, a dona da festa explicou que, caso não respeitasse essa regra, a pessoa poderia –pegar doença, e isso é uma preocupação, para que ninguém adoça, que não haja desarmonia.

Na retomada Laranjeira Ñanderu 2, há um mosaico de pequenas roças, com uma organização do território que atende a organização da vida por macro famílias, de acordo com a quantidade de pessoas nos núcleos familiares.

A roça, então, é uma escola para os adultos que, em parte, perderam a habilidade de fazer as roças, devido ao contexto sócio-histórico; assim, precisam recomeçar a –conversar com a terra, entender o solo do local e os impactos do processo de exploração ilimitada, ou as consequências do solo –*cuspidido pelo agronegócio*, na linguagem da comunidade. De outro lado, os jovens e as crianças também estão reaprendendo o –*caminho da roça*, o sentido de ter um lugar, de pertencer a um *tekohá*, de ter liberdade para plantar, para colher alimentos, para ser feliz.

De alguma maneira, a roça também demonstra prestígio moral e continuidade da tradição. Embora as lideranças tenham necessidade de sair para representar a comunidade em

atividades, mobilizações, reuniões, ainda assim, fazem questão de cultivarem seus pequenos espaços de roças, seus experimentos, seus pomares e hortas.

Hoje, mesmo vivendo em situação de acampamentos nas retomadas, a maioria das famílias possuem pequenas parcelas de roças, conformando, assim, um novo desenho do território. Um dos motivos de grande orgulho da comunidade foi a Festa do Jerosy Puku, realizada no ano anterior, com as sementes produzidas na própria comunidade. As sementes foram trazidas da Festa do Jerosy Puku, realizada em 2021, pelo rezador Getúlio, em Ita'y Dourados. Elas foram multiplicadas, foram abençoadas, distribuídas e parte se transformou em chicha.

Enfim, para os Guarani Kaiowá, roça e reza são indissociáveis, são suas –bandeiras, a exemplo do que afirmou Daniela Jorge, porque uma não existe sem a outra.

4.1.2 Os não indígena, por mais que não usa veneno, é agroecológico, ele não tem a tecnologia espiritual” – Anastácio Peralta

A complexidade do método de fazer as roças pelas mãos Guarani e Kaiowá está em grande parte relacionada à espiritualidade, presente em tudo o que se vive e o que se faz. Na compreensão do rezador Ricardo Jorge, a vida é muito melhor porque acredita mais –lá em cima do que aqui embaixo, e através da reza é que se alcança a relação com Ñhanderu Guasu.

Olhando, a partir do mundo indígena, para o mundo não indígena, mesmo o sistema de produção, baseado nos princípios da agroecologia, embora tecnicamente possa ser considerado o mais próximo do modo de produção das comunidades Guarani e Kaiowá, ainda assim, não é o mesmo sistema. Ao longo da história da colonização em terras chamadas Brasil, os novos camponeses aprenderam, ao longo dos séculos, as técnicas de manejo agroflorestal com as comunidades indígenas e pouco, ou quase nada, mudaram, a não ser a incorporação dos instrumentos de metais como facão, enxada, foice entre outros, até o advento da Revolução Verde, no século XX, que alterou completamente as formas tradicionais e impactou os saberes geracionais milenares. Ainda assim, mantêm-se ritos da espiritualidade Guarani Kaiowá:

A gente trabalha alimentos nossos, original mesmo, a gente trabalha ritual, sempre ligado com o espiritual. Ele (milho branco) por exemplo é ligado à questão da terra, tem momento de plantar, tem momento de colher. Ele tem um **mecanismo de técnica espiritual**. O que a gente fala isso de técnica espiritual (Otoniel, liderança Aty Guasu, entrevista em maio de 2022).

O complexo sistema de produção de alimentos das famílias tradicionais Guarani e Kaiowá advém, em parte, de uma lógica cosmológica conectada com os ciclos da natureza. Nesse caso, para procurar uma aproximação, talvez seja preciso ampliar os sentidos à percepção de que, plantar uma semente no solo está relacionado às sucessivas tentativas que os povos milenares fizeram para sobreviver aos desastres e à escassez de alimentos. Os conhecimentos sobre os ciclos lunares, sobre os tipos de solos, regimes hídricos fazem parte desse processo, em que se subverte a lógica da dominação, mas se utiliza a lógica da relação de complementaridade entre ser humano e natureza; um, tão importante quanto o outro, o que destrói a invenção das hierarquias de dominação.

Tais percepções, frutos de conhecimentos coletivos milenares, normalmente estão associadas a um conhecimento bastante sofisticado e refinado sobre a compreensão do conjunto dos elementos que compõem um processo de produção de roça: por exemplo, ciclo lunar, águas, sentido dos ventos, vegetação nativa, umidade ou aridez dos solos. Então, para plantar uma semente na terra, faz todo sentido saber os ciclos da lua e o que eles representam. Assim como, observar o ciclo das geadas, a intensidade dos raios solares, a quantidade de chuvas, os tipos e direção dos ventos, os tipos de solos, os tipos de matas, partes de um conhecimento complexo, de totalidade dos ciclos em que o ser humano está presente.

Desse modo, não é o ser humano como centro da vida, é a vida toda como centro dela mesma, e, dentro dela, o ser humano é apenas uma parte. Parte de tal compreensão apresenta-se na forma de reza e canto. A reza e o canto sagrado integram o todo que existe, em que tanto os seres humanos como os alimentos são partes um do outro.

Na tradição Kokuê tem toda uma estrutura, uma técnica espiritual. O não índio, por mais que ele... a gente fala ‘roça não indígena’. O pessoal acha que tem... que compartilha nosso jeito de plantar, mas não compartilha. Os não indígena, por mais que não usa veneno, é agroecológico, ele não tem a tecnologia espiritual, ele não reza para plantar a terra, não reza para semente, não reza para colher. Então é: **roça indígena e roça não indígena. O que diferencia nós é nossa tecnologia espiritual.** Pra semente nascer bem não pode ser com máquina, tem que ser com sarakuá¹⁴². Tem toda uma tradição espiritual, tem que ter reza (Anastácio, em encontro sobre *kokuê* na retomada Guyra Kambi’y, abril de 2022).

A tecnologia espiritual compreende que todas as criaturas têm seu criador e, por isso mesmo, seu protetor, seu guia, seu *jara*. Segundo entrevista com Fábio Turibo, ele aprendeu com seu avô Olício Turibo, que independentemente de sermos indígenas ou não indígenas, todos nós sentimos, como humanos, alegrias e tristezas, e utilizamos pouco das nossas

¹⁴² O *sarakuá*, constitui-se um instrumento de trabalho, caracterizado por um pedaço de pau com uma ponta em forma de lança, para fazer o buraco no solo e colocar a semente em seguida.

capacidades, até porque somos limitados pela nossa falta de conexão com a espiritualidade, –através das rezas e das plantas, pois nossas palavras são igual, todos são igual, todos são da terral.

Meu avô dizia assim: ‘Nhande arandu noi hendapete, nhandê nhamoirã, nhande arandu hendapete’, eu demorei muito para entender, porque é um enigma. Mas eu entendi que ‘a gente tem o nosso conhecimento, mas não consegue colocar no lugar certo’. Ou seja, a conexão com a espiritualidade, ajuda a gente atravessar ‘ara pytu’ (luz da escuridão) e chegar na ara rendy (‘luz do dia’). (Entrevista com Fábio Turibo, outubro de 2022).

Nesse sentido, todas as sementes têm também uma alma viva, e essa alma viva da semente precisa de reverência. Então o batismo das sementes é um dos rituais essenciais dessa forma de compreensão do mundo. Talvez seja um dos rituais mais importantes, na medida em que ultrapassou várias centenas de anos, e ainda persiste como um ritual vivo, o ritual do batismo da semente do milho branco, a festa do *Jerosy Puku*. Os símbolos religiosos são muitos, porém, entre os mais conhecidos por nós estão o *xiru* (cruz), *mbaraká* (chocalho), *mimby* (assobio), *takuapu* (bastão feito de taquara e utilizado exclusivamente pelas mulheres nas cerimônias).

Os rezadores Olímpio e Jorge Ricardo, ao explicarem sobre a importância da reza, utilizaram o exemplo do telefone celular através do qual se faz contato direto com Ñandejara. Com essa explicação sobre a reza, vem também profunda reflexão sobre a crença na transitoriedade do corpo material e na continuidade espiritual:

Por isso que tem oca para rezar, ogusu. Uma hora dessas (tardinha) não precisa nem visitar, você sabe que já tava com *mbaraka*, já dançava por ali, era a igreja do cacique. Rezar é um telefonema pra Ñandejara. Então acredita mais lá em cima. Nós nasceu aqui, mas nós vem de lá (*apontando para cima*) todos vocês. **Por isso que nós, a vida, é tudo melhor.** Porque nosso pai, nosso avô, tudo tá lá. A gente morre, **a gente não fica aqui na terra, mas o corpo fica.** Que nem um vídeo. Vai lá pra cima. Agora a carne é coisera, vai apodrecer junto com a terra. Nós é adubo da terra. Agora nós, aquela conversa é lá em cima. Essa carne, tudo, osso, vira adubo da terra (Ricardo Jorge, retomada Guyra Kambi’y, entrevista em abril de 2022).

As palavras do rezador, com sua profundidade, extrapolam nossa capacidade de compreensão, uma vez que se contrapõem ao modo de produção capitalista, o qual promove uma filosofia de vida em que há cisão da vida humana em compartimentos: material, espiritual, artística, social. Sendo a religião hoje, em grande medida, dominada pelo sistema de exploração econômico. A memória dos rezadores aponta para os rituais de religiosidade como práticas diárias, livres de intermediação econômica, sendo a figura do rezador um dos pilares centrais da vivência coletiva, mas nem por isso o –dono da relação com o mundo espiritual. Ou seja, a conexão com a espiritualidade está acessível para todos que querem. E

é, através da reza, que, na percepção de Ricardo Jorge, –a vida, é tudo melhor, pois, consciente de que o corpo é frágil, apenas uma –coiserall, aprende-se então desfrutar da felicidade, o objetivo mais importante da vida. No Paraguai, consideram-se os Guarani Kaiowá como o povo mais feliz do mundo.

Reza é igual celular: você liga daqui (MS) pro Rio de Janeiro. Reza é igual, tem 50 tipos de reza. Os rezadores rezam e acontece. Deus escuta o que você fala. Não tá na Bíblia, a Bíblia é feita de máquina. Quando veio aquela poeira eu rezei e ela passou por cima. É igual o cantor que grava, ele estuda pra canta. Quando reza aqui desvia (os males). (Papito, dezembro de 2021).

Nesse sentido, segundo os velhos rezadores indígenas, a reza é a condição fundamental para o *tekõ porã*, bom viver, a felicidade, a alegria, a bondade. A explicação sobre espiritualidade kaiowá guarani é completada pela reflexão de Fábio Turibo:

Nunca estamos sozinhos, mas nossos olhos estão borrados, impedindo a gente de ver tudo que existe. Não somos uma pessoa qualquer. Podemos até ser uma pessoa qualquer diante dos outros, mas cada pessoa é única. E nunca estamos sozinhos, porque atrás de nós temos nossos *jára*, que são nossos animais de proteção: cobra, onça, cachorro, pássaros, animais da terra e do ar. Quanto mais você estiver na conexão, mais você consegue seus bons resultados (Fábio Turibo, out. 2022).

Nesse ponto, Fábio também explica que os kaiowá mantêm uma espiritualidade muito forte ainda hoje. E, que, antigamente, os grandes hexacara, por meio da conexão espiritual, conseguiam se teletransportar entre as dimensões do passado, do presente e do futuro.

Quando nascia uma criança, o rezador batizava e, com a conexão com a espiritualidade, dava um nome para a criança ao batizá-la, em rituais que começavam no início da noite e seguiam muitas horas. Esse nome de batismo está/estava relacionado ao próprio caminho que a criança iria percorrer. O batismo, na tradição kaiowá guarani, ajudava a não pegar doenças e a não percorrer o caminho ruim.

Existem também cantos e rezas para todas as ocasiões. Por exemplo, existe para os homens seduzirem as mulheres, para as mulheres seduzirem os homens, e –até para mulher respeitar o mais feio, –tem muita dor de amor ... e assim por diante. No entanto, há restrições ao uso, inclusive quanto à idade.

Há também os *pajê* (lê-se *padjê*). Os *pajê* podem ser de muitas formas, pode ser feito em você pelos seus familiares sem que você nunca saiba, e eles vão te proteger, no entanto, precisam ser renovados, semelhantes aos ciclos que se cumprem. Por exemplo: tem *pajê tenonde* que se faz pela frente, e *pajê tapykwevy* que se faz por trás, que é mais perigoso porque pode estar associado à maldade. Mas, para maldade, também existe a bondade na reza e no comportamento, para combater a maldade. Exemplo: tem o *pajê popotá*, em que a pessoa tem as mãos doces, tudo que ela toca faz crescer bem, cuida bem, tudo que faz com as mãos

dá certo. Tem o *pajé* das plantas: *patu ka''a*, das ervas medicinais, aprende tudo sobre plantas. Tem o *pajê* que te protege das doenças. Por exemplo, a pena do pássaro *kavuré*, serve de *pajê* para seduzir as mulheres.

Desse modo, é a busca pelo Bem Viver que orienta a ação e a ética da vida Kaiowá e Guarani, baseada no não acúmulo de bens, na calma e na paciência para lidar com os problemas, na reciprocidade em todos os aspectos, e no grande espírito de hospitalidade que predomina nas comunidades. Segundo Saulo Feitosa, o Bem Viver pode ser considerado um termo que envolve um conjunto de povos indígenas no continente latino-americano e aponta para o modelo das perspectivas éticas indígenas:

O Bem Viver é o resultado político e ideológico mais significativo do movimento de resistência epistêmica dos povos originários da América Latina ou Abya Yala, como costuma ser denominada por eles. Embora o termo Bem Viver seja uma expressão que pode ser encontrada em várias línguas indígenas do continente americano, como também fora dele, o seu uso enquanto categoria filosófica é muito recente e deve ser compreendido como parte de um processo longo das lutas indígenas regionais (FEITOSA, 2015, p. 10).

Não encontramos o termo equivalente à palavra –miséria|| em Guarani Kaiowá, mas o que mais se assemelha, conforme nos explicaram, talvez seja a expressão –*py''a nhombyasye''yvall*, que significa –aquele que não tem misericórdia para com seu próximo||. Ou seja, quanto mais a pessoa tem abundância, mais tem generosidade em compartilhar, o que subverte a lógica capitalista na sua essência.

Eu sempre falo que o índio pode ter um dente só, mas ele ri, tem alegria. Não adianta ter todos os dentes e não dar risada, ser triste. A comida do branco deixa ele triste. Pra nós índio, o Tekohá é um lugar alegre, tem que ter comida e alegria. Temos que desmamar. Temos que nos formar com autonomia. Temos que entender o que a colonização fez com a gente, por isso estou estudando. Eu estudei que a gente veio para ser feliz e admirar a obra que Deus fez. Nós Kaiowá somos *yvy poty*, flores da terra. A semente é um espírito vivo e não pode ser guardada de qualquer jeito. A fumaça é repelente pra não ter caruncho. Milho é vida. Pra nós tudo tem vida. A natureza é como o corpo humano. E um rio sujo é como uma veia entupida, e a mata é a roupa da terra... a água se transforma em nuvem de amor para alimentar a gente, corre como sangue em nossa veia. A natureza é como um corpo humano que precisa ser cuidada como nosso corpo. Quando Deus fez a terra, depois fez a semente. Porque foi um pedido do nanderu porque não tinha alimentação... Muitos rezadores falam que quando acabar o milho branco vai acontecer o fim do mundo. **Nós indígenas não somos problema para o mundo, somos a solução** (Anastácio).

Cabe, então, à nossa civilização repensar o estar no mundo em todos os aspectos, seja no modelo de consumo, seja no conceito de felicidade, seja na maneira como organizamos nossa Casa Comum, na maneira com a qual nos relacionamos entre nós. É preciso aproveitarmos a oportunidade, porque –não estamos perdidos, ao contrário, reaprenderemos o caminho se reaprendermos a aprender|| (Rosa Luxemburgo).

4.1.3 “O ato de nutrir-se é um ato de relação com as divindades” – Eliel Benites, aldeia Tey Kuê, pesquisador, Movimento dos Professores Guarani e Kaiowá

É consenso, nos depoimentos, que as alterações drásticas na dieta alimentar têm alterado profundamente a saúde das populações indígenas da região sul de Mato Grosso do Sul, embora a consciência sobre o ato de nutrir-se esteja presente em grande parte da geração dos idosos, sobretudo. Os conhecimentos tradicionais dos idosos sobre nutrição poderiam impactar diretamente na resolução do problema da fome, caso os territórios fossem demarcados.

De acordo com o modo tradicional, a ingestão dos alimentos está relacionada ao desfrutar do presente – os alimentos doados do Ñanderu Guasu para os Guarani e Kaiowá. Sendo assim, o alimentar-se deste sagrado faz chegar mais perto dos próprios deuses, do próprio Ñanderu Guasu. Originalmente:

O ato de nutrir-se é um ato de relação com as divindades, um momento de intimidade com as divindades. O ato de se alimentar está ligado aos rituais. Com a chegada da colonização e o esbulho da terras, aconteceu a decomposição do território móvel, altera-se o hábito de se alimentar ligado aos rituais. A roça da nossa Grande Divindade é a água, a floresta. Ser Kaiowa é estar no mundo produzindo. Tudo o que conhecemos aqui na Terra é apenas uma parte da grande roça (Eliel, abril de 2022¹⁴³).

Assim como aponta Eliel Benites, nos depoimentos dos mais velhos, encontramos a explicação de que –o todoll dos rituais da alimentação era considerado sagrado, e havia uma reza especial em cada etapa, desde a semeadura das sementes nos solos até a entrada do alimento dentro do corpo humano. Sob essa perspectiva, os cuidados com a roça fazem parte do sagrado, porque a roça é sagrada, os alimentos são sagrados, e, por isso, precisam estar livres de contaminações: –[...] A roça é espiritualizada desde o local onde está, até os pratos para preparar as refeições (Nilton, Aldeia Tey Kuê, Caarapó). Contaminar os alimentos é equivalente a contaminar o próprio corpo das divindades, já que seu corpo é que produz alimentos. Portanto, o preparo dos alimentos também exige afeto, carinho, compartilhamento, alegria, porque tudo isso é compartilhado com o corpo divino.

Verificamos que a nutrição é uma preocupação de todos os anciões por nós entrevistados. Segundo a Ñandesy Dona Floriza, da aldeia Bororó, em Dourados¹⁴⁴, a

¹⁴³ Palestra proferida no dia 19/04/2022, na mesa do II Congresso Internacional em Educação, Língua, Cultura e Território - CIELCULTT, Línguas e Linguagens Indígenas: Saberes e Sabores das Culturas Ameríndias.

¹⁴⁴ Roda de Conversa, em visita à família, fevereiro de 2020.

preparação para os cuidados com a vida de uma nova criança, acontecia desde a gravidez. A mulher grávida deveria comer determinados alimentos para facilitar o parto e deveria evitar outros que dificultassem. A roça, para atender uma mulher grávida, deveria ser específica e uma ñandesy deveria ter a mulher sob seus cuidados e orientação, para que todo alimento consumido ofertasse nutrientes especiais para a vida a caminho.

Segundo Dona Emiliana e Papito, do *tekohá* Guyraroká, município de Caarapó, na atualidade há muitas crianças com anemia quando se compara com o tempo antigo, o que, na opinião dos dois, é um dos principais problemas atuais; antes, os hábitos preventivos evitavam a desnutrição infantil:

Hoje a gente planta e eles passa veneno. Mas a gente antigamente, a gente fazia (preparos) para dar para quem tem criança, e não põe açúcar. Quanto a criança começa a comer, a gente já dava semente de abóbora. Antigamente, ninguém tinha doença, e hoje criança come e faz mal, e fica desnutrido, magrinho, essa comida dos branco. Hoje o gás também influencia. E o corpo da gente fica prejudicado. Sal não comia, açúcar era nosso mel, flor a gente comia. Hoje a criança pega doença do açúcar. No mato tem caraguatá, assa bem e dá pra criança, faz xarope. Na época que nós era jovem, não tinha doutor, e nós tinha remédio nos mato, e acabou o mato, e hoje não tem remédio do mato (Papito e Emiliana, *tekohá* Guyraroká, entrevista em novembro de 2021).

Segundo os mais antigos, hoje, a falta de área para plantar roças, a falta de mata para buscar remédios, a contaminação dos solos, a destruição de alimentos nativos, a chegada dos novos alimentos, como açúcar, provocou um quadro grave de desnutrição infantil. Outro elemento associado ao quadro de desnutrição das crianças indígenas, além da espoliação do território, da perda das florestas e da conseqüente abundância de oferta de proteína, é o uso grave e violento dos venenos, que prejudicam a saúde das crianças.

Antigamente, segundo ainda Papito e Dona Emiliana (em dezembro de 2022), a semente de abóbora era fonte de alimentação fundamental para qualquer criança, impedindo que ela fosse acometida pela desnutrição. Conforme estudos nutricionais, a semente de abóbora constitui excelente fonte de ferro (além de magnésio, ômega-3), ajuda a combater os processos de anemia, além de colaborar com a saúde do intestino, do coração e do cérebro¹⁴⁵. Papito e Dona Emiliana também lembram que era costume fazer mingau de vários tipos de côco, como a espécie pindó, que é fonte de ferro para crianças. Notamos que todas as discussões, relacionadas ao tema da nutrição, sugerem as alterações bruscas na alimentação e o envenenamento dos solos, águas e alimentos.

Essas crianças e juventude que vão pra escola, muda o corpo hoje, tem menos resistências às doenças. E eu, na minha época, do jeito que a gente vinha vindo, a gente é mais forte, porque a gente comia comida orgânica, não junto com

¹⁴⁵ <https://www.tuasaude.com/semente-de-abobora/>. Acesso em: 10/05/2022.

agrotóxico. Hoje a comida que traz de fora pra dentro da aldeia é macarrão, arroz, óleo de comida, doces, essas coisas que vocês (*não indígenas*) produzem açúcar, sal. (Otoniel, liderança Aty Guasu, entrevista em maio de 2022).

De acordo com o depoimento de Otoniel, há a percepção de que essa alimentação alterou a capacidade de resistência do organismo da geração atual. Se a geração anterior era mais forte, tinha menos problemas de saúde, a geração atual é mais –fracal, mais sensível aos problemas ocasionados pelas consequências da má alimentação. Também, conforme Otoniel, as comunidades indígenas que estão mais próximas aos centros urbanos são mais –engolidas pelo modo de produção e consumo dos não indígenas, pois a proximidade com as cidades leva as comunidades a alterarem os modos de produção de alimentos e consumo, conseqüentemente, alimentam-se pior. Em relação às aldeias mais distantes, ainda se percebe uma maior produção de alimentos saudáveis, bem como a manutenção da alimentação mais tradicional.

Kaiowá plantava algodão, nunca ficou pelado, fazia roupa, rede. Tá indo de mal a pior, tendo doença, hipertensão, diabetes. A gente comia comida própria, não tinha doença. **Hoje tudo químico**, estraga nossa saúde. Nós hoje infelizmente tá difícil pra gente, porque a gente come demais coisas que não são nossas. A gente não come mais coisa que os Nhanderu come. Eu acredito porque em toda parte você pessoa com pressão, com diabete. Diabete, hipertensão, câncer, eles português eles nos trouxeram essas doenças, que infectou todo mundo (Clara, retomada Laranjeira Nhanderu, entrevista em abril de 2022).

Em entrevista, durante roda de conversa na Laranjeira Nhanderu, Clara analisa o processo histórico que levou à alteração dos hábitos alimentares, associando-o à colonização, que se impôs de maneira agressiva sobre o território, ao mesmo tempo em que as comunidades se viram obrigadas a comer –comida dos karaí, e não mais –comida que os Nhanderu comel; tal fato desterritorializou também os hábitos alimentares.

[...] tem muita contaminação, tem muitas doenças que a gente poderia evitar, apenas mudando os hábitos alimentares, em deixar a dependência dos alimentos comprados no mercado. durante esse processo as famílias abandonaram a roça para poder comprar os alimentos no mercado. Passaram ao trabalho remunerado para depender do dinheiro e comprar tudo, mas temos condições de produzir nossos alimentos (Nilton, aldeia Tey Kuê, Caarapó, entrevista em maio de 2022).

Conforme Nilton, a lógica inverteu-se sem que a população indígena encontrasse outra saída, nem sempre percebendo as armadilhas da dependência do dinheiro, da prisão que se tornaram as formas de luta pela vida sem o território, e da contaminação dos alimentos, das

peças, do ar, das águas. Nossas pesquisas¹⁴⁶ demonstram que os agrotóxicos fazem parte de uma guerra particular do agronegócio contra as comunidades indígenas.

4.1.4 “Recebemos de volta uma terra cuspidada pelo agronegócio, ainda assim, ela é sagrada” – Lucini Barbosa, Laranjeira Ñanderu 2

O contexto atual da retomada Laranjeira Ñanderu 2 é permeado pelas contradições existentes no território, oriundas, por exemplo, de pressão do agronegócio, de mudanças relacionadas a questões socioeconômicas, políticas, culturais, geográficas e ambientais, transcorridas no percurso do último século, o que afetou diretamente, sobretudo, a vida no tempo presente. Como vimos, nas últimas décadas, especialmente a partir dos anos de 1970, de maneira embrutecida o processo –civilizatório e colonizador dos *karai* – tirou a roupa da terra, como nos disse o rezador, referindo-se ao desmatamento, associado à perda dos alimentos e dos remédios.

Para a filosofia de pensamento kaiowá, o desmatamento está associado a tirar a pele, a roupa, os pêlos da terra, deixa a terra nua, tal o nível de agressão. Além disso, à medida que se desmata, também se espantam os espíritos que habitam as matas, os seres protetores que garantem a proteção e o equilíbrio no lugar.

Apesar disso, [...] quando a gente retoma, recebemos de volta uma terra cuspidada pelo agronegócio, ainda assim, ela é sagrada (Lucini, Laranjeira Ñanderu 2, novembro de 2021). Mesmo que esse solo seja duro, compactado, que tenha sido envenenado, mesmo que as nascentes estejam adormecidas, que a terra esteja nua, sem sua roupa: –ainda assim, ela é sagrada. Dessa forma, a diferença entre o passado e o presente é equivalente a um abismo, onde a paisagem predominante na região (Rio Brilhante e entorno) é de gigantescas áreas de monoculturas, onde pequenos fragmentos de matas irrompem para nos lembrar que no passado era só mata, e que, no Brasil, ainda existe um frágil e disputado código florestal, que delimita e obriga a preservação de uma porção de mata.

A região de Rio Brilhante (como o próprio nome indica) era uma região farta em águas, com rios, lagos, córregos, de maneira que, em passado recente, os recursos hídricos forneciam quantidade abundante também de alimentos para as comunidades indígenas. Na atualidade, muitas nascentes morreram, soterradas pelos monocultivos.

¹⁴⁶ <https://www.cptnacional.org.br/publicacao?task=download.send&id=14211&catid=75&m=0>. Acesso: 20/06/2022.

O pisoteio do gado (a um peso médio de 500 quilos) é um dos elementos que, ao longo do tempo, compacta o solo e leva a matar o que chamamos de microbiota do solo – o conjunto dos organismos vivos, agregados que compõem a vida saudável do chão.

O uso da mecanização agrícola (tratores, colheitadeiras, plantadeiras) é outro fator que compacta os solos. Como explica Urbano, de Pirakuá, em Bela Vista: –O trator impede que as sementes nasçam. Embaixo da terra tem muita semente, ela não vem por causa do tratorl (roda de conversa, maio de 2022). Esses elementos juntos são potenciais devastadores das nascentes de água. Tanto pequenos córregos, quanto pequenas nascentes difusas, que predominam na região, são completamente ignoradas pelos grandes e médios proprietários de terras, na sua grande maioria. Assim, onde predomina o agronegócio pode haver a eliminação total de matas e nascentes, de maneira surpreendentemente rápida, inclusive através do uso da técnica do correntão¹⁴⁷, técnica comumente utilizada pelos fazendeiros na região. Através dela, geralmente, uma grande corrente é acoplada a dois tratores, que, juntos, avançam em direção às árvores, derrubando todas ao mesmo tempo. É mais barata e rápida e elimina a necessidade de mão de obra de vários trabalhadores, o que proporciona mais lucros ao capital.

O problema da perda de solos férteis e do aumento da desertificação no planeta inteiro tem se agravado anualmente. No seu estado natural, os solos tropicais possuem alta complexidade, são excelentes para a produção de alimentos, podendo conter 20 milhões de fungos e bactérias por 1 cm³, segundo a especialista em solos, Ana Maria Primavesi (s/d)¹⁴⁸.

Estudos envolvendo a Embrapa de 2016¹⁴⁹, apontaram que 30% dos solos do mundo estão degradados, principalmente devido ao uso dos maquinários agrícolas, ao uso de fertilizantes químicos, agrotóxicos e herbicidas, levando à perda de matéria orgânica e sua compactação, passo anterior à desertificação. Em um planeta com mais de 7 bilhões de habitantes para se alimentar, a preservação das fontes hídricas e da qualidade dos solos é fator fundamental para a sobrevivência da espécie.

A compactação dos solos, devido ao pisoteio do gado e dos equipamentos agrícolas, a perda das matas para equilibrar os sistemas de chuvas, o envenenamento ambiental (em que, na maioria dos casos utilizam-se venenos de maneira a exceder, inclusive as orientações de aplicação) têm tornado os locais pobres, verdadeiras –zonas de sacrifício|| global pelo capital internacional, alterando completamente o equilíbrio dos agroecossistemas.

¹⁴⁷ <https://www.youtube.com/watch?v=zDK8qY0EKoo>

¹⁴⁸ <https://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/Osolo-AnaPrimavesi.pdf>.

¹⁴⁹ Estudo revela que 30% dos solos do mundo estão degradados - Portal Embrapa. Acesso: 17/09/2022.

Em 2019, o Ministério da Saúde publicou pesquisa sobre o índice de contaminação das águas do Brasil, onde 1 em cada 4 municípios brasileiros estava com suas águas contaminadas, formando um coquetel com até 27 tipos de agrotóxico¹⁵⁰; o estado do Mato Grosso do Sul aparecia com 65 municípios contaminados. Em março de 2021, publicou-se, pela Embrapa Oeste¹⁵¹, pesquisa que indicava resultado do monitoramento do rio Dourados, ao longo de um ano; foi diagnosticada a presença de 32 tipos de agrotóxicos em suas águas. A ONG Repórter Brasil, divulgou, em março de 2022, o Mapa da Água, levantamento¹⁵² em que o nível de águas contaminadas por agrotóxicos e por outros produtos carcinógenos é observado em cidades como Dourados, Campo Grande, Glória de Dourados e Cassilândia.

Para os Kaiowá, é impossível a dissociação entre terra e água, já que a palavra -yvyll, que significa terra, contém a palavra -yll, que significa água. Nos tempos em que vivemos, de escassez dos bens comuns, dado o atual modo de produção capitalista, a água – um bem comum – passa a ser também uma espécie de *commodity* agrícola, dentro de um sistema que transforma tudo em mercadoria. Contudo, nesse cenário, são as comunidades indígenas, em grande parte, que cuidam e recuperam as nascentes, quando retomam seus territórios ancestrais.

Contrapondo o modelo de cuidado com os bens comuns, o agronegócio tem sido, conforme mencionado, o maior responsável pelas inúmeras formas de devastação ambiental, ocultas sob propagandeados índices de -sucessoll, cuja difusão em massa, nos meios de comunicação hegemônicos, paulatinamente criou a falsa ideologia de que -agro é popll, e é a -agro-riqueza do Brasil. Orientadas por tais idéias e em busca de solos férteis e de abundância de águas, as empresas predadoras do agronegócio priorizam determinadas regiões, por exemplo, a do Centro-Oeste: considerado o berço das águas do Brasil, abastecido por inúmeros rios e nascentes e solos que se alimentam do Aquífero Guarani. O Aquífero Guarani alimenta boa parte dos rios de São Paulo, parte dos rios de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, assim como todo o bioma Pantanal.

O pesquisador e arqueólogo Altair Sales Barbosa, um dos maiores especialistas do cerrado brasileiro, tem alertado sobre a importância desse ecossistema, que possui cerca de 40 milhões de anos, e que demonstra sinais catastróficos como resultados de sua extinção, como

¹⁵⁰ <https://www.gov.br/fundaj/pt-br/destaques/observa-fundaj-itens/observa-fundaj/revitalizacao-de-bacias/201ccoquetel201d-com-27-agrotoxicos-foi-achado-na-agua-de-1-em-cada-4-municipios-2013-consulte-o-seu>

¹⁵¹ <https://midiamax.uol.com.br/cotidiano/2021/pesquisa-da-embrapa-encontra-32-tipos-de-agrotoxicos-e-contaminantes-no-rio-dourados/>

¹⁵² <https://www.pantanalnoticiasms.com.br/pesquisa-mostra-que-4-cidades-de-ms-tem-substancias-cancerigenas-em-agua-da-torneira/>

as crescentes secas na região de São Paulo, o desaparecimento dos afluentes e nascentes, resultantes dos últimos 50 anos do modelo de agricultura do pacote da –Revolução Verdell.

O pesquisador Antônio Thomaz Júnior (2010) trabalha o conceito de agrohidronegócio, em que coloca a água no centro das disputas e conflitos territoriais, resultado do avanço do capital sobre o globo, o que chama de commoditização como prática de produção das cadeias produtivas agro-químico-alimentar. Ao exportar as commodities agrícolas, o Brasil exporta sua água, seus solos e o trabalho de seu povo.

Na Conferência da ONU para o Clima (COP27, no Egito), dia 10/11/2022, estudiosos apontaram que as águas das bacias do cerrado sofrerão redução equivalente a 1/3 até 2050, o que pode ser comparado a oito rios Nilo. As perdas atuais chegaram a 15,4% da vazão, entre 1985 a 2018, principalmente devido ao modelo de produção agrícola, associado ao desmatamento do cerrado, que já perdeu 47% de sua área original¹⁵³.

Ao mesmo tempo, o avanço da produção de soja e de outras commodities influenciou diretamente a diminuição das áreas de plantio de arroz em 44% e do feijão em 32% em apenas 16 anos¹⁵⁴.

Creemos que uma sociedade consciente de que a água é um bem comum, extremamente precioso, precisaria deflagrar a criação de inúmeras formas de proteção das águas, assim como exigir que fossem criadas políticas públicas colocando a água como fator de segurança nacional da nação, assim como o tema da política de segurança alimentar e nutricional.

É nesse contexto que os Guarani Kaiowá retomam seus antigos *tekohá*, sem árvores, sem nascentes, com solos compactados e com regimes de chuvas completamente alterados, com água envenenada. Esse é um brevíssimo quadro da terra –cuspida pelo agronegócio, e, ainda assim, –sagradall, para os Guarani Kaiowa.

4.1.5 - “Quando a gente recupera a terra, recupera nosso modo de ser” – Mari Barbosa da Laranjeira Nãnderu 2

A retomada constitui um tripé em que Retomada-Reza -Roça fazem parte de um mesmo estágio de avanço da luta pelo território, em que –terra é mais do que terrall. Quando a família do Zezinho resolveu retomar o seu antigo território, sabia que seria uma luta intergeracional, no sentido de que envolveria várias gerações e de que seria a condição para

¹⁵³ <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/cerrado-pode-perder-um-terco-da-vazao-dos-rios-ate-2050-alerta-estudo/?amp>. Acesso: 11/11/2022.

¹⁵⁴ <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2022/11/15/area-de-plantio-de-arroz-e-feijao-encolheu-mais-de-30percent-em-16-anos-com-o-avanco-da-soja-e-do-milho.ghtml>. Acesso: 15/11/2022.

que seus descendentes pudessem viver numa terra livre de cercas para os descendentes da família.

Quando a gente recupera a terra, recupera nosso modo de ser. Estamos fazendo um projeto que não é só pra nós, é para quem vem no futuro. Retomamos em 31 de outubro de 2018. Vivíamos na mata, era proibido plantar. Nosso apoiadores levaram sementes de abóbora, rama de mandioca... a comida dos karaí é enlatado. As crianças não sabiam de onde vinha abóbora, amendoim. A gente (na cidade) não come mais alimentos saudáveis, hoje os rios são poluídos, peixes não temos mais. O mato quase não existe. Tem câncer, tem diabete. A gente não usava açúcar, usava mel. Antigamente usava remédio tradicional. Não existia trator e colheitadeira. Em vez de sair de casa na pandemia, a gente limpou a roça com a mão, com enxada. Quem planta, colhe (Mari, novembro de 2021).

No depoimento, na fala –recupera a terra, recupera nosso modo de ser||, há a dialética entre as duas ideias. Para recuperar o modo de ser, é preciso retomar a terra; e, ao retomar a terra, fica ainda mais forte o desejo de recuperar o _nosso modo de ser‘. Portanto, assim como a retomada do território, a reza e o kokuê são as marcas desse novo contexto do Tekohá. O que vem primeiro? Não existe hierarquia, porque para retomar precisa rezar, e, para continuar rezando, precisa do território da retomada. Assim como, para recuperar seu modo de ser, precisa do território.

[...] Por mais que a gente siga alguns pontos que não são nossos a gente jamais deixa de ser Guarani Kaiowa. Por mais que as pessoas sigam a igreja (evangélica) ele não deixa de usar os remédios, mesmo tendo que seguir aquele padrão, ele mantém essa luta. Então significa que mesmo na reserva, a gente mantém nossa forma de viver, constrói outro tipo de teko (Jânio, aldeia Limão Verde, município de Amambai, movimento Aty Jovem, entrevista em abril de 2022).

Enfatizamos que, no universo indígena Kaiowa, há intensa contradição entre o modo de ser da sociedade tradicional, baseada na economia da reciprocidade e em determinados padrões culturais, e a sociedade do entorno. Ao mesmo tempo que acessam e buscam benefícios, negociam, repelem, protestam, sem, no entanto, negarem e reafirmarem a noção de que –vivemos entre o moderno e o tradicional|| (Germano Alziro, retomada *Guyra Kambi*‘y, entrevista em abril de 2022), –vivemos na margem do antigo e do moderno|| (Fábio Turibo, Aty Jovem, reserva Tey Kuê, agosto de 2022).

Os depoimentos explicam que algumas crianças desconheciam a arte de cultivar a terra, porque não tiveram oportunidades de crescerem dentro dos costumes tradicionais, e seus pais analisam que a produção da roça ajuda a dar um rumo, a organizar a vida dos jovens por meio da produção de alimentos, por meio da aprendizagem técnica, espiritual, ambiental e social ao longo do processo. Plantar uma roça é uma forma de reconectar com sua ancestralidade.

Os indígenas da retomada Laranjeira Ñanderu 2 retomam também a consciência da necessidade de percorrer um caminho sagrado, de fazer seu *kokuê*, sua roça. A roça, assim, passa a ser um modo orientador da vida em coletividade: aprendem a plantar, esperar, cuidar, conversar, rezar, ver que as plantas conversam entre si. Esse modo de plantar é profundamente significativo, talvez um modo espiritualizado de plantar, enquanto aponta para outro modelo de relação com o todo, frontalmente contrário aos monocultivos do agronegócio.

Anastácio Peralta analisa que, ao recuperar a terra e –recuperar nosso modo de ser, é preciso avaliar a importância dos cuidados entre as diferentes gerações, grupos; para isso usa a mata como elemento de comparação:

[...] uma árvore alta lá em cima cuida das árvores pequenas, das médias e é amparo até para as graminhas que crescem abaixo, no solo. Todas conectadas umas nas outras. Quando passa o vento lá em cima, elas dançam de alegria, todas estão conectadas nas raízes, e conversam umas com as outras. Assim também deve ser nós uns com os outros (Anastácio Peralta, mesa de debate sobre –Pesquisa e Movimentos Sociais, FAIND/UFMG, junho de 2022).

Nesse sentido, explica-se a consciência sobre a importância da proximidade entre todas as gerações, o sentimento de pertencimento ao grupo coletivo, o valor do cuidado com os idosos e as crianças. Preocupação presente, sobretudo, nos depoimentos e nas cartas escritas ao longo da história da comunidade.

Retomar a terra, para a comunidade Laranjeira Ñanderu 2, foi também uma forma de voltar a seus ritos tradicionais. Nos primeiros momentos, a preocupação foi fazer a roça e, junto, veio a necessidade de fazer o ritual do batismo do milho branco, que, nos primeiros dois anos, foi feito com milho trazido de *tekohás* vizinhos.

Logo que tiveram oportunidade, plantaram seu próprio milho, colheram e fizeram a primeira festa do batismo do milho, plantado na retomada em janeiro de 2022. A festa recebeu várias parentelas de outros *tekohá*; no auge da noite de sábado, recebeu em torno de 200 pessoas para rezar, cantar e dançar. Foi nessa ocasião que aproveitaram para se conciliarem em torno do ritual, deixando as diferenças de lado. O processo de preparação foi longo e envolveu ajuda de amigos e entidades, doando dinheiro ou objetos para o evento, pois tinham que preparar a iluminação da casa de reza, a alimentação, gelo, caixas térmicas. O ritual demorou 3 dias, e a família que plantou o milho branco, considerada –dona da festa, foi ajudada pelas demais famílias, conforme registro a seguir.

Foto 23: Preparação do tatu



Fonte: Dandara Procópio, 2022.

Foto 24: Preparação do peixe



Fonte: Dandara Procópio, 2022.

Foto 25: Ritual de recepção



Fonte: Dandara Procópio, 2022.

Foto 26: Ritual de início da reza



Fonte: Uemer Barbosa, 2022.

Foto 27: Rezadores dentro da oga psy

Foto 28: Encontro mulheres e homens



Fonte: Dandara Procópio



Fonte: Dandara Procópio

Cumpra sublinharmos que Território é uma categoria utilizada para ajudar nossa compreensão sobre a retomada, no entanto, não reflete a totalidade da categoria originária *tekohá*. A lógica da cosmovisão do mundo, na perspectiva da etnia Guarani Kaiowá, sinaliza para o território pleno de vida, composto pela afetividade em que florestas, águas, animais, terra, roças, medicina, seres espirituais e seres humanos vivem interdependentes. E, para além disso, complementam-se com o mundo físico, com os mundos das divindades, os patamares celestes e com a crença de que não somos os únicos habitantes do cosmo.

Em reunião, na retomada Guira Kambi'y, em maio de 2022, sobre o tema das roças, ressaltou-se o seguinte:

Jopoi é pegar nas mãos e fazer junto. Buscar essa...essa coisa de tá junto, essa confiança. Como é que o capitalismo domina a gente? ele divide a gente, individualiza, daí domina, domina uma pessoa aqui, outra ali, daqui há pouco tá tudo dominado. Eu tiro por mim, sozinho eu não consegui, porque o desânimo vem. Porque o desânimo vem também. Compartilhamento te anima. Só de falar que vai lá já te anima, compartilhamento de visita. Vou ter que mostrar minha casa. Você tem que alegrar onde você tá (Anastácio, roda de conversa, maio de 2022).

Avaliamos que aqui foram ressaltadas a importância da troca de conhecimentos entre indígenas, camponeses, quilombolas e a mobilização no sentido de ir atrás de boas e bonitas experiências.

4.1.6 “Colocaram a gente num chiqueiro e dão cesta básica” – Erileide, retomada Guyraroká, município de Caarapó, janeiro de 2022

A cesta básica é uma política de emergência diante de grave contexto de fome. No estado de Mato Grosso do Sul, a situação da fome entre as comunidades indígenas Guarani Kaiowa, ficou mais evidente, ao público em geral, quando, em meados do ano de 2003,

denunciou-se publicamente o caso da morte de crianças Guarani e Kaiowá, na Reserva Indígena de Dourados, no –centrinho do hospital indígena da Missão evangélica Caiuá, por desnutrição.

–Segundo a Funasa, foram examinadas no período 2131 crianças nas aldeias do sul do MS, onde vivem cerca de 37 mil guaranis kaiowás. Foram encontrados 21 casos de desnutrição grave, 106 casos de desnutrição moderada, 328 casos de crianças em situação de risco nutricional e 38 casos de sobrepeso¹⁵⁵. Foi nesse contexto que os governos federal (governo Lula, mandato 2002 a 2010), estadual (governo Zeca do PT, mandato 2000 a 2008) e municipal (governo Tetila, mandato 2001 a 2008) iniciaram um programa emergencial chamado –Fome Zero Indígena. Na época com cerca de cinco milhões de reais para ações comandadas pelo governo do estado que, a princípio, envolveu vários órgãos do governo, nas diversas esferas, com o objetivo de propor um programa, conforme os modos tradicionais e as necessidades.

Entretanto, divergências entre os gestores, morosidade da máquina pública, por exemplo, levaram a ações desencontradas. Foram pelo menos duas linhas de abordagem. De um lado, foi desenvolvido um programa de formação em história e antropologia para os gestores, em parceria com a UCDB, na época com apoio do Professor Antônio Brand. De outro lado, várias ações propostas refletiram os limites do programa, com ações apenas de caráter técnico, como cursos de cabeleireira, sem haver reflexão sobre o impacto e o grau de necessidade.

Na área da produção de alimentos, houve tentativa de organizar um programa que incluísse recuperação dos solos degradados, entrega de sementes. Porém, a entrega de calcário e sementes fora do calendário agrícola, a falta de assistência técnica adequada aos conhecimentos tradicionais, compuseram a lista de problemas do programa. Paralelamente, a entrega das cestas básicas passou a ser não só emergencial, mas a alternativa que prosseguiu como uma política de ação estatal até os dias atuais.

Na época inicial, a doação de cestas básicas deveria ser apenas uma medida emergencial diante da gravidade da situação de fome; não deveria ser apropriada pelos governantes como resolução para os problemas resultantes dos conflitos fundiários. Como aponta Egon Heck: –Acho que a cesta básica é a denúncia viva de que se destruiu um dos povos que tinha mais fartura, mais autonomia, mais produção neste Continente [...] (Entrevista em julho de 2021).

¹⁵⁵ Disponível em: <https://www.dourados.ms.gov.br/index.php/desnutricao-de-criancas-no-ms-e-reflexo-do-confinamento-em-que-vivem-os-guarani-kaiowa-diz-funasa/>. Acesso: 12 out. 2022.

Avaliamos que, quando mal aplicados, programas como esses colaboram, em parte, para aprofundar ainda mais a dependência externa por alimentação. Por exemplo, na medida em que o governo passou a comprar e a entregar, periodicamente a rama de mandioca, para os povos indígenas via os programas governamentais, contribuiu para criar um ciclo de dependência, fazendo com que algumas comunidades indígenas deixassem de guardar suas próprias ramas, o que impactou diretamente no costume tradicional de manter suas próprias sementes. De maneira geral, as comunidades não querem continuar dependendo das cestas básicas, que em muitas ocasiões chegam sob a forma de –favor||, mas reclamam seus direitos ao território e condições objetivas para plantar e sair dos ciclos de dependência em que se viram submetidos pela lógica do sistema predominante:

Já estamos quinze anos aqui, já era pra devolver nossos territórios. Eu me pergunto: quanto tempo mais vamos esperar. **Não necessitamos de cesta básica, necessitamos da devolução dos nossos espaços, onde fazia festa.** Várias pessoas morreram nesses quinze anos. O que resta ainda dentro de nós é a esperança, amanhece e anoitece. Se demarca dá pra plantar batata, feijão...(Clara, entrevista em abril de 2022).

Podemos verificar que a luta sempre foi pelo território demarcado. A cesta básica é apenas uma medida de compensação. Apesar disso, a dependência dela e a exigência passam a ser pauta de reuniões importantes das comunidades, por vezes, ganhando espaços nas agendas de comunidades inteiras, que sofrem a fome programada pelos órgãos governamentais.

Dessa forma, a cesta básica, que, em várias ocasiões é uma condição fundamental para a continuidade das vidas, pode tornar-se um meio de utilitarismo governamental da situação de extrema vulnerabilidade a que estão submetidas as comunidades da etnia Kaiowá. —[...] me dói quando a gente depende do governo. A gente depende deles porque eles plantaram isso. Nós não pedimos para eles nos colocarem num chiqueiro. Colocaram a gente num chiqueiro e deram cesta básica|| (Erileide, retomada Guyraroká, março de 2022).

A pesquisa de Joana Fernandes Silva (1982) revela aspectos históricos que evidenciam o papel do governo na mudança paulatina dos hábitos alimentares, assim como na do território. Ao analisar projeto implantado pela FUNAI, segundo a pesquisadora, –todo o projeto é uma violentação explícita à ordem tradicional e ao território indígena: o que se escolhe para plantar, os processos e as etapas de trabalho (p. 113). Por meio do projeto criou-se o sistema de cantinas, sob o lema –Trabalho por comida, como modo de coerção à participação no referido projeto em desenvolvimento: –a cantina é uma arma muito bem manipulada pela FUNAI (p. 109).

O projeto, implantado no ano de 1977, fornecia semanalmente para os participantes a cesta com os seguintes itens: 10 quilos de arroz, 1 lata de óleo, 1 quilo de sal, 4 barras de sabão, 1,5 quilo de açúcar, 2 quilos de feijão, 1 quilo de erva mate. Dessa lista, apenas o consumo de erva mate era habitual. Paralelamente, também em 1977, o Instituto Nacional de Nutrição – INA, iniciou o fornecimento de leite em pó para as crianças e as mães, em período de amamentação. Poucos anos depois, a –água docell, macarrão e leite em pó haviam se transformado em hábito.

A introdução do projeto fazia parte da liberação das terras para as experiências de plantio de soja, milho e arroz, tanto em Lagoa Rica quanto em Panambizinho, conduzidos pela FUNAI. Além disso, o uso da mecanização agrícola, por exemplo, do trator, o uso das sementes externas, como da soja, o uso dos venenos, ou seja, o pacote da –Revolução Verde começou a se consolidar nas Terras Indígenas da região.

Ademais, a qualidade dos produtos ofertados na cesta básica, ao longo dos quase vinte anos, tem contribuído para alterar drasticamente os costumes alimentares guarani kaiowá, como explica Dona Alda: –Nós não comia arroz, nem sal, nem açúcar, nem óleo. Nós comia milho, batata, mandioca, peixes muitos, carnes de caça, mel muitos...||.

Acrescentamos que, além da quantidade de alimentos presentes na cesta ser insuficiente para alimentar uma família grande, a qualidade dos alimentos tem colaborado, ao longo dos anos, para o surgimento de novas doenças até então desconhecidas pelas comunidades indígenas, por exemplo, diabetes, obesidade, cânceres, hipertensão.

A exemplo citamos a etnia terena: mais de 90% das mortes dos indígenas, durante a pandemia (2020-2021), está associada a diabetes e a obesidade. Em relação aos Guarani Kaiowá, persiste o problema da desnutrição: –Antigamente não tinha câncer, diabete, pedra nos rins, cancer de mama. Tinha cavalo, feijão manteiguinha, arroz de sequeiro, suco de pindó, arroz sem veneno. Acabou. Até o rio começou a secar. Os fazendeiro passam veneno, dá dor de barrigal| (Arnaldo, retomada Tejuçu, Douradina, abril 2022).

Eu acho que a gente não pode depender muito de cesta básica, eu acredito que a gente precisa pensar de outra forma, fazer nossa rocinha. Cesta básica é um veneno também. Antigamente o povo indígena comia tudo que tinha na roça, comia mandioca assada na brasa. Eu sei que é difícil estar na retomada, precisa de ajuda, de cesta básica, mas precisa ter um diálogo (Daniela Jorge, retomada Guyra Kambi’y, abril de 2022).

Assim, o tema da fome é preocupação desde sempre dos movimentos sociais, de entidades populares, entidades de direitos humanos. O médico e pesquisador Josué de Castro, nos anos de 1940, escreveu o livro *Geografia da Fome* em que desnaturaliza o tema da fome, considerado tabu na sociedade –moderna

Querer justificar a fome do mundo como um fenômeno natural e inevitável não passa de uma técnica de mistificação para ocultar as suas verdadeiras causas que foram, no passado, o tipo de exploração colonial imposto à maioria dos povos do mundo, e, no presente, o neocolonialismo econômico a que estão submetidos os países de economia primária, dependentes, subdesenvolvidos, que são também países de fome.

Em 1992, Herbert de Souza, o –Betinho, trouxe a público novamente os dramas enfrentados pelas populações do campo e das cidades, denunciando, e também promovendo grande campanha contra a fome e a miséria, e pela vida.

Entre os vários problemas ocasionados pela fome, está o desespero do risco da quase morte, como relata uma liderança no Encontro sobre Roças: –se nós tiver com fome nós não consegue pensar, porque nossa barriga fala mais alto que nosso pensamento. Enfim, a engrenagem relacionada à falta de território, que produz a fome e leva ao desespero, é uma arma poderosa contra as comunidades indígenas. Nesse contexto, a fome passa a ser um recurso utilizado na guerra permanente e sucessiva, que tem sido chamada, por alguns, de genocídio¹⁵⁶ contra as populações indígenas; ao lado disso, tem-se o Estado programando as cestas básicas como parte de medidas paliativas para a contenção das revoltas populares indígenas.

Ressaltamos que a fome produzida tem vitimado milhares de crianças, idosos, jovens e adultos. À condição da fome estão submetidos todos os moradores que vivem nas retomadas Guarani Kaiowá do estado de Mato Grosso do Sul, conforme pesquisa CIMI/FIAN (2016), em que 100% da população sofria algum tipo de insegurança alimentar e nutricional.

¹⁵⁶ Mesmo em uma condição de guerra, a alimentação é a condição básica para todos os seres humanos garantirem a perpetuação da vida. A imposição sistêmica de viver em uma realidade em que faltam os nutrientes básicos diários pode ser considerada uma tática de guerra, em que a fome passa a ser uma arma poderosa para eliminação do alvo. É justamente a realidade do povo da etnia Guarani Kaiowá, espremidos em cercas, encurralados por venenos, espoliados da condição de seres humanos, atacados de todas as formas. A palavra genocídio vem de uma junção do grego e do latim (Génos+ Caedere) cujo significado: povo, tribo, nação + aniquilamento, matança, extermínio. O termo foi adotado no plano mundial, no ano de 1948, na Assembleia Geral da ONU, quando da Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio. Assim o artigo 2º define os termos: –Na presente Convenção; entende-se por genocídio os atos a seguir indicados, cometidos com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso, tais como: a) **assassinato** de membros do grupo; b) atentado grave à **integridade física e mental** de membros do grupo; c) submissão deliberada do grupo a condições de existência que acarretarão a sua **destruição física, total ou parcial**; d) medidas destinadas a **impedir os nascimentos** no seio do grupo; e) **transferência forçada das crianças** do grupo para outro ".

4.1.7 “A comunidade sempre vai dividir a comida” – Daniela Jorge, retomada Guira Kambi’y

Um dos princípios fortes do modo de vida Guarani Kaiowa sinaliza para a cultura da economia de reciprocidade. Talvez a palavra –jopoill ajude a explicar. Reciprocidade refere-se a uma espécie de garantia do equilíbrio: todos têm possibilidade de dar e receber, podendo efetuar trocas de variadas formas, não necessariamente nos padrões aos quais estamos acostumados, garantindo relações de reciprocidade e de partilha dos bens.

Eu amo quando vão preparar a terra em agosto, setembro, e vejo cada um no seu espaço, cada família plantando rama, outra família plantando batata doce... aí quando tiver pronto, a **comunidade sempre vai dividir a comida**, isso que é muito importante e está na retomada. É pequeno espaço, não dá pra plantar tudo, então vem um vizinho e fala ‘eu preciso de rama’, vem outro e ‘eu tenho batata doce’... é **uma troca de um com outro**, isso me deixa muito feliz. ‘Eu posso pegar uma espiga de milho pra jogar pra galinha?’, e traz uma moranga. Eu acho que isso não vai acabar, onde tem retomada, onde tem o povo que gosta de trabalhar, que gosta de roça saudável, mesmo com pequenos espaços tem roça (Dani, abril de 2022).

Dessa forma, as antigas festas garantiam também o equilíbrio da vida material das comunidades, no sentido do acesso ao modo coletivo aos bens produzidos. Dar e receber é um dos princípios fundamentais da vida em sociedade, para os Guarani Kaiowa. Ninguém é tão pobre que não possa dar nada, e nem tão rico que não possa receber nada.

Se, no passado, a reciprocidade era uma das formas de manter o equilíbrio das sociedades Guarani e Kaiowá, no momento atual, também de alguma forma, continua forte esse princípio. Tal modelo de economia tem muito a ensinar ao conjunto da humanidade, educada, desde o nascimento, por valores da sociedade capitalista, inseridos em relações mediadas pelo dinheiro, em que o princípio do valor monetário engloba todas as esferas da vida humana. No contexto da tradicional economia da reciprocidade, característico das comunidades originárias, todos participam, todos são incluídos, e todos possuem algo para trocar, dar e receber.

Atuando na contramão do capital, ainda se mantém, na comunidade, relações pautadas pela economia da reciprocidade. Embora a proximidade com as cidades permita que o modo global de economia capitalista adentre nas relações sociais atuais, pois não existem –ilhas livres das relações capitalistas no entorno; ainda assim, a economia capitalista tensiona com a economia da reciprocidade, desde as grandes até as pequenas coisas.

Nas casas, as parentelas se auto-organizam em busca de recursos para satisfazer suas necessidades básicas. Há relações de partilha, de ajuda, de apoio. Entre as famílias trocam-se

alimentos, dias de trabalho, objetos, roupas. Na retomada Laranjeira Ñanderu 2, segundo Liléia, foi a economia de reciprocidade que lhes possibilitou a continuidade da vida: –Antes, no período de crise, nós vivia de ajuda dos amigos, de outros colegas, de outras aldeias... A gente ligava pra amigos de Douradina pra levar mandioca, mamão, cana... Toda vez que vinham traziam e hoje levam de volta e isso é uma alegria. Ao ser questionada se o salário pago na colheita de maçã era suficiente, ela respondeu –sim, você sabe que a gente precisa mais de dinheiro é mesmo para comprar comida.

Se a fome tivesse sido eliminada, provavelmente a festa iria se impor. Como a fome persiste, para fazer a festa, precisa ter alimento, precisa ter abundância, o que comer e beber durante dias e dias. Mas na atual situação, eles tentam colocar um pequeno momento dentro da Aty Guasu, um momento celebrativo dessa resistência, mas que é uma adequação ao que o momento lhes permite. Às vezes querem fazer uma chicha no Jeroki Guasu e às vezes vem pedir farinha de fubá para fermentar e fazer a bebida. Isso desvirtua bastante. Isso é um iceberg da resistência submersa desses povos, mas que vai mostrando que vão recriando, vão manifestando essa resistência e vai nos mostrando – queira ou não queira os colonizadores – que os povos originários vão sobreviver, mas não só sobreviver, mas possivelmente nos ensinando com dignidade, vivendo em harmonia com a natureza, com todas as formas de vida, com a lógica da partilha, da solidariedade, da complementariedade, enfim, tantos valores que o sistema destruiu e está destruindo, e que tem talvez a sua maior resistência nos povos originários, nos povos indígenas. [...] A resistência deles é maior do que se procura crer, é maior que tudo. Porque eles têm uma dinâmica interna também, uma dinâmica espiritual principalmente, que ajuda a totalidade desses povos a manter acesa sua esperança, apesar de tudo. Nada mais do que justo, de que todos aqueles que pensam a sociedade, tenham a humildade de aprender com esses povos.

No mês de dezembro de 2021, o MST organizou a distribuição de 2.600 cestas de Natal, com produtos dos assentamentos, para doação às retomadas indígenas. Na mesma ocasião, a comunidade Laranjeira Ñanderu 2, prontamente doou abóboras para compor parte das doações de alimentos, numa expressão feliz de reciprocidade pelas sementes que haviam recebido meses antes do MPA, Via Campesina, região sul do Brasil. –Temos cana, feijão, banana. Se a gente tiver mais, a gente vai doar para quem precisa. A reza junto com a plantação (Geminiana, Laranjeira Ñanderu 2, roda de conversa, novembro de 2021).

4.1.8 “O suicídio da juventude está relacionado à falta de espaço territorial” – Fabio Turibo, da Tey Kuê

Segundo levantamento da SESAI (2021), metade da população indígena do Mato Grosso do Sul possui entre zero a dezenove anos, um total de 40.195 pessoas. Na faixa etária de 15 a 19, são 10.155 pessoas. Esse é um elemento muito importante, ao se considerar a necessidade da importância dos trabalhos com essa faixa etária específica.

Nesse cenário, a articulação entre os temas –roça|| e –juventude|| merece destaque especial, haja vista que a faixa etária relativa aos jovens, além de numerosa, detém a potencialidade de vir a representar a geração que terá nas mãos grande possibilidade de colaborar com a humanidade, ao poder reconfigurar novos desenhos territoriais, pautados em uma consciência ecológica elevada, como apontado pela retomada Laranjeira Ñanderu, ao escrever sobre suas expectativas ao retomar: –[...] porque essa área dos Indígenas está morrendo. Pra não morrer todos os restos|| (Carta de 11/09/2009)¹⁵⁷ Para Daniela, que integra o movimento da Juventude, a Retomada Ação Jovem (a RAJ):

[...] é a juventude que pode mudar as coisas. Por exemplo: quando vai preparar a terra, pode trabalhar todo mundo junto. Por exemplo, a gente pode marcar no Laranjeira e aí todos os jovens vão junto, trabalha junto, e depois marca em outro lugar. A juventude está movimentando... (Daniela Jorge, junho de 2022).

Embora nem todos os jovens estejam vinculados organicamente ao movimento da juventude indígena, a RAJ, somente pelo fato de serem jovens e indígenas, segundo as palavras de Jânio –já está correndo risco de vida||, corre-se o risco de morrer a qualquer momento – nas rodovias, nas lutas, nas situações de racismo, ou mesmo, pelo suicídio, número alto entre a juventude.

O tema da Juventude chama a geração atual dos jovens para o protagonismo na construção do futuro que os Kaiowá almeja. Em seu início o movimento da RAJ - Retomada Ação Jovem tinha como um dos objetivos estimular a juventude a se auto-organizar para trabalhar as suas demandas. A RAJ caminha de modo autônomo, porém também faz parte do grande Conselho Aty Guasu, em torno do qual se organizam os jovens, as mulheres, os professores. Um dos problemas vivenciados pelas lideranças da RAJ é sobre como lidar com o tema dos suicídios na atualidade:

Suicídio muito complexo. A violação que a gente tem, a luta que a gente tem, muito sofrimento, é muito dolorido a discriminação, preconceito, violação de direitos que a gente passa. Fome miséria tem aumentado muito, a falta de território, a falta de direitos. [...] Um caso que me marcou: o menino era da retomada de Kurusu Ambá, e a mãe morreu, e ele foi obrigado ir. O Conselho Tutelar também participou disso. O menino foi obrigado e três dias depois ele morreu. Porque lá onde ele morava ele sentia bem, era a casa dele, o território dele (Jânio, aldeia Limão Verde, município de Amambai, movimento tv Jovem, entrevista em abril de 2022).

Segundo Jânio, o tema da juventude é muito complexo. Compreende-se que é preciso conversar bastante – entre e com – para encontrar saídas. Contudo, os –mais velhos não gostam de ficar falando pra não chamar o espírito||. Nesse sentido, é que importa conhecer as

¹⁵⁷ Carta escrita a punho pela comunidade, em anexo.

diversas situações pelas quais passa a juventude, e quais caminhos vislumbram como parte do processo de autodeterminação. Mesmo em situação de reserva, há uma busca frequente pela –nossa forma de viver, embora ela possa entrar em choque frontalmente com os padrões impostos pelo modo ocidental. O território diz respeito à liberdade em ser o que se é, em produzir seu teko porã. Para Fábio Turibo, a preocupação em criar a organização, foi a de que a juventude tivesse espaço próprio para pensar o modelo imposto à juventude e suas consequências, dificuldades e necessidades, e refletisse.

O jovem Guarani Kaiowá tem que se formar para as comunidades, não pensando a formação para o mercado de trabalho, eu tenho certeza. Porque a gente vive num chiqueiro, num lugar fechado, não tem espaço e a gente precisa do espaço tradicional. **O suicídio da juventude está relacionado com a falta de espaço territorial:** ou alcoolismo se matando devagar ou suicídio que é morte direta, e pro sistema não faz diferença. Não é o movimento da juventude que vai resolver, **é o Estado que tem que fazer política pública pra juventude.** Enquanto não tiver território demarcado, vai existir discriminação, drogas, prostituição dos karai dentro das aldeias pelas pessoas da cidade, estão sendo oprimidos. Porque não tem outra saída. O próprio sistema joga isso pra dentro da comunidade, hoje a gente vê corte no braço. Isso enquanto não tiver território para os Guarani Kaiowá (Fábio Turibo, junho de 2022).

Podemos dizer que há um despertar da Juventude? Não se sabe ao certo, porém, nota-se que a presença da juventude nas atividades, como encontros, reuniões, debates, assembleias é massiva. Jovens sendo preparados como aprendizes de rezadores, jovens se empenhando em compreender a roça, jovens participando do todo.

Está acontecendo uma coisa muito bonita. Tem um menino do Panambizinho que sabe fazer reza pro jacairá, até para o espírito de pessoa que já morreu. Os jovens ficaram muito feliz, de ver esse menino jovem, um *yviraijá* (aprendiz de rezador). Esse menino foi para ATL, ‘ele saiu do buraco’, ele apareceu. Sempre que tinha RAJ falavam ‘você juventude não pode depender muito de ñanderu, maioria tem 60 anos, vocês precisam seguir em frente, vocês precisam saber, vocês precisam aprender’. Nesse momento, **eu acho que precisam conversar mais com a juventude sobre a roça** (Dani, em abril de 2022).

A juventude é um potencial numeroso presente em todos os aspectos da vida em comunidade. Há jovens, por exemplo, refletindo acerca do significado desses quase cem anos de reserva, como Lucini, cujos pais nasceram no contexto de reserva. Hoje ela refaz, por meio da memória, a sua trajetória de vida; com isso dá novo significado ao tempo presente, alia a produção da roça com a história e com a demarcação.

Se não seguir nossas sementes sagradas, não vamos conseguir sobreviver. O segredo da planta é conversar com ela, não só colocar no chão. Na nossa cultura, todas as árvores, as sementes, tudo tem significado. Temos que plantar com reza, com alegria. Eu não aprendi reflorestar (quando morava) na reserva. Porque lá não tem espaço para a juventude, como Dourados. Aí entra as drogas. Queremos ser independentes (em alimentos). Depois que meu pai morreu, eu tive que aprender. Não estamos bem porque nossas terras não foram demarcadas ainda. Tem juventude da reserva que não conhece rama de mandioca (Lucini, março de 2022).

As reflexões apresentadas demonstram a contradição imposta pelo confinamento territorial. De um lado, várias gerações que tiveram seus direitos de acesso aos conhecimentos sobre roças completamente interrompidos, devido à espoliação do território.

De outro lado, rezadores e idosos das comunidades que mantiveram vívidos na memória coletiva boa parte desses conhecimentos, adquiridos nos pequenos espaços, nas rezas, na oralidade que atravessou gerações e gerações.

No momento em que estávamos finalizando o ciclo de entrevistas, fomos surpreendidos pela notícia de mais um trágico assassinato de jovem: um grupo de três jovens amigos estavam à procura de lenha (na semana mais fria do ano de 2022, em que as temperaturas na região chegaram a 6 graus), na fazenda que é lindeira à aldeia Taquaperi, município de Coronel Sapucaia. Entre os amigos estava o jovem Alex Recarte Vasques Lopes, que foi executado no sábado, dia 21 de maio de 2022; seu corpo foi levado para o lado paraguaio da fronteira, cerca de dez quilômetros dos limites da reserva. Segundo a comunidade, –a família fica com dor no coração, porque além de matar, aqui no vizinho, carregaram e jogaram lá no Paraguai. Parece um animal, é coisa triste. Então tomamos essa decisão nossa, da família e da comunidade inteira do Taquaperil (site CIMI).

A reserva Taquaperi é uma das oito reservas indígenas criadas pelo SPI, nas primeiras décadas do século passado, cujo projeto original era de 3.600 hectares. No entanto, a pressão do entorno fez com que, aos poucos, a área dos Guarani fosse espoliada; na atualidade eles estão em posse de apenas 1.777 hectares, segundo a FUNAI.

No dia seguinte ao crime, dia 22 de maio, a fazenda foi retomada e batizada com o nome de –*Jopara*||, que quer dizer –*mistura*||. Os jovens do movimento RAJ denunciaram:

Comunicamos o assassinato de Alex Recarte Vasques tekoha Taquapery, ele foi assassinado pelo fazendeiro quando foi buscar lenha perto da fazenda, nos momentos a comunidade Taquapery retoma sua terra tradicional onde nosso guerreiro foi morto. Precisamos autoridade local se posiciona também vamos defender nosso Tekohá Mesmo custe com nossa vida. Juventude avance! (RAJ Retomada Aty Jovem em 23/05/2022).

No dia 24/05/2022 outra parte da parentela de Alex fez nova retomada, Guapoy Mirim Tujury, ao lado da reserva Amambai. A nova retomada, cercada por funcionários das fazendas do entorno, iniciou a construção dos barracos de lona, organizou-se e destacou seus jovens –*guerreiros*|| para assegurar os cuidados com a segurança.

No entanto, um mês depois, no dia 24/06/2022, o Batalhão de Choque da Polícia Militar, composto por cerca de 100 homens, fortemente armados (inclusive, com fuzis), usando caminhonetes, e até um helicóptero, numa verdadeira operação de guerra, sem obedecer aos protocolos do próprio Estado, como a –ordem de despejo ou a oficialização à FUNAI, invadiu a retomada para tirar à força os Guarani Kaiowá. Tal ação resultou na morte de um homem de 42 anos, Vítor Fernandes, em dez feridos, que foram hospitalizados, em feridos que não precisaram de assistência em hospital, e uma criança de 13 anos que teve ferimentos sérios no abdômen.

No dia do enterro de Vítor, na segunda-feira, dia 27/06/2022, através da Defensoria Pública da União (DPU), foi estabelecido um acordo com a comunidade mobilizada, que solicitou judicialmente o direito ao enterro no local onde houve a execução, a 15 metros do limite da reserva. O cortejo caminhou por cerca de quatro quilômetros, e contou com cerca de duas mil pessoas, entre os moradores da aldeia Amambai e inúmeras caravanas de representantes dos Movimentos Sociais e de entidades de Direitos Humanos, entre outros.

Durante o enterro, ao som da palavra –*sarambi*, seguiu-se uma nova retomada na mesma área, desta vez, com a presença de mais de duas mil pessoas.

Como pudemos verificar, essa ação é parte da guerra contínua do Estado contra as comunidades indígenas nas retomadas. O caso tomou proporção nacional, na esteira dos assassinatos de Bruno Pereira e Dom Philips. As imagens de vídeos e fotos, feitas pelas câmeras dos celulares, especialmente pelas mãos dos jovens, rodaram por vários lugares, evidenciando a brutalidade da ação. A presença de caravanas de apoio, de inúmeras cartas de entidades, de cobrança dos órgãos públicos pôs em destaque, inclusive, o modelo da operação policial: policiais armados atirando de helicóptero, mais de uma dezena de carros de polícia. O dono da área pediu reintegração de posse da área, e, numa decisão importante, a comunidade teve seu direito assegurado para continuar na retomada.

O trabalho de conclusão de curso de Victor Vera (2022), da etnia Guarani Nhandeva, jovem liderança e professor da retomada Ypo'i, em Paranhos, traça um panorama das percepções da juventude sobre o processo de retomada. A reflexão de Vera, aponta que, em seu tekohá, uma onda de suicídios de jovens pode estar relacionada também ao novo avanço das seitas neopentecostais, cujas orientações pautam-se pela proibição de jovens jogar bola, reunir-se com amigos, assim como praticar outras atividades de lazer, o que é muito importante para os processos de socialização da juventude. A pesquisa demonstra ainda a

situação de desestruturação das relações sociais internas devido aos intensos conflitos entre as igrejas externas e a religião tradicional.

A falta de demarcação das terras indígenas está no cerne dos sérios problemas pelos quais passam as comunidades guarani kaiowá do Mato Grosso do Sul. Problemas que desencadeiam uma sucessão de outros, acirram o racismo, destroem recursos naturais para a manutenção da vida, estimulam a pressão das fazendas no entorno; com isso, os mais atingidos são as crianças, os jovens e as pessoas idosas

Aliada à demarcação, as políticas públicas de um estado considerado democrático e justo deveriam ter como forte preocupação o atendimento especial a essas faixas etárias.

Políticas de recuperação de áreas de reservas ambientais, bem como de nascentes, de produção de sementes crioulas, guiadas pelos anciãos, tendo em vista que os princípios da roça tradicional e da agroecologia coincidem em grande parte, poderiam ser uma das formas de preparação da juventude para reaprender os cultivos de sua própria alimentação, garantindo, assim, futuras gerações livres das cercas do latifúndio e autônomas na produção de alimentos.

4.1.9 “[...] Nós perdemos a manha de como é a plantação da roça” – Liléia, Laranjeira Ñanderu 2

Um dos efeitos do preocupante processo de espoliação territorial, aliado ao confinamento, podemos dizer que foi a tentativa do apagamento da memória coletiva sobre os conhecimentos ancestrais de produção de alimentos. Após a institucionalização das reservas indígenas, sucessivas gerações nasceram confinadas nos espaços das reservas, limitadas pelas cercas das fazendas ou pelas cidades do entorno.

Os espaços pequenos, que sobraram entre as moradias para o plantio das roças, eram muito distintos dos espaços tradicionais, no meio das matas, que possibilitavam o manejo de técnicas ancestrais como rotação das culturas, e, acima de tudo, a relação diária e profunda com os espíritos habitantes das matas, os *jara* protetores das sementes, das águas, do vento, da terra, de tudo o que existe. Esse completo desmantelamento do agroecossistema alterou totalmente os modos de vida da etnia Guarani Kaiowa.

Antes (da nova retomada)¹⁵⁸ gente não sabia mais o dia, a hora certa de plantar. Porque depois que a gente começou a falar com os mais velhos, com os mais anciãos nós aprendemos a preparar a terra e plantar. **Nós perdemos a manha de como é a plantação da roça.** No meu entendimento isso foi um sacrifício pra nós. Por exemplo: arroz tem que plantar depois do frio e a gente plantou antes, feijão tem que

¹⁵⁸ Na retomada Laranjeira Ñanderu, o acordo para permanecer na área de mata proíbe o grupo de plantar roças.

plantar em fevereiro, batata qualquer tempo, mandioca na lua minguante... Isso a gente aprendeu com os ancião, porque a gente perdeu o costume, o ato de plantar. [...] Estamos aprendendo o costume de plantar (Liléia, Laranjeira Ñanderu 2).

A retomada da área Laranjeira Ñanderu 2 está sendo, para a comunidade, também uma escola na prática. Há o conhecimento tradicional buscado e pesquisado com os idosos da comunidade, e há a experiência prática em lidar com o solo atual, com características distintas dos solos do tempo antigo. Esse conhecimento novo, que emerge dessa experiência, é a novidade que está em construção na retomada.

São vários os depoimentos de mães sobre os filhos, que cresceram sem ter acesso ao conhecimento de como plantar e cuidar das roças, assim como o reconhecimento de que as gerações mais jovens não tenham tido oportunidade de ver, pela primeira vez, determinados alimentos, como amendoim, algumas frutas e hortaliças.

Nesse sentido, a vivência diária em meio ao novo desenho que a retomada vai configurando no *tekohá* torna-se uma escola viva de ensinamentos, que une todas as gerações, como analisa Otoniel Ricardo (entrevista em maio de 2022):

A gente trabalha a questão da geografia. Nossos antropólogos e historiadores tradicionais, são nossos ancião, que estão vivos. Os mais velhos nem imaginavam a dificuldade que nós encontramos. Por isso, hoje em dia, a gente busca conhecimentos com eles. Eles nem imaginavam tanta maldade, que vinha detonar nosso território, acabar com nossas proteínas. O veneno aqui chegou junto com o governo (Otoniel Ricardo, maio de 2022).

Também podemos analisar que existe uma busca para equilibrar os conhecimentos tradicionais com os conhecimentos científicos, com a ajuda do campo da agroecologia. Escutamos nos depoimentos, por exemplo, sobre a importância da banana como um dos elementos deixados por Ñanderu para que estivesse sempre em meio a roça. Em outro momento ouvimos a avaliação de que –os não indígena fala que tem que deixar a banana no meio da roça por causa da água que ela tem, ajuda as outras plantas, mas pra nós é uma regra deixada por Ñanderu. O encontro entre os diferentes conhecimentos. unindo camponeses e indígenas, tem sido um caminho de aprendizagem, um caminho de reencontro entre a realidade, a roça tradicional e o novo contexto em que os indígenas se situam.

Desse modo, o aprendizado de novas técnicas do campo da agroecologia, como uso da adubação verde, cobertura de solos, quebra-ventos; assim como o conhecimento sobre plantas indicadoras de tipos de solo, produção de biofertilizantes, consorciação entre espécies são recursos utilizados pelos camponeses agroecológicos, que vêm trazendo resultados importantes para a produção de alimentos em meio à recuperação de áreas degradadas.

Reafirmamos, entretanto, que as mudanças profundas decorrentes da devastação ambiental, causada pelo modelo de produção capitalista, afetaram diretamente os modos de fazer roças tradicionais, baseados na relação com as florestas, habitadas pelos espíritos (*jára*) protetores das sementes e plantas, e ricas em biodiversidades, capazes de sustentar a vida dos povos originários, em sua plenitude.

A ciência da Agroecologia é parte do projeto da luta da classe trabalhadora, que refere-se sobretudo à capacidade de autodeterminação e soberania dos povos em todo o globo. Está no âmbito deste debate, temas como: direito à terra, água, florestas, agrobiodiversidade, capacidade de escolha do quê comer, como produzir, como organizar as cadeias de comercialização, acesso aos alimentos sem veneno e sem nenhuma das formas de relações de exploração, sejam raciais, sexuais, econômicas, e outras.

No entanto, por mais que seja uma construção dos movimentos sociais dos campos, águas e florestas, o termo –agroecologia‖ vem sendo disputado por alguns setores do agronegócio, principalmente, quando há aceno de políticas públicas específicas para ampliar a produção agroecológica. Compreendemos desta forma, que agroecologia não é a mesma coisa que produção de –orgânicos‖, em que por mais que seja uma produção sem veneno, comporta relações de exploração e desigualdade social, além de que a intenção da produção visa atingir um –nicho de mercado‖, e não ampliar o direito ao acesso aos alimentos saudáveis para toda a classe dos trabalhadores do Brasil. Dessa forma, o falso discurso, propalado por setores do agro, dissemina a ideia de que a produção de alimentos pelos pequenos agricultores familiares, em todas as escalas, ramos e diversidade, é parte da sua cadeia produtiva, como se defendessem o mesmo projeto de sociedade. Neste sentido, em outubro de 2022, as ONGs FASE e Reporter Brasil, lançaram um relatório¹⁵⁹ intitulado –O agro não é verde‖, onde desmistifica a propaganda de que o agro é –sustentável‖, explica o discurso verde na intenção do comércio com a União Europeia e China, prioritariamente, e desvenda quem está por trás da rede do lobby verde do agro.

As alianças entre indígenas, camponeses, quilombolas e demais povos do campo tem sido importante estratégia para recuperar a –manhã‖ de produzir roças, como explica Liléia.

4.1.10 “[...] eu não vou arrendar não. Se meus filhos e netos quiserem arrendar, depois que eu morrer eles arrendam. Mas eu não, eu sei o que eu passei” – Papito – Guyraroká

¹⁵⁹ https://deolhonosruralistas.com.br/wp-content/uploads/2022/10/O_Agro_nao_e_Verde.pdf. Acesso: 02/12/2022.

A cada novo ciclo econômico, as comunidades indígenas se veem pressionadas de distintas maneiras. Uma delas, bastante eficaz, é a cooptação de suas lideranças, ou através de dinheiro ou de algum benefício pessoal ou ainda de benefício relativo à infraestrutura. O assédio inicia-se com a tentativa de ofuscar os verdadeiros objetivos: por exemplo, sob a forma de oferta de –parcerias, nome que encobre interesse em contrato de arrendamento das terras indígenas.

Enfrentar o tema do arrendamento de frente é equivalente a enfrentar traços de uma guerra silenciosa, ou não. Entre as razões estão os vários ciclos de assédio às terras indígenas, que, historicamente, passaram por arrendamentos e projetos com o propósito de capturar, suas minúsculas áreas, para experimentos, por exemplo, para plantio de soja, inclusive, por parte dos órgãos indigenistas do Estado brasileiro (SILVA, 1982).

É muito triste. O arrendamento entrou dentro das aldeias, e trouxe muita briga: não tem mais ‘mãe e filha’, agora é só dinheiro que manda. Tudo acontece pelo dinheiro. O próprio pastor faz arrendamento. Estamos perdendo o teko porã, estamos perdendo o bem viver (Valdineia Aquino, out. 2022).

Até há alguns anos, a busca por terras para arrendamento acontecia nas aldeias, porém, na atualidade, as terras das retomadas têm sido alvos frequentes dos arrendatários. A relação se estabelece, em boa parte, por uma espécie de –cabecante, um intermediário entre os núcleos familiares e os arrendatários. Isso, por meio de um processo que, além de ilegal, é discriminatório, uma vez que os valores pagos aos indígenas são menores do que os pagos aos não indígenas. Além disso, muitas vezes, o pagamento prometido não é cumprido, outras vezes nem chega ao destino, ou ainda vem em forma de trocas enganosas, como objetos. Um dos nossos depoentes observou o seguinte:

Hoje em dia, tem três assuntos que a gente tem medo de falar, porque se falar, nossa vida fica ameaçada. Um é sobre a religião, as igrejas que chegam e apoiam o arrendamento. Outro é sobre o arrendamento mesmo, muita briga entre nós, quem é contra nem pode falar. Outro tem é sobre o tráfico de drogas que entrou nas nossas áreas (Depoimento em setembro de 2022¹⁶⁰).

Em determinado momento de nossa pesquisa, vivenciamos uma situação ilustrativa do apontado: uma liderança mulher, da retomada, na região sul (Kunha Poty), fronteira com Paraguai, estava sendo perseguida por fazendeiros, e, inclusive, pelo seu capitão, por não ceder ao arrendamento das terras da comunidade; por isso, estava ameaçada de morte.

Segundo as lideranças, dezenas de caminhonetes circulam a céu aberto constrangendo e ameaçando a comunidade, atirando com armas de fogo, dizendo que os indígenas vão morrer se não saírem. O caso foi denunciado pelo CIMI/MS, dia 21 de maio de 2022.

¹⁶⁰ Optamos por preservar o nome do entrevistado, que em duas ocasiões, deu a mesma entrevista.

Nos 24 meses da pandemia, o assédio para arrendamento de terras foi brutal dentro das aldeias e retomadas. Com o aumento vertiginoso do preço do grão de soja no mercado internacional, e de olho nos lucros, os fazendeiros da região que já vinham assediando as comunidades para arrendarem suas poucas áreas, encontraram, no termo –parcerias, uma excelente estratégia.

Lembramos que o assédio aos territórios indígenas para fins de arrendamento encontra-se amparado nos discursos governamentais, desde a esfera federal, sob o falso argumento de que –índio tem o direito de ficar rico, o que ofusca a verdadeira intenção: impedir o direito à demarcação de seus territórios tradicionais. A respeito, vejamos o que diz um dos depoentes: –Isso aconteceu durante a pandemia, esse pessoal do agronegócio foi chegando, eles têm dinheiro, eles foram comprando as pessoas, e não conseguimos nos levantar contra isso, eles foram arrendando, a comunidade ficou sem reação. (Nilton, da aldeia Tey Kuê, junho de 2022).

Na entrevista com Papito, ele explica que sofreu muito para conseguir retornar ao tekoha da sua infância. E hoje, com 104 anos, não considera que vale a pena arrendar, porque é –uma enganação o dinheiro que se consegue. Diante das atrocidades vividas por ele e por seu povo, ele acha que nada pode comprar seu direito de viver no seu território. Por isso, afirma que –[...] eu não vou arrendar não. Se meus filhos e netos quiserem arrendar, depois que eu morrer eles arrendam. Mas eu não, eu sei o que eu passei. A seguir um trecho que ratifica a fala de Papito.

A política de geração de renda indígena, implantada pelo governo brasileiro até aqui, nunca promoveu aos povos indígenas o Bem Viver reivindicado por eles. Do contrário. A ótica desenvolvimentista e de acumulação de bens e terras rendeu para as comunidades indígenas a violência, a miséria e a absorção dos –lixos tóxicos descartados pelo Agro, que não tem nada de Pop, nem de Tech, mas, de tudo restaram o veneno, as doenças e a morte da natureza¹⁶¹

Do ponto de vista das lutas, nas esferas da política, está em tramitação a PEC 187/2016, que dispõe sobre a legalização da exploração agropecuária nas TI, o que abre caminho para o arrendamento. Foi pensada a essa PEC, a PEC 343/2017, que permite arrendamento de até metade das TI, sem consulta prévia às comunidades, apenas com aval da FUNAI, sob argumento da parceria agrícola ou pecuária. As duas propostas ferem completamente os direitos indígenas já assegurados, na CF/1988, no que tange ao direito à livre autodeterminação territorial; além disso, contraria a Convenção 169, da Organização

¹⁶¹ Disponível em: <https://cimi.org.br/2022/06/renda-indigena-caminhos-da-invasao-e-saque-das-terras-indigenas-no-brasil/>. Acesso: 22 jun. 2022.

Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, que prevê consulta livre, prévia e informada às comunidades indígenas ante o risco de medida administrativa ou legislativa que possam afetar seu território.

Infelizmente, associado ao tema dos arrendamentos de terras indígenas, estão algumas igrejas evangélicas, que –orientam e chegam a obrigar os fiéis a apoiar os arrendamentários, argumentando que são amigos dos fazendeiros bons, que querem ver os índios desenvolvidos, e não pobres¹⁶². Observamos, então, um gradual processo de conversão para o arrendamento:

[...] primeiro eles proíbe de participar das cerimônias tradicionais nas casas de reza acusando a religião indígena de feitiçaria, depois proíbe uso das vestimentas e de escutar as histórias antigas dos mais velhos, proíbe também o uso de remédios do mato, e assim, orienta para apoiar os arrendatários¹⁶³.

Aqui cabe assinalarmos a necessidade de compreendermos mais profundamente o papel conflituoso que as igrejas evangélicas vêm protagonizando em algumas retomadas e aldeias. Por exemplo, a queima criminosa das *oga psy* (casas de reza tradicionais), a promoção de perseguição e investida violenta contra rezadoras e rezadores tradicionais, como o caso da Dona Lulu, em Amambai, idosa de 79 anos, que foi cercada e maltratada por um grupo, acusada de bruxaria¹⁶⁴. Os atos, praticados por integrantes da igreja –Deus é Amor¹⁶⁴, foram denunciados e integraram o rol de denúncias feitas por mulheres; denúncias que foram organizadas em relatório pelo movimento das mulheres da Kunhangue Aty Guasu.

Essas mulheres têm seus cabelos cortados por faca, carregam hematomas físicos profundos em suas cabeças e em muitas outras partes do corpo. Nos processos de ‘condenação’ pelos neopentecostais, seus joelhos podem ser vistos sangrando, suas casas são queimadas, elas são expulsas das comunidades e carregam consigo traumas de violência psicológica brutal, temendo serem queimadas vivas, enforcadas e mortas. São insultadas e xingadas de bruxas e de feitiçarias.

Os rezadores e as rezadoras tradicionais são considerados perigosos, haja vista a relação entre reza e retomada. A retomada é, de alguma forma, fruto da memória subversiva das pessoas mais velhas, dos idosos e idosas dos grupos, que, ao relembrares quem são, de onde vêm, quais suas origens, estimula o grupo ao direito ao pertencimento, e, por conseguinte, à retomada dos seus territórios ancestrais. Prova disso, é que rezadores e rezadoras têm sido alvo de violência e perseguição, a exemplo, o assassinato brutal da rezadora ñandesy Xurite Lopes, na frente de sua parentela, ao entrar com suas rezas à frente da parentela, na retomada Kurusu Ambá, no ano de 2007, em Coronel Sapucaia. Seguiram-se

¹⁶² Optamos pela preservação do nome do entrevistado, em razão de segurança. (Data da entrevista: set. 2022).

¹⁶³ Optamos pela preservação do nome do entrevistado, em razão de segurança. (Data da entrevista: set. 2022).

¹⁶⁴ Nhandesy é acusada de bruxaria por evangélicos de Amambai (MS) | Portal Catarinas. Acesso: 30 set. 2022.

outros assassinatos da parentela: Ortiz Lopes, em 2007, Osvaldo Lopes, em 2009 e Alex Lopes, em 2022.

4.1.11 “Eu sempre via eles passarem veneno de avião. Eu acho que eles fazem de maldade” – Germano, Guyra Kambi“y

Em outras ocasiões, durante nosso período de pesquisa nas comunidades, ouvimos reclamações sobre o veneno no local: poços contaminados, ar com forte cheiro podre, pessoas com dores de cabeça e diarreias, entre outros incômodos. Em uma das vezes, recentemente (abril de 2022), encontramos os idosos Olímpio e Míriam, adoentados, com diarreia, por causa da água com veneno. Quando chegamos para a visita, percebemos que o rezador Olímpio estava mais magro e abatido.

Nas conversas, relatou que ele e sua esposa, Míriam, assim como algumas crianças estavam passando mal com o veneno: –toda vez que aplicam veneno, a gente fica doente. A gente procura se tratar com remédio do matoll. Explicou que na lavoura, muito próxima da reserva onde vivem, as chuvas caem sobre as plantas que receberam veneno; com isso vão para o solo e, em forma de enxurradas, vão em direção aos rios. Disse ainda que o rio que abastece a comunidade fica, então, contaminado. Revelou que os poços de água também ficam contaminados pelo veneno trazido pelas chuvas: –fica uma água de cor branca no fundo, resultado da mistura veneno com água, nos poços dos quintais em torno das casas.

Segundo Clara Barbosa, doenças, como –pressão, diabetes, hipertensão e câncer, vieram por causa da alimentação, num lugar onde –nunca temos água potável.

Na retomada Laranjeira Ñanderu 2, as famílias que possuem suas moradias, na divisa com a fazenda vizinha, reclamam que têm alergias, diarreias, dores de cabeça, assim como outros incômodos de saúde, sempre que chega o tempo das aplicações de veneno. Enfatizou que já haviam conversado com o tratorista da fazenda para que, quando chegasse próximo às casas, ele diminuísse a aplicação. No entanto, a comunidade já perdeu galinhas com pintinhos, cachorros e, a cada aplicação do veneno, se preparam para se proteger dos pingos de veneno trazidos pelos ventos.

Nas rodas de conversas na comunidade, também houve relato de que, no ano de 2014, enquanto 4 pessoas adultas voltavam de bicicleta, com compras, fazendo o trajeto entre a cidade e a retomada Laranjeira Ñanderu 1, um avião, que passava veneno nas fazendas da região, deu um sobrevôo baixo jogando veneno por cima dos quatro ciclistas na estrada. Chegaram em casa, molhados pela chuva de veneno, com cheiro forte e passando mal.

Segundo o declarado, destas 4 pessoas, apenas 1 vive. Acrescentaram que –o veneno mata lentamente, às vezes a gente não vêll.

Na mesma região, onde está localizada Laranjeira Ñanderu, a comunidade Guira Kambi'y vivenciou problemas semelhantes. Disseram-nos que ficaram dois anos sofrendo por causa da contaminação do veneno jogado, seguidamente, pelos aviões sobre os barracos de lona.

Lembram que duas mulheres indígenas morreram de câncer na comunidade. Somente no terceiro ano é que foram em busca de ajuda e orientação. O caso foi relatado ao MPF, e documentado, tornando-se depois um processo a ser apurado. Nos relatos explicam que, tanto o dono do avião quanto o piloto, negam que tenham jogado veneno tão próximo dos barracos, e exigem laudos médicos que comprovem. A comunidade, por sua vez, declara que sempre optam pelos –remédios do mato, para fazer banhos, tomar em forma de chá, para se curar dos venenosll.

Desde 2011 a gente sofre com isso, eu tinha 11 anos. Eu sempre via eles passarem veneno de avião. Eu acho que eles fazem de maldade, o avião chegava perto de onde parava a roça, ele deveria parar o veneno, mas ele passava até chegar na comunidade. Ele ia pra lá, e voltava já começava a jogar veneno. Aí foi 2011, 2012, 2013, 2014, e em 2015 eles já passava o avião em cima das nossas casas mesmo. Eu acho que foi por isso que perdi parte do meu olho, por causa do veneno. Porque quando eu era criança sempre caía no meu olho. Hoje em dia não consigo enxergar longe. O cheiro era muito forte. As crianças pegavam dor de barriga, diarreia. Os mais velhos também passavam por isso. A água também contaminava, tinha que esperar 3, 4 dias para beber, ficava parecendo que jogou óleo (Germano, maio de 2022).

Da mesma forma que o jovem Germano, da retomada Guyra Kambi'y, perdeu parte da visão pela exposição ao veneno, inúmeras outras pessoas também perderam, conforme verificamos; no entanto não há o devido registro.

Em todas as retomadas que visitamos houve reclamação de que a época de passar veneno nas lavouras de monocultura coincidia com as temporadas de maior incidência de doenças, especialmente, em crianças e idosos. São casos de dor de cabeça, dor de barriga, diarreia, mal estar, e morte. Além disso, o forte odor do veneno incomoda também. Há mais de 40 anos as populações indígenas e camponesas do Brasil tem sofrido exposição aos venenos utilizados pelo modo atual de produção de alimentos.

A pesquisadora Joana Fernandes Silva (1982) identificou que o uso de pulverização aérea acontecia há tempos, o que foi apontado em sua pesquisa do ano de 1982. Joana observou que, constantemente, os indígenas de Panambi entravam em pânico temendo serem mortos através do veneno dos aviões dos não indígenas. Sabiam dos boatos da morte de dois homens, que trabalhavam como sinalizadores, pela ingestão do veneno e sabiam que as

nuvens que saíam dos aviões eram perigosas, sabiam analisar a mortalidade dos peixes relacionada ao veneno.

A comunidade da região onde mora Papito, no Guiraroká, também abriu processo para investigação sobre assunto; o caso está sendo denunciado. Recentemente a comunidade foi incluída em pesquisa da FIOCRUZ, que coletou amostras de água para análise. Os dados da pesquisa poderão contribuir para a comunidade se posicionar e fazer denúncias.

No dia 28 de abril de 2022, a jovem Erileide esteve denunciando a situação do envenenamento nas comunidades, durante a 21a Sessão do Fórum Permanente da ONU sobre Questões Indígenas, em Nova Iorque, ocasião em que afirmou o seguinte –Quero denunciar que o governo brasileiro está, atualmente, financiando o arrendamento de nossas poucas terras. Que a própria organização indigenista federal tem organizado e fomentado a invasão das nossas terras!¹⁶⁵

Quanto ainda aos agrotóxicos, também convém destacarmos que, nos corredores do Congresso Nacional, setores da sociedade civil, lobistas e empresas travam disputas em troca de financiamentos de campanhas eleitorais para aprovação das pautas na defesa dos agrotóxicos. Por trás de tudo, operam grandes empresas transnacionais, as gigantes do setor de agroalimentação, que atuam com apoio do Estado através de isenção fiscal e apoio econômico. Os agrotóxicos associam-se à produção de *commodities*, numa rede e escala que combina concentração de terra e concentração de renda.

No dia 28/04/2022, relatório publicado pela rede ambientalista –Friends of the Earth Europe¹⁶⁶ consta que, a cada dois dias, uma pessoa morre contaminada por agrotóxicos no Brasil, sendo 20% crianças e adolescentes de até 19 anos. Mesmo com diversos estudos apontando a perda da biodiversidade planetária, comprometendo as futuras gerações, o relatório expõe/desnuda que o investimento das empresas em lobby acoberta os lucros milionários do setor: somente Bayer, Basf e Syngenta já gastaram cerca de dois milhões de euros com lobby do agro no Brasil.

Em 2021 o governo brasileiro apoiou 499 novos pesticidas; além de aprovar o uso de 19 agrotóxicos, proibidos na UE¹⁶⁶. Em grande parte, a bancada ruralista BBB (boi, bala, bíblia) aproveita-se das brechas de uma legislação fraca no quesito de proteção ambiental para

¹⁶⁵ Disponível em: www.cimi.org.br/sofremosumgenocidiosilencioso. Acesso: 12 out. 2022.

¹⁶⁶ <https://reporterbrasil.org.br/2020/06/multinacionais-da-europa-vendem-no-brasil-toneladas-de-agrotoxicos-altamente-perigosos-proibidos-em-seus-paises/Acesso>: 12/11/2022.

trocar seus votos sobre o futuro do país em troca de apoio financeiros para seus interesses de viés eleitoral:

[...] corporações europeias como Bayer e Basf, que são os principais fabricantes europeus de pesticidas, tem promovido acordo comercial UE- Mercosul por meio de grupos de lobby. Seu lobby tem procurado aumentar o acesso ao mercado de alguns de seus agrotóxicos mais nocivos ao unir forças com associações do agronegócio brasileiro. Ao fazer isso, eles apoiam uma agenda legislativa que visa minar os direitos dos indígenas, remover salvaguardas ambientais e legitimar o desmatamento.

O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo; segundo maior consumidor dos venenos banidos na Europa, e caminha na contramão do planeta, que busca medidas mais severas para restringir ou eliminar o uso dos venenos, devido ao longo histórico de pesquisas que indicam os graves danos ao conjunto dos ecossistemas e dos seres humanos: apenas em 2020, foram liberados, pela ANVISA, 493 novos compostos químicos¹⁶⁷.

Assim, desmatamentos, monoculturas, venenos, violências, contaminação, desertificação, perda de biodiversidade fazem parte do mesmo pacote cujas pautas são ocultadas pelo modelo do agronegócio, travestido de *-agro é popl*.

As pesquisas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA demonstram que –em um simples biscoito de água e sal encontramos resíduos de até sete agrotóxicos! todos os alimentos analisados, que continham trigo como ingrediente, continham também agrotóxicos. Na pesquisa, 59% dos produtos avaliados apresentaram pelo menos um tipo de agrotóxicos; 51,8% dos produtos apresentaram o veneno chamado glifosato, o agrotóxico mais vendido no mundo, que, de acordo com a Agência Internacional para Pesquisa sobre Câncer (IARC/da OMS), é –provavelmente carcinogênico ou capaz de causar câncer!¹⁶⁸

4.1.12 “Na mata tinha tudo que a gente precisava...” – Ricardo Jorge, retomada Guyra Kambi’y

O conceito de biodiversidade, próprio do campo da ciência agrária, pode ser utilizado para nos ajudar a compreender o porquê da abundância de alimentação, fauna e flora manejados pelo povo Guarani Kaiowá até meados do século XX. Os depoimentos coletados sinalizam que o manejo da sociobiodiversidade pelas mãos dos Guarani Kaiowá, ainda nos tempos das matas, revela uma amplidão de alimentos bastante impressionante, conforme

¹⁶⁷ Instituto de Defesa do Consumidor - IDEC, ebook|10 mitos e verdades sobre os agrotóxicos|. Acesso: 05 out. 2022.

¹⁶⁸ Instituto de Defesa do Consumidor - IDEC: idec-cartilha-tem-veneno-nesse-pacote. Acesso: 30 set. 2022.

explica seu Ricardo Jorge, para quem “[...] na mata tinha tudo que a gente precisava” (Entrevista em maio de 2022).

Encontramos vários depoimentos sobre plantas que existiam antigamente e já não existem mais, por exemplo, o famoso *-mbakuku*, que, além de ser um dos alimentos bastante apreciados, era levado para as caçadas, *-para não sentir sede*. Um alimento considerado que não existe mais na região; mas sobre ele fala-se que ainda existe *-lá pro lado do Paraguai* (Ricardo Jorge, maio de 2022).

Os depoimentos evidenciam também a fartura de materiais fibrosos utilizados para tecer roupas, redes, cortinas, tapetes e suprir outras necessidades. Além de satisfazer as necessidades concretas, esses materiais faziam parte dos rituais e cerimônias da vida social, como nos casamentos. Segundo Dona Alda, quando os pais dos noivos combinavam o casamento de seus filhos, eles tinham uma média de dois anos para plantar algodão para fazer roupas, tapete, rede, cortina para o novo casal, uma espécie de presente, de *-enxoval*, além da produção de alimentos para a festa.

Seu Ricardo Jorge e outros rezadores contam que havia muitas variedades de algodão, que se perderam ao longo do tempo. Inclusive uma variedade que era do porte de uma árvore de jatobá. Há destaque também para a confecção de bebidas: a chicha, bebida fermentada, era feita de frutas, como guavira, jamelão, jaboticaba, espécies de cocos, ou seja, sempre havia um tipo de bebida, de sabores variados; o *-ponto da fermentação* normalmente era controlado pelas mulheres. Compreendemos, assim, a importância da bebida na festa – mais um dos elementos que contribuía para possibilitar as manifestações sociais: desentendimentos por resolver, sentimentos represados, declarações de amor; ou seja, o curar-se em coletivo, pois a festa estabiliza as relações.

Brigas, ciúme e desentendimento são aceitos como parte da vida, embora todos busquem o *teko porã* (modo de viver bem feliz), através da educação dos sentimentos, da vida em sociedade, das rezas, dos cantos, das danças. Conforme a cosmovisão dos Kaiowá, no início da criação, a própria Ñandesy Guasu teve ciúme do marido, ele ficou triste, e depois fez uma roça para se alegrar.

Importante ressaltarmos que a perda das festas tradicionais, associadas aos grandes rituais de rezas, representa um ponto central na desestruturação dos modos de viver dos Guarani Kaiowá, imposta pela sociedade colonial. Segundo depoimento de Clara Barbosa, um dos rituais mais importantes da cultura guarani kaiowá foi, aos poucos, sendo deixado de lado, pela ação dos colonizadores, quando começaram a perseguir os homens que tinham os

lábios perfurados, conforme seus costumes tradicionais. O ritual do tembetá, ritual de entrada dos meninos na fase adulta (com a perfuração do lábio inferior), deixou de existir na região, em meados dos anos de 1980; era um ritual de festas longas.

Segundo Ricardo Jorge, havia diversidade de oferta de alimentos, como variedades de mel (sendo o mel de jataí o mais utilizado para medicina), variedades de palmeiras, coqueiros, feijões (o feijão rosinha, de 90 dias, um dos mais apreciados, considera-se ter vindo com *jakairá*, o *jára* protetor do milho branco).

Entre os alimentos companheiros, estavam sempre os tradicionais: milho, mandioca, batata, feijão de corda, banana. Havia também espécies de inhame, entre eles uma variedade de inhame preto, muito grande, com até 5 kilos, talvez, pelos exemplos dados por Ricardo Jorge. Seu Tito explicou a fartura de tempos atrás:

[...] tinha pedaço de mata que era tão escuro que a gente tinha que achar um jeito de iluminar, então a gente colocava cera de abelha com caraguatá no meio e fazia vela forte pra andar na mata. Tinha muito animal de caça. Nossa vida era aquela alegria no rio, na mata e na roça. Comia com a mão mesmo. Tinha vasilha de purungo pra água e comida. Tinha muito algodão de árvore pra rede, roupa, tudo. As mulheres usavam cesto e andavam rindo pro rio. E a gente passou a usar roupa depois da Matte Larangeira. Eles trazia os tecido e vendia e a gente fazia buraco e colocava na cabeça (Tito Vilharva, roda de conversa, outubro, 2022).

De acordo com a memória dos mais velhos, o modo de vida Kaiowá e Guarani apresenta-se, como um todo, onde águas, matas, conexão com os seres espirituais e roças misturam-se plenamente, inseparavelmente. Enquanto falavam destes tempos, dona Miguela, esposa do seu Tito, foi buscar uma vela, que ainda faz do -jeito antigo, de cera de abelha e, hoje, pela falta do caraguatá, faz com restos de tecidos cortados em forma de pavio. Também, no auge dos seus 104 anos, seu Tito explicou que, em setembro, esteve no estado de Rondônia visitando outras etnias, e que lá entrou e viu mata ainda virgem, e que só não vai viver nas matas de Rondônia, porque aqui tem muita luta e estão precisando de mim.

A perda das florestas levou à extinção de variedades de alimentos. Seria esse o fim de várias espécies? Para os Guarani Kaiowá, não. Segundo Izaque João, de acordo com a filosofia Guarani Kaiowá, não existe extinção. As plantas, ao sentir sofrimento, apenas trocam de lugar, vão para outros patamares. A vegetação precisa do todo para viver; assim como ninguém sobrevive sozinho, as plantas precisam umas das outras para continuar sobrevivendo. Há muitos anos atrás, os velhos rezadores já previam que, com a devastação das florestas (espaço sagrado de vários seres), várias plantas e alimentos iriam desaparecer, surgiriam vários tipos de doenças, viriam vários tipos de insetos, teríamos períodos de estiagens longas, períodos de geadas intensas.

Para os Guarani Kaiowá é mais grave, porque **a escola kaiowá está na mata, no rio, na roça, nos períodos de plantação**. Quando não existe mais a mata, a gente não consegue viver. Na mata tem conhecimento que era para a vida: para estar bem fisicamente. Os conhecimentos dos mais velhos aparentemente não faz sentido, mas tem muito sentido. O desaparecimento das florestas trouxe um impacto muito grande, porque hoje todos estamos doentes, a terra está nua, todos estamos doentes por falta de conhecimento (Izaque João, junho de 2022).

A perda da biodiversidade, a extinção das espécies, vem sendo tema de inúmeras pesquisas e preocupações, associadas à forte crise ambiental, como resultado do colapso do modo de produção capitalista, em que o capital é o centro da vida. No entanto, os próprios Guarani Kaiowá, em processos de retomada, contam com seus conhecimentos ancestrais para -recuperar a terra e recuperar seus modos de vida.

Resistimos à extinção. Não adianta dizer que somos preguiçosos, porque não somos. A floresta sempre ofereceu muitas coisas, casa, alimentação, nunca passamos fome. Nosso costume não é comer arroz, é comer batata, chicha, mandioca assada, carne de macaco, de capivara,... pros carái é tudo exótico. Eles não entendem que é nosso costume. Temos nossa alimentação própria, desde o princípio até hoje. (Clara, abril de 2022).

Sobre o tema da perda da biodiversidade, consideramos que o conceito de -acumulação por despossessão (HARVEY, 2003), que caracteriza o capitalismo na atualidade, e se materializa de acordo com cada contexto socioespacial, também pode ser aplicado ao avanço do capital sobre o patrimônio genético do Povo Guarani Kaiowa e Ñandeva. Vale a pena breve relato, a partir dos estudos realizados pelos grupos de apoio e movimentos indígenas do Paraguai sobre a *kaá he'e*, por nós conhecida como stévia; planta endêmica da região de origem do povo Guarani e Kaiowá, abrangendo o estado de Mato Grosso do Sul e a fronteira com o Paraguai, zona de Amambay, de domínio dos Pai Tavytera (como são conhecidos os Guarani Kaiowa do lado paraguaio).

O domínio de uso e manejo da erva *kaá he'e* é feito a partir dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas da região. Foi, ainda no final do século XIX, que um botânico europeu a catalogou para o mundo europeu, como *stevia rebaudiana*, ou o -açúcar dos indígenas. Diante da alta mundial de problemas relacionados à obesidade e diabetes, o capital viu na stevia uma forma de substituir o derivado de cana-de-açúcar, uma vez que o produto resultante da planta é livre de calorias e compõe uma alimentação sadia, com poder adoçante 300 vezes mais potente que a sacarose. Nos anos de 1970, o Japão realizou duas expedições à região, de onde estima-se que tenha extraído cerca de 500.000 plantas silvestres e levado para experimentos e comercialização, sendo ele o país a iniciar o uso de edulcorante

comercial da stevia, ainda em 1971, a partir da suspeita de que os adoçantes até então predominantes (ciclamato e sacarina) seriam carcinógenos¹⁶⁹.

A produção de stevia no Paraguai se dá prioritariamente por meio de pequenos agricultores, em sítios de cinco a dez hectares, em consórcio com outros produtos, e em sistema de rotação de culturas, podendo chegar até quatro colheitas anuais. O Paraguai exporta folhas secas. Das folhas, obtém-se extratos de glicosídeos de steviol, mediante processo químico ou sintético, que é diferente da planta ao natural.

Somente em 2006, o Paraguai declarou a stevia como originária do Paraguai, reclamando sua propriedade, porém, deixando de fora o reconhecimento das comunidades indígenas na sua descoberta e manejo. No Brasil, somente em 2015, com a aprovação da Lei da Biodiversidade, que o Brasil passa a defender o termo –patrimônio genético, reconhecendo a associação entre as espécies genéticas aos conhecimentos tradicionais, orientando ao direito que as comunidades possuem de partilhar a distribuição dos benefícios oriundos de seus conhecimentos medicinais sobre o território, de maneira justa e equitativa.

Em 1993 entrou em vigor a Convenção sobre Biodiversidade Biológica (CBD, sigla em inglês), com o propósito de impedir a bio-pirataria, o uso dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais com propósitos comerciais, primando por garantir o consentimento livre, prévio e informado dos povos. Em 2007, a Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos (UNDRIP), adotada pela ONU, reconheceu que

os povos indígenas possuem direito de manter, controlar, proteger e desenvolver seus patrimônios culturais, conhecimentos tradicionais e expressões culturais tradicionais, assim como as manifestações de suas ciências, tecnologias e culturas, inclusive os recursos humanos e genéticos, sementes, medicinais, conhecimento das propriedades de sua fauna e flora, tradições orais, literaturas, desenhos, esportes e jogos tradicionais, e suas artes visuais e cênicas. Também tem direito a manter, controlar, proteger e desenvolver sua propriedade intelectual a respeito de dito patrimônio cultural, conhecimentos tradicionais e expressões culturais tradicionais (Artigo 31.1).

Embora o documento internacional reconheça os direitos das comunidades, no âmbito da vida real, há grande distância entre a efetivação dos direitos e a vida cotidiana. Os Guarani Kaiowá continuam desterritorializados, violentados, suicidados, escravizados e confinados. Os organismos internacionais, em grande parte, são hegemonzados pelos países ricos, e ,cabe aos povos indígenas, a luta permanente por seus direitos territoriais, violados constantemente

¹⁶⁹ Documento: –El sabor agridulce de la stevia (2015). Disponível em: https://www.publiceye.ch/fileadmin/doc/Biopiraterie/2015_PublicEye_Stevia_ES_Report.pdf. Acesso: 12 out. 2022.

pelos governos e empresas, que, ao longo dos anos, tem provocado o colapso de sua soberania alimentar e nutricional.

A corporação entre a empresa suíça Evolva e a norte americana Cargill vende o derivado (extratos de glicosídeos de steviol) para a Coca-Cola, que, por sua vez, promove a falsa propaganda de refrigerante –natural, –ecológico, –zero açúcar, como o ocorrido durante a Copa do Mundo no Brasil, estando a propaganda associada ao indígena, o que viola todos os seus direitos. Por trás de tudo isso, estão cifras bilionárias, e, para garanti-las, criou-se um Conselho Internacional de Stevia, em 2010, composto por empresas que operam o mercado mundial, entre elas, Cargill e Coca-Cola.

Em agosto de 2014, as duas empresas gigantes do ramo de alimentos, Evolva e Cargill solicitaram patente da stevia para a Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI), sob argumento da necessidade de produção do alimento em larga escala e a baixo custo, desconsiderando totalmente a participação das comunidades indígenas Guarani Kaiowá no processo; processo que extraiu o produto de forma ilegal, ignorou e ignora as comunidades, e tenta patentear o patrimônio indígena.

Em fins de 2014, havia mais de mil solicitações para patentes da stevia, especialmente da China e Japão, seguidos pelos Estados Unidos e Europa, e nenhuma pelos dois países de origem, Paraguai e Brasil. Atualmente, a China produz 80% da stevia comercializada no mundo, Paraguai 5%, Brasil 3%, Argentina 3%, Colômbia 3%, e há produções no Japão, Índia, Quênia, Coreia do Sul, Taiwan, Vietnã, EUA (DECLARACIÓN DE BERNA ET ALL, Asunción, 2015).

A soberania de um povo relaciona-se fundamentalmente à sua capacidade de autodeterminação territorial: ou seja, a de assegurar suas fontes hídricas e a de possuir autonomia na definição do o quê e como produzir autonomia na produção da alimentação. Em situações de guerra, a garantia de água potável e comida de uma população são os principais requisitos para a vida continuar. No entanto, mesmo o Brasil não vivendo uma guerra declarada, há sim uma guerra contínua, a partir dos efeitos da profunda concentração de terra e renda, que levam a fome para 31,1 milhões de pessoas¹⁷⁰. A opção do Brasil pelo modelo do agronegócio, em detrimento da agricultura familiar, é um dos fatores que contribuem para o aumento dos índices de fome. Por exemplo, a área plantada de feijão no Brasil diminuiu, e deu lugar para a de milho e soja, com o país passando a importar feijão preto, principalmente da Argentina, em mais de 200%. Nos últimos 40 anos a área plantada de feijão despencou em

¹⁷⁰ 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil

54%, segundo a CONAB, passando de 6,153 milhões de hectares para 2,816 milhões. A área dedicada ao cultivo das culturas de arroz, feijão e mandioca caiu de 24,7% para 7,7%, entre 1988 e 2018. Ademais, as amostras coletadas, em 2019, por pesquisa realizada pelo MAPA, revelaram que 89% das amostras de feijão de corda e 32% do feijão comum estavam contaminadas por agrotóxicos com níveis acima do permitido.

4. 1.13 “Quem mais planta roça são as mulheres...” – Liléia, Laranjeira Ñanderu 2

No Mato Grosso do Sul, a articulação das mulheres tem proporcionado espaços de encontros e mobilizações; fortalecimento de suas lutas; retomadas conduzidas por mulheres, que protagonizam a direção política da luta, como é o caso das mulheres da retomada Laranjeira Ñanderu 2: –Quem mais planta roça são as mulheres. Nós mulheres que conseguimos correr atrás das sementes, das enxadas, de tudo! (Liléia, maio de 2022).

Chama a atenção o fascínio que as sementes e as mudas frutíferas exercem sobre as mulheres. Depoimento do grupo de militantes do MST, em ocasião da doação de alimentos na região de Dourados, em junho do ano de 2020, durante a pandemia, destacou que –antes de pegarem as cestas, as mulheres foram atrás das mudas de frutas! (Marcia, depoimento em agosto de 2020). Tempos depois pudemos testemunhar locais onde as mudas de árvores frutíferas estavam em crescimento. Na retomada Laranjeira Ñanderu 2, as árvores e sementes doadas estão começando a dar os primeiros frutos, como podemos verificar, po meio das fotos a seguir.

Foto 29: Roça da Adelina



Fonte: Sandra Procópio da Silva, 2022.

Foto 30: Roça da Mari e do Gilmar



Fonte: Sandra Procópio da Silva, 2022.

Foto 31: Roça do Faride



Fonte: Sandra Procópio da Silva, 2022.

Foto 32: Roça do Uemer



Fonte: Sandra Procópio da Silva, 2022.

Em discussão entre mulheres indígenas e mulheres camponesas, por ocasião das manifestações em torno do 8 de março de 2022, sobre a conjuntura nacional e internacional, pautou-se a necessidade de compreender as implicâncias da Guerra contra a Ucrânia, como mais um mecanismo de expansão do capital e disputa pelos recursos ambientais. Naquele momento, representando a comunidade Laranjeira Ñanderu 2, Mari destacou que

[...] **a guerra vai afetar o clima no mundo**, a nossa respiração. Se soltar bomba, a gente não vai conseguir respirar bem por causa do ar poluído. Vai atrapalhar o pulmão porque vamos ter que respirar **ar químico**. A guerra não é bom pra ninguém, mulheres, crianças, idosos, gestantes. **Só pensam em dinheiro** (Geminiana, março de 2022).

Do ponto de vista global, no final de janeiro de 2022, a disputa geopolítica pelo poder mundial levou ao início de mais uma guerra no mundo, entre Rússia e Ucrânia, em que atores como OTAN, Estados Unidos e China são partes fundamentais do cenário. Oficialmente, a guerra é fruto de disputas por fontes energéticas, porém, há vários fatores envolvidos: entre eles, o mais importante é a disputa pela manutenção da hegemonia norte-americana no globo. Na reflexão, novamente se coloca a preocupação com o cuidado com a vida humana, a partir do olhar das mulheres indígenas, que olham o mundo como um só lugar: a guerra de -láll (entre Rússia e Ucrânia) tem consequências para o planeta inteiro. E têm razão, a guerra é por dinheiro, pois -só pensam em dinheiro||.

O papel das mulheres na cultura indígena, Kaiowá e Guarani, desde antes da colonização, pode ser compreendido pelos ensinamentos dos mais velhos.

Meu avô falava sempre _Pegwata ara rendy', ou seja, _ande sempre pela luz do dia'. Depois entendi que a mulher tem sabedoria, que dá à luz, a mulher é a luz da vida. Porque a mulher anda atrás e à frente. A luz são as mulheres, que olha o passado e

vê o presente. A partir dos passos, passo para trás e passo para frente (Fábio Turibo, outubro de 2022).

O movimento das mulheres indígenas vem se organizando, há cerca de onze anos, segundo a Ñandesy, dona Alda Silva. O movimento das mulheres começou a discutir sua articulação, quando elas sentiram a necessidade de um olhar mais especial ao tema das mulheres, segundo Dona Alda. No entanto, a preocupação das mulheres sempre esteve pautada no avanço das retomadas e na preocupação com seus próprios filhos, as crianças e os jovens:

As mulheres são corajosas. Quando os fazendeiros chegam, elas não correm, ligam o celular para filmar, não desiste fácil. Elas falam _é a terra dos meus filhos, é aqui que eu vou ficar. Quem fica na frente são as mulheres. Tem reza pra força sobrenatural proteger as mulheres e as crianças. Tem canto que fala do útero da mulher. Tem força, quem tem flecha, quem tem voz, cada uma tem seu talento. Elas têm uma arma que a gente não consegue enxergar. As mulheres indígenas foram feitas pra ter voz. São guerreiras dentro do coração. (Rossandra Cabreira, mediação do evento 3ª Jornada dos Povos Indígenas e Universidades - JOPOI, virtual, em 27/09/2022).

No ano de 2019, as mulheres organizaram a 1ª Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, entre os dias 10 a 14 de agosto, em Brasília, com mais de 2.500 mulheres indígenas, de mais de 130 povos originários. A marcha teve como tema: –Território: nosso corpo, nosso espírito. Um dos pontos fortes da marcha foi quando o grupo se juntou a outras 100 mil mulheres que participavam da Marcha das Margaridas, evento anual, promovido pelas mulheres de organizações camponesas. As discussões resultaram numa carta aberta, da qual destacamos o seguinte trecho:

Assim, tudo o que tem sido defendido e realizado pelo atual governo contraria frontalmente essa forma de proteção e cuidado com a Mãe Terra, aniquilando os direitos que, com muita luta, nós conquistamos. A não demarcação de terras indígenas, o incentivo à liberação da mineração e do arrendamento, a tentativa de flexibilização do licenciamento ambiental, o financiamento do armamento no campo, os desmontes das políticas indigenista e ambiental, demonstram isso.

A II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, ocorreu entre 7 a 11 de setembro de 2021, com a participação de mais de cinco mil mulheres indígenas de 172 povos originários, em Brasília (DF). Com o tema –Mulheres originárias: Reflorestando mentes para a cura da Terra, as indígenas chamaram a atenção do Brasil e do mundo para pautas fundamentais, como o fim da violência de gênero e o Marco Temporal, entre outras. As mulheres optaram por não realizar a Marcha pelas ruas de Brasília, devido às ameaças e aos discursos agressivos, proferidos por apoiadores do presidente atual, que vieram a Brasília para apoiar o presidente nos atos de 7 de setembro, ocasião em que defenderam golpe militar e fechamento do Congresso. As mulheres organizaram uma agenda de debates em defesa dos biomas, contra

o marco temporal, e contra as pautas anti-indígenas. Também houve ritual em memória às meninas indígenas Raissa Guarani Kaiowá e Daiane Kaingang, adolescentes violentadas e mortas no Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, respectivamente, alguns dias antes de começarem as mobilizações indígenas em Brasília, em agosto de 2021.

4.1.14 “[...], mas meu pai sabe roçar e sabe fazer roça sem trator” – Urbano, Pirakuá

Se, de um lado, os anciãos sabem fazer a roça tradicional sem o uso do trator, de outro lado, há várias gerações, sobretudo a de jovens, que têm ido trabalhar nas fazendas para completarem a renda da família. Nas fazendas dos proprietários de terra, predominam as formas de produção baseadas nos princípios da Revolução Verde, em que o trator é um dos elementos principais. O trator, então, muitas vezes, tem sido o objeto reivindicado por esses jovens, a exemplo do que se usa nas grandes fazendas, quando eles retornam aos seus *tekohá*; como se isso fosse a resolução dos problemas atuais.

Além disso, em diversas ocasiões, o trator é utilizado como moeda de troca de favores, dentro de uma relação de compadrio e corrupção bastante presente no sistema político vigente, herança do Brasil colônia. Devido à intensa utilização do maquinário pesado e do pisoteio do gado, que compacta os solos, talvez, em alguns casos, possa ser utilizado, inicialmente e com parcimônia, no processo de transição agroecológica. No entanto, o que se percebe é o uso do trator como estruturante do processo de produção em todas as etapas do processo, seja em grandes, seja em pequenas áreas, fazendo disso uma espécie de dependência.

Pressionada pela indiferença do poder público, a comunidade Laranjeira Ñanderu 2, passou boa parte da pandemia, -carpindo e limpando a roça, e plantando horta, frutas, rama de mandioca, batatas, feijão... (Mari, fevereiro de 2022). A seguir alguns dos problemas enfrentados:

No início limpamos tudo, aí faltou semente. Aí teve troca de semente em Caarapó (no 2o Encontro de roças) e minha mãe pegou sementes de abóbora, mandioca, banana e muitas sementes. [...] Depois teve uma reunião com prefeito, MPF, FUNAI e o trator tinha que vir aqui pra nós. Aí o trator veio só três dias pra cumprir a ordem do MPF e depois não veio mais, falou que aqui tinha muito toco, não veio mais (Lucini Barbosa, retomada Laranjeira Ñanderu 2, fevereiro 2022)

Então, a comunidade foi à luta e resolveu domar o capim brachiaria -na enxadall. Era bastante comum chegarmos na comunidade e haver muitas pessoas capinando juntas. Em uma reunião, ocorrida na retomada Guyra Kambi’y (vizinha à comunidade Laranjeira Ñanderu 2),

em meio às discussões sobre o caminho da roça, em resposta a reclamações acerca da falta de trator da prefeitura e acerca da impossibilidade de fazer roça sem trator, o jovem Urbano, da aldeia Pirakua, em Bela Vista, levantou-se e disse: [...], mas meu pai sabe roçar e sabe fazer roça sem trator. Retomando os conhecimentos de seu velho pai, Urbano explicou aos presentes sobre os rituais e observou que o fazer roça precisa considerar questões da tradição do cultivo das roças, como por exemplo, o fato de mulheres grávidas ou menstruadas não poder entrar na roça, em determinados períodos; fez também considerações sobre os tempos cíclicos do calendário lunar e sobre outros conhecimentos tradicionais. Além disso, enfatizou que seu pai não dependia de trator para plantar sua roça.

O confronto entre o agronegócio e a agricultura indígena, camponesa, familiar, tradicional, tidas como atrasadas, tem sido perpetuado por algumas gerações, chegando ao tempo presente. O modo de produção hegemônico e seu pacote (monoculturas, grandes extensões de terras, venenos, maquinários agrícolas) atuam como se a única alternativa possível fosse o engajamento nas suas cadeias produtivas, o que Vandana Shiva chama de "Monoculturas da mente" (2003): -Não estranhemos, pois, que a insegurança alimentar mantenha fortes relações com um sistema agrário/agrícola que visa à mercantilização generalizada como o que vem caracterizando como período neoliberal" (PORTO GONÇALVES, 2004, p. 6).

A agricultura em larga escala sustenta uma complexa cadeia que opera em rede: mercado de sementes, indústrias de agrotóxicos e fertilizantes, empresas de mineração, fábricas de caminhões, setor petrolífero, transporte internacional, redes de comércio e distribuição de produtos, entre outros. Para se ter ideia, em detrimento da produção e circulação de alimentos regionais, optou-se pelo modelo industrial de produção de alimentos em larga escala industrial, o que Esther Vivas chama de -Negócio da Comida (2017), em que calcula que os -alimentos viajantes", viajam uma média de 1200 quilômetros desde a produção ao destino final. Basta verificarmos que a safra 2021/2022 da soja, no estado de Mato Grosso do Sul, precisou de 297 mil caminhões para escoamento da produção¹⁷¹, e em grande parte o destino deste grão é China e Europa.

Além disso, a padronização mundial dos alimentos empobreceu a variedade da alimentação, aumentou exageradamente o consumo de calorias relacionadas ao açúcar; com isso, surgem os problemas relativos à obesidade, paralelamente ao aumento da desnutrição.

¹⁷¹ Disponível em: https://www.progresso.com.br/rural/soja-vai-demandar-frota-de-297-mil-caminhoes-para-sair-das-lavouras/Jornal_Progresso. Acesso: 03 fev. 2022.

Há 150 anos a humanidade se alimentava com o produto de 3 mil espécies vegetais que, em 90% dos países eram consumidas localmente. Hoje, quinze espécies respondem por 90% dos alimentos vegetais e quatro culturas – trigo, milho, arroz e soja – respondem por 70% da produção e do consumo mundiais (MACHADO, 2012, p.49).

Observamos que, na contramão das discussões realizadas por movimentos sociais, por exemplo, Via Campesina e Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), sobre concentração de terra e renda como uma das causas da fome, os ideólogos do capital avançam no debate sobre a defesa da comida fabricada em laboratório, como argumento para acabar a fome no mundo, porque seria supostamente mais barato e mais saudável.

Artigo de George Monbiot (2020) considera um salto tecnológico, ao apontar determinado laboratório na Finlândia que efetua esses experimentos e tem como meta a produção de peixes artificiais, carnes, farinhas, leite, ovos, e todos os derivados: –depois de 12 mil anos alimentando a raça humana, toda a agricultura, exceto a produção de frutas e vegetais, poderá ser substituída pela cultura por fermentação de micróbios com precisão".

4.1.15 “A alimentação é insuficiente, por isso tem que trabalhar fora” – Liléia Barbosa. “Não somos preguiçosos...” – Otoniel, Aty Guasu

Um dos problemas relacionados à insuficiência de alimentos, refere-se à pouca quantidade de solos disponíveis para os cultivos agrícolas, uma vez que as áreas de retomadas são pequenas e insuficientes para a demanda, de acordo com o tamanho das famílias. Cada local possui sua especificidade, porém, em grande medida, os solos retomados estão invadidos pelo capim brachiária, encontram-se contaminados por agrotóxicos, dessecantes e fertilizantes químicos, o que compromete sua microbiota; além de estarem compactados, haja vista a pressão intensa de maquinários agrícolas.

Mesmo que houvesse mais terras para os cultivos, as retomadas necessitariam de apoio para iniciar os processos de produção de alimentos, por exemplo, com relação ao manejo do solo, ao recurso de técnicas para lidar com recuperação de solos degradados, aquisição de sementes crioulas, mudas e variedades.

A produção local, por sua vez, nem sempre supre as necessidades da comunidade, que precisa sair do *tekohá* para trazer de fora produtos que complementem a alimentação. Ou vendem sua mão de obra, ou produzem em quantidade suficiente para comercialização do

excedente. Isso faz com que precisem comercializar parte da sua produção de alimentos, vendendo caixas de mandioca, por exemplo, para reverter o dinheiro em compra dos demais alimentos que necessitam.

Na experiência da comunidade, por várias vezes, escutamos relatos que explicitam o quanto é humilhante sair para vender produtos de suas roças, na zona urbana da cidade, e os consumidores pedirem nota fiscal dos produtos, alegando que são roubados. Então, saem para vender somente quando não lhes resta outra alternativa; optam pela venda no local onde moram, mesmo que o preço pago pelos produtos seja inferior.

Observamos que, em grande parte na sociedade, o racismo presente na sociedade contra os indígenas Kaiowá e Guarani, em várias regiões por onde eles perambulam, mostra-se também quando são considerados –preguiçosos‖ e –ladrões‖, conforme explica Otoniel:

O racista quando olha nós, acusa de preguiçoso. Mas na verdade, aqui somos nós que produzimos alimentos para vender para a cidade. As pessoas vem aqui comprar comida. Nossa comida é produzida sem veneno, o pessoal da cidade sabe disso. E aqui na região de fronteira, somos nós que produzimos grande parte da alimentação (Otoniel Ricardo, maio de 2022).

Situação constatada por diversas comunidades, especialmente, ao se depararem com a necessidade de comercializar sua produção de alimentos. Em Laranjeira Ñanderu, Liléia, Geniniana, Lucini (durante rodas de conversas, decorrer de 2022) disseram já ter experimentado caso de racismo, ao precisarem sair da comunidade para vender os produtos de suas pequenas roças. Acrescentaram que geralmente são vistas com desconfiança, nas ruas, e tidas como suspeitas de ladras, quando estão comercializando as mercadorias.

Quanto aos homens, muitos precisam sair de casa para trabalhar fora do *tekohá*. Ainda assim, geralmente, o dinheiro é insuficiente, principalmente devido ao tamanho das famílias; dessa forma, persiste a insegurança alimentar e nutricional no núcleo familiar, uma vez que não se alcançam as porções diárias de proteínas, carboidratos, vitaminas e sais necessárias para o bom desenvolvimento do organismo.

Uma atividade recorrente para os homens jovens e adultos tem sido as diárias em fazendas do entorno, e também trabalhos durante a safra da colheita da maçã no Sul do país. Quando perguntamos se o dinheiro da colheita da maçã era suficiente para a satisfação da família, Liléia respondeu que –sim, é sim, pois você sabe que nós indígenas trabalhamos para sobreviver, não precisa de mais coisa‖.

Se a nossa grande mãe Ñandesy Guasu lá do céu não tivesse duvidado da fala do Ñanderu Guasu que botava semente hoje e amanhã já crescia e já podia ir com seu manaku nas costas pra colher, aí sua esposa duvidou e falou assim *‘Ah é? Você plantou hoje e amanhã já vamos colher?’* Ela duvidou, por isso nós temos que esperar as nossas plantações de seis meses, alguns levam um ano. Se Ñandesy Guasu

não tivesse duvidado de Xiru, Pai Kuara, dono de tudo... por isso que hoje nós sofre por falta de alimentação, temos que plantar, esperar chover, crescer, demora pra colher (Liléia, maio de 2022).

Segundo ainda Liléia, geralmente, antes de sair de casa, os homens –limpam (capinam) as roças; a roça fica, então, a sob a condução e os cuidados das mulheres, na grande maioria das vezes.

Uma preocupação real com as pessoas que precisam sair para trabalhar fora é o risco de não conseguirem voltar. Mortes dos homens por vários motivos, inclusive nos trabalhos, é um risco iminente. Tanto é real, que, em janeiro deste ano de 2022, a comunidade perdeu um jovem por acidente na rodovia enquanto voltava do trabalho. Liléia avalia que o número de mulheres viúvas é grande, que elas precisam de ajuda: –pode acontecer com todas nós de ficar viúvas, com filhos pequenos para cuidar.

Um caso verificado na comunidade Tejuçu, vizinha da Laranjeira Ñanderu 2, Douradina, foi de enganação, por parte de karaís da cidade de Dourados. Os indígenas relatam que a comunidade foi procurada para que vendesse mandioca em grande quantidade. Durante a negociação, combinou-se que deveria ser preparado um caminhão cheio de mandioca. Em outro momento, o comerciante voltou a procurar a comunidade para que fosse entregue a mandioca descascada. De acordo com a demanda, a comunidade se reuniu para que todos trabalhassem juntos e entregasse o produto, conforme o acordo. O comerciante veio pegar a mandioca descascada, que estava em quantidade e qualidade, segundo o combinado; contudo, após preencher o caminhão com a carga, o negociante explicou que não tinha dinheiro naquele momento e que voltaria, em seguida, para fazer o pagamento. Na sequência, desapareceu, trocou de número de aparelho celular e nunca mais foi visto.

4.1.16 “Segundo os mais velhos, Ñanderu Guasu olha a terra e vê como um grande lixão, um aterro sanitário aberto e fica triste” – Eliel Benites

A percepção indígena de que o planeta pede socorro é universal, como já alertavam os yanomamis, através de Kopenawa, de que –o céu vai cair, ou os Guarani, de que –se parar de rezar o mundo vai acabar. A sociedade capitalista, organizada sob padrão ocidental, educou sua população apartada da natureza, chega agora à beira do colapso.

Por todos os lugares vemos sinais objetivos de que a vida corre perigo – a vida humana, a animal, a vegetal. Como alerta Vandana Shiva¹⁷², o planeta já suportou meteoros, cataclismas, extinção em massa, por muitas vezes, e estamos em risco da sexta extinção das espécies. Desde meados de 1960, desde que a pesquisadora Rachel Carson publicou a obra clássica “A Primavera Silenciosa”, vem sendo denunciada a grave contaminação ambiental pelo modo de produção capitalista. Assim como a indiana Vandana Shiva (2003), a espanhola Esther Vivas (2017), a brasileira Maria Luisa Mendonça (2013), entre pesquisadores de todo o mundo.

O modo de produção capitalista, baseado nas –mercadorias, não é compatível com a sobrevivência do planeta. Como alertam os velhos Guarani, é preciso cuidar da casa comum. Quais seriam as alternativas? Há muitos debates a serem realizados, no entanto, o alerta deveria levar a humanidade a parar do ponto onde estamos. Parar agora para repensar quais as estratégias de sobrevivência do planeta, cuidar de tratar esse –grande lixo, um aterro sanitário aberto, como nos alerta Eliel Benites.

Esse grande –lixo a céu aberto talvez possa ser traduzido pelos resultados do avanço, sem limite, do capital sobre todos os territórios do globo: tudo está esquadrihado de modo a levar à obtenção de lucro máximo, sem haver preocupação com as consequências para a atual e as futuras gerações.

Os níveis de contaminação do planeta, como um todo, alcançaram escala jamais prevista. Nosso padrão civilizacional foi capaz de contaminar o ar, as águas, o leite materno, os alimentos, os mares, os animais, os corpos dos seres humanos. A epidemia da COVID19 foi, apenas, uma ponta das consequências do colapso civilizacional¹⁷³.

Paralelamente aos dados abismais entre concentração de terra e renda está o aumento da pobreza extrema, o aumento da devastação ambiental, em escala planetária. A ampliação das queimadas na Amazônia, por exemplo, impactou diretamente na perda de 42% das

¹⁷² <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/609449-vandana-shiva-a-saude-do-planeta-e-a-nossa-sao-a-mesma>. Acesso: 19/09/2022.

¹⁷³ O epidemiologista norte-americano Rob Wallace, autor do livro *Pandemia a agronegócio*, que estuda as relações entre desmatamento, agronegócio e o surgimento das pandemias, afirma que, sem a proteção das florestas, que agem como barreira de proteção, não demora para o aparecimento de novas epidemias e pandemias em todo o globo. Wallace trabalha com o conceito de transbordamento de novos vírus e bactérias que naturalmente são hospedeiros dos animais, porém, as situações como adensamento das populações humanas nas cidades, a invasão dos circuitos urbanos adentrando as matas, a perda das florestas, constituem-se em elementos principais para o surgimento de novas doenças.

¹⁷⁴ Queimadas na Amazônia impactaram na perda de 42% das geleiras dos Andes, aponta estudo - CartaCapital. Acesso em: 25 mai. 2022.

geleiras da Cordilheiras dos Andes, importantíssimas para o equilíbrio das águas e dos biomas, conforme estudos realizados pelo Map Biomas Amazônia e INPE, com apoio de organizações do Chile¹⁷⁴. O sexto Relatório do Painel Intergovernamental sobre o Clima, lançado em agosto de 2021, apenas mostrou o que já se previa: intensificação do aumento da temperatura do planeta. Caso as queimadas continuem na mesma proporção dos últimos anos, a Amazônia pode vir a se tornar uma imensa área desértica, e conseqüentemente, isso levará ao aumento dos ciclos de secas e queimadas em todo o planeta. Segundo a pesquisa, as secas atingiram 1,9 bilhão de pessoas nos últimos 20 anos. Atualmente sofrem com a seca vários lugares do mundo, como Índia, França, rio Colorado nos EUA.

No Brasil estimam-se, no ano de 2022, prejuízos de 70 bilhões em perdas relacionadas à seca nos estados de MS, PR, SC, RS. Estima-se também que a colheita global tenha sofrido perdas de rendimentos pela seca em 75% de sua área, em 2022¹⁷⁵. O cenário é desesperador: perda da biodiversidade, poluição dos oceanos, aumento do lixo derivado do plástico, aumento dos desertos e conseqüente perda de solos, que poderiam ser utilizados para produção de alimentos.

Tudo isso leva a grandes ondas migratórias e ao -apartheid climático, termo que vem sendo frequentemente utilizado para mais um modo de classificação entre classes sociais. Esse conjunto de problemas é ainda mais agravado nos países pobres, utilizados pelos países ricos para a produção de suas *commodities* (exportam em grande medida as águas em forma de *commodities*), ao diminuir áreas de plantio de alimentos e aumentar áreas de monocultivos para exportação. Isso eleva ainda mais o custo dos alimentos e deixa rastros de destruição ambiental inigualáveis, por meio do uso, por exemplo, de agrotóxicos. Ressaltamos que o Brasil é o país que mais consome esse produto.

4.1.17 “Kokuê é uma vida sobre a terra” – Rezador Julio Barbosa, retomada Guyraroká

Dialogamos sobre *kokuê*, com o rezador Júlio, nascido em um lugar chamado -Braço morto, na beira do Rio Brilhante. Sua parentela vem sendo esparramada, a partir da segunda metade do século passado; Júlio andou entre a reserva Panambi-Lagoa Rica e, mais recentemente, foi viver na retomada Guyraroká, em Caarapó. Benzedor e conselheiro de todos que lhe procuram, ressalta que não existe nada mais importante no mundo do que o *kokuê*, uma roça.

¹⁷⁵ A terra é redonda, 24/05/2022. Ricardo Abramovay.

¹⁷⁶ Tekoporã: jeito de ser belo.

Na concepção do rezador Júlio, do Braço Morto de Rio Brilhante, enquanto pensa antes de responder, não existe coisa alguma que seja mais importante do que os alimentos que sustentam a vida.

Kokuê é uma vida sobre a terra. Por causa da roça, a gente vê o crescimento. Por causa da roça as pessoas vivem. A roça é a coisa mais importante do mundo, da vida. Eu sou apaixonado pela vida. Vamos segurar a vida com as duas mãos. Temos que seguir o *tekoporã*¹⁷⁶. Por causa da roça, cresce porã. Essa é a maior alegria do mundo (Roda de Conversa sobre *kokuê*, FAIND, setembro de 2022).

O rezador Júlio ainda cantou um *guaxiré*, em que fazia referência ao modo de ser *tekoporã*, cuja letra traduzida dizia –a alegria borda vocêll, e, em contrapartida, a resposta valorizava o tempo –aqui e agora, pois –o que você encontra aqui, não encontra lá, aproveitel.

A reflexão do rezador Júlio sinaliza para a sabedoria dos povos ancestrais, que, por milênios, preocuparam-se em cuidar das suas fontes de águas, tendo, por meio da oferta de peixes, um incremento essencial de proteínas.

Souberam também cuidar de seus solos, com técnicas refinadas que combinaram produção de alimentos em meio às matas, fazendo rotações de cultura, criando sistemas de cultivos consorciados, deixando áreas de pousio entre culturas. Preocuparam-se ainda com o desenvolvimento de manejos de suas matas, de modo a garantir a continuidade de suas variedades genéticas, de sua biodiversidade. Os cuidados com a qualidade do ar, das águas e dos solos sempre estiveram associados ao modo de produção de sua sociedade.

As perdas avassaladoras de seus territórios, em várias partes do mundo, fizeram com que o modo de produção capitalista se impusesse sobre seus modos de produção de vida, levando-os a relacionar-se com o modo de produção da cultura ocidental, urbana, consumista, sob o nome de –progressoll. Ao Estado coube o papel de educá-los, mesmo nas bordas do sistema, sob a consigna de –ganhar dinheiro, para serem incluídos na sociedade de consumo.

A gente tinha nossos pilares fundamentais, que era a terra, casa de reza e a roça. E hoje a gente não tem mais isso. A gente vive num processo forçado, mas nunca deixa de Kaiowá e Guarani. A gente vai na farmácia, mas não esquece dos nossos remedinhos, das nossas origens. Cada família grande tinha um jeito especial de se organizar. Temos que achar caminho para o processo de descolonização, que demora tempo. (Jânio Ávalo, aldeia Limão Verde, Amambai, Retomada Ação Jovem. Roda de Conversa sobre *kokuê*, FAIND, setembro de 2022).

Mais que tudo, importa, então, compreender que a retomada possui característica multidimensional, sendo uma forma de retomar a vida na sua plenitude (ainda que marcada pelo tempo histórico), suas relações de parentesco, o sentido da comensalidade, o pertencimento aos vínculos de uma coletividade, embora em meio aos conflitos internos e

externos. Além disso, a retomada deixa para trás o sistema de amansamento, imposto nas reservas indígenas pelas estratégias do Estado brasileiro.

4.1.18 “[...] será que o nelore vale mais que o índio?” – Papito, 104 anos. “Nós que vamos ter que demarcar?” – Ricardo Jorge, 85 anos

Esta é questão que todos os anciãos analisam durante nossas entrevistas. A questão central, entre todas: a estrutura fundiária do Brasil, quinto país com maior extensão territorial do planeta, e, ao mesmo tempo, detentor de um dos piores índices de concentração de terras. O estado de Mato Grosso do Sul situa-se entre esses indicadores. Até o boi no Brasil tem uma taxa de ocupação de terra em média de 1 bovino para 1 hectare¹⁷⁷, o que equivale a uma porção de terra ocupada com mais de 70 acampamentos indígenas que, por exemplo, margeiam as rodovias sul-mato-grossenses, vivendo em precaríssimas condições de vida: sem água, sem terra, sem alimentação, sem habitação).

Assim como nos perguntou Papito, em dezembro de 2022, com seus 104 anos, olhar calmo e firme “[...] será que o nelore vale mais que o índio?||, vários rezadores idosos avaliam o tempo presente e levantam questões que, há muitas décadas, ecoam em suas memórias.

Fica explícito, pelas posições estatais, o objetivo de –não demarcar nenhum centímetro de terra para índio||. Mesmo nos 14 anos de governo petista, no Brasil, a situação permaneceu estagnada, pouco se avançou em relação à demarcação das terras indígenas.

Seu Ricardo Jorge, com mais de 80 anos, considera que os indígenas vivem hoje tão apertados como os habitantes de casas de programas de habitação, tipo BNH¹⁷⁸, da área urbana:

Antigamente um morava longe do outro, tinha trierinho que levava de um lugar pro outro no meio da mata. **Hoje em dia aldeia parece um BNH, muito apertado. Por isso acontece muita violência, tinha espaço, mas agora falta espaço.** Depois meus filhos cresceram, casaram, faltou espaço. Galinha sai, vizinho mata, pato come planta, galinha bica milho novo... **Nós que vamos ter que demarcar?** (rezador Ricardo Jorge, retomada Guyra Kambi `y, maio de 2022).

Para Ricardo Jorge, a vida sob o confinamento leva à violência interna (até a criação dos pequenos animais pode incomodar a vizinhança que, por sua vez, pode perder sua horta em minutos por uma galinha ou um porco, por exemplo) e também à violência causada pelo estado em razão da morosidade de processos que se arrastam há décadas, como vimos.

¹⁷⁷ Taxa de ocupação por hectare é medida por Unidade Animal, UA - Canal do Criador

¹⁷⁸ Banco Nacional da Habitação. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/banco-nacional-da-habitacao-bnh>. Acesso: 12 out. 2022.

Como mencionado, vários idosos perderam a vida enquanto esperam a demarcação de suas terras. As expectativas já não são mais para os da sua geração, e, sim, para os das gerações futuras. No Laranjeira Ñanderu, a ñhandesy Dona Míriam, com mais de 70 anos, interrompe os demais na roda de conversa para perguntar:

Um dia que vai demarcar a terra? Será que vão esperar morrer eu, meu marido, tudo. Tem que ter advogado, demarcar terra dos índios. **Foi Ñanderu que fez a terra, não foi fazendeiro, não foi juiz que fez a terra.** Eu queria plantar banana, abóbora. Aqui é proibido de plantar. E sempre passa veneno aqui e mata tudo que a gente planta. Quando planta o milho, cresce com veneno (Míriam, maio de 2022).

Por onde caminhamos, sempre estão os idosos com seus netos, seus conhecimentos ancestrais e sua consciência lúcida sobre o direito ao território. Ao lado disso, a discussão sobre a soberania alimentar e nutricional vem tomando corpo dentro das comunidades indígenas, especialmente nesse momento atual em que o governo cortou parte dos recursos das cestas básicas. Nas retomadas, há um misto entre paciência, luta e revolta, como descrevem as palavras de um depoente, em momento de profunda impaciência, sobre a situação enfrentada por ele e por sua parentela, ao verem seus netos vivendo na retomada.

O _Bolsobosta‘ não demarcou mesmo nenhum centímetro de terra para o índio, igual ele havia falado antes. Ele acabou a FUNAI, acabou a cesta básica, acabou com tudo que é bom pro índio. Eu moro faz 14 anos dentro da reserva e é proibido fazer roça. Não tem cesta básica. **O que o índio vai fazer?** (depoente anônimo, janeiro de 2022).

Vale sublinharmos que o governo atual tem representado o que existe da face mais cruel do Estado contra os povos indígenas neste século. O Brasil é o país da abundância, com grandes extensões de solos agricultáveis, a maior reserva de água doce do mundo, diversos minerais estratégicos, petróleo, rica biodiversidade, diversidade cultural, população criativa e com força de trabalho jovial, riquezas econômicas. Então nos perguntamos: –Será que o nelore vale mais que o índio?

Os grandes desafios se resumem num só, desafio fácil, que é **acabar com o sistema capitalista**. Porque existe uma contradição inerente à própria relação do sistema, porque o sistema capitalista é a competição, não tem espaço para outras lógicas, para a solidariedade, para a produção, não tem espaço para outras formas, simplesmente essa engrenagem mortífera vai moendo todas as culturas, os povos, e tentando fazer com que todos sejam iguais, quadradinhos, rezando a mesma cartilha que o sistema impõe (Egon, entrevista junho de 2021).

Nesse sistema capitalista, como aponta Egon Heck, não cabem os povos indígenas e suas diversidades de cosmovisão de mundo. No entanto, surgem, de todos os lados, mostras de que, dentro de um sistema em ruínas há povos, grupos, comunidades que estão construindo, na prática, sinais de que há outros mundos possíveis. A pesquisa demonstra a

nossa incapacidade, como civilização, de respeitar todas as formas de sabedorias existentes na humanidade, no devido grau de igualdade que o tempo presente conclama. Como aponta Krenak (2000, p. 50), –os povos originários que ainda estão presentes nesse mundo, não é porque foram excluídos, é porque escaparam.

Se pudéssemos escolher duas palavras para definir o processo de roça nas mãos do Povo Guarani e Kaiowa, eu diria –cura da terral e –resistencial. Resistência porque esses mais de quinhentos anos não foram capazes de apagar seus modos tradicionais de vida. Embora o ecossistema tenha sido alterado, ainda seus modos de produção de alimentação continuam com a mesma base original: roça tradicional, kokue ou sistema agroflorestal. E –cura da terral refere-se ao que realmente estão sentindo neste momento. Segundo Eliel Benites, Ñanderu olha da sua morada no seu patamar, e vê o mundo aqui embaixo como um grande lixão a céu aberto. E na comunidade Laranjeira Ñanderu, entre suas preocupações, está o evidente sentimento de que é preciso cuidar da terra, como um belo presente!

4.2 Experiência de roças em andamento

Mandar obedecendo. Representar, não substituir. Baixar, não subir. Servir, não servir-se. Convencer, não vencer. Construir, não destruir. Propor, não impor (princípios de orientação das Juntas de Bom Governo, do povo indígena zapatista, México).

Comunidades, universidades, entidades de apoio, assim como pequenos coletivos de apoio aos povos indígenas vêm dialogando sobre a importância dos projetos de produção de alimentos, de reflorestamento, de etnossustentabilidade. Nesse sentido, destacamos alguns projetos em sintonia com a temática da produção de alimentos nas comunidades indígenas. Certamente, pode haver vários outros projetos sendo executados, ou em planejamento. Projetos relacionados a escolas têm ocorrido também, como recuperação de áreas degradadas, de nascentes de águas, uso de sementes crioulas, assistência técnica, doação de alimentos. Apesar das dificuldades, esses projetos têm atingido os objetivos de colaborar com demandas locais. Citamos alguns: Projeto Nascente Viva e Bando de Sementes Crioulas, que atendem a reserva Bororó, Jaguapiru e Panambizinho, organizados pelo professor Cajetano e pela professora Zefa, da FCBA/UFGD¹⁸⁰; projeto com Via Campesina¹⁸¹, apoio do MST¹⁸²;

¹⁸⁰ Professor indígena recebe hoje na Câmara o Prêmio Coração Verde. Acesso: 03 out. 2022.

¹⁸¹ Em parceria com os Movimentos Sociais da Via Campesina, a comunidade Laranjeira Ñanderu 2 (e outras retomadas) recebeu a visita de membros do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), do Rio Grande do Sul, em setembro de 2021, para dialogar e receber doação de sementes crioulas e fertilizantes biológicos. Na ocasião, Frei Sérgio Górgen, representando o MPA, fez questão de ressaltar: –entregando estas sementes, estamos devolvendo a vocês uma parte do que nossa civilização lhes roubou. Nessa ocasião, dialogou-se sobre

projeto com a FAIND/UFGRD¹⁸³, projeto em parceria com a CPT¹⁸⁴; projeto aldeia Tey Kuê¹⁸⁵; projeto ãnima¹⁸⁶; Feira de Juti¹⁸⁷, atuação da ong Raís. Dessas experiências, destacamos duas, apresentadas, a seguir, a da Aty Guasu, com o CIMI, relacionadas a projeto de extensão na Escola Municipal Lacuí Roque Snard, na aldeia Bororó, em Dourados; a da FAIND/UFGRD que envolve trabalhos realizados, no âmbito da interface com a produção de alimentos com base nos princípios da agroecologia e da agricultura indígena.

4.2.1 Encontro das Roças organizados pelo CIMI, Aty Guasu e FAIND/UFGRD

Acolhendo preocupação com a produção de alimentos, o CIMI junto com Aty Guasu e FAIND/UFGRD deram início, ainda no ano de 2018, a discussões sobre o tema da produção das roças tradicionais. Nos dias 5 e 6 setembro de 2018, realizou-se o -1o Encontro de Roças, na retomada Guira Kambi'y, município de Douradina. O encontro teve, entre seus objetivos, promover diálogo, com as diversas gerações¹⁸⁸, a partir do tema -Bem Viver Kaiowá e Guarani: roça, espaço de afirmação e resistência em defesa do tekohál.

Anciões, mulheres, jovens e crianças estiveram debatendo sobre o processo histórico dos territórios tradicionais e sobre a violenta agressão ao modo de Ser Kaiowá e Guarani. Situação que tem levado à fragmentação das comunidades, alterado as tradições culturais e

as histórias em torno da plantação das roças e sobre a situação da retomada. Ressaltamos que resultou dessa articulação, conduzida pela equipe Regional do CIMI/MS, um projeto em parceria com os movimentos da Via Campesina, articulados no estado do MS, com projeção para intercâmbios de experiências, implantação de pequenos projetos de roças e agroflorestas, a ser iniciados em meados de 2023.

¹⁸² Durante a pandemia, o MST promoveu ações de solidariedade para com as comunidades indígenas da região, de modo especial para as retomadas. Em dezembro de 2021, o MST doou cerca de 2.600 cestas de alimentos oriundas das cooperativas de Reforma Agrária dos estados de PR, SC e RS. Além de hortaliças do assentamento Itamaraty e da região de Sidrolândia, MS.

¹⁸³ No ano de 2019 deu-se início ao Projeto *Teko Joja* da FAIND, que prevê a construção de um horto medicinal, viveiro de mudas nativas, mutirões e pequenas roças.

¹⁸⁴ A Comissão Pastoral da Terra tem desenvolvido, nos dois últimos anos, atividades na Aldeia Tey Kuê em Caarapó, e em duas retomadas do entorno, Kunumy Verá e Guaviray. O projeto partiu da preocupação e diálogo sobre como colaborar com a produção de alimentos nas retomadas indígenas, e visa à oferta de assistência técnica, apoio à implantação de 14 SAFs, manejo de duas roças tradicionais, de forma coletiva, com objetivo de dividir as sementes entre as famílias participantes do projeto e incrementar sementes crioulas para o banco de sementes da unidade demonstrativa agroecológica da aldeia Tey Kue.

¹⁸⁵ A comunidade indígena de Caarapó, há cerca de 20 anos, vem desenvolvendo um projeto relacionado à recuperação ambiental e agroecologia, iniciado com apoio de Antônio Brand, através do projeto do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas da UCDB- NEPPI.

¹⁸⁶ Esse projeto surgiu com coleta de recursos do economista Eduardo Moreira, após visita na região, no ano de 2018, ocasião em que denunciou a situação das comunidades indígenas em programa de televisão, sendo debatido pela classe política local.

¹⁸⁷ A primeira Feira de Juti, aconteceu no dia 25 de julho de 2005, organizada pela Comissão Pastoral da Terra, através do grupo que trabalhava com Ir. Lucinda Moretti, religiosa da congregação de São José Operário. O evento acontece anualmente na cidade de Juti, nos meses de julho.

¹⁸⁸ Grande Assembleia Guarani e Kaiowá aprofunda debate sobre impactos da desterritorialização, em defesa do tekoha | Cimi

práticas ancestrais; que tem provocado escassez de território, alimentos, água, animais, festas, o que inviabiliza a saúde humana e ambiental, assim como a segurança. Todos esses fatos geram também grandes desafios para a transmissão de conhecimentos e modos de entendimento sobre roças.

O espírito da planta foi embora de nós, por isso que a mandioca e o milho dão pequeno agora. O espírito da planta estava na terra, mas ela foi embora com o veneno e a derrubada. A roça pra nós, é aquela roça que sem nenhum veneno, que sustenta as nossas crianças. Roça não é dinheiro, é sustento, comida, água, criança livre e feliz. Roça é festa, é partilha.

Para seu Olímpio, rezador de Laranjeira Nhanderu, foi por causa do processo de devastação da natureza que as plantas têm dificuldades de nascer e crescer bonitas, por causa da grande quantidade de veneno que a terra recebeu nos últimos anos. Foram feitas avaliações de alguns minguados programas governamentais que entram e não dialogam com as comunidades, tornando-se um fracasso, na grande maioria das vezes. Também foi feito um balanço sobre a gravidade dos assédios para arrendamento das terras, em troca do dinheiro imediato, muitas comunidades indígenas se tornaram reféns dessa prática, dado o grau de vulnerabilidade em que se encontram. A seguir, imagens do 1º Encontro Povo Kaiowá e Guarani

Figura 25: Encontro Povo Kaiowá e Guarani

ENCONTRO POVO KAIOWÁ E GUARANI

"Bem Viver Guarani e Kaiowá: Roça, espaço de afirmação e resistência em defesa do tekohá"

DATA: 05-06/09/2018

**LOCAL: Tekohá Guyracambi'i
T.I. Douradina/MS**

PROGRAMAÇÃO

05/09 - Chegada e Apresentação da atividade
=> **Memórias de vida do povo Kaiowá e guarani, 5 séculos de resistência.** (Atanásio Teixeira, Olímpio e Mileana - laranjeira Nhanderu, Rosalino Ortiz, Tito e Miguela (Gyuraroka).
Partilha de sementes e alimentos tradicionais.

=> **O Sentido dos alimentos e suas relações com os rituais tradicionais do povo Kaiowá e Guarani.** (Eliel Benites, Levi Marques, Arnaldo e Adelaide (Tajaçuguá iguá)
Noite - Rituais e danças tradicionais

06/09 - **Estratégias para o bem viver e recuperação da soberania alimentar do povo Kaiowá e Guarani.** (Eliseu Lopes, Otoniel Ricardo, Leila Rocha, Ezequiel João)

=> **Rezas tradicionais e encerramento.**
12:00 - Almoço e retorno para os Tekohá.

Realização:

ATY GUASU GUARANI KAIOWÁ

APOIO:

CCCC Centro de Estudos Bíblicos FAIND

Fonte: CIMI/MS, 2018.

Foto 33: Encontro Roça – entrada



Fonte: Lídia Farias, 2018.

Foto 34: Encontro Roça – abertura



Fonte: Lídia Farias, 2018.

O —2º Encontro de Roças, ocorreu entre os dias 22 a 24 de junho de 2019, na retomada Teijuçu, município de Caarapó, ao lado da aldeia Tey Kuê, com o tema: –Roça, espaço de afirmação e resistência na luta pelo viver Kaiowa e Guaranil. Teve a participação de cerca de 200 pessoas de 26 tekohá e de cinco reservas indígenas Guarani Kaiowá e Ñandeva, do sul do MS. Dentre esses cerca de 40 ñanderu e ñandesy.

O evento aconteceu às vésperas do Temity Ara (dia do plantio), 24 de junho, ocasião do início do calendário agrícola Guarani Kaiowá. Nesse dia, houve um mutirão para benção das sementes e plantio na retomada. Segundo Atana, Nhanderu da aldeia Limão Verde: –Sem sementes não há futuro. As sementes são como as crianças, elas precisam ser bem recebidas e abençoadas para que possam viver felizes na terra. Quem tem roça está sossegado com suas famílias, quem não tem, não tem paradeiro, ou seja, está perdido tendo que andar muito até encontrar alimentos para o seu grupo familiar.

Sem lugar para plantar e à mercê de uma política de cesta básica para compensar a falta do território, os conhecimentos são interrompidos entre as gerações de indígenas. Parte considerável da geração jovem já não conhece mais os segredos do plantio, das roças, das colheitas, rezas, tradições: –Sem as nossas terras, a terra dos nossos ancestrais, as crianças e jovens de hoje não sabem mais usar ferramentas de roça como machete, enxada, e etc, estamos perdendo nossas crianças para a morte (Valdomiro, de Tajasu Iguá).

Naquele momento também foi lembrado que o atual governo liberou mais agrotóxicos: –Eles colocam veneno no aviãozinho, mais não cai só nas lavouras de soja, cai sobre nossas aldeias, a água é contaminada e as crianças sofrem com dor de barriga e problemas respiratórios. (Elpídio, Paranhos, segundo Encontro de Roças).

Para o encontro, foram doados cerca de 400 quilos de sementes crioulas do MST, do estado do Paraná, além de sementes compradas pelo CIMI para doação, ao todo nove espécies de milho crioulo (entre esses o milho branco, escasso e guardado como um grande tesouro por algumas famílias); 53 espécies de sementes e doze espécies de mudas de frutas e madeira. Na sequência, fotos relativas a atividades desenvolvidas no -2º Encontro de Roçasll.

Foto 35: Ritual de batismo das sementes em Tejuçu



Foto: Lídia Farias de Oliveira, 2019.

Foto 36: Ritual de bênção e plantio das sementes em Tejuçu



Foto: Lídia Farias de Oliveira, 2019.

Os encontros foram paralisados no ano de 2020 por causa do início da pandemia. No entanto, as organizações e algumas redes de apoio se mobilizaram, com o propósito de apoiar demandas pontuais das comunidades.

No final de 2021 e meados de 2022, reuniões e rodas de conversas vêm sendo realizadas visando a recomençar as articulações em torno das roças tradicionais, como a ocorrida em abril de 2022, na retomada Guyra Kambi'y, motivada pelo CIMI. A seguir, algumas fotos.

Foto 37: Roda de conversa, retomada Guyra Kambi'y

Foto 38: Milho crioulo amarelo e vermelho



Fonte: Sandra Procópio da Silva, 2022.



Fonte: Sandra Procópio da Silva, 2022.

Dando continuidade ao processo de mobilização, o CIMI e o Aty Guasu, com apoio de uma entidade da igreja católica alemã, estão organizando o próximo encontro para 17 a 22 de outubro de 2022, entre as duas retomadas: Guyraroká e Laranjeira Ñanderu 2, em Rio Brilhante.

4.2.2 - Projeto de Agroecologia na Escola Indígena Lacuí Roque Isnard¹⁸⁹

O Projeto -Valorizar a cultura indígena guarani-Kaiowá através da perspectiva do Bem Viver, no contexto da Educação Escolar Indígena, surgiu como demanda da comunidade. É realizado na Escola Indígena Lacuí Roque Isnard, localizada em Dourados, na região considerada a mais pobre em relação ao acesso a bens materiais, à distância do centro da cidade, e ao fato de ser cercada por fazendas marcadas por impactos, como o dos agrotóxicos. O nível de fome das crianças é avaliado como elevado (alguns vão para a escola se alimentar da única refeição ao longo do dia).

Nesse cenário, a proposta foi no sentido de se construir diálogo entre escolas indígenas e comunidades sobre o tema da produção de alimentos x fome, relacionando-o com o debate atual da agroecologia. Para isso, buscou-se uma metodologia formadora de professoras e de professores, no que diz respeito ao processo de produção de alimentos dentro da comunidade indígena. Organizou-se uma forma de intervenção criteriosa, com métodos adequados, com participação da comunidade, com estudos em coletividade. A seguir fotos relativas a atividades desenvolvidas durante o projeto.

¹⁸⁹<https://www.facebook.com/100007337497743/posts/2056667291254501/?app=fbl>

Foto 39: Mutirão, Escola Lacuí Roque Snard - parte a.



Foto: Maristela Aquino, 2016.

Foto 40: Mutirão, Escola Lacuí Roque Snard - parte b.



Foto: Maristela Aquino, 2016.

O projeto visou ainda colaborar na organização do conjunto da escola para re-apropriação, ressignificação e reconstrução de técnicas de produção de roça, de horta, de horto medicinal, plantio de mudas de árvores nativas e frutíferas, cuidado e reflorestamento de nascentes (além de auxiliar em outras demandas na área de produção de alimentos, conforme a realidade cultural da comunidade).

Percebeu-se grande número de crianças pertencentes a famílias desestruturadas por problemas oriundos da falta do *tekohá*: alcoolismo, desemprego, fome, violência. Percebeu-se também um grupo de crianças com bastante defasagem no processo de ensino-aprendizagem.

Tais questões, aliadas aos problemas de território, de autonomia para a produção de sementes tradicionais, por exemplo, gerou dificuldade para se articular as formas originárias de produção de alimentos, com as tradições religiosas ancestrais, conseqüentemente. Isso tem levado a problemas relacionados à insegurança alimentar e nutricional, de ordem gravíssima.

No entanto, percebeu-se que membros da própria comunidade e da escola tiveram interesse em reorientar a ação pedagógica da educação indígena, sobretudo, para aproximar os conteúdos que devem ser estudados na escola e os saberes tradicionais, com a retomada das pequenas práticas de produção de alimentos, com base no que os Kaiowá chamam de Bem Viver

Na sala de aula, procurou-se trazer os saberes tradicionais – processo que contribuiu com o ensino e a aprendizagem dos educandos – a especificidade indígena sobre seus modelos de aprendizagens, suas formas de entender o mundo. Os saberes tradicionais fizeram

parte do dia a dia, juntamente com os momentos de pesquisas com os anciões da comunidade e famílias.

Buscou-se ainda trabalhar com saberes dos mestres tradicionais, rodas de aprendizagem, e desenvolver momentos de cuidado sobre plantas frutíferas, nativas, sementes crioulas e horta escolar. A seguir, algumas fotos para ilustrar as ações desenvolvidas.

Foto 41: Aula de práticas pedagógicas



Foto: Ernesto Ortiz, 2017.

Foto 42: Colheita do milho pipoca crioulo



Foto: Maristela Aquino, 2018.

Por meio do projeto foram efetuadas também ações como horto medicinal, pequenos roçados, plantio de árvores, rodas de conversas, dias de mutirão; atividades coletivas de produção de sementes e de doação para a comunidade, mobilização sobre a importância da produção das pequenas roças, incremento de verduras no cardápio, oficina de trocas de experiências, arborização da escola. Na sequência, fotos.

Foto 43: Crianças cuidando das árvores



Fonte: Maristela Aquino, 2016.

Foto 44: Árvores crescidas



Fonte: Maristela Aquino, 2021.

4.2.3 Faculdade Intercultural Indígena – FAIND: espaço da filosofia da resistência

A criação da UFGD é parte do plano de expansão das universidades públicas no país, iniciada com o governo Lula, nos primeiros anos de seu primeiro mandato, que teve início em 1 de janeiro de 2003.

Em 2002, o movimento de professores indígenas Kaiowá e Guarani, dá início à primeira turma de professores do Curso Normal em Nível Médio, o Ará Verá, voltado especialmente para a etnia Guarani e Kaiowá, numa parceria com a Secretaria Estadual de Educação e das organizações indígenas.

Em 2006, a UFGD, mesmo sem ter ainda uma faculdade específica para abrigar a demanda do movimento indígena, abre a primeira turma de formação de professores indígenas. Assim, a formulação do currículo da Licenciatura Intercultural em Educação Indígena, bem como sua proposta diferenciada do convencional, baseada nos princípios da Pedagogia da Alternância¹⁹⁰, tornam-se fatores que levam à culminância de um processo gradual, o qual envolve diversas organizações e movimentos – indigenistas, apoiadores, lideranças. Tanto que o programa de formação tende a ser voltados para as demandas específicas da população indígena. Um exemplo disso, podemos observar na presença de rezadores tradicionais durante as etapas das aulas presenciais, com seus mbaraka, xiru, cocar, jeguaka, colares, rezas, danças e cantos nos corredores e nas salas de aulas.

Em 2012 é criada a Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), fruto de demandas do movimento indígena Guarani Kaiowá pela formação de seus professores. Nesse mesmo ano, a FAIND abre espaço também para a graduação em Educação do Campo, haja vista uma confluência de vários fatores: a faculdade não poderia existir com apenas uma graduação; a necessidade de interface entre os povos dos territórios camponeses e os povos dos territórios

¹⁹⁰ A Pedagogia da Alternância, consiste em um projeto de educação, cuja matriz origina-se a partir da perspectiva das classes dos habitantes dos campos, quilombos, aldeias, florestas, águas, e do reconhecimento de suas especificidades, seus valores culturais, seus projetos de emancipação humana, seu direito à terra e território e soberania alimentar. Portanto, compreende que a produção e a ampliação dos diferentes níveis de conhecimento acontecem no conjunto entre escola, universidade, comunidade, território e lutas sociais. Logo, as aulas são organizadas entre Tempo Universidade (cada semestre concentra duas etapas de duas semanas de aulas presenciais) e Tempo Comunidade (para vivências pedagógicas, desenvolvimento de práticas de pesquisa, estudos individuais, visitas dos professores). A dissertação de Adenilso dos Santos Assunção (2021), analisou a experiência da Pedagogia da Alternância da Escola Família Agrícola Rosalvo Rodrigues da Rocha.

indígenas; os projetos, no âmbito do governo federal, que favorecem a criação de cursos de graduação de professores da Educação do Campo.

O primeiro diretor da faculdade, o professor Antônio Dari, desenvolve trabalho que propicia a estruturação da própria faculdade, com o quadro de profissionais, o funcionamento dos dois cursos de graduação, e a necessária luta pelo acesso à infraestrutura.

No final do ano de 2021, o professor Eliel Benites, da etnia Kaiowá, torna-se o primeiro diretor indígena da FAIND, mesmo em contexto de intervenção, de viés autoritário, na nomeação da reitoria. Nesse período, destaca-se a importância do avanço do conjunto da faculdade e do seu corpo docente e discente na construção de uma proposta que incorpore, cada vez mais, os princípios da educação indígena, da agroecologia, da cultura tradicional.

Vale a pena ressaltarmos a sucessão de eventos e lutas, conduzidos pelos estudantes¹⁹¹, que vêm colocando a importância da faculdade como local para a construção do pensamento filosófico indígena; assim como para a valorização de temas, por exemplo, relativos à roça, reza, espiritualidade, agroecologia, produção de alimentos, reflorestamento, corpo.

No dia 24/10/22, com a presença de rezadores, a FAIND realiza o batismo do local onde será a Oga Psy, casa de reza tradicional, como marco de identidade da cultura indígena, espaço de encontros, rezas, aprendizados.

Estudantes e suas comunidades, com apoio de professores, têm efetuado projetos de caráter familiar, escolar e comunitário, como pequenas hortas, hortos medicinais, feiras de trocas de sementes crioulas, mudas e variedades, experimentos de economia solidária, reflorestamento de áreas, viveiros de mudas, e outros, conforme a realidade.

A FAIND, com a UEMS e seu campus, no município de Amambai, compõem um cenário da região Cone Sul do estado do Mato Grosso do Sul, onde, anualmente, formam um grupo de professores indígenas para atuarem nas escolas das aldeias e retomadas. Além disso, outros cursos da UFGD, tanto na graduação quanto na pós-graduação, vêm recebendo indígenas de várias etnias. No caso da FAIND, desde o ano de 2019, oferece o Mestrado em Educação e Territorialidade, especialmente para oriundos das Licenciaturas em Educação do Campo e em Educação Indígena.

Sobre o programa de Mestrado em Educação e Territorialidade, trata-se de um curso diferenciado, por ser específico para camponeses e indígenas. Nesse sentido, tem enfrentado dificuldades em atender o padrão de exigência da CAPES, no que diz respeito, por exemplo,

¹⁹¹ <https://mst.org.br/2022/06/09/estudantes-ocupam-reitoria-da-ufgd-contra-ameaca-de-extincao-da-faind/>. Acesso em 10/10/2022.

aos prazos de 24 meses para a finalização da pesquisa e apresentação da dissertação; em relação à produção acadêmica, de modo geral, os alunos também têm dificuldade para adaptarem-se às normas do programa. A perspectiva da interdisciplinariedade, contudo, é um ponto forte do programa e dos temas de pesquisas¹⁹².

A produção de pesquisas, por meio de TCCs e dissertações, e a de vídeodocumentários têm contribuído para sistematizar os conhecimentos filosóficos baseados na cosmologia Kaiowá e Guarani. Atualmente, estudantes e professores estudam formas de tornar disponível, ao público geral, sua produção de conhecimentos. A seguir, fotos em que se visualizam momentos do batismo no local onde se erguerá a Casa de reza.

Batismo do local para construção da Casa de reza na FAIND

Autora: Sandra Procópio da Silva.



¹⁹² Conferir em: <https://portal.ufgd.edu.br/pos-graduacao/mestrado-educ-territorialidade/index>. Acesso em: 11/11/2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Não estamos alegres, é certo, mas também por que razão
haveríamos de ficar tristes?
O mar da história é agitado.
As ameaças e as guerras havemos de atravessá-las, rompê-las ao
meio, cortando-as como uma quilha corta as ondas.”
Vladimir Maiakóvski*

Com esta pesquisa, procuramos ampliar a compreensão sobre as históricas retomadas indígenas da etnia Kaiowá Guarani, na região sul do estado de Mato Grosso do Sul, com ênfase na retomada Laranjeira Ñanderu 2, localizada no município de Rio Brillhante. Para isso, desenvolvemos estudo com objetivo de analisar o como se relaciona e quais as contradições presentes no tripé reza- canto-dança (*ñembo* "e), retomada e roça (*kokuê*).

Tanto a metodologia de pesquisa (alicerçada em trabalhos de campo, leituras, pesquisas documentais, mutirões, rodas de conversas, entrevistas, participações em eventos e atividades indígenas), quanto a literatura disponível foram fundamentais para o alcance dos objetivos propostos; sobretudo, por se tratar de um tema de alta relevância, devido ao contexto dramático pelo qual passa a população indígena Guarani Kaiowá e Guarani Ñandeva, no estado de Mato Grosso do Sul, que, atualmente, alcança o número de mais de 50 mil pessoas.

Nossos estudos mostram que, no momento em que teve início a invasão europeia, há mais de quinhentos anos, pelo mar e pelas matas, deu-se também início a um longo processo de guerra contínua contra os povos originários. No caso dos Kaiowá e Guarani, desde antes do século XVII, adentraram as matas da região em busca de refúgio, fugindo dos -matadores de índios. Foram invadidos pela Guerra do Brasil contra o Paraguai, pela Companhia Matte Laranjeira, pelas obras de infraestrutura, entre outros.

Entre os anos de 1915 a 1928, no sul do Mato Grosso, os povos originários passaram por acelerado sistema de espoliação, colonização e confinamento em oito minúsculas reservas indígenas, o que se traduziu na liberação de todo o território tradicional para a abertura de grandes latifúndios, organizados pelo Estado brasileiro, em várias partes do país. Isso à custas de escravidão, espancamento, estupro, roubo, dilapidação do patrimônio indígena, arrendamento de suas terras, inoculação de viroses, venda de crianças.

O processo, por exemplo, de espoliação, imposto aos Kaiowá e Guarani, causou imensa desestruturação dos seus modos de vida tradicional, precarizou profundamente suas condições de sobrevivência digna, transformando povos que, durante séculos, produziram alimentos em abundância, em povos completamente desterritorializados, realocados para serem, para se tornarem amansados nas reservas indígenas.

Os Kaiowá e Guarani eram povos autônomos, com amplas redes de economia, baseadas nos sistemas de trocas, com intensa mobilidade entre *tekohás*, e, sobretudo, exímios na arte de produzir alimentos, tanto para seu sustento quanto para as festas, ocasião em que suas colheitas eram compartilhadas em rituais festivos duradouros, o que mantinha o ciclo de compartilhamento dos bens, evitando assim a desigualdade.

No último século, ao mesmo tempo em que viram seus territórios serem invadidos, rapidamente tornaram-se dependentes das cestas básicas, o que tem resultado em graves problemas de insegurança alimentar e nutricional. Tal condição relaciona-se, principalmente, ao fato, de que, na totalidade de suas áreas, não têm condições de produzir seus próprios alimentos tradicionais. Por isso, a fome constitui parte da guerra contra esses povos.

Ainda assim, até os dias atuais, os povos Kaiowá e Guarani continuam se autodenominando *yvy poty* (flores da terra), remanescentes de Ñanderu Guasu; rezam, cantam e dançam o ritual do *jerosy puku* para alegrar o espírito do *avati moroti* (o sagrado milho branco) e, com isso, garantirem fartura, saúde e alegria para o povo kaiowá.

As suas belas *oga psy* (casas de reza) são construídas em locais de destaque, em meio às retomadas das terras ancestrais, mesmo que elas estejam envoltas pela vastidão das monoculturas de cana, milho, soja e pastagens. Ainda hoje, a maioria fala a língua original e possui, nos rezadores e rezadoras, o esteio do ensinamento das práticas religiosas e da medicina tradicional às gerações mais jovens. Atualmente, as novas gerações de jovens dão continuidade às lutas pelos seus *tekohá*, iniciadas por seus pais, como as lutas de Zezinho Barbosa, Faride Mariano e seus antepassados.

Os mais velhos, com suas memórias, jamais se esqueceram dos seus *tekohá*, e, por isso, cansados de esperar que o Estado brasileiro devolva suas terras, insurgem contra o sistema, orientam suas parentelas e levantam seus *mbarakás*, seus cantos, danças e rezas (*nembo''e*), e produzem um grande movimento de retomada de seus territórios ancestrais, mesmo à custa de seus mortos.

Desse modo, as retomadas, mais do que romper o arame que cerca suas terras, constituem um retomar múltiplas dimensões de um modo de vida tradicional. Assim sendo, o tripé – retomada, reza (*ñembo''e*) e roça (*kokuê*) – é parte intrínseca desse tempo de lutas!

Nos últimos momentos de nossa pesquisa, eventos de proporções globais apontaram a natureza da confluência de crises pelas quais passa a humanidade, à beira de um colapso: a crise da fome e o advento da pandemia da COVID-19, como resultantes do modo de produção capitalista. Nesse cenário, o Brasil tornou-se uma das zonas de sacrifício para o capital global. Situações extremas, que realinham a posição de subalternidade do país no plano global do desenvolvimento desigual e combinado, o que tem causado um nível acelerado de destruição de todos os biomas, em todas as partes do país, sobretudo, na Amazônia.

De modo mais acentuado, o modelo do agronegócio tem invadido territórios e devastado a vida das populações mais empobrecidas, entre elas a dos indígenas, camponeses, pescadores. A corrida do capital por terras para a produção de *commodities* impacta diretamente, por exemplo, nos territórios indígenas, alimentando a violência, o desmatamento, as queimadas e a grilagem de terras; na grande maioria, amparada legalmente pelo modelo de Estado capitalista.

Em abril de 2021, o Brasil volta ao Mapa da Fome. O sistema agroalimentar predominante já havia demonstrado sua falência. As cadeias de produção em escala mundial, altamente dependentes dos combustíveis fósseis, e com o lugar determinado para cada país na produção de *commodities*, em detrimento de sua soberania alimentar, torna-se mais um mecanismo de concentração de renda e terra, e, conseqüentemente, de produção da fome estrutural.

Nesse cenário, evidencia-se a trágica situação à qual estão submetidos os povos Guarani Kaiowá, na porção sul do estado de Mato Grosso do Sul; situação sistematicamente denunciada no âmbito internacional. Graças à auto-organização das comunidades, bem como ao apoio e às denúncias conduzidas por diversas organizações, a situação vem sendo exposta internacionalmente.

Atualmente, no Brasil, defender a floresta amazônica e defender os direitos humanos e ambientais de seus povos originários equivale a impor-se contra o modelo de devastação, capitaneado pela brutalidade do modo de produção capitalista, representado aqui no assassinato, por exemplo, dos indígenas que foram assassinados Kaiowá guarani que foram assassinados no Estado de Mato Grosso do Sul, que situa-se dentro do contexto dos assassintato dos indigenistas Bruno e Dom.

É impossível deixar de destacar que apenas no ano de 2022, durante nossa pesquisa,

estivemos testemunhando vários assassinatos, cujos agentes responsáveis são vinculados ao Estado brasileiro e aos expoentes do agronegócio, assim como, às velhas oligarquias regionais. Em 30 de maio de 2022, numa das noites mais frias do ano, o jovem Alex Lopes de apenas 18 anos, foi assassinado enquanto buscava lenha para aquecer sua família no Município de Coronel Sapucaia. Nos meses seguintes, uma sucessão de assassinatos vinculados ao crime, ocorreu no Município vizinho de Amambai, em revanche às retomadas dos territórios tradicionais. Também convivemos com vários suicídio dos jovens, aumento da escalada de violências contra as mulheres, queima de inúmeras casas de reza, subtração de crianças pequenas de suas mães sob alegação de moradia de lona inadequada, violência obstétrica, assédio sexual a meninas e mulheres, arrendamento de suas terras sob o nome de parceria, assédio sobre a religião tradicional sob a forma de igrejas evangélicas fundamentalistas, mortes não esclarecidas nas BR, envenenamento dos rios, dos corpos, dos animais e das plantações, racismo nos meios de comunicação hegemônicos, adoecimentos precoces, fome, falta de condições para plantios, ataques diretos e ameaças, ameaça aos idosos pela memória dos antepassados, alimentação inadequada, falta de sementes para produzir seus alimentos e artesanatos... Todos estes problemas associados diretamente à falta das terras e do território!

Tragicamente, nestes dias que antecedem as festividades do Natal de 2022, enquanto finalizamos nossa pesquisa, recebemos as notícias do assassinato da Nhandesy Estela Verá, do Povo Avá Guarani, de Yvy Katu, Iguatemi, mulher idosa de 67 anos, rezadora e defensora do seu território contra o agronegócio!

Enfim, está em curso, na humanidade, a atualização da brutalidade do capital sobre os territórios, sob o conceito de neo-expansionismo territorial capitalista, processo em que o grande capital, cego e sem limite, numa escalada global de violência e destruição, na busca agressiva de bens naturais e sociais, promove a expropriação por acumulação: toma territórios à custa da coerção econômica e da violência política; projeto este, em que o Estado, de caráter neoliberal expansionista, passa a ser um agente mediador dessa transação.

O dilema no sentido de se repensar o lugar das populações indígenas na sociedade brasileira tem se colocado, cada vez mais, para o conjunto da sociedade, graças ao processo de mobilização, de disputas, de lutas, de combates, denúncias, articulações dos próprios povos originários. As mobilizações, dentro dos territórios, mesmo em plena pandemia, não deixaram de acontecer, especialmente no sentido das barreiras sanitárias, do autocuidado, das formas de resistência nos territórios, inclusive, no de resolver os graves problemas da fome entre os Kaiowá Guarani.

Cabe pontuarmos que nosso tema de pesquisa é infundável e os resultados, limitados, dada a conjuntura do momento histórico. Nossas dificuldades ocorreram, principalmente, em virtude do advento da pandemia da COVID19, ocasião em que paralisamos todas as atividades presenciais por um período de 24 meses, o que interferiu diretamente nos trabalhos de campo.

A pandemia expôs ainda mais o papel do Estado - de regulador ou desregulador da economia - na medida das demandas dos mercados corporativos, nacionais e internacionais, tendo na burguesia nacional e mundial, diversos movimentos de alteração de legislações de acordo com seus interesses. As pautas econômicas neoliberais, tem encontrado no Brasil uma tendência à avançarem sobre direitos históricos, e passado uma falsa ideia de que somos uma economia pobre e para isso, a saída para a crise seria vender o patrimônio público, privatizar os bens e serviços, bem como diminuir os gastos com as áreas sociais como saúde e educação. O discurso preponderante de enxugar a máquina pública com diminuição de funcionários públicos é falso, na medida em que pesquisas apontam que no Brasil a cada 100 trabalhadores apenas 12,5 são servidores públicos, já a média dos países considerados ricos é de 21 servidores a cada 100 trabalhadores.

Está em curso um avassalador ataque aos territórios geográficos do Sul do Globo, como últimas reservas para expansão do capital. A busca das terras para produção de commodities e espoliação dos recursos minerais limitados cada vez mais escassos, tem produzido efeitos comparados à outros períodos da história da humanidade, em que verdadeiras guerras foram travadas por alimentos e territórios. Fazem parte desse modo de produção capitalista e suas estratégias atuais, o avanço da do agronegócio que na atualidade age em diversas frentes: privatização de bens públicos para abrir espaço ao capital internacional, diversas modalidades de transferência de terras públicas para empresas multinacionais, investimentos em grandes projetos de infraestrutura para as corporações, políticas de públicas de empréstimos e anistia de dívidas das elites agrárias e industriais, desregulamentação da legislação de proteção aos biomas que até então regulavam pactos entre governo e sociedade civil desde a Constituição Federal de 1988. Fazem parte do golpe das elites globais sobre os territórios, um conjunto de leis que abrem brechas para os ataques sobre populações indígenas, quilombolas, assentamentos camponeses, agricultores/as familiares tradicionais, pescadores/as, extrativistas e coletores/as, enfim, grupos que atualmente representam um empecilho para o avanço do capital.

Enquanto agoniza, o sistema capitalista promove o retorno de governos autoritários pela via eleitoral, demonstrando os medos e incertezas da população, o ideário fascista, além do desprezo pela ciência, pela preocupação ambiental e disseminador de informações manipuladas.

É também a falência do liberalismo como organização da política e da econômica, mesmo quando utilizado por governos de esquerda em gestões públicas numa feição mais preocupada com o bem-estar dos mais pobres.

O desmonte das políticas de proteção e controle ambiental, à liberalização das terras e no bojo destas, os projetos de privatização, em paralelo o sucateamento órgãos públicos que deveriam exercer o controle, provavelmente seja uma das áreas onde houve maior investimento a fim de dismantelar em função dos interesses do governo atual e das grandes empresas e bancos, dado ao interesse nas terras para produção de commodities e ao volume atual de recursos naturais ainda disponíveis no solo e subsolo brasileiro.

Convém pontuarmos também que muitos desafios permanecem, sobretudo em relação à compreensão das novas formas de assédio sobre as áreas das reservas e retomadas indígenas, sobretudo relativas ao tema do arrendamento de terras. Ao mesmo tempo, entendemos que o tema do arrendamento está relacionado à formas de acumulação de capital, que tem na cooptação e na tentativa de “amansamento” via religião, uma das suas táticas para continuar se perpetuando.

Destacamos que há necessidade de políticas públicas que resultem em programas estruturantes para recuperação ambiental de áreas degradada e incentivo às práticas agrícolas, a partir da própria prática da agricultura indígena, de tradição milenar. Neste processo, é fundamental projetos planejados a partir da realidade concreta de cada local, de seus limites e potencialidades, onde os povos originários sejam os protagonistas.

Neste sentido, o tema “Agroecologia”, como ciência e prática de comunidades quilombolas, camponesas, ribeirinhas, entre outras, constitui-se parte do elo de uma grande corrente que compreende a importância fundamental da aliança entre os grupos que compõe as classes trabalhadoras e expropriadas, para repensar o projeto de sociedade. Mais que respostas, será imprescindível pensar sobre quais matrizes a humanidade quer continuar existindo: O que comer? Porque? Da onde? Como produzir? Como distribuir? Quais impactos? Como decidir?

Agroecologia e Agricultura indígena tem como princípio os cuidados com a terra e com a Vida, e supera a visão de receituário para compreender que cada local é digno de uma investigação científica especializada, em que técnica e método caminham juntas, superando todas as formas de machismo, racismo, preconceitos, exploração.

Recomendamos, ao Estado brasileiro, que respeite o pacto constitucional de 1988, que deveria delimitar demarcar e regularizar todas as terras indígenas no prazo de cinco anos.

Além de ilegal, para com a própria lei maior do país, a morosidade do Estado brasileiro constitui uma imoralidade e uma perpetuação da concentração fundiária, em um país de dimensões continentais, e um dos com maiores concentração de terras do planeta.

Os povos indígenas são apenas 5% da população mundial e abrigam 80% da biodiversidade do planeta, estão em mais de 90 países, e representam mais de cinco mil culturas. O grito de alerta dos povos indígenas, do mundo inteiro, chama a atenção para que a geração, de aqui e agora, seja capaz de despertar para a necessidade de construir outro padrão civilizatório, baseado nos valores da relação respeitosa para com todos os seres humanos, animais e espirituais, e com respeito aos bens comuns, a economia de partilha, respeito à alteridade do Outro/Outra/Outrxs. E, quando ousam retomar suas terras tradicionais, trazem junto suas rezas e sons dos seus *mbaraká*, e sua ciência para a continuidade da sobrevivência da espécie humana!

A

ALARCON, D. F. **A Forma Retomada: contribuições para o estudo das retomadas de terras, a partir do caso Tupinambá da Serra do Padeiro.** Rev. RURIS, Vol. 7, n. 1, mar. 2013.

ALMEIDA, A. C. (2018). **Aspectos das políticas indigenistas no Brasil.** *Interações (Campo Grande)*, v. 19 (3), p. 611-626. 2018. Aspectos das políticas indigenistas no Brasil | Interações (Campo Grande)

AMARAL, A. L. Disputa judicial envolvendo a Terra Indígena Jaguari. In: **Conflitos de Direitos sobre as Terras Guarani Kaiowá no Estado do Mato Grosso do Sul.** Conselho Indigenistas Missionário - Regional MS, Comissão Pró Índio de São Paulo, Procuradoria Regional da República, 3ª Região – São Paulo: Palas Athena, 2000.

AOKI, C. **Paje vai - Feitiço entre os Ava Guarani e Paí Kaiowá.** In: GRUNBERG, F.P.; GRUNBERG, G., (Orgs). *Los Guaraní - persecución y resistencia. Pueblos indígenas del centro de América del Sur.* Quito: Ediciones Abya-Yala, 2014.

AZANHA, G. **O que é sustentabilidade para as sociedades indígenas?** Mimeo. 2003.

B

BATISTA, L. C. **Processo de organização do espaço agrário do Mato Grosso do Sul.** Cadernos de Formação. Aquidauna: Departamento de Geografia/CEUA; UFMS, 1995.

BENITES, E. Kokue: a roça Guarani e Kaiowá e as transformações impostas pelo sistema de reserva. P. 37-56. In: **Guarani e Kaiowá: modos de existir e produzir territórios.** Vol. I. Curitiba: APPIS, 2021.

BENITES, T. **Rojeroky hina roiike jevy tekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha.** Tese. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

BENITES, E.; PEREIRA, L.M. **Os conhecimentos dos guardiões dos modos de ser – teko jára, habitantes de patamares de existência tangíveis e intangíveis e a produção dos coletivos kaiowá e guarani.** Revista Tellus, Campo Grande, MS, ano 21, n. 44, p. 195-226, jan./abr.2021. <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/745/782>

BRAND, A. J. **O confinamento e seu impacto sobre os Pãi/Kaiowá.** Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica – PUC, 1993. 276 p. Dissertação (Mestrado em História).

_____. **A questão das terras indígenas, no MS.** I Encontro de pesquisadores junto às sociedades indígenas no Centro-Oeste. Campo Grande, 1996. 17 p.

_____. **O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da palavra.** Porto Alegre, 1998. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 382 p.

_____. **“Quando chegou esses que são nossos contrários”:** a ocupação espacial e o processo de confinamento dos Kaiowá/Guarani no Mato Grosso do Sul. Multitemas, Campo Grande, UCDB, n. 12, p. 21-51, nov. 1998.

BRANDÃO, C. R. **A pesquisa participante e a participação da pesquisa – um olhar entre tempos e espaços a partir da América Latina.** Mimeo, s/d.

BREA MONTEIRO, M. E. **Levantamento Histórico sobre os Índios Guarani**. Museu do Índio, Rio, 2003.

BROCHADO, J.P. **A expansão dos Tupi e da cerâmica da tradição policrômica amazônica**. Dédalo, São Paulo, 27: 5-82, 1989.

BUSCIOLI, L. D. **Impactos e Resistências no Processo de Assentamentos Federais São Judas, Margarida Alves, Sílvia Rodrigues e da Terra Indígena Laranjeira Nãnderu**. Revista Entre Lugares (UFGD), Dourados, 2020.

BUZATTO, C. C. **Integracionismo à vista: a violência contra os povos indígenas e o golpismo no Brasil**. Relatório de Violência contra os Povos Indígenas. Brasília: CIMI, 2016. https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2016-Cimi.pdf

C

CAVALCANTE, T. L. V. **“Lugar de índio não é na Reserva”**: Panambizinho e Panambi – Lagoa Rica: Da luta pela permanência à luta pela demarcação das terras indígenas. (e-book)/ São Leopoldo: Karywa, 2021

CIMI. **Relatório “Escravidão e Abandono”**, 1977. ¹
<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/OTD00039.pdf>

CHAMORRO, G. **História Kaiowá** - Das origens aos desafios contemporâneos. São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora, 2015.

CHIAVENATO, J. J. **A Guerra contra o Paraguai**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COLMAN, R.S. **Guarani Retã e Mobilidade Espacial Guarani: belas caminhadas e processos de expulsão no Território Guarani**. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas, 2015. 240p. Tese (Doutorado em Demografia).

CORTEZ, C. **A travessia do Rio dos Pássaros**: Ocupação da Gleba Santa Idalina em Ivinhema – MS. BH, 1985/ Cadernos CPT, ano 1, n. 2, agosto de 1982, Goiânia-GO.

CPT. **Relatório Conflitos no Campo** - 2021. Fonte: Comissão Pastoral da Terra - Conflitos no Campo, 2021.

CRESPE, A. C. **Mobilidade e temporalidade Kaiowá**: do tekoha à reserva, do tekoharã ao tekoha. 2015. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, MS, 2015.

D

DEPARIS, S. R. **União das Nações Indígenas (UNI)**: contribuições ao Movimento Indígena no Brasil (1980-1988). Dourados: Faculdade de Ciências Humanas - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados, 2007. 126 p. Dissertação (Mestrado em História).

E

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade e do Estado**. São Paulo, Civilização Brasileira (9ª edição), 1984.

ENGELS, F; MARX, K. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

F

- FAUSTO, C. **Os índios antes do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.
- FALS BORDA, O. **Historia Doble de la Costa**. Bogotá: Carlos Valencia Editores, 1981.
- FERNANDES, F. R. **Cidadanização e etnogênese no Brasil**: apontamentos a uma reflexão sobre a emergência das políticas sociais dos povos indígenas na segunda metade do século XX. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 31, n. 63, p. 71-88, jan/abr., 2018.
- FEITOSA, S. F. **Perspectivas Éticas Indígenas**. Cátedra UNESCO de Bioética da UnB. 2015.
- FERREIRA, E.M. L. **A participação dos Índios Kaiowá e Guaraní como trabalhadores nos ervais da Companhia Matte Larangeira (1902-1952)**. Dourados: Faculdade de Ciências Humanas - UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados, 2007. 111 p. Dissertação (Mestrado em História).
- FIAN,/CIMI. **Relatório sobre Direito Humano à Alimentação Adequada**. 2016.
- FREIRE, P. **Criando métodos de pesquisa alternativa**. In: BRANDÃO, C. R. (Org). *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FERRI, L. S. **A política indigenista da ditadura militar brasileira e a representação do deputado Mario Juruna**. São Carlos: Pedro e João, 2021.

G

- GAJARDO, M. **Pesquisa Participante na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- GRUNBERG, F.P.; GRUNBERG, G., (Orgs). **Los Guaraní - persecución y resistencia**. Pueblos indígenas del centro de América del Sur. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2014.

H

- HARVEY, D. **A teoria marxista do Estado** (Capítulo III). *A produção capitalista do Estado*. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2005.

I

- IANNI, O. 1996. Introdução. In: **Marx, K. Sociologia**. (Coleção Grandes Cientistas Sociais). São Paulo: Ática, 1980.

J

- JOÃO, I. **JAKAIRA REKO NHEYPYRŪ MARANGATU MBORAHÉI: ORIGEM E FUNDAMENTOS DO CANTO RITUAL JEROSY PUKU ENTRE OS KAIOWÁ DE PANAMBI, PANAMBIZINHO E SUCURI'Y, MATO GROSSO DO SUL**. Dourados: Faculdade de Ciências Humanas - UFGD –Universidade Federal da Grande Dourados, 2011. 119 p. Dissertação (Mestrado em História).

K

- KASHIMOTO E. M.; MARTINS G. R. **Arqueologia e Paleambiente do Rio Paraná em Mato Grosso do Sul**. Life Editora, Campo Grande, 2009.
- KOPENAWA, D.; BRUCE, A., **A queda do céu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- KRENAK, A. **Idéias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

L

LACERDA, R. **Povos Indígenas: A longa marcha pelo reconhecimento da humanidade roubada.** SIDOW, E; MENDONÇA, M. L. (Orgs.). Direitos Humanos no Brasil, 2009. **Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.** 1a ed. São Paulo: 2009, p. 95- 104.

LEHNER, B. Territorialidad guarani. In: GRUNBERG, F.P.; GRUNBERG, G., (Orgs). **Los Guaraní** - persecución y resistencia. Pueblos indígenas del centro de América del Sur. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2014.

LIBÂNIO, P.; BESSA FREIRE, J.R. **Rondon, o Brasil dos sertões e o projeto de nação.** In: ROCHA FREIRE, C. A. Memória do SPI – Textos, imagens, e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Museu do Índio-FUNAI, Rio de Janeiro, 2011.

LIMA, N. F. ; SANGALLI, A.; RODRIGUES, T. R. Hábitos alimentares na Comunidade Indígena Te'yikue, Caarapó-MS. In: **Tekohá Ka'aguy – Diálogos entre saberes Guarani e Kaiowá e o ensino de Ciências da Natureza.** SANGALLI, A. Et all. Jundiá: Paco Editorial, 2017. p. 209-222.

LEMONS, José de Jesus Sousa. **Mapa da exclusão social no Brasil:** radiografia de um país assimetricamente pobre. 2.ed. rev. atual. Fortaleza, Ceará: Banco do Nordeste do Brasil, 475 p, 2008.

M

MARÉS DE SOUZA FILHO, A. C. Marco Temporal, marca do atraso. 2021. <https://cimi.org.br/2021/07/marco-temporal-marca-do-atraso/>. Acesso: 10/11/2022.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra.** São Paulo: Hucitec, 2004.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso.** Ensaios de Sociologia de História lenta. EditoraHucitec. São Paulo, 1994.

MONBIOT, J. **A fascinante comida pós agro e seus incômodos.** 2020. <https://racismoambiental.net.br/2020/01/11/a-fascinante-comida-pos-agro-e-seus-incomodos-por-george-monbiot/>. Acesso: 19/11/2022.

MONCAU, J. ; PIMENTEL, S. **Revista Caros amigos Especial.** Resistência e Genocídio dos Índios no Brasil, 2010.

MELIÀ, B. **Camino Guarani – Guarani rape.** Desde lejos venimos, hacia más lejos caminamos. Assunción, Centro de Estudios Paraguayos –Antonio Guaschll, 2016.

MENDONÇA, M.L. **Modo Capitalista de Produção e a Agricultura:** a construção do Conceito de Agronegócio. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 2013.

BREA MONTEIRO, M. E. **Levantamento Histórico sobre índios Guarani Kaiowá.** Rio de Janeiro: Museu do Índio/FUNAI, 2003.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em Geografia:** ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2008.

MORENO, C. **Economia Verde:** uma nova forma de acumulação primitiva. In: *DILGER, G.; LANG, M.; FILHO, J. P. (Orgs). Descolonizar o imaginário: Debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento.* São Paulo: Rosa Luxemburgo, 2016

N

NASCIMENTO, S. Colonialidade do Poder no Direito e Povos Indígenas na América Latina: as faces da subordinação/dominação jurídica frente ao direito de retorno às terras ancestrais dos

povos indígenas Kaiowá do Tekohá Laranjeira Ñande' Rú no Brasil e Mapuche do Lof Temucuicui no Chile. Brasília: Instituto de Ciências Sociais – UnB - Universidade de Brasília, 2016. 516 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais).

NOELLI, F. **Arqueologia dos Povos do Sul**. Revista USP, São Paulo, no 44, p. 218-269, dezembro/fevereiro 1999-2000.

NOELLI, F. **A ocupação humana na região sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas 1872- 2000**. Revista USP. São Paulo, n. 44, p. 218-269, 1999-2000.

NOELLI, F. S. **Sem Tekohá não há Tekó** (Em Busca de um Modelo Etnoarqueológico da Aldeia e da Subsistência Guarani e sua Aplicação a uma Área de Domínio no Delta do Rio Jacuí - RS). Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS. 1993.

O

OLIVEIRA, L. F. **Povos Indígenas: processos de desterritorialização e resistência nas terras sulmatogrossenses**. In: MIZUSAKI, M. Y.; ROMA, C.M.; VIEIRA, A. B. (Orgs.) *Questão Agrária e Práxis Social no Século XXI – impasses, desafios e perspectivas*. Curitiba: Editora CRV, 2021. **A mundialização da agricultura brasileira**. XII Colóquio Internacional de Geocrítica. Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia, 2012.

P

PAULETTI, Maucir et al. Povo Guarani e Kaiowá: uma história de luta pela terra no Estado de Mato Grosso do Sul. In: CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO REGIONAL MATO GROSSO DO SUL (org.) et al. **Conflito de direitos sobre as terras Guarani Kaiowá no estado do Mato Grosso do Sul**. São Paulo: Palas Atenas, 2000. p 45–92.

PEDRO, G. B. **Ore Rekohaty (Espaço de pertencimento, lugar que não se perde): Do esbulho das terras à resistência do modo de ser dos Kaiowá da Terra Indígena Panambi-Lagoa Rica em Douradina MS (1943-2019)**. Dourados: Faculdade de Ciências Humanas - UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados, 2020. 155 p. Dissertação (Mestrado em História)

PERALTA, A. **Tecnologias Espirituais: Reza, Roça, e Sustentabilidade entre os Kaiowá e Guarani**. Dourados: Faculdade Intercultural Indígena- UFGD- Universidade Federal da Grande Dourados, 2022. 89 p. Dissertação (Mestrado em Educação e Territorialidade).

PEREIRA DE QUEIROZ, M.I. (1988) - **Relatos Oraís: Do Indizível ao Dizível**. In: von Simon, O.M. (org.) - *Experimentos com História de Vida (Itália-Brasil)*. São Paulo: Vértice.

PEREIRA, L. M. **Os Kaiowá em Mato Grosso do Sul - módulos organizacionais e humanização do espaço habitado**. Dourados: UFGD Editora, 2016.

PEREIRA, L. I. **As territorialidades da estrangeirização da terra no Nordeste brasileiro**. Revista GeoNordeste, São Cristovão, Ano XXXII, n. 1, jan/jun 2021. p. 6-26.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **Festa e guerra**. 2015. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PINA, J.C.; BALBINO, V.A.; HOFF, S. **História e ocupação do Município de Caarapó, Mato Grosso do Sul**. HOFF S.; ALVES, G.L. (Orgs.). Mato Grosso do Sul: estudos sobre ocupação do espaço regional. Londrina: UNOPAR Editora, 2018, p. 22-37.

PINHEIRO MACHADO, L. C.; PINHEIRO MACHADO FILHO, L. C. **A Dialética da A groecologia – Contribuição Para Um Mundo Com Alimentos Sem Veneno**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PREZIA, B. (org.). **Caminhando na luta e na esperança – retrospectiva dos últimos 60 anos**

da Pastoral Indigenista e dos 30 anos do CIMI. São Paulo: Loyola, 2003.

PROCHNOW, M.; CAMPINILI, M. **Mata Atlântica** - uma Rede pela Floresta. Brasília: RMA Rede de Ongs da Mata Atlântica, 2006.

PORTO GONÇALVES, C. W. **Geografia da riqueza, fome e meio ambiente**: pequena contribuição crítica ao modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. Revista Inter Thesis – Revista Internacional e Interdisciplinar – PPGICH – UFSC, 2004.

Q

QUEIROZ, M. I. P. **Relatos Orais: do “indizível” ao “dizível”**. In: Pesquisa em Ciências Sociais: Olhares de Maria Izaura Pereira de Queiroz. São Paulo: 2008.

R

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RELATÓRIO FIGUEIREDO. 1967. Disponível em:

<https://midia.mpf.mp.br/6ccr/relatorio-figueiredo/relatorio-figueiredo.pdf>. Acesso: 24 mai. 2022.

RODRIGUES, M. G.S. UEL. **Ações e práticas do SPI descritos no Relatório Figueiredo**. 2017.

S

SANTOS, A. S.; AMADO, L. H. E.; PASCA, D. **“É muita terra pra pouco índio”?** Ou muita terra nas mãos de poucos? Conflitos fundiários no Mato Grosso do Sul. Instituto Socio Ambiental – ISA. 2021.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, L. M. da; ARAUJO SANTOS, T. Poder oligárquico, questão agrária e função legislativa no território sul-mato-grossense. **Revista Campo-Território**, Uberlândia-MG, v. 17, n. 44 Abr., p. 253–277, 2022. DOI: 10.14393/RCT174411. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/63704>. Acesso em: 15 dez. 2022.

SILVA, J. A. F. **Os Kaiowá e a Ideologia dos Projetos Econômicos**. Campinas: Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas, 1982. 146 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais).

SILVA, M. A. **O movimento dos Guarani e Kaiowá de reocupação e recuperação de seus territórios em Mato Grosso do Sul e a participação do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) 1978-2001**. Dourados: Departamento de História - UFMS – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, 2005. 215p. Dissertação (Mestrado em História).

SILVEIRA, N. H. **Imagens de abundância e escassez: comida guarani e transformações na contemporaneidade**. Tese. Programa de Pós Graduação em Antropologia da UFSC. 2011.

SEVERO, C. G. **A invenção colonial das línguas na América**. Alfa, Revista linguística. (São José do Rio Preto). Vol. 60, n. 1, São Paulo jan/abr 2016.

SCHADEN, E. **Aspectos fundamentais da Cultura Guarani**. São Paulo: EDUSP, 1974.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente**. São Paulo: Gala, 2003.

SOUZA, J. M. **Etnografia das crianças Kaiowá da Aldeia Laranjeira Ñanderu**: A importância do território para as práticas culturais. Dourados: Faculdade de Ciências Humanas – UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados, 2017. 139 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia).

T

THOMAZ JUNIOR, A. O agrohídronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI . **Revista Campo-Território**, Uberlândia-MG, v. 5, n. 10 Ago., p. 92–122, 2010. DOI: 10.14393/RCT51012042. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12042>. Acesso em: 16 dez. 2022.

TODOROV, T. **La memoria amenazada**. 2000. La memoria amenazada

V

VARELLA, F. F. **Robert Southey, William Robertson e a teoria dos quatro estágios na construção da macronarrativa da história dos autóctones americanos**

rev. hist. (São Paulo), n. 175, P. 349-384, jul.dez., 2016 <http://dx.doi.org/10.11606/ISSN.2316-9141.rh.2016>.

V

VIETTA, K. **Histórias territoriais: a privatização das terras kaiowa como estratégia para a guarnição da fronteira brasileira e outras histórias**. Espaço Ameríndio, Porto Alegre, v7, n. 2, p. 26-63, jul/dez. 2013.

VIETTA, K. **Histórias sobre terras e xamãs kaiowa: territorialidade e organização social na perspectiva dos Kaiowa de Panambizinho (Dourados, MS) após 170 anos de exploração e povoamento não indígena da faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP – Universidade de São Paulo, 2007, 111p. Tese (Doutorado em Antropologia Social).

VIVAS, E. **O negócio da comida: Quem controla nossa alimentação?** São Paulo: Expressão Popular, 2017.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Involuntários da Pátria** – elogio ao subdesenvolvimento. Caderno de Leituras - Série Intempestiva, n. 65, 2016.

Z

ZIEGLER, J. **Destruição em Massa** – Geopolítica da Fome. São Paulo: Cortez, 2013.

ANEXOS

Anexo 1: Carta da Comunidade sobre perda de bebê de 8 meses (03/05/2008)

LORANJEIRA N'áderú Reserva Indígena Município de Rio Brilhante

PAI PLÁCIDO VILHALVO do - FALICIDA

MAI MARLENE ALFREDO MARTINS do FALICIDA

FALICIDA CHAMA: MARIANA MARTINS VILHALVA

ADOLENTEU DIA 24 MARÇO PRIMEIRO ELA PEGOU DOENÇA COMU
DIARRÉIA É FEBRE. SÓ QUE SI ANGENTE NÃO MEDICA CONPRICA
POR QUE A CRIANÇA NÃO ANQUENTA QUALQUE DOENÇA COMU

dia 24 de MARÇO NÓS CHAMAMOS A FUNASA O FAZENDEIRO
RAUL PROTUGUI NÃO DEIXOU ENTRAR PARA LEVAR A CRIANÇA
A CRIANÇA NÃO ANQUENTOU POR QUE ELA TEM SÓ 8 MÊS
AI A MAI MARLENE ALFREDO MARTINS. PEGOU A CRIANÇA PARA PODE LAVA
PARA OS PITAL. ESSE JA É DIA 27 de MARÇO

AI O SEGURANÇA MANDOU VOLTA A MÃI COM CRIANÇA DOENTI
AI A CRIANÇA FICOU MAIS RUIN. AI A MAI MARLENE TENTOU ~~futura~~
~~futura~~ futura do SEGURANÇA
do PROTUGUI

PARA PODE PEGA O TAXI de RIO BRILHANTE
PARA LEVA A CRIANÇA DOENTI MARIANA PARA OS PITAL
QUANDO A CRIANÇA CHEGOU NO OS PITAL JA CHEGOU UATIMO
AI JA MEDICOU A CRIANÇA JA MIDICOU DIA 29 de MARÇO
A CRIANÇA NÃO ANQUENTOU MAIS. ELA FALHEU 31 de MARÇO
AS 10 HORA DA NOITE.

ESSE CRIANÇA MORREU POR CAUSA DO FAZENDEIRO RAUL DOS NEVES
POR QUE ELE FECHOU PORTÃO PARA NÃO ENTRA NINGUE. POR ISSO MORREU
A CRIANÇA.

Anexo 2: Carta da Comunidade sobre perda de crianças de 7 anos (sem data)

O Pequeno fantuiz morreu da Doença de
Pneumonia


Na Aldeia Laranjeira Nhamdi. R. Municipio de Rio
Brilhante.

faleceu menino de 7 anos chama fantuiz Jorge Almeida
foi Interado na fazenda Santo Antonio no dia 31 de
julho de 2008 todos Comunidade Simtio muito com
Interro do menino fantuiz isso como sera vai fica
o Interro do pequeno fantuiz o fazendeiro vai
aqui com sentesa o Interro do pequeno fantuiz vai em
contrada pelo fazendeiro e a i como vai fica si
- Alquem não tomar providência e que que vai aconte
única coisa o fazendeiro vai fazer o geima caído
com o Interro do pequeno fantuiz eu tento sentesa
que absoluta o fazendeiro vai tentar de todos jeito
com Interro do pequeno do fantuiz Para que o
menino não e cachorro Para jogar qual que jeito
o sepultura do pequeno fantuiz si o fazendeiro meche
o Interro do pequeno do fantuiz mas maro entrar
na justiça Por que o menino fantuiz não morreu
só. simho. nois chamou abulancia do funasa Para
tocarre avida do pequeno fantuiz mas infilimento
não tem jeito. Porque José Raul das neves o fazendeiro
e o dono da fazenda INHO o Dono da fazenda
José Raul das Neves mandou interditar o aceso
Para não entrar ninguém. Porisso o Pequeno fantuiz
morreu em quando a mãe do menino procurou
feito Para levar Para Hospital ja e 9h da noite ai
liquem de Novo Para funasa o funasa o motorista falou
Da o jeito Para trazer ate no Pantão o Pantão fica
masemeno as 3 quilometro ai jogou o xario 11 h da noite
o Pequeno fantuiz ficou cada vei mai reuim quando
jogou no Par Tão ceitado Pequeno fantuiz não Resitumai
o Pequeno fantuiz ja jogou morto Passo Tempo de salvar
do Pequeno fantuiz Por que ja e 12 h da noite a i

Anexo 3: Carta da Comunidade cobrando criação de GT (24/09/2009).

Pra Gente Sabe bem melhor o Nosso Tekorra de Laranjeira Nhande'Rú. Porque nois sabemos bem o Nosso Tekorra de Laranjeira Nhande'Rú. esse Tekorra e dos mais ANTIGO Aldeia dos Indígena Aqui no Tekorra de Laranjeira morreu Indígena muito morreu Quando Na queda é puca Sairam CONFLITO com Portugueses e com Espanhou e a qui morreu Na quele Tempo morreu Tambem meu Tataravó CHAMA: CHIRURACU, junto morreu Joaquin Portoco de Lima e Tam mais Aqui nesse Lugar de Tekorra de Laranjeira Nhande'Rú morreu muito mesmo. Por isso Todos no Morador da Aldeia de Laranjeira Nhande'Rú pedi o estudo Rapido Pusiveis do Estudo dos GT Pra Poder Todos nos Pra Saber Tanto fazendeiro Tanto Indígena vai saber a área Lidades qual e vai Ser Reserva Indígena de Kamia. qual area Não vai sair Reserva Indígena. e Tam bem Guato E.T.O de Terra vai Ser da Reserva Indígena. Todos isso no vamo Sabe Atraves dos Estudos do Antropologo

Porque si espera si Demora a vinda do Grupo de GT o que que vai acontecer de Nosso Comunidade Por que o fazendeiro Cada veis Amiasa com Papel nos comprimo a orde da justiça Todo nos Comunidade Indígena. ja que o fazendeiro Não que Deiga nois quieto Nesse Lugar. Nois saimo dentro da fazenda a sin mesmo o fazendeiro sempre da Aquele Amiasa de Nosso Comunidade. o que que Tafaltano Para fazendeiro Agora Pra nois Tafaltano só estudo do Antropologo de nossa Tekorra de Laranjeiro de Nhande'Rú só isso Pra nois esta faltamo.

Rio Brilhante 24/09/2009
Josi Barbosa de Almeida 

Anexo 4: Carta da comunidade denunciando a situação de violência

acampamento de Laranjeira Nhande rú
do Município de Rio Builhanes MS

Reivindicamos um Documento de formação de acontecimentos Todos no Barraca dos Indígena Kaiowá na margem do BR 163 quilômetros 12 relatamos Todos o que acontecimentos no Campos do Comunidades Indígena de Kaiowá Morador no a campamento de Laranjeira Nhande rú Todos nós sabemos muito bem Por que que o Campos Indígena está acampam na beira na margem do BR 163 Por causa de que é Por causa da Ordem da Juiza Como a Juiza não sabem muito bem Por que. essa área era ANTIGA Aldeia dos Índios dos Kaiowá Porisso esse Campos Indígena Kaiowá é Todos endeiro do que morava nessa área ANTIGA Aldeia de Laranjeira Nhande rú Porisso esse Campos é Todos é endeiro do que moravam nessa área de Laranjeira de Nhande rú Então como a Juiza não sabem o Istória da Aldeia de Mais ANTIGA de Laranjeira Nhande rú a Juiza deu uma sentença contra dos Índios é deu a favorada a favor do fazendeiro. Só que o fazendeiro principalmente José Raul das Neves o dono na fazenda Inho esse fazendeiro não que o bedecer a Ordem da justiça Ele que se mais da justiça é ai Todos nós estamos pensando Sena que esse Português-se está brincando com a Ordem da justiça A NÃO justiça Toma a Tituli dele Para Aprende o Lição da justiça Tá. Como Para nós o que a justiça falou Para esse Campos dos Indígena está Todos Compridos o que a justiça foi falado Para esse Campos dos Indígena Para não entrarem sem a Ordem da justiça. Sena que o fazendeiro não sabem isso Sena que não intendeu isso a Lei da justiça A NÃO VAMO Para com isso. Porisso esse Grupo falou Sena que só nós sabem Respeitar A Lei do Branco. Porisso até hoje nós não Pensa entrarem sem Ordem da justiça Porisso Todos nós não Pensa nei entrarem dentro da fazenda e nei onde nós morava é nei nós mechemos a coisa da fazenda. Sena que só os Índios sabem Respeita é Comprir a Ordem da Lei da justiça do Branco. Porisso o Branco não sabem Respeitar até a Nossa Direito o Nosso CONSTITUIÇÃO dos Índios federal esse é o Nosso Direito não foi Respeitados até hoje. Porisso como Próprio até o direito deles ele não sabem Respeitar é Não sabem Comprir Próprio a Ordem da justiça o fazendeiro que Sen mais do que a Ordem da justiça. Porisso até hoje o fazendeiro mandou e deu Ordem Para Po Segurança Para da o Tiro da fogueite Pada o Tiro da revolverem foco de fogo de Silinbrim toda ANOITE. esse não é de de hoje Deide que nós moramos aqui na Margem da estrada BR 163 isso quando a justiça vai avisar Para Po fazendeiro o que que ele vai falar A NÃO o meu Segurança não temem Nada contra os Indígena esse Puro metim está comtando Para voceise sempre Favore se Para Po Segurança Porisso sempre o Segurança fai coisa ruim No Indígena de poi cabe Puro mesmo. Sena que o Segurança não Pode Paçar o que ele Cometeu. esse é o Nosso Pergunta.

Anexo 5: Carta da Comunidade denunciando a violência e cobrando agilidade (18/03/2010).

acampamento dos Indígena de Laranjeira Nhande'ruí
Município do Rio Brilhante MS
18 de março de 2010. Lider. José Barbosa de Almeida
Declarou este Documento

Porque agora não tem mais jeito esperar porque o tempo já
a cabou. Então esse Cnupos Indígena morador no acampamento
de Laranjeira Nhande'ruí. já resorveu para entra de novos
dentro da área de Laranjeira Nhande'ruí. Porque OMÊS que deu já
desgoiou. Por que Próprio Delegado do Polícia Federal de Dourados
O Ser. Paulo. falou no dia do Despejo dos Indígena morador na Antiga
Aldia de Laranjeira Nhande'ruí. Próprio ele mesmos falou para essa
Comunidade Indígena assim vocês vai sai da qui. Só que vocês
vais fica só 90 dia a qui na beira do BR 163. esse foi no dia 11
de Setembro de 2009 as 14 hora da Tarde a sexta feira. e falou
para Todos Comunidade assim aié Lá já posso resorver o Poblema das
terra de vocês. ai Todos vocês já passo munda de novos Próprio na
sua área de novos. mas infelizmente aié agora não foi resorvido ainda
o questão de nossa Terra. O que que está faltando o Tempo Não o
Tempos nós já demos e ai ainda nós demos o Tempo dobrados. Será que
com Todos isso o Tempo não foi Suficiente para resorver a Parada o
questão de nossa Terra. Então agora não tem mais jeito esperar o Nosso
Esperança a cabou. ainda nós demos mais 30 dia mais agora si pasam
esse Tempos não tem mais esperar porque esse Tempo aié no dia 8 de
abril. Depois no dia 8 de abril ai não tem mais nem hora e nem o dia
ai vai acontece mesmos um neTomada. Só que o dia nós não sabem
mas esse vais acontecen mesmo qualque hora. esse é de pois no dia
8 de abril. fica antentos e já foi avisado já o Comunidade vais
retomar a sua área de novos de Laranjeira Nhande'ruí. Com 1000
Pessoa vai vim Tereno Caquel Guajajara do Maranhão MR e junto
com kaiowá e Guarani. agora esta veis vai acontecen mais de dois
Lados si segurança do fazendeiro mais um Indio o Segurança Tam bem

Anexo 6: Carta da Comunidade cobrando solução (21/03/2011).

Aldeia dos Indígena de Laranjeira
Município de Rio Brillhante MS
21/03/11
Nhande'ru

PHM-URS-MS 1463/11
Data: 26/03/11

os povos desse Acampamento dos Indígena um grupos dos Indígena. Kaiowá e Guarani está cansados di esperar a vinda de reconhecimento da nossa terra da área da Aldeia de Laranjeira Nhande'ru. Por que Todos Aitoridades Compeniente já passou Pura qui da Nossa Acampamento dos Indígena. Pura qui de Nossa acampamento já i Tam bém um grupos de Comissão do Direito Humano. Depois outro Comissão Tam bém já pasou aqui de Nossa Acampamento dos Indígena de Laranjeira Nhande'ru. É o grupos dos Bispo Católica de São Paulo e de Rio De Janeiro e do Brasília depois jegou outro Comissão do Direito Humano Doutor Dercirio de Brasília esse o Direito Humano Discutiü bém da Nossa frente do Comunidade Indígena morador no Acampamento dos Indígena Pala respeito de Nossa Terra Tradicional Com Ministério Público federal de Dourados Com Doutor Marco Antonio Procurador federal de Mato Grosso do Sul. Esse o Discutimentos o Direito Humano com Ministério Público federal de Dourados de Mato Grosso do Sul. O Resposta Todos Indígena morador no Acampamento de Laranjeira Nhande'ru. está Esperandos Mäs até Hoje não jegou. Por que Muitos Aitoridade Compeniente Prometeu Para ao morador do Acampamento dos Indígena de Laranjeira Nhande'ru Mäs Nei um Lapromesa do Aitoridades Compeniente jegou Para sua Comunidade Indígena. Para Resorver o Poblema do questão da Terra dos Indígena. Por que quando jegu Todos Aitoridade Compeniente de Nosso Acampamento dos Indígena. Sempre fala Com Coisa boa Mesmos Nois Vamos Resorver o Poblema de Vocês Para Pode Vocês Munda Logos dentro da Sua Área Tradicional Por que Lá é o Seu Lugar sempre fãta esse Palavra Todos Nois ágriditas é esperandos essa Palavra. Ai nós estamos 1 anos é 7 Mês Mäs Nada aconteceu. Então Comos Nada aconteceu até Hoje ai esse Comunidade Indígena Kaiowá e Guarani já Resorveu é já Levantou a cabeça i falou Todos eles Pücha já Pasou Pura qui Varios Aitoridade Compenientã Mäs Não Resorveu o Nosso Poblema de Nossa Terra. o que que nos Poço faser agora Si todos Nois Levantar é olha no Lados Positivos é só faser Retomada de Nossa Terra ai Todos esse Comunidade Indígena Kaiowá e Guarani falou assim Eu acho só assim vai Resorver o Nosso Poblema de outro jeito Não tem saída. é só assim Nois Vamos apurar o Portaria de reconhecimento de Nossa Crea da Aldeia de Laranjeira Nhande'ru.

Anexo 7: Carta da Comunidade contestando a propriedade privada das terras, contando a história e reivindicando o direito ao cuidado e recuperação do território (25/03/2011).

Aldeia dos Indígenas Laranjeira Nhande'ru
Município de Rio Brilhante MS

esse Aldeia dos Indígena de Laranjeira Nhande'ru já isistiu deida de 1910 até no anos de 1922. di 1910 até no anos de 1922 a qui dentro da Nossa Confinamentos dos Indígena não isistiu nei um fazendeiro MORAM a qui dentro de Nossa Confinamentos dos Indígena de Laranjeira Nhande'ru Na quela Epúca o Morador Indígena TINHA MUITO MESMO a qui dentro da Aldeia dos Indígena MORAVAM CHEIO Indígena dentro da Aldeia de Laranjeira Nhande'ru SÓ INTIA Kaiowá e Guarani. Essa Aldeia dos Indígena Hoje Pega Todos a fazenda Santo Antonio boa Esperança esse fazenda está dentro da Aldeia dos Indíos. esse o3 fazenda Pegou cheio as Terra dos Indíos e Jáo Primeiro Pega Todos da Região da fazenda Santo Antonio boa esperanças a Segunda fazenda Pega todos também da Região da fazenda INHO a Terceira fazenda Também Pega Todos da Região da fazenda Brunel. Então esse Todos Comunidade Indígena de Laranjeira Nhande'ru sabem muito bém. onde Era Aldeia dos Indígena Mais Com Pupuoso Indígena INTIA Kaiowá e Guarani. Então Poriso Todos esse Comunidade Indígena Veio Para ocupar de Novas da SUA Grea dos Indígena. Porque essa Grea dos Indígena não apareceu SÓ Hoje essa Grea já é Grea MUITA antiga mesmos dos Indígena Nesse Lugar. Todos fazenda que está Nesse Lugar esse fazenda está dentro da Grea dos Indíos de Laranjeira Nhande'ru. Por que Todos fazenda pegou depois dos Indígena Então esse Todas Mois, sabem muito bém. Poriso essa Grea não é do fazendeiro br que essa Grea da terra Tem Odonos e Também Tem Endeiro dessa Terra Todos Erdeiro desse é o Primeira que Morou Nesse Lugar. Nesse Lugar quem Morou Primeiro é foi os Indígena Nesse Lugar Era Nequela Epúca já é esse Lugar Aldeia dos Indígena Laranjeira Nhande'ru. esse NOME até Hoje isiste. Primeiro isistiu esse NOME quando Era ainda esse Lugar Era Município de Campo Grande. Depois esse Lugar Pasou Para Município de Rio Brilhante Mas esse NOME da Aldeia dos Indígena Laranjeira Nhande'ru não MUNDou CONTINUA o mesmo NOME Laranjeira Nhande'ru Aldeia dos Indígena. esse que o NOME ORIGINAL MESMO não Pode Munda Pode Munda Todo o NOME do Município Mas o NOME da Aldeia dos Indígena não Munda CONTINUA Sempre a mesma NOME. então Poriso Todos Morador Nessa Acampamento Sempre reclama Para APToridade Quando Jega de Nosso Acampamento sempre fala esse 3 fazenda Invadiu de Nosso Grea da Aldeia dos Indígena.

Por que esse grupo dos Indígena veio para Retoma de Novos Área da Aldeia dos Indígena mais antiga. Por que esse grupo Todos Indígena é ERDEIRO dessa Área da Aldeia dos Indígena de Laranjeira Nhande'nú. Por que Pura qui o nosso Antepassados dentro de NOSSA Área Eles andavam Moravam juntos com o nosso vovôs e Também com o nosso CHAMANÍSTICO. Por que essa Área dos Indígena não é só Moradia esse Lugar é Área da Aldeia dos Indígena de Laranjeira Nhande'nú. É Era Aldeia dos Indígena Mesmos. Si o Próprio fazendeiro sabe Respeitar a Área dos Indígena Na aquelas Épica até Hoje estaria Aldeia dos Indígena de Laranjeira Nhande'nú. Com bastantes Morador Indígena dentro da Aldeia dos Indígena. Mas Infilimérios não foi Respeitados com grupos dos fazendeiro esse grupo jogou com bastante Ira e Também com bastante im Porvalcidos do Arma de fogos. INão Pença no Futuros o que que Vai acontecer no Futuros com Eles Por que no Passados Você Pode fazer Todos Muita coisas O Rorosa dentro do seu Estados ou no Outro Estados. Mas a Senguença Você não Sabem como vai ser o Tamanho Pra Você Paqar Por que Depois Você não Pode Reclamar. Por que Hoje a Justiça Olha Mais no Lados Positivos Si Você está dentro do Direito Próprio a Justiça Reconhece o seu Direito e da sua Ração.

Então Poriso esse Comunidade Indígena Resorveu Para Retoma a Área dos Indígena. Por que essa Terra dos Indígena está Morreno Pra não Morre Todos O Restos de uma veis os Comunidade Indígena Resorveu retoma O Restos que Sobrou. O Restos do Nosso Mató Nativos O Restos de Nosso bixo O Restos de Nosso Agua Nacente O Restos de Nosso Lagos O Restos Campos O Restos e Nosso Remedio Naturalis O Restos o que Sobrou. Vi o que Sobrou vai ser Recuperados Pelos o Donos Nessa Área Por que Todos Indígena é Preservado do Meio Abiente. Poriso o que Sobrou vai ser Salvas pelo grupo dos Indígena Por que Nesse Lugar onde Era Aldeia dos Indígena já e está Morrendo as Terra. Por que Grande Negócio que está Matando as Terra dos Indígena Por que esse Grande Negócio Joga Muitos agro Toxico e cima na Terra dos Indígena. e não só ISSO Joga agro Toxico tam bém na beira do Rio na beira do Corrego na beira do Lagos. Vi o que que acontece com Peixe. Peixe Morre Niquem Toma Providencia com a vida do Peixe do Rio Peixe do Lagos Peixe do Corregos. Então Poriso esse Comunidade Resorveu Para Retoma de Novos Área dos Indígena Pra Pode Vives Todos Tranqüilos. bixo Peixe Mató Passaro e outro animais que Vives dentro da Área dos Indígena. Ajuda esse Comunidade Indígena Para Conquista de Novos essa Área da Aldeia dos Indígena de Laranjeira Nhande'nú.

Por que essa Área não foi Comprados essa Área dos Indígena ^{fez}
Tomados na Ponta da Arma fio Assim Para Tomar as Terra da Aldeia
dos Indígena. Ai depois O fazendeiro Pegou as Terra dos Indígena o que
que fei com as Terra dos Indígena esse fazendeiro foi até no Cartorio
Para grilhar a Terra dos Indígena. Pra Poda. fica as Terra dos Indígena
Comos Área Particular Privadas isso é uma grande vergonha Para Outro
País Isso já foi Denunciados já agora a Justiça Brasileira Tem que
da Seu Filhos Para Defender o Direito da Terra dos Indígena. Por que na
quela Época não tinha Justiça Para defende as Terra dos Indígena Por
que esse foi no anos de 1926. Ai essa Área da Aldeia o que foi Tomado
dos Indígena ficou Todos na Mão do fazendeiro Todos a Área dos Indígena
Isso si for agora não está Dentro na regra da Lei. Então Como agora
já Tem a Justiça Para Defender as Terra dos Indígena. Então esse
comunidade Indígena Kaiowá é Guarani está Perguntando Para ao
Justiça qual é que Tem Mais Direito nesse Pontos Seraque os Indígena
ou grilheiro da Terra dos Indígena. Nesse Pontos Tem que fica uma
dentro do Direitos quem ficou dentro do Direito Tem que explica Por que
que eles Tem Direito. Porcentpos os Indígena Nesse Pontos Por que os Índios
não grilhou as Terra Pra Ser Aldeia dos Indígena. Por que Todos Índios
já é o Primeiro Povos Nativos Mesmo Nesse Lugar na Área da Aldeia
de Laranjeira Nhande'ru. Ai assim Tam bém Pode explica o grilheiro
da Terra dos Indígena. Da Onde eles É Da Onde eles vem qual
estados que Origem deles Ou qual País que o Rigem deles. Tem que
explica agora Comos Indígena já moravam antes do fazendeiro, Poriso
esse Comunidade Indígena Sabem Muítos bém Próprio da Sua Área da
Aldeia dos Indígena qual rumos que ficou. Qual Fazenda que Pegou as
terra dos Indígena. eles sabem Todinhos si o grilheiro da Terra é
o. Dono dessa Terra Mesmos só explica bém, si o Antê Pasados do
grilheiro Moravam antes dos Indígena Nesse Lugar onde Hoje
os Indígena chama esse Lugar Aldeia dos Indígena de Laranjeira
Nhande'ru. Por que Dentro da Lei isisti que quem Morou Primeira
Tem Direito. Indígena Nesse Lugar morou Primeira Então quem Tem Mais
Direitos Então Desse Lados que a Justiça Tem que olha qual que Tem
Direito a quele que Tem Direito eles Tem Direito Pegar de novos o
Imoves Para Toca Para frentes. Por que Hoje a queles que vocês
Perdeu Para Recupera Tudos De novos só Pela Base da Justiça
j Pela Base da Leis. Assim Todos Comunidade Indígena Morador Nessa
Acampamento dos Indígena de Laranjeira Nhande'ru. agora está
apurando Para ao Justiça Para Pode Resorvor Logos o Problema
dos Indígena da questão Sobres as Terra dos Indígena de
Laranjeira Nhande'ru.

Anexo 8 - Termo de Ação de Ajuste de Conduta (TAC das Demarcações).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM DOURADOS

COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Referente ao Procedimento Administrativo
MPF/PRM/DRS/MS 1.21.001.000065/2007-44.

Pelo presente instrumento, nos termos do artigo 5.º, §6.º, da Lei n.º 7347, de 24 de julho de 1985, de um lado o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio dos Procuradores da República CHARLES STEVAN DA MOTA PESSOA e FLÁVIO DE CARVALHO REIS, a diante denominado **COMPROMITENTE**, e do outro lado a FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI, cuja sede localiza-se na SEPS Quadra 702/902, Projeção A, Ed. Lex – Brasília/DF, neste ato representado pelo seu Presidente, o Sr. MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA, brasileiro, casado, antropólogo, inscrito no CPF/MF sob o n.º 212.077.712 - 87, portador da cédula de identidade n.º 4988721/SSP-PA, adiante denominada **COMPROMISSÁRIA**, celebram o presente **COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA** nos seguintes termos:

Considerando que o artigo 231, *caput*, da Constituição da República de 1988 dispõe que "*são reconhecidos aos índios (...) os direitos originários*



10

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”;

Considerando que o artigo 231, §1.º da Constituição da República de 1988 estabelece que *“são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”;*

Considerando que o artigo 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias dispõe que *“a União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição”;*

Considerando que a Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 143, de 20 de junho de 2002, e dotada de executividade pelo Decreto n.º 5051, de 19 de abril de 2004, assegura no seu artigo 14 que

“1. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência (...).

2. Os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”;

Considerando que o artigo 231, §1.º da Constituição da República de 1988 estabelece que *“são terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”;*

Considerando que o artigo 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias dispõe que *“a União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição”;*

Considerando que a Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, aprovada pelo Decreto Legislativo n.º 143, de 20 de junho de 2002, e dotada de executividade pelo Decreto n.º 5051, de 19 de abril de 2004, assegura no seu artigo 14 que

“1. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência (...).

2. Os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse.

obstáculos ao reconhecimento das terras Kaiowa requerem a formação de uma Força Tarefa que acompanhe os processos de regularização fundiária dessas terras, composto pelo MPF, Casa Civil, MJ/FUNAI, INCRA e IBAMA” (ver fl. 11 dos autos do Procedimento Administrativo MPF/PRM/DRS/MS 1.21.001.000065/2007-44);

Considerando que como desdobramento do Encontro promovido pela 6.ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, realizou-se, no dia 05 de julho de 2007, reunião no prédio da Procuradoria da República de Dourados, a qual contou com a participação de antropólogos, historiadores, representantes da Sociedade Civil e de membro do Ministério Público Federal de Dourados, resultando na identificação dos *tekoha* (“*lugar onde realizamos nosso modo de ser*”) listados na Cláusula Primeiro deste instrumento e que são fortemente reivindicados por Comunidades das etnias KAIOWÁ e ÑANDEVA localizadas na região sul do estado do Mato Grosso do Sul;

Considerando que os mencionados *tekoha* foram referendados pelas Lideranças das Comunidades das etnias KAIOWÁ e ÑANDEVA localizadas na região sul do estado do Mato Grosso do Sul, no *ATY GUASU* (Grande Assembléia) realizado na Terra Indígena *Jatavyary*, na data de 15 de setembro de 2007;

Considerando que com relação às reivindicações de identificação e delimitação de Terras Indígenas feitas pelas Comunidades das etnias KAIOWÁ e ÑANDEVA localizadas na região sul do estado do Mato Grosso do Sul, a FUNAI não vem cumprindo de forma satisfatória a sua obrigação de iniciar esses procedimentos, porquanto já decorridos mais de 02 (dois) anos desde a constituição do último Grupo de Trabalho (referente à Terra Indígena PANAMBI, através da Portaria n.º 1029/PRES, de 12 de setembro de 2005);



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Considerando a legitimidade do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL de defender os direitos e interesses das populações indígenas, nos termos do artigo 129, V da Constituição da República de 1988;

Fica ajustado:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A COMPROMISSÁRIA constituirá Grupos Técnicos (GT) coordenados por antropólogos especialistas com vistas à identificação e delimitação, sem prejuízos de outras, das seguintes Terras Indígenas, incluindo os *Tekoha* (local onde se realiza o modo de ser) a elas relacionados:

TERRA INDÍGENA (T.I.) IGUATEMIPEGUA:

Puelito Kue;
Mbarakay;
Karaguatay;
Mboiveve;
Jukeri;
Ka'ajari;
Kurusu Amba;
Samakuã;
Karaja Yvy (Canta Galo).

T.I. AMAMBAIPEGUA:

Guayvirý.

Handwritten signatures and initials in black ink, located to the right of the text. There are three distinct marks: a large 'S' at the top, a signature in the middle, and another signature at the bottom.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

T.I. DOURADOPEGUA:

Pakurity,

Juker'i'y.

T.I. DOURADOS – AMAMBAIPEGUA:

Santiago Kue (San Lucas),

Yrukuty (Km 20, Barreiro Guasu);

Passo Piraju.

T.I. BRILHANTEPEGUA:

Karumbe/Yvyrarõry,

Jaguaretekue;

Mbykureaty,

Aguara,

Tatui,

Itajeguakua,

Kanguery,

Yasori,

Rancho Pindo,

Potrero Guasu,

Ithaum.

T.I. ÑANDEVA:

Ypo'i (Triunfo),

Garcete Kue.

Handwritten signature and initials in black ink, located to the right of the text.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Mbokaja,
Vito'i Kue,
Laguna Piru.

T.I APAPEGUA

Kandire,
Jaguari,
Kokue'i,
Mbakaiowa,
Syvyrando,
Damakue,
Ita,
Cabeceira Comprida.

CLÁUSULA SEGUNDA - A COMPROMISSÁRIA

deverá compor os respectivos GTs, nos termos do artigo 2º, *caput* e parágrafo 1º do Decreto nº 1775/96, até o dia 30 de março de 2008, devendo promover, caso inexistente nos quadros, a contratação de antropólogos de qualificação reconhecida e dos demais profissionais.

CLÁUSULA TERCEIRA - A COMPROMISSÁRIA

deverá promover, em obediência à previsão do artigo 2º, §7.º do Decreto n.º 1775/96, as publicações nos Diários Oficiais da União e do Estado do Mato Grosso do Sul dos resumos dos relatórios de identificação e delimitação das Terras Indígenas acima relacionadas, até a data de 30 de junho de 2009.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

CLÁUSULA QUARTA - A COMPROMISSÁRIA, em atenção ao disposto no artigo 2.º, §9.º do Decreto n.º 1775/96, deverá, até a data de 19 de abril de 2010, encaminhar ao Ministro de Estado da Justiça os procedimentos referentes às Terras Indígenas acima relacionadas, juntamente com pareceres relativos às razões e provas apresentadas.

CLÁUSULA QUINTA – Em caso de descumprimento das obrigações assumidas neste acordo, a **COMPROMISSÁRIA** ficará sujeita à pena pecuniária diária de R\$ 1.000,00 (mil reais), exigível em caráter cumulativo enquanto perdurar a violação, que será atualizada com índice oficial.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os valores eventualmente desembolsados pela **COMPROMISSÁRIA**, a título de multa por descumprimento deste compromisso, deverão ser revertidos em favor das Comunidades das Terras Indígenas relacionadas que venham a ser prejudicadas pelo descumprimento das obrigações assumidas pela **COMPROMISSÁRIA**.

CLÁUSULA SEXTA – Este compromisso produzirá efeitos legais a partir da sua homologação pela 6.ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, suspendendo desde já o curso do Procedimento Administrativo MPF/PRM/DRS/MS 1.21.001.000065/2007-44

CLÁUSULA SÉTIMA – O presente termo de compromisso terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma dos artigos 5.º e 6.º da Lei n.º 7347/85, e 585, VII, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA OITAVA – Fica estabelecido o Foro da Justiça Federal da Subseção Judiciária de Dourados (MS) para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento ou de sua interpretação, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha ser.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

CLÁUSULA NONA = O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL compromete-se a acompanhar o andamento dos Procedimentos de Demarcação a serem instaurados, diligenciando, com vistas à tutela dos interesses das populações indígenas, para que os GTs não tenham impedido o acesso às Terras Indígenas a serem pesquisadas, bem como aos dados oficiais depositados em arquivos públicos.

E, por estarem as partes de acordo, firmam o presente.

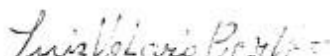
Brasília, 12 de novembro de 2007.


CHARLES STEVAN DA MOTA PESSOA

PROCURADOR DA REPÚBLICA


FLÁVIO DE CARVALHO REIS
PROCURADOR DA REPÚBLICA

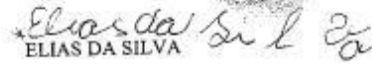

MÁRCIO AUGUSTO FREITAS DE MEIRA
PRESIDENTE DA FUNAI

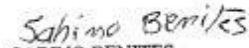

Testemunhas: LUÍS BORVÃO

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL


ADELIO RODRIGUES


CANTALÍCIO GODÓI

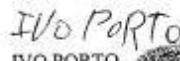

ELIAS DA SILVA


SABINO BENITES


NÍZIO GOMES


NELSON CABREIRA


JOSÉ NUNES
ORIDES LOPES


IVO PORTO

INOCÊNCIO SANCHES SAMANIEGO


LICO NELSON


BONIFÁCIO DUARTE


SÍLVIO BENITES

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL



BETULIO OLIVEIRA

x 
ALDA DA SILVA



AVELIANO MEDINA


CARLOS VANDO


GABRIEL CAVALHEIRO


AMBRÓSIO GOMES MARTINS

x 
FARIDE MARIANO DE LIMA


MARCO HENRI - MPF/MS





Anexo 9: CRÔNICA: AOS KAIOWÁ E GUARANI – POVO DA FORÇA E ALEGRIA

Este estudo, limitado pelo nosso tempo histórico e pela realidade da pandemia, buscou pautar-se pela perspectiva do conhecimento interdisciplinar.

Não temos todas as respostas, no entanto,
nos conduzimos pelos pressupostos da Pesquisa -Participante,
da construção coletiva da produção científica,
no necessário engajamento na realidade,
na ética comprometida com o projeto de emancipação humana,
e com o presente e o futuro da humanidade.

Assim sendo, nossa pesquisa buscou construir ciência a partir da memória histórica e da reflexão filosófica dos Kaiowá e Guarani.

Nosso objetivo foi desvendar a relação entre o tripé reza-canto-dança (nhembo'e), retomada e roça (kokuê), e como os Kaiowá e guarani constroem no dia a dia uma geografia da insurgência, uma geografia rebelde, na medida em que, cansados de esperar uma solução para resolver a guerra continuada, causada em grande parte pelo próprio Estado brasileiro... sendo forçados a viver no limite da falta de terra para plantar seus alimentos, Na falta de lugar para reproduzir seus modos próprios de existência humana, Ao som dos seus mbaraká e seus cantos-danças-rezas, Ousam retomar suas terras ancestrais, Promovem seus próprios processos de auto-demarcação, E junto com a retomada da terra, retomam também seu jeito próprio de ser e de viver.

Nossa pesquisa caminhou, fez o tapê poy (caminho de trilhas), escutando os Kaiowá e Guarani, De várias retomadas, de várias gerações, de vários gêneros...

Estudamos sobretudo a Retomada Laranjeira Ñanderu 2, em Rio Brilhante, Microrregião de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, Onde 83% dos solos estão nas mãos de grandes latifúndios, enquanto apenas 2,5% das terras estão em posse de mais de 50 mil kaiowá e guarani.

Atrás dos propagandeados índices de “sucesso” do agronegócio, Estão os alarmantes índices de desnutrição e fome em grande parte das retomadas indígenas.

Esta investigação ocorreu utilizando várias técnicas e métodos de trabalhos, como entrevistas, rodas de conversa, observações nos diários de campo, estudos de jornais e documentários,

Arquivos do MPF,

Sites de entidades e movimentos sociais,

Livros, artigos,

Teses e dissertações,

Participação em atividades como encontros, reuniões, cursos, seminários.

Escutamos muitos e muitas: rimos e choramos, reaprendemos a aprender.

Nos permitiram entender que os Kaiowá e guarani transitam espremidos entre as cercas do que chamamos de “modernidade” e do seu sistema tradicional, considerado atrasado pelo agronegócio.

No entanto, foi seu modo de ser e viver em sociedade,
de saber cuidar de suas fontes de águas, de seus solos, suas sementes tradicionais,
suas crianças e seus idosos, seu jeito de produzir suas roças em meio às florestas,
assim como sua espiritualidade profunda, que age como uma âncora que percorre
sustentando o todo da suas vidas,
foi o que permitiu que,
mesmo após,
500 anos de invasão europeia,
mais de 100 anos de espoliação violenta de seus territórios...
pudessem suportar ver suas filhas serem violentadas,
suas mães estupradas,
seus irmãos sendo separados,
seus corpos serem escravizados,
suas águas, solos e ar serem envenenados...

ainda assim, levantam-se, vestidos com seus jeguaka,
segurando seu xiru

e com seus cantos-danças e rezas,
se preparam para enfrentar a guerra,
da caneta, do genocídio, da violência.

E nos seus rituais de força e coragem,
Ao retomarem suas terras tradicionais,
Plantam nelas as sementes que guardam há mais de 2 mil anos,
Fazem suas pequenas roças, mesmo rodeados pelo mar de cana, pasto, soja e milho transgênico.

Constroem suas belas oga psy,
E ao som dos seus mbaraká,
Fazem seus rituais do jerosy puku, o batismo do milho branco,
Mantém sua língua tradicional,
E resistem.

E quando retomam uma antigo tekohá,
Não o fazem somente por eles mesmos,
Mas nos explicam que é pra ajudar ...
É pra ajudar a cuidar da terra,
Para não deixar morrer o planeta,
E se perguntam:

“Será que o boi vale mais que o índio?”

(outubro, 2022)